



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

ROCHELI KORALEWSKI

DESERTOS DE ÁGUA:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA BARRAGEM PARA JOVENS DE MUNICÍPIOS
GAÚCHOS ATINGIDOS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE ITÁ

ERECHIM

2024

ROCHELI KORALEWSKI

**DESERTOS DE ÁGUA:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA BARRAGEM PARA JOVENS DE MUNICÍPIOS
GAÚCHOS ATINGIDOS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE ITÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Erechim, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Linha de Pesquisa: Saberes, Processos e Práticas Sociais

Este trabalho foi defendido e aprovado com excelência pela banca em 27 de agosto de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Fernando Santos Corrêa da Silva – UFFS
Orientador/Presidente da banca

Prof. Dr. Victor Hugo Nedel – UFRGS
Membro titular externo

Prof.^a Dr.^a Carmem Regina Giongo – FEEVALE
Membro titular externo

Prof. Dr. Gerson Fraga – UFFS
Membro titular interno

Prof.^a Dr.^a Rosiane Serrano - IFRS
Membro suplente

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E

Centro, Chapecó, SC - Brasil

Caixa Postal 181

CEP 89802-112

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Koralewski, Rocheli

DESERTOS DE ÁGUA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA BARRAGEM
PARA JOVENS DE MUNICÍPIOS GAÚCHOS ATINGIDOS PELA USINA
HIDRELÉTRICA DE ITÁ / Rocheli Koralewski. -- 2024.
226 f.

Orientador: Doutor em Sociologia Luís Fernando Santos
Corrêa da Silva

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas, Erechim,RS, 2024.

1. juventude. 2. impactos geracionais. 3. energia
hidrelétrica. 4. barragens. I. Silva, Luís Fernando
Santos Corrêa da, orient. II. Universidade Federal da
Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Da água brotou a vida.
Os rios são o sangue que nutre a terra,
e são feitas de água as células que nos pensam,
as lágrimas que nos choram
e a memória que nos recorda.
A memória nos conta que os desertos de hoje
foram os bosques de ontem,
e que o mundo seco foi mundo molhado,
naqueles remotos tempos em que a água e a terra
eram de ninguém e eram de todos.”
(Galeano, 2012, p. 102)

Às pessoas que, como o rio, tiveram os cursos de suas vidas visceralmente modificados.

AGRADECIMENTOS

Pela fluência coletiva de universos diversos, a palavra é articulada em discursos sendo instrumento de disputas por significados. Lutas históricas são travadas tanto pela sua imposição quanto pelo seu silenciamento. Elas aparecem, escondem-se e se organizam para desorganizar. Desde a fé, são verbos que se tornam carne para habitar aqui entre nós.

Nos fluxos que a conduziram do interior do Rio Grande do Sul à Amazônia Centro do Mundo, Eliane Brum sustenta que a palavra é outro *corpo* a ser habitado. Como outra forma de existência, aprendi nos desacontecimentos dessa brilhante jornalista que a escrita é dimensão que se relaciona comigo, contigo e com outrem. Seres que são e não são humanos. Água, rio, jovens, foz: tudo em um começo-meio-começo, conforme ensinava Nego Bispo.

A elaboração desse outro *corpo*, matéria literata, deu-se inspirada na confluência das águas com as ideias que delineiam outras formas de ser. Essas vozes coletivas movimentaram o meu desejo de ser por escrito e, assim, fui habitando e sendo habitada por vidas que alimentaram e vestiram esse *corpo* durante a tarefa de redação das páginas desta pesquisa.

Do meu *corpo*-palavra, materializado nesta escrita científica, agradeço aos seres que confluíram comigo ao longo da trajetória no mestrado:

Marli Fátima Jakubowski Koralewski, minha mãe, ser potente e em movimento como as águas de um rio, quem me alimentou com histórias que despertaram as primeiras inspirações, impulsionando-me com suas afirmações afetuosas.

Roberto Koralewski, meu pai, pessoa que me guiou aos caminhos da educação, garantindo apoio afetivo e financeiro para que eu pudesse estar aqui construindo esta trajetória acadêmica.

Igor Eduardo Amaral, meu bem, ser sensível e radiante como o sol, quem me apoiou na convivência diária, nas ideias musicalizadas, aprofundando o meu olhar para a totalidade do cosmos, ouvindo comigo as canções do rio em cachoeira.

Samuel Zambon, meu irmão de Betânia, pessoa que proporciona sentir o gosto da irmandade, companheiro cuidadoso desde a graduação em Ciências Sociais e que foi presença preciosa como observador dos grupos focais.

Ricieri Benedetti, meu amigo de longa data, ser genuinamente amoroso que acolhe meus pontos de vista, dores e esperanças para sonhar e materializar outros mundos possíveis no agora.

Maurício Wrezinski, meu amigo-diário, pessoa que me acompanha com palavras cotidianas garantidas pela presença permanente que escorre pelos anos, admitindo carinhosamente as minhas faltas.

Débora Cristina Giehl, minha amiga inspiradora, ser atencioso, inteligente e sonhador que, mesmo na distância que separa o Rio Uruguai do Rio dos Sinos, é presença potente e atenta, que se materializou na qualificada revisão desse trabalho.

Verônica Michelle Gonçalves, minha amiga poetisa, pessoa que me apresentou a seu conterrâneo Nêgo Bispo, garantindo que meu corpo fosse atravessado pelos saberes contracoloniais que me mobilizam a seguir com a responsabilidade científico-ético-política de confluir à superação do pensamento branco.

Prof. Luís Fernando Santos Corrêa da Silva, meu orientador, ser gentil e respeitoso que colabora com as minhas reflexões desde a graduação, quem pacientemente acolheu minhas crises e mudanças de projeto, acreditando no meu potencial como pesquisadora e me inspirando a ir além.

Prof. Victor Hugo Nedel, minha inspiração ao estudo com juventudes, quem aceitou contribuir na composição da banca de avaliação deste trabalho e me estimula a ampliar palavras à construção de conhecimento *com* jovens. Sou grata a todos pesquisadores e pesquisadoras de juventudes que contribuem ao desenvolvimento deste campo científico.

Prof. Carmem Regina Giongo, minha inspiração à pesquisa com pessoas atingidas, quem também aceitou compor a banca deste trabalho e me influenciou – desde o título desta dissertação – a olhar de forma sensível e atenta aos danos que ainda perpassam o território atingido pela Usina Hidrelétrica de Itá.

Prof. Gerson Fraga, docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, pelos questionamentos, reflexões e acolhimento acerca do rio como parte da história e elemento da cultura das populações atingidas. Estendo o agradecimento às pessoas que constituem o programa: minha turma, colegas de outros semestres, professores e professoras que me acompanharam ao longo desses vinte e quatro meses.

Universidade Federal da Fronteira Sul, meu universo de práxis, ser que me conduziu ao encontro com outros seres de distintos lugares, sotaques e visões, contribuindo para que eu pudesse enxergar além do que os meus olhos podem ver.

Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, agência de fomento que materializou, por meio da bolsa de mestrado, a dedicação do tempo de reflexão para que o meu *corpo-palavra* pudesse existir ocupando mais horas ao longo dos meus dias.

Jovens dos municípios atingidos pela Usina Hidrelétrica de Itá, pessoas que construíram essa pesquisa comigo, confiando suas opiniões, suas histórias e suas intimidades. Sem vocês, o *corpo-palavra* que vos escreve não teria existido.

Por fim, agradeço aos seres humanos e não humanos que sensibilizam os meus sentidos para transformar em palavra aquilo que é necessário para adiar o fim do mundo.

RESUMO

Justificadas pela progressiva demanda de energia, as usinas hidrelétricas são implantadas de forma autoritária no território brasileiro promovendo impactos socioambientais. Ao compreender a permanência dos danos através de diferentes gerações, esta pesquisa teve o intuito de investigar as representações sociais da barragem de jovens atingidos pela Usina Hidrelétrica de Itá, considerando os municípios de Aratiba, Mariano Moro, Marcelino Ramos e Severiano de Almeida, localizados em território gaúcho atingido. De cunho qualitativo, o delineamento metodológico foi fundamentado por uma pesquisa de Estado do Conhecimento, seguida pela pesquisa de campo, que reuniu vinte e quatro jovens na realização de quatro grupos focais, um por município. O levantamento dos dados em campo aconteceu no mês de fevereiro de 2024, os quais foram organizados e submetidos a análise temática com base na abordagem sociogênica da Teoria das Representações Sociais. Apesar de as pessoas jovens afirmarem que vivem em um momento histórico “pós-barragem”, inserindo o empreendimento no passado, os resultados da investigação apontaram a existência de representações sociais temporais, espaciais e psíquicas que ilustram o entendimento dos/as participantes sobre os impactos intergeracionais produzidos pelo megaprojeto hidrelétrico. Aspectos como: a destruição ambiental; mudanças microclimáticas; angústia pelo futuro que é justificada pela sensação de insegurança que reflete o medo diante do possível risco de rompimento; e a percepção da injustiça diante da realocação das receitas fiscais são apontadas como consequências vivenciadas pela população jovem em seus cotidianos. Essas vivências atravessam o acesso desses/as sujeitos aos direitos garantidos pelo Estatuto da Juventude. Conclui-se que, ancorada em uma promessa de desenvolvimento regional, os frutos da barragem não são colhidos pelas novas gerações, as quais criticam a inserção da energia hidrelétrica como fonte renovável, indicando a urgência de pensar outras formas de geração de energia que beneficiem as populações em detrimento do lucro produzido às empresas. Assim, a modificação da representação social da barragem como algo do passado por meio da articulação política ainda pode oferecer meios para a reivindicação de direitos às populações atingidas-afetadas por esse campo de conflitos do presente que segue aberto à produção de sofrimento.

Palavras-chave: juventude; impactos intergeracionais; energia hidrelétrica; barragens.

ABSTRACT

Justified by the progressive demand for energy, hydroelectric power plants are implemented in an authoritarian manner in Brazilian territory, promoting socio-environmental impacts. By understanding the permanence of damage through different generations, this research aimed to investigate the social representations of the dam of young people affected by the Itá Hydroelectric Power Plant, considering the municipalities of Aratiba, Mariano Moro, Marcelino Ramos and Severiano de Almeida, territory affected located in Rio Grande do Sul. Qualitative in nature, the methodological design was based on a State of Knowledge research, followed by field research that brought together twenty-four young people in four focus groups, one per municipality. The field data collection took place in February 2024, which were organized and subjected to thematic analysis based on Social Representations Theory sociogenic approach. Although young people claim that they live in a “post-dam” historical moment, placing the project in the past, the investigation results pointed to the existence of temporal, spatial and psychic social representations that illustrate the participants’ understanding about the intergenerational impacts produced by the hydroelectric megaproject. Aspects such as environmental destruction, microclimatic changes, distress about the future that is justified by the insecurity feeling which reflects fear of the possible risk of disruption, and the perception of injustice in the face of the reallocation of tax revenues are highlighted as consequences experienced by the young population in their daily lives. These experiences influence the access of these people to the rights guaranteed by the Youth Statute. It is concluded that, anchored in a promise of regional development, the fruits of the dam are not harvested by the new generations, who criticize the insertion of hydroelectric energy as a renewable source, indicating the urgency of thinking about other forms of energy generation that benefit the populations in to the detriment of the profit produced for companies. Therefore, changing the social representation of the dam as something of the past through political articulation can still offer ways to claim rights for populations affected by this field of conflict in the present that remains open to the production of suffering.

Keywords: youth; intergenerational impacts; hydro-electric energy; dams.

RESUMEN

Justificadas por la progresiva demanda de energía, las centrales hidroeléctricas se implementan de manera autoritaria en territorio brasileño, promoviendo impactos socioambientales. Al comprender la permanencia de los daños a través de diferentes generaciones, esta pesquisa tuvo como objetivo investigar las representaciones sociales de la represa de los jóvenes afectados por la Central Hidroeléctrica de Itá, considerando los municipios de Aratiba, Mariano Moro, Marcelino Ramos y Severiano de Almeida, ubicados en el terreno afectado de Rio Grande do Sul. De carácter cualitativo, el diseño metodológico se basó en una encuesta de Estado del Conocimiento, seguida de una investigación de campo que reunió a veinticuatro jóvenes en cuatro grupos focales, uno por municipio. La recolección de datos de campo se realizó en febrero de 2024, los cuales fueron organizados y sometidos a análisis temáticos con base en el enfoque sociogénico de la Teoría de las Representaciones Sociales. Aunque los jóvenes afirman vivir en un momento histórico “post-represa”, ubicando el proyecto en el pasado, los resultados de la investigación apuntaron a la existencia de representaciones sociales temporales, espaciales y psíquicas que ilustran la comprensión de los participantes sobre los impactos intergeneracionales producido por el megaproyecto hidroeléctrico. Se destacan como consecuencias vividas aspectos como la destrucción ambiental, los cambios microclimáticos, la angustia por el futuro que se justifica por el sentimiento de inseguridad que refleja el miedo al posible riesgo de ruptura y la percepción de injusticia ante la reasignación de ingresos tributario son resultados vividos por la población joven en su vida diaria. Estas experiencias afectan el acceso de estos sujetos a los derechos garantizados por el Estatuto de la Juventud. Se concluye que, anclados en una promesa de desarrollo regional, los frutos de la represa no son cosechados por las nuevas generaciones, quienes critican la inserción de la energía hidroeléctrica como fuente renovable, indicando la urgencia de pensar en otras formas de generación que benefician las poblaciones en detrimento de los beneficios producidos a las empresas. Así, cambiar la representación social de la represa como algo del pasado a través de la articulación política aún puede ofrecer formas de reclamar derechos para las poblaciones afectadas por este campo de conflicto en el presente que permanece abierto a la producción de sufrimiento.

Palavras claves: juventud; impactos intergeneracionales; energía hidroeléctrica; represas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Minha avó e minha mãe na antiga casa localizada em Lajeado André.....	31
Imagem 2 - Localização da comunidade Rio Branco – Mariano Moro/RS	128
Imagem 3 - Torres da antiga Igreja Matriz São Pedro em Itá/SC	159

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Definição de jovem para os/as participantes	81
Gráfico 2 - Definição de juventude para os participantes.....	82
Gráfico 3 - Pesquisas por área de conhecimento (CAPES).....	105
Gráfico 4 - Pesquisas por gênero	106
Gráfico 5 - Quantidade de participantes dos grupos focais por município.....	133
Gráfico 6 - Relação de participantes por gênero	134
Gráfico 7 - Relação de participantes por faixa etária	135
Gráfico 8 - Relação de participantes por autodeclaração étnico-racial	137
Gráfico 9 - Relação de participantes por escolaridade	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definição do conceito de atingido/a pelos/as jovens participantes	88
Quadro 2 - Resumo da busca na BDTD	101
Quadro 3 - Pesquisas selecionadas na Bibliografia Sistematizada	104
Quadro 4 - Pesquisas por agrupamento em categoria	108
Quadro 5 - Resumo da busca internacional na Scielo	112
Quadro 6 - Pesquisas selecionadas na Bibliografia Internacional.....	113
Quadro 7 - Relação roteiro do grupo focal e objetivos da pesquisa.....	119
Quadro 8 - Descrição dos participantes com nomes fictícios	132
Quadro 9 - Relação de hipóteses fundamentadas nos objetivos da pesquisa	140
Quadro 10 - Categorização dos dados pela abordagem sociogênica das RS	150

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação de participantes por renda mensal	136
---	-----

LISTA DE SIGLAS

AMFORP - American Foreign Power

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz

EC - Estado do Conhecimento

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EUA – Estados Unidos da América

FESPEMM - Festa do Peixe de Mariano Moro

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

JUMA - Pesquisa juventudes, meio ambiente e mudanças climáticas

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MAR - Movimento de Afectados por Represas de América Latina

ONG – Organização Não Governamental

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAE – Plano de Ação de Emergência

PDPAB – Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens

PLANCON – Plano de Contingência

PNAB – Política Nacional de Diretos das Populações Atingidas por Barragens

PPGICH - Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas

PPP – Projeto Político-Pedagógico

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

RS - Representações sociais

RS – Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SINAJUVE - Sistema Nacional de Juventude

TRS - Teoria das Representações Sociais

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UHE – Usina Hidrelétrica

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WCD - World Commission on Dams

SUMÁRIO

CONFLUÊNCIA DE SABERES	19
MANANCIAL.....	29
1. MERGULHO NA MEMÓRIA	30
LEITO.....	42
2. DESENVOLVIMENTO: O PERIGO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA	43
2.1 COLAPSO AMBIENTAL: APOGEU DO PROGRESSO NOS TERRITÓRIOS	47
2.2 HIDRONEGÓCIO: ÁGUA COMO ENERGIA E ENERGIA COMO MERCADORIA ..	51
2.3 BACIA DO URUGUAI: OUTRA ZONA DE SACRIFÍCIO	55
AFLUENTES	60
3. CONCEITOS CONFLUENTES	61
3.1 A MANIFESTAÇÃO DO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO INDIVIDUAL DA REALIDADE	62
3.2 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: CONSTRUCTO NA REALIDADE DA VIDA COTIDIANA	64
3.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO MATÉRIA-PRIMA À MEMÓRIA COLETIVA	71
3.4 SUBAFLUENTES.....	75
3.4.1 Juventudes de um campo de conflitos.....	76
3.4.2 Atingidos: uma noção em disputa	84
TALVEGUE	95
4. DELINEAMENTO METODOLÓGICO	96
4.1 ESTADO DO CONHECIMENTO COMO FASE EXPLORATÓRIA	98
4.1.1 Bibliografia Anotada: do senso comum ao conhecimento científico.....	101
4.1.2 Bibliografia Sistematizada: interdisciplinaridade intrínseca	103
4.1.3 Bibliografia categorizada: a lacuna geracional.....	107
4.1.4 Bibliografia internacional	112

4.2 JUVENTUDES À BEIRA DO LAGO: NOTAS SOBRE A PESQUISA DE CAMPO ..	116
4.2.1 Grupo focal como técnica de investigação.....	117
4.2.2 Grupo focal de Aratiba	121
4.2.3 Grupo focal de Marcelino Ramos	123
4.2.4 Grupo focal de Mariano Moro	127
4.2.5 Grupo focal de Severiano de Almeida	129
4.3 SUJEITOS DA PESQUISA	131
4.4 PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DOS DADOS	139
4.4.1 Considerações éticas da pesquisa	141
MEANDROS.....	143
5. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM UMA ABORDAGEM SOCIOGÊNICA	144
5.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS TEMPORAIS: INFORMAÇÃO QUE PERPASSA GERAÇÕES	151
5.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ESPACIAIS: IMPACTOS DA EXPLORAÇÃO HIDROCOLONIAL DA NATUREZA.....	163
5.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PSÍQUICAS: SOFRIMENTO AMBIENTAL NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	172
5.4 O EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO AFETA O ACESSO AOS DIREITOS DAS JUVENTUDES NO TERRITÓRIO ATINGIDO?	180
5.4.1 Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil	180
5.4.2 Do direito à Educação	181
5.4.3 Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda.....	182
5.4.4 Do Direito à Diversidade e à Igualdade	182
5.4.5 Do Direito à Saúde	183
5.4.6 Do Direito à Cultura.....	184
5.4.7 Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão.....	185
5.4.8 Do Direito ao Desporto e ao Lazer	185

5.4.9 Do Direito ao Território e à Mobilidade.....	185
5.4.10 Do Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente.....	186
5.4.11 Do Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça	187
5.4.12 Do Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE)	187
FOZ.....	188
6. COM O RIO URUGUAI: PISTAS PARA ADIAR O FIM DO MUNDO	189
REFERÊNCIAS	196
APÊNDICES	216
APÊNDICE 1 – Roteiro do grupo focal	216
APÊNDICE 2 – Questionário sociodemográfico	217
APÊNDICE 3 - TCLE	219
ANEXOS	222
ANEXO I - Território gaúcho atingido pela UHE Itá	222
ANEXO II – Aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	223



Fonte: registro autoral capturado no território de Itá/SC, 2024. Elaborado pela autora.

CONFLUÊNCIA DE SABERES

“Vamos escutar a voz dos rios, pois eles falam.”
(Krenak, 2022, p. 27)

Os rios acompanharam o desenvolvimento dos seres humanos ao longo da história. Desde a renúncia ao nomadismo em proveito da agricultura, foram formadas comunidades que, ao se expandirem, deram origem às primeiras cidades. Os assentamentos humanos foram atraídos para as terras fluviais e, ao aprender nas aulas de história que “(...) uma das civilizações mais antigas nasceram no delta do Rio Nilo, no Egito, cujas águas irrigavam suas margens, propiciando condições para a agricultura” (Krenak, 2022, p. 12), é possível perceber que, ao longo dos processos de educação formal, os rios têm pouca visibilidade para além das disciplinas que compõe as ciências da natureza e os analisam de forma compartimentada.

Pelos saberes repassados pela educação tradicional, as partes são enfatizadas em detrimento do todo. Há uma ideia civilizatória que coloca **outros** seres em uma relação de utilidade frente a esse espécime homogeneizado nomeado de humanidade; e, conforme afirma Ailton Krenak (2022), o fato de os seres humanos terem sempre estado perto da água não garantiu que aprendessem com os rios. Na concepção do rio apenas como uma fonte de recursos naturais é aplicada uma lógica antropocêntrica que objetifica a natureza em detrimento das exigências humanas (Moore, 2022). Esse é um caminho pedagógico comum difundido pelo sistema educacional tradicional que, na relação com a natureza, busca a utilidade das *coisas* em função do ser humano. Aprendemos o que são as **coisas** para, então, conhecer o que podem nos oferecer. Nesse modo de pensar, situamo-nos no centro.

Humanamente centralizados, pensamos **sobre** os rios para, enquanto indivíduos, aprendermos a coletar informações que nos possibilitam analisá-los cientificamente, apropriar suas águas, buscar alimentos em suas profundezas e modificar os seus caminhos por meio das tecnologias. Utilizamos os rios, mas não aprendemos **com** eles. Aprendemos **sobre** eles. Pela especialização, garantimos nomes às suas partes, buscamos conhecer a fauna que ali convive e chegamos ao seu menor elemento: as duas moléculas de hidrogênio e uma de oxigênio. Ao conhecer teoricamente os pedaços do rio e as gotas d’água, esquecemos que o elemento base que por eles flui também é abundante em nosso corpo. Dissociamos.

Dissociar a água dos rios da água que corre em nós é uma das consequências da forma de pensar que guia a modernidade. Pela crença sublime na razão promovida pelos iluministas, a disseminação do pensamento cartesiano atravessou o método científico e guiou a construção

do conhecimento (Descartes, 1996). Assim, o projeto da modernidade, ao buscar dessacralizar, desmistificar e romper com a história e a tradição, fragmentou os saberes em prol de uma ciência objetiva e especialista (Japiassu, 1976; Harvey, 2012).

O avanço do conhecimento científico criou especialistas que, logo, tornaram-se mitos (Alves, 1993). Os cientistas retratados de forma mitológica passaram a permear o imaginário coletivo como uma representação estereotipada: homens velhos com cabelos compridos, enrolados em seus jalecos brancos, com óculos característicos para facilitar a visão que se concentrava apenas dentro das paredes do laboratório. Uma ciência fechada e inacessível. Esses cientistas-mito, formados pelo pensamento iluminista, protagonizaram um domínio científico da natureza que prometia “(...) liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais” (Harvey, 2012, p. 23).

Residentes em um espaço-tempo acelerado (Harvey, 2012), é possível perceber, contudo, as consequências da dominação dos seres vivos pelo alerta de cientistas que estudam a crise climática sobre esse decênio, tido como o decisivo e definidor do destino das sociedades (Marques, 2023). Assim, essa promessa de garantia da liberdade guiou a sociedade global “(...) ao abuso constante desse pensamento absurdo que acha que os corpos existem para serem explorados” (Krenak, 2022, p. 24). Eis a extorsão massiva dos corpos-floresta, dos corpos-rios, dos corpos não-humanos e humanos.

No âmbito das ciências sociais, ao respaldar os iluministas e prezar pela ordem através da constituição de leis, o positivismo buscava o progresso das sociedades, desconsiderando a diversidade e impondo uma ordem homogênea e eurocêntrica (Martins, 1993). Desse modo, a ciência foi alimentando uma história única que, com base nessa forma de pensar, definiu padrões e atuou na supressão da diversidade, tanto cultural quanto biológica (Adichie, 2019).

Ainda na esfera do imaginário mítico sobre as pessoas que produzem ciência, é importante reiterar o perigo frente a esse paradigma, tendo em vista que ele “induz o comportamento e inibe o pensamento” (Alves, 1993, p. 07). Na materialidade da vida, por exemplo, esse processo se desenvolve na área da saúde, quando médicos se tornam cada vez mais especializados em suas áreas de atuação, com seus pares hierarquicamente inquestionáveis diante de outros profissionais.

Ao especializar, dividir e separar, há uma fragmentação da saúde que, ao ser tratada em relação à doença, é afastada de uma perspectiva integral. A vida é constantemente moída; assim, o pensamento iluminista fragmentou os nossos pensamentos e a medicina fragmentou os nossos corpos. Essa desintegração homogeneizada é denominada por Vandana Shiva (2003) de *monocultura das mentes*, processo que foi iniciado pelas formas de uso da terra e se ampliou

aos modos de pensar e viver. Nessa lógica, é como se ao tratar o problema de um rio fosse necessário dividi-lo em partes, adentrando – e adestrando – cada molécula de água para analisar o que se passa. Dividir, fragmentar e separar como se ali não existisse um ser inteiro com uma história, autonomia e singularidades. Monoculturar a diversidade.

Para Japiassu (1976), o mundo moderno desenvolveu o seu corpo material sob o impulso da técnica e esse desenvolvimento se baseia na especialização que tem como triunfo o conhecimento de tudo sobre nada. A existência humana vem se reproduzindo entre saberes disciplinados que disciplinam os corpos e saberes fragmentados que fragmentam as mentes (Japiassu, 1976). Ao diagnosticar essa patologia do saber, seria um tanto ingênuo considerar que a especialização gerada pela racionalização ocidental foi um processo natural da construção do conhecimento. Jason Moore (2022) atenta a esse ponto ao enfatizar que o capitalismo foi o primeiro sistema a se organizar sobre a base do dualismo cartesiano de corpo e espírito (Moore, 2022).

Pelo progresso técnico, os investimentos na ciência desenvolveram e acumularam conquistas para a humanidade e, em contrapartida, também geraram acumulação de capital. Em busca do progresso, os feitos científicos, aliados ao sistema capitalista, legitimaram uma ordem de dominação de corpos e mentes de diversos territórios¹ por meio da eliminação da diversidade pela imposição de formas de ser-fazer monoculturais (Shiva, 2003).

A imposição desse modelo de monocultura perpassa diversos âmbitos. No Brasil, é pautada a partir de uma cosmovisão monoteísta que, baseada no cristianismo difundido pela Igreja Católica, foi conquistando territórios com a determinação da força por meio da violência (Santos, 2015). Nesse contexto, o monoteísmo apresentou o Deus da bíblia que “além de desterritorializar o seu povo, também os aterrorizou (...) e inventou o terror psicológico que vamos chamar aqui de cosmofofia” (Santos, 2015, p. 31). Para Antônio Bispo dos Santos (2015), popularmente conhecido como Nego Bispo, os textos bíblicos foram utilizados para legitimar ideologicamente a escravidão e produzir medo em relação à totalidade do universo. Limitar a diversidade, mais uma vez.

Segundo Santos (2015), a cosmofofia é germinada dentro do monoteísmo e, com isso, cria seres desconectados da natureza por causa do pecado original (Santos, 2023). Por esses processos históricos que produziram a realidade e utilizaram a fobia como forma de controle

¹ Nesta pesquisa, o conceito de território é compreendido a partir de Milton Santos (1978), o qual o considera como algo que é delimitado, construído e desconstruído por meio de relações de poder que envolvem diversos atores, os quais estão no espaço, fazendo e fixando suas ações ao longo do tempo.

do espaço, as pessoas se afastaram da natureza e foram impelidas a ocupar as cidades, “(...) casa dos que já não sabem viver nas águas e nas florestas” (Krenak, 2022, p. 18).

Outrossim, a cosmofofia de Santos (2023), que enuncia sobre a desconexão com a natureza que se origina no monoteísmo, possui relações com o que Max Weber (2006) denomina de desencantamento do mundo. Ao recorrer a técnica é possível produzir uma previsão dos fatos e, com a crescente racionalização da civilização ocidental, a previsão conduz à dominação e, assim, a magia é despojada do mundo (Weber, 2006). A crença é deslegitimada pela razão, a sensibilidade é abandonada e, assim, as pessoas não são mais afetadas pelos imponderáveis da vida. Então, os seres humanos passam a ter medo da natureza ou abandonam as crenças relacionadas a ela em detrimento da racionalização.

Nesse contexto, a experiência também foi controlada, nomeada de experimento, limitada ao método e guiada pela racionalidade. Nem a experiência escapou da lógica cartesiana e, assim, o sujeito civilizado, por não experimentar a natureza, a teme. Com o temor, busca-se a necessidade de controle. Cabe destacar, por isso, um elemento para situar a generalização feita por Santos (2023), quando o pensador afirma que todos os seres humanos ocidentais são perpassados pela cosmofofia. Obviamente que os humanos que possuem poder para desenvolver as técnicas de controle da natureza constituem a classe burguesa, entretanto, por causa das forças de dominação produzidas pelo sistema capitalista, o proletariado foi sendo pressionado a sobreviver entre os muros cinzentos das fábricas, afastado da natureza.

O controle da relação com a natureza também é um projeto de poder. Diante disso, para Santos (2023, p. 14) “a cosmofofia é responsável por esse sistema cruel de armazenamento, de desconexão, de expropriação e de extração desnecessária”, sendo cultivada nas representações da floresta desde as histórias infantis, limitando-a ao lugar habitado por um lobisomem que segue pronto para aparecer e comer gente (Krenak, 2022). Assim, em vez de as crianças experimentarem afetivamente a floresta como a extensão de si, elas criam uma representação sobre o que é a floresta enquanto um lugar do perigo.

Para Larrosa (2011, p. 08), na experiência somos “como um território de passagem, como uma superfície de sensibilidade”, em que algo que é exterior ao sujeito o passa e, nessa passagem, sempre deixa alguma coisa. Somos afetados pela experiência e ela, além de produzir pluralidades, “sempre tem algo de imprevisível” (Larrosa, 2011, p. 17). Por isso, a experiência é desconsiderada da produção científica pautada no método cartesiano, tendo em vista que dispensa as subjetividades em detrimento de uma ciência objetiva. Assim, reivindicar a experiência é uma chave importante para conseguir pensar outro modo de habitar o mundo, de uma maneira em que seja possível “reflorestar o nosso imaginário” (Krenak, 2022, p. 70).

Reivindico a minha experiência enquanto jovem-pesquisadora, sobretudo pela memória social que herdei de meus familiares e os espaços que participei, no contato com as populações jovens e atingidas por barragens – os quais sensibilizaram e mobilizaram a minha atenção à necessidade de produzir conhecimento científico a partir da região do Alto Uruguai.

Entretanto, as conquistas acumuladas pelo conhecimento científico tendem a anular as possibilidades de experiência que não sejam por experimento. No Brasil, território colonizado, a ciência forjada pelo método cartesiano foi utilizada para legitimar a dominação e fez com que o povo indígena e negro fosse alvo da violência. Nego Bispo argumenta nesse sentido e, ao situar o debate a partir do Quilombo de Palmares, aponta que “(...) a ciência que operava na construção das armas dos colonizadores era tecnologicamente desenvolvida com o objetivo de extinguir toda e qualquer resistência” (Santos, 2015, p. 63). Tudo em prol de uma ordem colonial que, legitimada pelo conhecimento científico moderno, combateu pessoas, ideias, comunidades e seres vivos não-humanos.

Na região norte do Rio Grande do Sul, espaço onde essa dissertação é localizada, também é possível perceber os elementos da dominação do projeto positivista na fundação da Colônia Erechim, sobretudo em relação à propriedade da terra, especialmente pela “(...) promoção da desconstrução e a descaracterização do norte/noroeste do estado como zona de indígenas, caboclos e mestiços” (Caron; Tedesco, 2012, p. 227). Em relação aos seres vivos não-humanos, há o escaçamento de araucárias pela exploração madeireira que “(...) converteu campos e florestas recém-devastadas com monoculturas de *Pinus* (...)” (Radin; Valentini; Zarth, 2016). O projeto positivista difundido pelo engenheiro Carlos Torres Gonçalves – responsável pela organização da Colônia de Erechim – materializou a construção de uma nova territorialidade², baseada no apagamento das pessoas que aqui viviam em detrimento da implantação de pequenos agricultores de ascendência europeia (Caron; Tedesco, 2012).

Ao debater a questão do conhecimento em uma perspectiva histórica, é possível perceber que os elementos da construção da teoria social moderna pautam a Revolução Industrial como o ponto específico do espaço-tempo em que o pensamento cartesiano iluminou o rumo ao progresso, aprimorando o trabalho por meio da divisão de tarefas e da padronização da fabricação. Nessa narrativa, o princípio da civilização industrial foi gerado por carvão-vapor

² Para Saquet (2009, p. 90, “a territorialidade corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações. A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida”.

e o trem da história passou a carregar a modernidade ocidental em uma velocidade de 100k/h (Moore, 2022; Harvey, 2012).

Assim, percebe-se o quanto ainda precisamos avançar na construção de debates críticos que combatam os discursos que seguem reproduzindo a lógica cartesiana de análise da realidade. Em vista disso, Jason Moore (2022) argumenta que o capitalismo ascendeu ainda no século XVI e foi baseado em uma nova lei de criação de ambiente: a lei da Natureza Barata (Moore, 2022). Para que essa lei se efetivasse foram necessárias novas concepções de tempo e espaço, muito mais do que apenas carvão e vapor e, com isso, os sujeitos foram civilizados a estabelecer novas relações com outros seres não humanos e o ambiente.

Esse é o ponto da confluência de saberes que precisamos atentar, pois, para além da relação entre diferentes disciplinas, este trabalho também visa reconhecer elementos teóricos que ainda são utilizados nos ambientes acadêmicos, limitando a reflexão sobre os problemas contemporâneos que foram também constituídos pela ciência moderna, como é o caso do discurso sobre a Revolução Industrial como o ponto de início do processo gerador da crise socioambiental.

A lógica de domínio da natureza é antiga e foi uma condição necessária à emancipação humana para a primeira grande manifestação do pensamento moderno e, assim, as estruturas racionalizadas passaram a construir um espaço e um tempo organizados para “celebrar e refletir a libertação do “Homem” como indivíduo livre e ativo, dotado de consciência e vontade” (Harvey, 2012, p. 227). Esse movimento de dominação foi iniciado ainda com as concepções renascentistas de tempo e espaço e apropriado pelos pensadores iluministas que, ao buscar as liberdades individuais, produziram estruturas de controle tanto dos seres humanos quanto da natureza (Harvey, 2012; Moore, 2022). E, assim, os seres humanos foram sendo enclausurados nas selvas de pedra e bruscamente afastados da floresta. Desaprendemos a caminhar em sintonia com os outros seres e passamos a temê-los (Krenak, 2022; Santos, 2023).

Em busca da liberdade do homem moderno, a natureza foi dominada e definida pela exploração intensa do sistema de produção capitalista. Reitera-se aqui que a dominação produzida pelas ideias iluministas segue constituindo ações que mutilam a existência no planeta. No Brasil, em um cenário de disputas de projetos, os rios são a expressão do controle do capital à produção de lucro, tendo em vista que “(...) cada um deles têm seu corpo lanhado por algum dano, seja pelo garimpo, pela mineração, pela apropriação indevida da paisagem” (Krenak, 2022, p. 20) ou são percebidos apenas “(...) como potencial energético para a construção de barragens ou como volume de água a ser usado na agricultura” (Krenak, 2022, p. 22).

O potencial energético se constitui em paralelo ao crescimento das metrópoles que, enquanto sorvedouros de energia, passam a demandar obras faraônicas, como é o caso das hidrelétricas, para que elas se mantenham iluminadas (Krenak, 2022). E, logo, em busca da promessa de desenvolvimento, os seres do planeta são coagidos a renunciar seus envolvimento. No ritmo do progresso permanente, a humanidade ocidental se *desenvolve* às custas do envolvimento com as árvores, a terra, as matas e os corpos d'água (Santos, 2023).

Em nosso país, esse envolvimento vem sendo comprimido ao longo do tempo. Desde os anos 80, os desastres ambientais se inserem nos noticiários como problemas que afetam não só a natureza como também os seres humanos, sobretudo os que vivem em situação de vulnerabilidade. Um exemplo foi a tragédia da Vila Socó em Cubatão/SP, ocorrida em 1984, onde um vazamento de combustíveis de oleodutos da Petrobrás, o qual passava sob as palafitas de uma comunidade composta por 6 mil pessoas na época, gerou um incêndio que destruiu o local e vitimou cerca de 500 pessoas. Em 1987, outro fato que marcou a história foi o acidente radioativo com o cézio-137, ocorrido em Goiânia, nas dependências do prédio em ruínas do antigo Instituto Goiano de Radiologia (IGR), que não tomou as medidas de segurança adequadas quando desativada (Vieira, 2013). Ainda na última década, o rompimento das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), pertencentes à Samarco e Vale, lançaram rejeitos de minério no solo e nas águas do Rio Doce e Paraopeba, além de vitimar 291 pessoas (Rocha, 2021).

Dos moradores da periferia de Cubatão na Vila Socó, passando pelos familiares dos homens desempregados, catadores de materiais recicláveis em Goiás, que foram encantados pelo brilho da morte, aos trabalhadores de Brumadinho e comunidades ribeirinhas, pescadores e indígenas de Mariana – e outros tantos crimes ambientais ocorridos no Brasil – é possível perceber que, para além da natureza, as pessoas que mais são afetadas pelos desastres ambientais são as que já estão inseridas à margem do sistema de produção capitalista. A lógica de dominação que se baseia na compreensão de Natureza Barata (Moore, 2022) é a que rege a exploração das pessoas e do ambiente. Para Ailton Krenak (2022, p. 52), que viu o Rio Doce que banha o território de sua etnia ser devorado pela lama química, “(...) o tal do progresso vai comandando a gente, e seguimos um piloto automático, devorando o planeta com fúria”.

Diante dessa perspectiva racionalista e eurocentrada, que povoa o imaginário ocidental e dos desastres ambientais cada vez mais recorrentes, é fundamental considerar a natureza nas reflexões sobre a construção do conhecimento. A matematização da vida, materializada na divisão do todo que é promovida pela modernidade capitalista, fragmenta corpos e mentes, despedaçando também ecossistemas. Aprender **com** os rios é uma possibilidade de repensar

nossas posturas enquanto pesquisadores/as e, para isso, é fundamental considerar uma perspectiva que atente à complexidade da vida (Morin, 2011) e contribua ao desenvolvimento de uma cidadania planetária (Gadotti, 2001).

Ao situar a dissertação no Alto Uruguai Gaúcho, região da bacia hidrográfica do Uruguai, é importante perceber que a cabeça pensa onde pisam os pés (Boff, 1997). Portanto, enquanto pesquisadora sou afetada pelo rio que banha as terras em que cresci e tem o seu fluxo barrado por sete usinas hidrelétricas. A mercantilização das águas, fruto da concepção de Natureza Barata (Moore, 2022), gera consequências ambientais que transbordam as análises científicas e desaguam na vida das populações que convivem com os rios. Nas populações que me cercam. Naquilo que, também, sou.

Com a concepção de Henrique Leff, a qual compreende que “a crise ambiental é sobretudo um problema de conhecimento” (2010, p. 16), inserimos a interdisciplinaridade como um imperativo ético e urgente à construção do conhecimento, sobretudo na região do Alto Uruguai. A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - *Campus Erechim*, fruto da luta dos movimentos sociais, pastorais da Igreja Católica e sindicatos, por meio do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas (PPGICH) é uma potência frente a esses debates, tendo em vista que oferece um campo científico fértil e provocativo para que estudantes e docentes, enquanto agentes da transformação, possam desenvolver uma ciência encarnada na realidade.

Assim, eu, Rocheli, enquanto jovem, estudante e pesquisadora do PPGICH, compreendo que a partir da interdisciplinaridade é possível empreender uma análise que situa o conhecimento para além das teorias que contribuem com as forças da dominação – sobretudo as que vêm adoecendo o planeta com as suas tecnologias cada vez mais invasivamente modernas. Nessa dissertação, o “ser pesquisadora” é guiado pelas forças da água que, sendo o que são, provocam-nos a “(...) viver essa incrível potência que ela [a água] tem de tomar caminhos diferentes” (Krenak, 2022, p. 15).

Por isso, a partir dos rios, aqui nos propomos a superar a chave de leitura simplista que parte do carvão-vapor e repensar o sistema capitalista através da relação trabalho-energia (Moore, 2022). Ademais, ao enfatizar a energia que perpassa o trabalho, para além de perceber apenas os seres humanos nessa relação, consideramos nesta pesquisa os humanos e as naturezas extra-humanas, que são transformados em valor e que acabam sendo capitalizados a partir da “(...) apropriação por meios não econômicos, como no trabalho de um rio, uma cachoeira, uma floresta ou algumas formas de reprodução social” (Moore, 2022, p. 146).

Ao analisar a construção do pensamento moderno, baseado nos pensadores iluministas e nas ciências sociais – germinadas no positivismo, este trabalho visa se inserir enquanto uma

possibilidade de construção que transborda a disciplinaridade e aposta na confluência de saberes enquanto perspectiva interdisciplinar (Santos, 2023). Para isso, são mobilizados conceitos dos teóricos clássicos, mas também de pensadores da realidade, como é o caso do filósofo, ativista ambiental e liderança indígenas Ailton Krenak (2022) e do quilombola piauiense Nego Bispo (2023).

Com Nego Bispo é possível ampliar a reflexão sobre a interdisciplinaridade, compreendendo-a a partir da confluência de saberes, um conceito que apresenta ligações potentes com o debate interdisciplinar e oferece uma metáfora pujante que transborda a polissemia do termo. Para Santos (2023), um rio não deixa de ser o que é porque flui com outros, isto é, ele passa a ser ele mesmo quando conflui com outros, em um movimento de fortalecimento de suas águas.

Ao prestar atenção, aprendemos **com** os rios que quando estamos em confluência, não deixamos de ser quem somos e vamos nos tornando mais na medida em que encontramos com o outro e a outra. No conhecimento, ao confluir saberes a partir de uma postura interdisciplinar não abandonamos as disciplinas, todavia tornamos maior o escopo da análise com o encontro de diferentes perspectivas teóricas (Fazenda, 2013).

Ademais, o conceito de confluência se coloca como uma lei que organiza a relação de convivência entre os elementos da natureza e nos ajuda a refletir que nem tudo o que se junta acaba sendo misturado, ou seja, as coisas não são iguais e essa diversidade é uma potência (Santos, 2023).

A interdisciplinaridade também provoca a perceber que ela não é uma simples união, mas uma atitude que busca a religação dos saberes (Morin, 2011). Usando a metáfora fluvial, disciplinas são como barragens que trancam o fluxo natural do conhecimento para produzir a ciência, desse modo, a interdisciplinaridade é inserida como uma proposta que abre as comportas, religando as águas e os saberes obstruídos para ampliar a produção do conhecimento.

Assim, a partir do pluralismo que é cultivado pelos povos politeístas, Nego Bispo provoca a um pensamento que ressignifique as fronteiras produzidas pela forma de pensar moderna monoteísta, compreendendo-as como espaço de confluência, para que os saberes se encontrem assim como se encontram os rios. Diante disso, essa pesquisa parte de uma perspectiva interdisciplinar a partir de uma confluência de saberes entre as disciplinas tendo como horizonte de análise o fato de a energia da natureza, especificamente a força das águas, ser apropriada pelo sistema de produção capitalista enquanto uma mercadoria vendável, inserindo no debate as pessoas jovens que são atingidas por esses processos de exploração.

Se a ciência foi se construindo por meio de técnicas de legitimação da dominação, transbordar a sua estrutura disciplinar é fundamental para romper com as monoculturas da mente para que novas alternativas sejam possíveis e viáveis – já que a narrativa de fim do mundo só serve para desanimarmos e desistirmos das possibilidades de transformação (Krenak, 2022; Shiva, 2003).

Portanto, aqui ousamos “(...) mergulhar profundamente na terra para sermos capazes de recriar o mundo” (Krenak, 2022, p. 37). Se onde pisam os pés, a cabeça pensa (Boff, 1997), queremos construir um conhecimento que parte da realidade e provoque a construção de narrativas e posturas que contribuam à confluência de saberes, ideias e gentes. Que sejamos capazes de, mesmo que no horizonte, percebermos nossa presença-corpo como constituinte do planeta e que assim como “(...) as águas do rio são as águas do céu, e as águas do céu são as águas do rio” (Krenak, 2022, p. 16), nossa vida também desagua no universo. Isso exige ainda mais responsabilidade político-afetiva frente ao chão que pisamos.

MANANCIAL

Ponto de partida. É a nascente das águas que brotam das zonas mais altas e se derramam pela terra. É um lugar que precisa de proteção e cuidado. Ao inserir o rio como fio condutor metafórico da investigação, o intuito não é dividir as suas partes, todavia perceber as potências dos elementos que integram o seu todo. Com a força e abundância que escorre pelo manancial, a introdução da dissertação convida a um “mergulho na memória” que introduz, situa as inspirações históricas, as origens e os fundamentos que são fonte deste projeto de pesquisa.

A você que me lê, desejo um bom mergulho.

1. MERGULHO NA MEMÓRIA

“As águas dos rios são as águas do céu, e as águas do céu são as águas dos rios.”
(Krenak, 2022, p. 16)

Na beira do Apuaê Mirim, havia uma jovem. Juntamente com a sua família, ela sabia que morar perto do rio é conviver com os desejos do rio: se o calor deixava as margens à mostra, o inverno era tempo de transbordamentos. Além do frio, era necessário erguer os pertences e até mesmo abandonar a casa quando a água começava a subir. O pai era encarregado de colocar a farinha nas tábuas do teto, caso contrário tudo se banhava. Sem farinha não haveria pão. Os animais pequenos, que não estavam acostumados com aquela situação corriqueira, tentavam se esconder embaixo do galpão e acabavam afogados. As roupas deixadas para trás viravam um uniforme cor de barro. A vizinhança acolhia, viviam profundas experiências de comunidade, partilhadas na dificuldade.

Da solidariedade comunitária, o retorno: recomeçar com o que sobrava, recolher o que ainda existia e fazer memória daquilo que havia sido levado pela correnteza. Depois das tantas visitas do rio, a casa foi reconstruída mais acima, no morro. Nos detalhes do campo, cada metro tem o seu devido valor. No pedaço de chão fértil, a vida da jovem se abraçava com a do rio, com Alice e João (os pais), com os irmãos, os gatos e cachorros, vacas e porcos. Ali na beira do rio que secava-transbordava de acordo com as estações, foram trilhados os primeiros passos de quem **eu** seria. Apesar de levarem muitas coisas, as águas deixaram as histórias. No limite de municípios, no interior de uma pacata cidade, havia uma jovem que viria a se tornar **minha** mãe: aos dezesseis anos, fundamental incompleto, a única filha mulher, mais velha da casa e encarregada do trabalho doméstico e do trabalho do campo. Do corpo jovem crescido naquele lugar, mais do que nascer, eu me fiz gente.

A beira do rio remonta a memória. Meu imaginário foi encharcado pelas histórias que residem na memória de minha mãe e, por meio da imaginação, na infância, produziram imagens que eram alimentadas pelas vezes que fui levada a reconhecer aquela planície fértil de terra. Atenta às conversas nostálgicas sobre o local exato da casa, as árvores frutíferas, a vizinhança e o queijo secando na janela; era possível perceber que “cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros desse grupo” (Halbwachs, 1990, p. 133).

A beira do rio, local de moradia da porção materna da família, mesmo depois de modificações espaciais que se prolongaram com o tempo, possui a marca daquele grupo (Halbwachs, 1990). Marca que eu fui aprendendo a interpretar e imaginar ao longo da minha trajetória (imagem 1).

Imagem 1 - Minha avó e minha mãe na antiga casa localizada em Lajeado André



Fonte: acervo pessoal

Aquela planície fértil foi o lugar de uma família – indo ao encontro da história sobre os primeiros agrupamentos humanos – que compartilhava e se relacionava com móveis, ornamentos, quadros, utensílios que compunham o espaço, enriquecendo elementos à significação. Para além dos objetos que existem “(...) em torno de nós como uma sociedade muda e imóvel (Halbwachs, 1990, p. 132), lá também havia o rio. Vivo, era ele que determinava o espaço, marcando os limites entre a vida e a morte, entre a natureza e a cultura; delimitando a área do terreno, extensa na seca e diminuta no inverno.

Para bell hooks³ (2022b, p. 26), “nascemos e mantemos a nossa existência no lugar da memória” e é por causa dela que vamos cultivando histórias, além de, por meio dela, estabelecermos marcas no espaço. Na partilha de experiências, rememorar é um ato de imaginação de quem conta que instiga a fantasia de quem ouve (Ricoeur, 2007). Assim, parto

³ Cabe ressaltar que o nome de bell hooks é empregado em letra minúscula e isto reflete a postura da própria autora, que o emprega em letras minúsculas como uma ação política ao rompimento das convenções linguísticas e acadêmicas, para que o foco esteja em sua discussão e não em sua pessoa. Gloria Jean Watkins criou este pseudônimo em homenagem à sua avó e, portanto, nosso texto respeita a postura da autora.

de um lugar afetivo que veio a me constituir enquanto ser humano e reivindico o passado como ponto de partida à renovação do compromisso com o presente (hooks, 2022b). Diante desse mergulho na memória, a temática da pesquisa se relaciona com uma das histórias contadas pela minha mãe sobre a sua vida na beira do rio. Homens, marcos, medições e carros-estranhos marcaram a sua infância. O espectro da barragem rondava o cotidiano e os pedaços de madeira fincados nas propriedades que viriam a ser atingidas já afligiam a possibilidade de futuro naquela comunidade. Lajeado André, comunidade próxima a vila Carlos Gomes, pertencente ao município de Viadutos, localização da vargem da família Jakubowski, seria inundada pelo projeto da Usina Hidrelétrica (UHE) de Machadinho.

Há alguns quilômetros da terra em que minha mãe cresceu, estava sendo articulada uma obra que seria considerada um marco na história das hidrelétricas brasileiras a partir dos esforços de acionistas e governantes, entrando em funcionamento em fevereiro de 2002, sendo entregue com 17 meses de antecipação (Machadinho, 2023). Nesse contexto, ao analisar os aspectos sociais da produção de energia elétrica, Aurélio Vianna (1992), orientado por Lygia Sigaud (1989), acompanhou o processo de enfrentamento de camponeses descendentes de poloneses, vizinhos e conhecidos da família, na resistência ao projeto da barragem que vinha sendo compelido. A ocorrência dos enfrentamentos se dava a partir de “(...) a) diversas concentrações, b) quebra e arrancamento de marcos, c) pressão sobre as autoridades, d) romarias, e) enfrentamentos com técnicos da Eletrosul, e f) abaixo-assinados” (Vianna, 1992, p. 23). A prisão de um técnico, ocorrida em uma comunidade próxima, Lajeado Pepino, revela a intensidade da ação social realizada pelos camponeses daquele lugar. A luta resultou na modificação do eixo da barragem e na vitória da comunidade camponesa de descendência polonesa (Vianna, 1992).

Carlos Gomes é uma das cidades que poderia ser sido somada a lista de espaços que desapareceram afogados por empreendimentos hidrelétricos. O primeiro caso, no Brasil, é o do município de São João Marcos no Rio de Janeiro, que foi despovoado e demolido na década de 40, devido a ampliação do lago artificial para alimentar a Usina Fontes Novas, gerando energia para abastecer a grande cidade maravilhosa. No oeste catarinense, há o caso de Itá, cidade que foi totalmente submersa pelas águas do lago artificial que sustém a usina de mesmo nome, produzindo dois espaços: a “nova cidade” e a “velha cidade”.

O curso do lago da UHE Machadinho foi desviado de Carlos Gomes, mas essa foi uma vitória pontual na história, tendo em vista que os grandes projetos hidrelétricos seguiram no aproveitamento do potencial hidrelétrico da bacia do rio Uruguai, atestado pelos estudos de viabilidade que começaram a ser produzidos ao longo da década de 60 (Oliveira, 2018). Assim,

ao tomar o rio como o fio condutor da pesquisa, meu olhar foi conduzido ao território atingido pela UHE Itá, usina jusante daquela que eu ouvi falar desde criança, para compreender o que pensam as/os jovens dos municípios atingidos, as/os quais tiveram na história de suas comunidades, a construção de uma barragem como marca inolvidável.

As histórias contadas pela minha mãe instigaram a minha curiosidade ao refletir que o estabelecimento de um megaprojeto atravessa todas as dimensões da vida, sobretudo nas esferas ambiental, psicológica e social.

Diante disso, ao analisar a região da bacia do rio Uruguai é possível perceber que os sete grandes empreendimentos em funcionamento (Passo Fundo, Itá, Machadinho, Barra Grande, Campos Novos, Monjolinho e Foz do Chapecó) formam grandes lagos que, para além de afetar direta e indiretamente uma quantidade exorbitante de pessoas, vêm transformando a bacia em uma escadaria, tendo em vista que o final da área de alagado de uma quase alcança o muro da barragem seguinte (MAB, 2011). Para além das comunidades, seus elementos culturais e sociais, também morrem os rios.

Ao perceber a dimensão de um megaprojeto como uma UHE no curso da história, justificada no paradigma do desenvolvimento que vem antecipando o fim do mundo (Krenak, 2019), reafirmei a necessidade de produzir conhecimento e permitir que esses corpos profundamente atravessados por esse processo que perdura há mais de duas décadas cheguem à academia, para que suas vozes atinjam um público maior.

Diante dessa realidade, há uma série de pesquisadores e pesquisadoras que vêm dedicando seus estudos à temática, situando a região atingida por Itá, tais quais Rocha (2019), Giongo (2017), Junior (2019) e Giongo e Mendes (2021). São pesquisas recentes que ressaltam a necessidade de pautar o território a partir do conhecimento científico, garantindo pesquisas que deem visibilidade às pessoas afetadas.

O Brasil é um dos países em evidência entre os construtores mundiais de barragens, além de ser o “(...) segundo país que gera mais energia hidrelétrica no mundo, atrás da China” (Oliveira, 2018). De acordo com a Comissão Mundial de Barragens, a construção desses empreendimentos ao longo dos últimos anos resultou no deslocamento direto de 40 a 80 milhões de pessoas ao redor do mundo (World Commission on Dams, 2000). Assim, após a realização do Estado do Conhecimento (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021), foi possível perceber uma lacuna nas discussões situadas nas regiões atingidas por barragens, tendo em vista que, até então, as pesquisadoras e pesquisadores privilegiaram as informações vinculadas às pessoas que presenciaram o fato nas décadas de 80 e 90, anteriores ao início da operação da usina que se deu em 2000.

A lacuna observada no campo científico exprime a inexistência de debates sobre a relação da Usina Hidrelétrica de Itá com as/os jovens atingidos/as, como se essas pessoas também não enfrentassem os impactos ambientais e sociais do barramento do rio. As consequências da instalação de empreendimentos hidrelétricos são, para além do alagamento dos territórios, perdas simbólicas e materiais, poluição (água, solo e ar), modificação das práticas culturais e sociais; problemas de acesso à serviços públicos de saúde; redução do número de moradores/as nas comunidades e modificação das práticas de subsistência, de renda e de trabalho (FIOCRUZ; MAB, 2023): danos que atingem a vida desta geração de jovens.

Diante disso, a presente pesquisa é baseada no problema: **quais são as representações sociais (RS) de pessoas jovens, na faixa etária de 18 a 29 anos, residentes no território gaúcho atingido, acerca da barragem da Usina Hidrelétrica de Itá, considerando os elementos perpassados por outras gerações, que constroem a memória coletiva desses territórios?**

A partir do problema de pesquisa, o objetivo geral visou investigar as representações sociais da barragem de jovens atingidos pela Usina Hidrelétrica de Itá, considerando os municípios de Aratiba, Mariano Moro, Marcelino Ramos e Severiano de Almeida, localizados em território gaúcho atingido⁴. O recorte favoreceu os municípios atingidos do Rio Grande do Sul, tendo em vista que a discussão opta por situar o debate na região do Alto Uruguai Gaúcho e pondera a dificuldade de deslocamento até as cidades catarinenses com os respectivos custos vinculados à logística. Além disso, também foram priorizadas as quatro cidades, considerando o tempo à execução de uma pesquisa de campo. Sem embargo, o seguimento da carreira acadêmica pode oferecer possibilidades de ampliação do escopo da pesquisa.

Desenvolvidas por Serge Moscovici (2007) a partir das representações coletivas de Émile Durkheim (1987), e inseridas enquanto a principal perspectiva teórica desta pesquisa, as representações sociais⁵ constituem

(...) categorias de conhecimentos que permeiam e se infiltram cotidianamente em nossa maneira de pensar, a exemplo das relações entre os indivíduos e em seus grupos, de modo que ao se relacionar com os demais, origina-se a necessidade de nomear e materializar o que não se configura ainda como familiar” (Oliveira; Bertoni, 2019, p. 256).

⁴ O território em questão pode ser visualizado nos anexos da dissertação (Anexo I), a partir do Google Maps com recorte produzido pela pesquisadora.

⁵ A investigar o sofrimento das populações atingidas pela UHE Itá, o trabalho da psicóloga Carmem Regina Giongo (2017) insere representações sobre a barragem. Tais representações inspiraram esta dissertação e podem ser visualizadas no título “desertos de água”, que foi o nome da exposição fotográfica proposta pela pesquisadora com base na sua tese. Este nome foi escolhido para criar uma vinculação com a pesquisa de Giongo (2017), garantindo uma ligação que objetiva um seguimento à investigação realizada e defendida por ela em 2017 e proposta, neste momento, por mim. Um território atingido é um terreno que não esgota a sua fertilidade à investigação científica.

Assim, enquanto constructo sociopsicológico, a Teoria das Representações Sociais (TRS) se apresenta como uma ferramenta científica para a leitura do conhecimento do senso comum, compreendendo-o ora em termos de produto (conteúdo), ora abordada em termos de processo (incorporação do familiar e/ou do não familiar) (Crusoé, 2004), sendo forjadas em uma bagagem de conhecimentos que se ancoram na memória coletiva (Oliveira; Bertoni, 2019) articulando, portanto, conceitos sociológicos e psicológicos. Para Moscovici (2007), as relações sociais constituídas cotidianamente são frutos das representações sociais que são apreendidas pelos sujeitos na interação com a sociedade. Outro ponto importante a considerar é o fato de que, enquanto perspectiva teórica, a TRS é intrinsecamente interdisciplinar, além de também possuírem uma dupla dimensão, ou seja, sujeito e sociedade são considerados de forma associada.

A investigação realizada nos territórios da UHE Itá por Giongo e Mendes (2021) aponta pistas sobre representações sociais da barragem para a população atingida, situando a UHE como um “bicho de sete cabeças” que produz refugiados do desenvolvimento⁶ nos onze municípios atingidos, tais quais Alto Bela Vista/SC, Arabutã/SC, Concórdia/SC, Ipira/SC, Itá/SC, Peritiba/SC, Piratuba/SC, Aratiba/RS, Marcelino Ramos/RS, Mariano Moro/RS e Severiano de Almeida/RS.

Ao pensar na vida das pessoas que são atravessadas por essas obras faraônicas, não se pode ocultar da discussão a dimensão da tragédia ambiental que é materializada nesses espaços, efetivada por uma lógica desenvolvimentista que considera a natureza como produto a ser comercializado. A interferência no fluxo dos rios, o alagamento de imensas áreas de floresta, a destruição da fauna/flora e a alteração do ecossistema são alguns dos impactos já atestados pela comunidade acadêmica (Lima *et al.*, 2018) sobre a dimensão dos danos causados ao ambiente. Esses desastres somam forças a uma “marcha insensata em direção ao abismo” que vem sendo popularizada por meio do termo “crise climática” (Marques, 2018).

Diante disso, as **sete cabeças desse bicho** transbordam as possibilidades científicas traçadas nas disciplinas e, por isso, exigem uma postura interdisciplinar que seja baseada em conceitos das várias áreas do conhecimento (Fazenda, 2013). Logo, a pesquisa considera a interdisciplinaridade a partir de uma dupla reflexão que parte de dois pontos: o primeiro, a partir do corpo de pesquisadora que, com Ivani Fazenda (2013), assume a interdisciplinaridade como

⁶ De acordo com as autoras, a maior população atingida pelos empreendimentos hidrelétricos são trabalhadores/as rurais e populações indígenas (Giongo; Mendes, 2021). Nesse sentido, elas situam a discussão sobre refugiados do desenvolvimento a partir de discussões nacionais e internacionais que comparam a situação de atingidos por barragens com os cenários de lutas armadas (Roy, 1999; Visvanathan, 1997; Cernea; McDowell, 2000; Vainer, 1990; Santos, 2007; Almeida, 2008).

uma postura ética; o segundo tem por base os escritos de Edgar Morin (2011) sobre o pensamento complexo, tendo em vista que o autor aponta a existência de um paradigma simplificador que se baseia na ordem que é materializada por meio de leis e princípios. Valorizar a complexidade dos elementos que constituem a realidade é também conceber o conhecimento como algo inteiro, sem compartimentos ou parcelas. A compreensão de Morin (2011) pode ser vinculada à confluência apresentada por Santos (2023), construindo a partir do pensamento complexo uma confluência de saberes.

Buscar a complexidade de um território atingido por uma barragem é reconhecer a importância de transbordar uma análise disciplinar para englobar conceitos de outras áreas do conhecimento que colaborem com o aprofundamento da pesquisa, não em um sentido de mera especialização, mas em um movimento que contribua ao desenvolvimento de mais do que uma dissertação: uma ciência com consciência (Morin, 2010). Para isso, são articulados conceitos das disciplinas que compõe as ciências humanas, sobretudo a sociologia, antropologia, geografia, psicologia e história. Assim, a presente investigação conta com os seguintes objetivos específicos:

- a) Investigar de que modo as representações sociais sobre a barragem da Usina Hidrelétrica de Itá contribuem para a construção das subjetividades das pessoas jovens no território;
- b) Identificar se há relações entre as representações sociais e a memória coletiva acerca do empreendimento, atentando aos impactos intergeracionais;
- c) Inferir quais são os marcadores de entrada na idade adulta geradas nos territórios e como, na visão dos sujeitos participantes da pesquisa, a implantação do projeto hidrelétrico influenciou seus projetos de vida;
- d) Desenvolver um processo de investigação interdisciplinar que garanta visibilidade às pessoas participantes enquanto sujeitos da pesquisa e de suas histórias e que contribua aos debates relacionados às juventudes contemporâneas e às populações atingidas por barragens.

Ao analisar os impactos sociais promovidos pela implementação das hidrelétricas, é possível perceber que as consequências interferem em aspectos estruturais da vida das pessoas atingidas, isto é, afetam os laços comunitários por causa dos deslocamentos compulsórios, impõe o êxodo rural e consequente mudança para a cidade, alteram os modos de produção e as relações de trabalho (Giongo; Mendes, 2021). A partir disso, a inserção do recorte juvenil na discussão é considerada significativa, levando em conta que será possível estabelecer uma relação sobre os efeitos intergeracionais da construção desses empreendimentos, ao perceber como a vulnerabilidade promovida por essas grandes obras de infraestrutura atravessam a

trajetória das famílias ao longo do tempo e colaboram à construção das subjetividades dessas pessoas.

Assim como socialmente não vinculamos o movimento de acender uma lâmpada ao processo social que produz a energia elétrica (Rocha, 2013), também não atentamos aos elementos que nos cercam, tanto individual como coletivamente, como é o caso das palavras, ideias e imagens que “(...) penetram por nossos olhos, nossos ouvidos e nossa mente, quer queiramos quer não e que nos atingem, sem que o saibamos” (Moscovici, 2007, p. 33). Nesse sentido, o presente trabalho preza por uma investigação da realidade social a partir do conhecimento do cotidiano e, portanto, utiliza a perspectiva teórico-metodológica das representações sociais, tendo em vista que contribuem à investigação do “(...) modo como os sujeitos dão sentido à sua prática e sua experiência no mundo social de vida.” (Jodelet, 2017, p. 25).

Para Serge Moscovici (2007), criador desta abordagem psicossocial, as representações sociais tornam familiar a não familiaridade. Além do mais, elas também restauram a consciência coletiva e a relacionam com a memória (Jodelet, 2017). Dessa maneira, esta dissertação desenvolveu um paralelo temporal entre o passado, por meio dos debates relacionados à memória coletiva dos elementos históricos que acompanharam o processo de construção da UHE Itá; o presente, por meio das representações sociais da barragem para as pessoas jovens que habitam o território; e o futuro, através da investigação dos projetos de vida das/os participantes, compreendendo se a barragem afeta aquilo que projetam em suas trajetórias. Diante disso, foi possível estabelecer reflexões sobre como os impactos das hidrelétricas se expandem pelas gerações.

Em relação à metodologia, a presente pesquisa é de caráter qualitativo, tendo em vista que busca compreender o universo de significados e representações produzidas no território pelas pessoas jovens e foi desenvolvida a partir das fases do ciclo da pesquisa (Minayo, 1994): 1) fase exploratória, através da realização do Estado do Conhecimento (EC) sobre a produção científica em relação às juventudes e barragens presentes na BDTD e Scielo; 2) fase do trabalho de campo, com grupos sociais com pessoas jovens de municípios atingidos pela Usina Hidrelétrica de Itá e aplicação de questionário sociodemográfico e para compreensão do perfil dos/as participantes; 3) fase de organização do material e 4) fase de categorização, em que os dados foram submetidos à análise temática (Minayo, 2007).

Quanto à juventude, compreendendo-a como uma noção socialmente variável (Abramo, 1994), Weisheimer (2019, p. 45) aponta que o conceito “(...) representa uma fase da vida situada entre a infância e vida adulta” que é marcada por critérios múltiplos, isto é, expressam

transformações no “(...) plano biológico, psicológico, cognitivo, cultural e social” (Weisheimer, 2019, p. 45). Assim, ao constatar que a compreensão de juventude no imaginário social tem uma vinculação direta à faixa etária, esta pesquisa visa considerar a idade das pessoas jovens, isto é, perceber que a juventude pode ser tida como um grupo etário, contudo sem limitar a definição a este elemento.

Portanto, a juventude é compreendida como uma categoria sociológica formada por singularidades históricas, contextuais e conjunturais. Aqui a dimensão etária é utilizada como critério para que seja possível distinguir as pessoas jovens enquanto participantes da pesquisa, tendo em vista há a possibilidade de pessoas adultas serem indicadas pelas comunidades, desconsiderando as/os jovens como pessoas com conhecimento suficiente para tratar de um assunto que foi vivenciado pelas pessoas mais adultas/idosas – justamente o objetivo deste estudo. Ademais, ao perceber que o território atingido é constituído por municípios de pequeno porte, localizados na zona rural e em uma região afastada de grandes centros, é importante considerar a situação juvenil⁷ vivenciada nos municípios (Weishmeier, 2019).

A escolha dos participantes utilizou o tipo de amostragem conhecido como “bola de neve” (Vinuto, 2014), que é uma forma não probabilística, a qual se utiliza de cadeias de referência e é iniciada pelo contato com outras pesquisas realizadas no território e pessoas que são informantes-chave, chamados de “sementes”, que auxiliam a localizar sujeitos. Ademais, optou-se pela delimitação etária dos 18 aos 29 anos, considerando serem pessoas maiores de idade.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados, a pesquisa de campo foi realizada por meio de grupos focais (Veiga; Gondim, 2001; Kind, 2004), pois este é um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos (Veiga; Gondim, 2001). Ademais, o instrumento de coleta de dados que foi utilizado em campo se justifica pelo fato de que “(...) o cenário de comunicações e interações proporcionado pelo grupo focal cria oportunidades de acesso às representações sociais” (Nóbrega; Andrade; Melo, 2016, p. 443). Foram quatro grupos focais no total, sendo um por município.

Cabe ressaltar que a pesquisa também seguiu os preceitos éticos à construção do conhecimento científico, tendo sido provada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), por meio da Plataforma Brasil (anexo II). Por

⁷ Abramo (2005) desenvolve dois conceitos importante: a condição juvenil expressa o significado histórico e geracional que é atribuído à juventude por uma sociedade específica. Por isso, é possível compreender que a noção de juventude é socialmente variável. Já a situação juvenil diz respeito ao modo como a condição é vivida na materialidade do cotidiano, isto é, relaciona-se com os marcadores sociais da diferença como classe, gênero, raça, etnia etc.

isso, o apêndice 4 apresenta o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que foi apresentado aos/às pessoas jovens para legitimar o aceite da participação na pesquisa e a autorização do uso da voz para a gravação das discussões e posterior transcrição dos dados.

Isto posto, destaca-se que este trabalho é inspirado pelos elementos que constituem o rio. No princípio, enquanto nascente das águas, o **manancial** é composto por esta introdução, com um *mergulho na memória* que situa os fundamentos, as inspirações pessoais, políticas e teóricas geradoras dos primeiros questionamentos que se tornaram uma dissertação. Quando o curso de água aumenta o seu corpo, chegamos ao **leito**, espaço que marca a profundidade ocupada pela correnteza, aponta-se ao segundo capítulo, que discute como o *desenvolvimento: perigo de uma história única* tornou-se uma promessa fundamentada na lógica do progresso, e que é produtora de zonas de sacrifício que alimentam o hidrocolonialismo através de um hidronegócio, justificando uma demanda permanente de energia elétrica, que vem sendo produtora do colapso ambiental que se propaga no planeta.

Os **afluentes** conduzem ao terceiro capítulo, desaguando em caminhos que aprofundam aos *conceitos confluentes* que guiam o percurso teórico-metodológico da pesquisa. Ao conceituar a realidade social e como esses aspectos se manifestam na construção individual dos sujeitos, pela via da Teoria das Representações Sociais compreende-se que “o social não determina a pessoa, mas é substantivo dela” (Oliveira; Werba, 1998, p. 107), além de vincular elementos essenciais à construção da memória coletiva. Os **subafluentes**, ao ampliar os caminhos do rio, confluem no encontro das juventudes de um campo de conflitos com as disputas em torno da noção de atingidas por barragem.

O **talvegue**, elemento mais profundo e onde escorrem todas as águas, delineia os procedimentos metodológicos que envolvem as fases do ciclo da pesquisa a partir de Minayo (1994), iniciando pelo Estado do Conhecimento que compõe a fase exploratória; a realização de grupos focais nos municípios gaúchos atingidos, constituindo a fase do trabalho de campo; a fase do tratamento e teorização do material que se desenvolveram a partir da análise temática (Minayo, 2007). Neste quarto capítulo, também são apresentados os dados sobre o perfil das/os jovens participantes, que se constituiu em uma diversidade que marca as juventudes enquanto categoria. Os grupos focais foram constituídos majoritariamente de jovens mulheres, autodeclaradas brancas, escolarizadas e na faixa etária dos 18 aos 24 anos, que trabalham em áreas diversas, sendo agricultoras, secretárias, estudantes, vendedoras e médicas.

Os **meandros** se constituem por aquilo que nem sempre é alcançado pelo olhar e, neste caso, indicam as análises vinculadas às teorias apresentadas no leito e sistematizadas pela análise temática. Com o objetivo de investigar as representações sociais de jovens do território

gaúcho atingido, a análise temática foi vinculada à abordagem sociogênica e apontou a categorias que confluem enquanto representações sociais temporais, espaciais e psíquicas. Na dimensão teórica da informação, as RS temporais apontam a uma *vida social perdida* diante da implantação da Usina Hidrelétrica Itá, além de um desencanto desenvolvido pela promessa de desenvolvimento que não foi materializada na vida dessas novas gerações.

Na dimensão teórica do campo, as RS espaciais apontam a *pedra que era elefante* para ilustrar a perda do espaço que foi submerso enquanto elemento afetivo e constitutivo da memória coletiva; a *destruição ambiental* como uma tragédia que se prolonga no tempo, sendo vinculada a desejo por lucro; as alterações microclimáticas que são percebidas no território são elaboradas em *tu não “guenta” de calor*; e o *lucro acima da vida humana e não humana* sistematiza o debate econômico no território. Na dimensão teórica da atitude, as RS psíquicas representam emoções que apontam a uma *tristeza pelo passado*, elaborada no contato com as histórias que formulam a memória coletiva; e *angústia pelo futuro* diante de possíveis riscos de rompimento que são articulados com os desastres ambientais promovidos por barragens no país nos últimos anos, além de aflição diante do futuro do planeta.

Ao vincular a barragem como o objeto da pesquisa e as pessoas jovens como sujeitos, também são apontadas reflexões que questionam se o empreendimento hidrelétrico afeta o acesso aos direitos das juventudes no território, com base no Estatuto da Juventude. Cabe ressaltar que, apesar de considerarmos que a implantação da barragem afete o acesso aos direitos juvenis, apresentamos pistas que podem confluir ao desenvolvimento de investigações mais profundas, considerando que este não era o objetivo do nosso trabalho.

A **foz**, juntamente com Nêgo Bispo (2015), ensina que não há fim. A circularidade apontada pela cosmologia das populações não brancas é pautada na confluência, assim como se comportam as águas dos rios. Como um encontro, começo-meio-começo, a foz recupera o Rio Uruguai como sujeito dentro dessa relação de exploração promovida pelo hidrocolonialismo, indicando pistas para adiar o fim do mundo. Para escutar a voz do rio, é urgente promover uma transformação nas mentalidades que se inicia por um rompimento com o pensamento branco, o qual promove e constrói hidrelétricas como símbolo do desenvolvimento moderno. Esse progresso branco e iluminado, que remonta aos filósofos europeus dos séculos XVIII e XIX, fundamento da ciência moderna, está conduzindo as populações humanas e não humanas a mais uma extinção em massa.

Assim, reitera-se a necessidade de compreender como os saberes, pelas representações sociais, constituem o imaginário social das populações para que haja uma chance de promover transformações estruturais que iniciem pela forma de pensar. Se as palavras determinam o nosso

pensamento, pois são com elas que pensamos (Bondía, 2002), é nelas que precisamos focar a nossa atenção. Em suma, essa dissertação conflui para disputar discursos, questionar termos, cultivar a esperança e criar outras narrativas que apontem a um futuro ancestral desde o Alto Uruguai Gaúcho (Krenak, 2022; Kopenawa; Albert, 2015).

LEITO

É o espaço ocupado pelas águas ao longo do caminho percorrido pelo rio. É o lugar da imaginação, porque é aquilo que não se pode ver integralmente. É o local da profundidade, onde se escondem os seres que fluem com o rio. Sendo o local da fluidez, estimado leitor, esta parte do trabalho vai agrupar a profundidade do debate teórico relacionada ao contexto em que se insere a temática da dissertação. Por isso, o próximo capítulo fará uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento econômico enquanto um paradigma suicida, apontando questões sobre o colapso ambiental que provém da busca pelo progresso, desaguando no hidronegócio que explora e aflige a Bacia do Rio Uruguai.

2. DESENVOLVIMENTO: O PERIGO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA

Quando ouvi uma mulher da etnia Krenak afirmar que a água que corre pelos rios é a mesma que corre em nós, comecei a repensar os meus referenciais. Enquanto escrevo esse capítulo, botos cozinham dentro do caldeirão que foi tornado o Lago Tefé no Amazonas, ao atingir uma marca próxima aos 40 graus celsius. Há alguns quilômetros da minha casa, o Rio Taquari transborda e carrega consigo cidades inteiras. Mortes, traumas e destruição. Cientistas atribuem os fatos com unanimidade a um responsável comum, o aquecimento global. Lembro de ouvir esse termo durante a infância ao escutar a programação do rádio. Esse aquecimento do planeta se materializa potencializando fenômenos, como é o caso do El Niño, o qual foi nomeado pelos pescadores peruanos pelo fato de aquecer as águas do Oceano Pacífico na época do Natal e, apesar de já figurar no imaginário da população, sua existência é motivo de aflição em diversas partes do país (Pesquisa FAPESP, 2023).

Com a crise climática, fenômenos considerados normal à atividade do planeta são tornados problemáticos. Transpondo a previsão do tempo na minha infância, hoje os fenômenos que estudei naquela época tomam as manchetes dos principais jornais do país com desequilíbrios intensos: cheias e secas históricas. O movimento dos rios alerta a um distúrbio que vai além do fenômeno em si, mas os brancos que ainda não aprenderam com o fluxo pedagógico das águas (Krenak, 2022). Para Marques (2023, p. 09), está em curso um paradigma suicida que conduz as sociedades ao decênio decisivo, isto é, o período que ainda se pode evitar a “(...) desorganização das sociedades sob o impacto da aceleração e da sinergia entre as diversas crises socioambientais, capazes de levar ao aniquilamento (...)”. Nesse sentido, até o Papa Francisco reflete sobre a globalização desse paradigma tecnocrático, em que a ciência controla a destruição da natureza pela tecnologia (Francisco, 2015). Assim, ao propor uma reflexão do leito, esse capítulo pretende confluir elementos da história para dissertar sobre o paradigma do desenvolvimento econômico, conceito amplo e complexo que será a base do fluxo do debate nesta pesquisa.

Se o aquecimento global passou a figurar no meu imaginário por meio do rádio, o desenvolvimento povoa as formas de vida a partir de uma narrativa única que o justifica em sintonia com o progresso (Chimamanda, 2019). A história única do desenvolvimento é cultivada na escola, sobretudo quando somos impelidos/as a analisar os feitos da humanidade em uma perspectiva eurocêntrica. Desse modo, aprende-se que a Revolução Industrial foi um caminho necessário à construção das benesses que nos circundam, sobretudo por intermédio das tecnologias. Alberto Acosta (2016) contrapõe essa visão, ao situar o debate a partir da lógica

do Bem-Viver, a qual nasce no seio das comunidades tradicionais. Ao sugerir uma outra versão à história única do desenvolvimento como objetivo comum, Acosta (2016) traça um paralelo que o sustenta entre a euforia e o desencanto.

Com a versão de Acosta (2016), mergulhamos no debate para compreender o seio em que o desenvolvimento foi alimentado e, com isso, percebe-se a contribuição do progresso positivista. A partir da razão positivista, o desenvolvimento foi institucionalizado no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, mais especificamente em 1949, quando, no Congresso americano, Harry Truman inaugurava o seu mandato em um discurso que definia áreas do globo como subdesenvolvidas em detrimento de outras (Acosta, 2016). Com as disputas narrativas e geopolíticas que sustentavam a Guerra Fria, o desenvolvimento econômico passou a ser um objetivo inegociável, entendido como o destino comum da humanidade (Acosta, 2016). Enquanto um horizonte comum, a relação com o progresso nascido no pensamento cartesiano garante uma lógica de evolução permanente que se apresenta como um fantasma, pronto para assombrar os menos desenvolvidos e, pela força, coagi-los à necessidade de crescimento gradual. Produzir para crescer e modernizar ou o fracasso, afirmavam os (autointitulados) desenvolvidos (Lewis, 2008).

Diferente deles, na percepção do conhecimento ancestral quilombola, “desenvolvimento é sinônimo de desconectar, tirar do cosmo, quebrar a originalidade” (Santos, 2023, p. 30) e, pela definição de Truman, é possível perceber que as especificidades de diversas populações foram danificadas em prol desse horizonte unificador, pintado com a promessa de sucesso e prosperidade. A euforia acompanhou o desenvolvimento que “converteu-se em uma exigência global que implicava a difusão do modelo de sociedade norte-americana, herdeiro de muitos valores europeus” (Acosta, 2016, p. 57). Essa conversão passou a dispor de aspectos coercitivos que emergiram por meio da intervenção da nova face do velho imperialismo, sobretudo com ações militares para impulsionar países atrasados a se desenvolverem, “(...) protegendo-os da influência de potências rivais” (Acosta, 2016, p. 59). Na lógica desenvolvimentista, as diversidades foram transformadas em divergências e os conflitos armados passaram a derramar sangue em busca da paz.

Enquanto elemento da matriz eurocristã monoteísta, a paz também é elencada enquanto um propósito civilizacional, todavia diferente do desenvolvimento econômico, ela é negociável e organizada geopoliticamente enquanto uma *Pax Americana*⁸ (Harvey, 2005) – que vem sendo

⁸ Para Ferreira (2008, p. 54), a Pax Americana “(...) compreenderia a continuação, o aprofundamento, a consolidação e a generalização de um processo em virtude do qual os EUA, combinando sua capacidade militar com sua enorme predominância econômico-tecnológica, tornar-se-ia hegemônico mundialmente.”

desafiada no jogo geopolítico, sobretudo pela China. Na corrida pelo progresso, o desencanto é semeado no ataque às comunidades tradicionais dos territórios denominados subdesenvolvidos pelas potências imperialistas que “(...) se utilizam de armas com poder de destruição ainda mais sofisticado, numa correlação de forças perversamente desigual” (Santos, 2015, p. 76). Da euforia ao desencanto, a promessa desenvolvimentista se reduz a destruição que vai além dos seres humanos, tendo em vista que ecossistemas inteiros são devastados por essa lógica, que alimenta o sistema capitalista enquanto queima, inunda, implode, soterra e revira com suas máquinas os territórios e atravessa os modos de vida de diversas populações (Santos, 2015).

Santos (2015, 2023) oferece um conceito importante para traçar uma reflexão a partir da religião⁹, aprofundando a discussão sobre o desenvolvimento enquanto suposto objetivo ao bem-estar e à paz. Ao percebê-lo como des-envolvimento, o pensador quilombola afirma que os brancos eurocristãos monoteístas se desconectaram da natureza por causa do pecado original, isto é, quando Adão foi expulso do Jardim do Éden o humanismo foi instaurado enquanto um sistema apartado do reino animal, que se traduziu na produção de uma desconexão com a natureza que ele nomeia de cosmofofia (Santos, 2015; 2023). Krenak (2022) acrescenta aspectos da dimensão educacional ao argumento de Santos (2015; 2023) sustentando que, com sete anos, uma criança passa a ser treinada para ignorar o ambiente e, por meio de uma educação sanitária, a terra se torna sujeira e o mundo um almoxarifado que alimenta a urgência da crise ambiental. Nesse sentido, é possível perceber que a desconexão com a natureza se deu pelo terror psicológico-religioso que, apoiado no monoteísmo, perpetua uma humanidade¹⁰ cosmofofica que aceita a devastação ambiental e social em troca do alcance do desenvolvimento (Santos, 2015; 2023; Krenak, 2022; Acosta, 2016).

Não é novidade que os seres humanos transformam os ambientes, contudo o afastamento da natureza, alimentado pela cosmofofia, admite uma relação capitalista que “só percebe os rios como potencial energético para a construção de barragens ou como volume de

⁹ Cabe afirmar que a religião é compreendida historicamente pelo autor, sobretudo nas relações de poder que originaram o monoteísmo em detrimento do politeísmo, considerando que ao analisar as Bulas Papais, esse processo, “nasce também como negação e aniquilamento do outro para afirmação de si, ao denominar equívoca e genericamente como sarracenos os povos árabes e como pagãos e inimigos de Cristo todos e quaisquer povos e civilizações não-ocidentais — justificção religiosa da escravização e destino-(auto)manifesto europeu como algoz da humanidade” (Santos, 2015, p. 146).

¹⁰ Para o autor, o humanismo é um sistema aparte do reino animal, criado pela narrativa bíblica da expulsão de Adão do Jardim do Éden, que concebe os humanos, isto é, seres que não se sentem entes do mundo animal. Para ele, esse sistema inventa a uniformidade e exclui a diversidade e, portanto, o “humanismo é uma palavra companheira da palavra desenvolvimento, cuja ideia é tratar os seres humanos como seres que querem ser criadores, e não criaturas da natureza, que querem superar a natureza” (Santos, 2023, p. 30).

água para ser usado na agricultura” (Krenak, 2022, p. 22). Ao tornar o meio ambiente um recurso natural, a sociedade se projeta como algo fora da natureza, com o poder de utilizar e dominar os elementos de acordo com as suas necessidades sociais e, principalmente, econômicas. O desenvolvimento, alimentado no seio do progresso, aproveitou-se da inauguração de uma nova maneira de organizar a natureza, que se deu pela ascensão do capitalismo (Moore, 2022). Para prosperar, este sistema de produção já não se baseava apenas na produtividade da terra, mas na produção da riqueza pelo trabalho/energia. Assim, foi engendrada uma estratégia de apropriação de trabalho/energia não remunerado que Moore (2022) nomeia de Natureza Barata, enquanto para Harvey (2011, p. 151) esse processo é chamado de segunda natureza, ou seja, “a natureza remodelada pela ação humana”.

Para que o capitalismo possa sobreviver enquanto sistema, toda a natureza acaba sendo posta para trabalhar (Moore, 2022). Neste sistema, a busca pelo des-envolvimento insere o planeta como fonte de Natureza Barata em que, por meio da exploração de trabalho/energia, o capitalismo se desenvolve enquanto um “(...) conjunto de relações por meio das quais a “capacidade de executar um trabalho” – por humano e naturezas extra-humanas – é transformada em valor” (Moore, 2022, p. 146). Dessa maneira, Moore (2022) indica que não apenas os seres humanos são coagidos a sobreviver nesse sistema de produtividade ascendente, mas também a natureza é impelida a trabalhar de forma não capitalizada, garantindo recursos que não geram custos, apenas receita: como no trabalho de um rio para a produção de energia elétrica. A história única do desenvolvimento como horizonte comum à prosperidade, explorando seres humanos e não humanos, é garantida por agentes sistêmicos, sobretudo o Estado e o capital.

Para aprofundar essa história, é essencial compreender que, ao ser fonte do valor de uso, a primeira natureza é transformada em Natureza Barata para a geração de valor de troca (Harvey, 2011; Marx, 1989; Moore, 2022). A mercantilização do ambiente enquanto fonte de recursos materiais moveu a busca incessante pelo desenvolvimento econômico que, para além das matérias primas específicas de cada tempo histórico, esquadrihava formas de obtenção de energia por meio da tecnologia. Fogo, madeira, vento, carvão, petróleo e água são os principais elementos que possibilitaram a acumulação primitiva do capital. Para além da exploração dessas fontes de energia que usurpam o ambiente, a força de trabalho também é utilizada no processo de acumulação de riquezas que garante a reprodução do sistema capitalista. Conforme a proposição de Harvey (2011), o Estado atua como agente regulador desse processo de dupla exploração (da natureza e do trabalho) aliado ao capital, tendo em vista que “(...) a transição

para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado” (Harvey, 2005, p. 121), sobretudo por intermédio da violência e da legalidade.

Por ser um processo em andamento, Harvey (2005) sugere que a acumulação por espoliação seja a forma nominal mais efetiva para a compreensão da questão. Na busca pelo desenvolvimentismo que se materializa no lucro, os territórios considerados subdesenvolvidos são forçados a integrar a lógica capitalista, abrindo-se ao comércio ou permitindo investimentos do capital estrangeiro à exploração de força de trabalho e Natureza Barata (Harvey, 2005; Moore, 2022). Assim, o desenvolvimento enquanto destino comum da humanidade acaba gerando “(...) uma nova onda de ‘expropriação das terras comuns’” (Harvey, 2005, p. 123), exibindo a sua face imperialista (Acosta, 2016). Nesse sentido, Cervinski (2010) argumenta que, no campo da produção de energia, as usinas hidrelétricas se inserem como fábricas de eletricidade que, para Castilho (2019, p. 68) foram tornadas “um grande negócio por se constituir como vetor de acumulação via espoliação e meio de incorporação territorial e de exploração de recursos naturais”.

Ao longo da promoção do desenvolvimento enquanto história única, a industrialização foi conduzindo a um crescimento exponencial das cidades que produz uma demanda descomunal de energia para dar continuidade ao progresso. É um ciclo de exploração que não garante recursos para que todos cresçam na mesma proporção. O desenvolvimento das grandes potências é alimentado pelo subdesenvolvimento que, pela exploração do trabalho e da Natureza Barata, cria zonas de sacrifício marcadas pela violência e pobreza (Marques, 2023; Moore, 2022).

A lógica desenvolvimentista, produzida pelo capital e garantida pelo Estado, segue na defesa de uma ordem que garantirá a extinção das espécies como ponto ápice de seu progresso. Assim, assistimos a um colapso em curso, em que os que mais sofrem são as pessoas que já vivem em situação de vulnerabilidade e são vítimas do racismo ambiental, além de populações de animais e plantas que são devastadas e inseridas no livro vermelho das espécies ameaçadas de extinção, como destino dessa história única.

2. 1 COLAPSO AMBIENTAL: APOGEU DO PROGRESSO NOS TERRITÓRIOS

A ordem capitalista de fato conduziu a sociedade ao apogeu do progresso. Diferentemente da ilusão categórica produzida pelo discurso desenvolvimentista no imaginário da população, o progresso expansionista, influente e destrutivo, garantiu meios seguros de acesso ao colapso ambiental que empobrece e violenta populações humanas e não humanas em

diferentes territórios (Acosta, 2016). Ao situar o desenvolvimento econômico como a história única que sustenta a lógica predatória de energia humana e não humana presente no planeta, é fundamental perceber que suas bases teóricas possuem raízes profundas no progresso positivista. Nesse sentido, a ordem foi sendo garantida pela ciência disciplinar moderna, a qual foi responsável por fragmentar discussões e produzir geringonças (Krenak, 2022) de dominação da natureza, que garantem a manutenção do sistema capitalista em detrimento da vida.

Assim, o desenvolvimento pode ser entendido como um paradigma tecnocrático que converte a crise climática em um problema tecnológico em detrimento de uma questão urgentemente política (Francisco, 2015). Enquanto o colapso ambiental se expande, as soluções tecnológicas se avolumam produzindo lixo em uma sociedade que acumula discursos sustentáveis e conferências de nações sobre mudanças climáticas que não assumem compromissos políticos efetivos na materialização de ações. Nesse ínterim, cientistas analisam as consequências ambientais e criam teorizações para explicar os processos em andamento, que acabam capturando a imaginação da população. Uma dessas ideias é o Antropoceno que, enquanto perspectiva histórica, baseia-se em uma posição filosófica chamada de dualismo cartesiano que, ao separar os humanos do resto da natureza, coloca-os de forma homogênea como responsáveis pelas consequências, gerando um apagamento da especificidade histórica do capitalismo nesse processo (Moore, 2022). Todavia, o Antropoceno “(...) não desafia as desigualdades, a alienação e a violência naturalizadas, inscritas nas relações estratégicas da modernidade de poder e produção” (Moore, 2022, p. 134) e, portanto, a nova época histórico-geológica que se caracteriza pelo impacto da ação humana no planeta Terra passa a ser chamada de Capitaloceno (Moore, 2022). Para Moore (2022), enquanto conceito mais influente dos estudos ambientais dos últimos anos, o Antropoceno não considera três pontos fundamentais: 1) a historicidade do capitalismo se dá na relação orgânica entre capital, poder e natureza; 2) a redução da história capitalista à queima dos combustíveis fósseis na Revolução Industrial ignora as relações de poder e reprodução baseadas na lógica do dinheiro; e 3) desafiar a lógica eurocêntrica de surgimento do capitalismo na Inglaterra do século XVIII é fundamental para perceber a relação de exploração pela Natureza Barata. Enquanto conceito, o Capitaloceno aponta que não são os seres humanos que transformam o planeta, mas sim o sistema de produção.

As superestruturas de pensamento da modernidade atuaram na transformação de “(...) trabalho em força de trabalho, terra em propriedade privada e natureza em Natureza” (Moore, 2022, p. 143). Assim, essas estruturas criaram uma sociedade externa à Natureza com o poder de transformá-la em um “conjunto de unidades discretas, em um repertório de objetos e fatores

de produção calculáveis.” (Moore, 2022, p. 144). Da mesma forma que fizeram com o conhecimento, conforme visto no início do texto, a Natureza foi fragmentada em pedaços e, assim, foi criada a Natureza Barata como fonte de energia à máquina capitalista. Por meio das relações de poder que visam a reprodução do atual sistema de produção,

a escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de habitats, que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas (Harvey, 2005, p. 123).

Nesse sentido, o apogeu do progresso civilizatório europeu criou a Natureza Barata como fonte de lucro, como se esses pedacinhos nomeados de recursos naturais fossem infinitos. A exploração dos territórios adentrou os séculos enquanto produziu riquezas a poucos, enquanto muitos vivem amedrontados pelo fantasma do desenvolvimento. Ao perceber os desencantos dessa história única, foram sendo colocados sobrenomes para diferenciá-lo dos problemas, apontando-o como uma possibilidade de solução (Acosta, 2016). Assim, passaram a figurar no debate, para além do desenvolvimento econômico, o social, o global, o humano, o rural, o endógeno e o mais paradoxal: o sustentável. Ao compreender a questão pelas vias do Capitaloceno, é complexo perceber que o desenvolvimento-com-outro-sobrenome acaba sendo elencado como uma saída aos problemas que ele próprio germinou.

Em uma perspectiva verde, o discurso desenvolvimentista ainda está na pauta e segue considerando a usurpação da natureza com projetos antiambientais. No Brasil, estão em agenda algumas propostas, como é o caso da exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas, a pavimentação da BR-319 que corta a Amazônia e as obras do Ferrogrão (uma estrada de ferro que pretende escoar a produção de grão do Centro-Oeste para o Norte do país). Depois de quatro anos de devastação legalizada da fauna e flora, vivida intensamente no governo Bolsonaro, o governo Lula, similarmente, dialoga sobre a viabilidade de exploração de combustíveis fósseis e a efetivação de obras no território que mais demanda cuidado. As questões geram embates políticos dentro do governo, no Planalto, na sociedade civil e também transbordam a outros níveis, colhendo opiniões internacionais sobre o assunto. Internamente, em relação à exploração de petróleo na beira do Tapajós, a crítica mais contundente é lançada pela Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, Marina Silva, que, a partir de sua trajetória enquanto ambientalista, defende o fim da produção de energias fósseis e é isolada pelo governo (Sumaúma, 2023b).

O presidente colombiano Gustavo Petro é quem pontua de forma solitária, a crítica internacional sobre a questão, afirmando que o discurso sobre “transição” é uma forma de

“negacionismo de esquerda” (Sumaúma, 2023c). Diante da realidade, é possível perceber que “o papel desenvolvimentista do Estado começou há muito tempo, e vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder sempre interligadas, ainda que não necessariamente convergentes” (Harvey, 2005, p. 121) e, mesmo em um governo considerado progressista, a exploração por espoliação ainda ameaça territórios, sobretudo das populações indígenas e ribeirinhas..

Em concordância, percebemos que, por exemplo, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que barrou o Rio Xingu e gerou uma crise humanitária e ambiental no território amazônico é a materialização do desenvolvimento enquanto o que Marques (2023) nomeia por paradigma suicida. Um paradigma suicida porque, primeiramente, o empreendimento afogou ilhas, afetou terras indígenas, gerou cerca de 55 mil refugiados do desenvolvimento (Giongo; Mendes, 2021) e tornou a Volta Grande do Xingu um cemitério (Sumaúma, 2023a). Segundo, porque, ao desenraizar pessoas de seus territórios, produziu sofrimento mental que conduziu seres humanos a acabarem com a dor tirando as suas próprias vidas (Brum, 2021). Conforme afirma Krenak (2022), liderança que viu seu Watu¹¹ ser empestado pelos rejeitos de minérios provenientes do rompimento da barragem do Fundão, “o tal do progresso vai comandando a gente, e seguimos no piloto automático, devorando o planeta com fúria” (Krenak, 2022, p. 52). Depois de um governo negacionista, precedido por uma gestão de centro-esquerda, o Governo brasileiro precisa sair do piloto automático e não ceder às pressões do mercado, que só não seguiu comprando a Amazônia porque ela foi tirada da vitrine. Para além da Amazônia que é castigada pelo agronegócio, garimpo e implantação de complexos hidrelétricos, é fundamental reconhecer a urgência na proteção a outros biomas, tendo em vista que o Pampa teve um crescimento de 27,2% na área desmatada de 2021 para 2022 (MAPBIOMAS, 2023).

O colapso ambiental segue seu curso, movido pelo paradigma desenvolvimentista que ainda encanta governantes de direita e esquerda e é mitigado pelo discurso do desenvolvimento sustentável. O apogeu do progresso nos territórios é a materialização das forças da morte que se reproduzem e se pintam de verde em função do lucro. Ao apontar propostas para uma política de sobrevivência, Marques (2023) afirma que a soberania nacional absoluta impulsiona o colapso, tendo em vista que o direito sobre o “seu” território conduz ao descumprimento de acordos internacionais sugeridos pelo multilateralismo e se sobrepõe aos direitos da natureza. É complexo perceber que, em busca de soberania nacional, o governo produza uma exploração massiva de ecossistemas que desembocará em consequências intergeracionais para as

¹¹ Forma de nomear o Rio Doce na língua Krenak.

populações atingidas e seres não humanos, tal qual é possível perceber em outros territórios, como é o caso do Rio Uruguai (Giongo, 2017).

Ao estudar o território atingido pela Usina Hidrelétrica de Itá, baseado em Losekann (2016), Junior (2019) utiliza o conceito de desenvolvimento de tipo extrativista para situar a realidade do Alto Uruguai. Esse processo é gerado na combinação de uma superexploração de recursos naturais com a expansão das fronteiras territoriais (Losekann, 2016) e, assim, para além da utilização da Natureza Barata como fonte de *commodities*, populações são expulsas de seus territórios e diversos direitos são violados. Da mesma forma, quanto mais avança o desenvolvimento capitalista, maior é a demanda de energia para garantir cada vez mais a sustentação deste sistema, baseado num consumismo desenfreado e na busca por maiores taxas de lucro. Com isso, percebe-se que o apogeu do progresso nos territórios é a promoção do colapso ambiental, que se dá por meio de variadas formas de exploração da Natureza Barata e da força de trabalho. Do agro ao hidronegócio, tudo é negócio.

2.2 HIDRONEGÓCIO: ÁGUA COMO ENERGIA E ENERGIA COMO MERCADORIA

Pela etimologia, a palavra negócio se refere à negação do ócio. Na filosofia, o ócio tem um papel fundamental para a construção de reflexões e, portanto, era privilégio das pessoas que não eram subjugadas ao trabalho. A negação do ócio pelo negócio é um elemento interessante para perceber que há uma relação direta com o trabalho e, se compreendido desde uma perspectiva crítica no contexto capitalista, o labor se associa à produção. Assim, se negociar pode ser sinônimo de produzir, neste sistema de produção que transforma tudo em mercadoria, esse processo se atrela à exploração de força de trabalho e de Natureza Barata em troca de lucro.

Cada vez mais, a natureza se torna uma matéria-prima à conversão de rendimentos e negócios. Enfocamos nesta pesquisa a questão da água.

Assim como aquecimento global, agricultura é outra palavra que aprendi na infância. Ao compor uma família que agricultores e agricultoras, a enxada sempre foi uma grande conhecida no processo de cultivo da terra, que perpassava a preparação, adubação, semeadura, cuidado e colheita. Ao longo do tempo, a agricultura enquanto forma de cultivo foi assumindo outro sufixo que a transportava para outro lugar. O agro permaneceu, mas o negócio deu lugar à cultura. Mais do que um jogo de palavras, a nova denominação também marcou uma distinção na relação com a terra. As enxadas utilizadas para capinar foram substituídas por grandes máquinas responsáveis por manter seu condutor com as mãos longe da terra. Já que não é possível cultivar a terra sem nela encostar, o agricultor se tornou, então, uma espécie de

“agronegociador”. Com uma maior preocupação na produção de cifras, as botas de ir à roça foram trocadas pelos sapatos lustrados comumente associados aos empresários.

Atentos/as a esse contexto, em consonância com os estudos relacionados ao agronegócio em si (Pompeia, 2021), pesquisadores/as vêm analisando a exploração dos cursos de água nos territórios, ao que denominam de hidronegócio (Santos, 2013; Winckler; Renk, 2022; Batista; Miranda, 2019; Malvezzi, 2012). Para Malvezzi (2019, p. 397), o hidronegócio é definido como “(...) literalmente, o negócio da água, e tem óbvia inspiração na expressão agronegócio. O termo surgiu da necessidade de se criar uma expressão que abrigasse sob a sua sombra todos os tipos de negócios que hoje surgem a partir da água”.

Mesmo não tendo o objetivo de dissertar sobre os modelos agrícolas que guiam o campo, é importante ressaltar que, em grande medida, os padrões brasileiros são baseados na Política Agrícola Comum (PAC) europeia (Santos, 2013). O *agrobusiness*, nascido em solo americano, também se baseia em modelos importados que são aplicados no Brasil com o intuito de aumentar a produtividade e, conseqüentemente, o lucro (Pompeia, 2021). Assim, ao estudar a região do Vale do Rio São Francisco, Santos (2013) argumenta a presença de um agrohidronegócio, isto é, a mercantilização da terra e da água que “(...) passaram a ser vitrine dos governos da América Latina, utilizada como a condição de “desenvolver” a cidade e, principalmente, o campo” (Santos, 2013, p. 162). Reitera-se aqui a proposição de Harvey (2011) sobre a atuação do Estado enquanto agente da espoliação, inclusive em governos de esquerda.

Para além do território do velho Chico, outras regiões também são inseridas na mira do “negócio”. Ao analisar os afluentes da Amazônia, Batista e Miranda (2019, p. 117) investigam a “(...) apropriação dos rios no contexto do planejamento do desenvolvimento regional entre 1950 e 1985, norteadas pelas ideias de progresso e crescimento econômico”. Novamente, o desenvolvimento se apresenta enquanto uma história única de busca pelo progresso que, na verdade, faz com que as águas sejam “(...) ressignificadas em quilowatts e *commodities*, secundarizando as relações mantidas pelas comunidades com os rios” (Batista; Miranda, 2019, p. 117). Ademais, as autoras contextualizam o debate a partir do “Discurso do Rio Amazonas” proferido pelo presidente Getúlio Vargas que, em 1940, já anunciava a tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar as torrentes equatoriais (Batista; Miranda, 2019). Em síntese, o espectro comercial ronda a Amazônia há tempos.

O hidronegócio também assola outros biomas do país, como é o caso da Mata Atlântica que circunda algumas bacias do Sul do Brasil. Winckler e Renk (2022) discutem a presença do estado brasileiro no setor energético, sobretudo nos anos de gestão petista (2003-2010; 2011-2016), época dos grandes investimentos garantidos pelo Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC). O programa em questão propiciou a materialização de recursos na produção de energia hídrica para aquecer as atividades econômicas provenientes da indústria. Justificadas pelo discurso da energia limpa e pelo baixo custo, usinas hidrelétricas inundaram amplas extensões territoriais, gerando consequências sociais e ambientais de larga escala. Um exemplo é a Bacia do Rio Uruguai que, em razão de seu potencial hidrelétrico, foi contemplada no PAC com a construção da UHE Foz do Chapecó. Assim, é possível constatar que “o hidronegócio se instalou na bacia do rio Uruguai por ação estatal” (Winckler; Renk, 2022, 38).

De fato, o Estado é um dos grandes agentes do processo de exploração promovido pelo capital (Harvey, 2011), sobretudo na mercantilização da água. Nesse sentido, Oliveira (2018) constrói um paralelo interessante sobre a construção de barragens no Brasil, pontuando a sua expansão em 1950 até o término da ditadura civil-militar, ressaltando o papel motor do Estado na construção dos empreendimentos que, com base lógica desenvolvimentista, guiou a industrialização brasileira desde os anos 1940. Com a ampliação da demanda de energia produzida pelo crescimento das indústrias e pelos modos de consumo, os primeiros projetos do setor elétrico materializados no país foram protagonizados pelo capital estrangeiro com benesses do Estado e monopolizados por empresas do Canadá (Brazilian Traction, Light and Power) e Estados Unidos (American Foreign Power - AMFORP). A primeira barragem hidrelétrica do Brasil, Ribeirão do Inferno, foi construída no rio Jequitinhonha, em Minas Gerais, para garantir o fornecimento de energia à mineração de diamantes, isto é, um empreendimento que beneficiava apenas ao setor privado.

Depois de muitos anos de voluntarismo, a intervenção do Estado no setor elétrico começou no final da República Velha de Getúlio Vargas e, após uma tentativa empenhada sem sucesso em 1951 – fadada ao fracasso por pressão da iniciativa privada –, a estatização só foi possível dez anos depois, em 1961, no governo de João Goulart, com a promulgação da Eletrobrás (Oliveira, 2018). Ao debater o crescimento da construção de barragens, é atribuído às obras a influência das “(...) hostilidades entre os Estados Unidos e a União Soviética” (Oliveira, 2018, p. 327) e, dessa maneira, a edificação de infraestruturas era um símbolo do poder das ideologias capitalista e socialista nos territórios. Assim, é perceptível a influência americana no desenvolvimento desses projetos no Brasil, tendo em vista a abertura para a constituição de uma série de missões técnicas e a origem dos financiadores. Nesse contexto, além de determinar a existência de países desenvolvidos em detrimento dos subdesenvolvidos, Harry Truman também ampliava os interesses imperialistas por meio do projeto “Point Four” (Oliveira, 2018). Por meio desse programa, capitaneado pelo presidente dos Estados Unidos, foram realizados inventários em diversas bacias hidrográficas brasileiras.

Enquanto um negócio lucrativo e fundamental ao suprimento da demanda de energia que advinha da industrialização, a hidroeletricidade foi tornada a maior fonte de produção de energia e outorgada de investimentos, sobretudo por meio de empréstimos internacionais de organizações como o Banco Mundial (Oliveira, 2018). Para além da construção dessas obras faraônicas, também houve aplicação de recursos ao desenvolvimento tecnológico e humano, tendo em vista que as escolas de engenharia do país ainda não formavam profissionais com o conhecimento necessário a esse tipo de edificação. Com os recursos financeiros, humanos e tecnológicos em mãos e as possibilidades de transformar água em negócio serem tão variáveis quanto seus usos (Malvezzi, 2019), o hidronegócio ampliou a sua expansão. Assim, o apelo à água enquanto produtora de energia elétrica esconde os interesses que a tornam uma mercadoria muito rentável.

Outrossim, o golpe militar aprofundou a relação desenvolvimentista com a natureza. Entre 1964 e 1985, 61 barragens foram construídas no território brasileiro pela Eletrobrás e, com isso, a eletrificação residencial passou de 45% em 1970 para 75%, em 1985 (Oliveira, 2018). Oliveira (2018) ressalta também que, para além da expansão materializada nas obras, o período favoreceu missões do capital internacional com o intuito de investir o potencial hidrelétrico de regiões, como é o caso do Sudeste e do Sul.

Além disso, é importante perceber que o território brasileiro se tornou um objeto de estudo de países como Canadá e Estados Unidos, em prol da busca pelo progresso garantido pela produção de energia. Assim, um dos estudos de potencial energético importantes ao aumento da construção de hidrelétricas pelos militares foi financiado pelo Banco Mundial e nomeado de Canambra (Oliveira, 2018). Esse estudo apontou o potencial hidrelétrico de bacias no Nordeste, na Amazônia e, em especial, na região da bacia do Rio Uruguai.

Essas informações se relacionam com um fato apontado por Giongo (2017), tendo em vista que a pesquisadora apresenta relatos de agricultores que narram a presença de aviões sobrevoando a região do território que seria atingido pela Usina Hidrelétrica de Itá ao longo dos anos 60 e 70, muito tempo antes do início da construção do empreendimento. Dessa maneira, percebe-se que a importação de modelos estrangeiros, ora aos usos do solo, ora aos usos da água, acaba por não levar em consideração as especificidades regionais dos territórios, fato que ocasiona o desenvolvimento de uma série de violações de direitos às populações atingidas e aos seres não humanos. Vinculado ao agronegócio, o hidronegócio é a materialização da lógica desenvolvimentista aplicada a água que, novamente, conduz a um progresso que só beneficia as elites econômicas.

Esses negócios se relacionam com a lógica imperialista de bases colonialistas que se apropria dos territórios sem considerar as formas de vida que os habitam. Ao refletir a questão, Santos (2015, p.21) realiza um questionamento essencial à compreensão histórica da construção de hidrelétricas:

qual a diferença entre o ataque dos colonizadores contra o Quilombo de Palmares no século XVII e os atuais ataques praticados pelo grande capital contra as comunidades atingidas pelos megaprojetos, ditos "empreendimentos", como, por exemplo, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte?

Assim, cabe ressaltar que o desenvolvimento desses megaprojetos não existe apenas em função da demanda por energia, tida como fundamental ao desenvolvimento do país. Mais do que isso, ao inundar largas extensões de terra, essas obras também sinalizam que o capitalismo se transforma de acordo com os contextos e adquire novas formas de apropriação dos territórios e não abre mão da violência. Ao tratar as especificidades da Usina Hidrelétrica de Itá, Giongo (2017) resalta o sofrimento mental e ambiental que se alarga pelo tempo. Da mesma forma, ao fazer um estudo da receita produzida pelas hidrelétricas da bacia do rio Uruguai, Cervinski (2010, p. 14) aponta que “as sete hidrelétricas juntas (5.357 MW de potência) geram por ano 3,2 bilhões de reais e durante 30 anos vão gerar aos seus ‘donos’ nada menos que 95 bilhões de reais”.

Mais do que caminho de água, no capitalismo os rios são tornados caminhos de lucro. Tendo sua energia apropriada enquanto Natureza Barata, para além da construção da infraestrutura que é quitada pelos recursos gerados pela usina, são obras que oferecem um grande retorno financeiro que só é ameaçado pelos períodos de seca. Dessa forma, o hidronegócio se expande como uma forma de exploração de recursos viabilizada pelo Estado e em crescimento exponencial, tendo em vista que “uma das principais demandas impostas pelo processo de desenvolvimento e pela modernização dos países foi a geração de energia” (Giongo, 2017, p. 63). Com cidades cada vez maiores e mais modernas, a energia se torna uma necessidade inegociável que, pelo argumento de “energia limpa”, expande os seus mercados e os seus ganhos em detrimento da criação de desertos de água, populações refugiadas do desenvolvimento (Giongo; Mendes, 2021) e devastação de ecossistemas.

2.3 BACIA DO URUGUAI: OUTRA ZONA DE SACRIFÍCIO

Rio Xingu, Rio Doce, Rio Uruguai: águas que confluem ao longo do planeta para se tornarem vítimas do desenvolvimento capitalista. Assim como tantos outros territórios, a Bacia do rio Uruguai também se insere enquanto uma zona de sacrifício que, de acordo com Marques

(2023, p. 355) “(...) pode ser entendida como um lugar onde os moradores sofrem consequências devastadoras para a saúde física e mental e violações dos direitos humanos como resultado de viverem em focos de poluição e áreas altamente contaminadas”. Assim, a região do rio Uruguai se apresenta como um dos tantos lugares explorados pelas forças dos capitalistas do hidronegócio.

O relatório executivo da investigação realizada pela FIOCRUZ em parceria com o MAB oferece alguns elementos para compreendermos a relação entre o território atingido com o conceito de zona de sacrifício de Marques (2023). Os resultados apontam que as drásticas mudanças de vida provocadas pelas barragens aumentam os casos de transtornos e sofrimento mental, o que pode ser comprovado pela pesquisa de Giongo (2017). As barragens afetam grupos já vulnerabilizados, como é o caso de pequenos agricultores, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, mulheres e crianças; e os danos das obras são potencializados pela mudança climática, como é o caso da insegurança hídrica em períodos de seca prolongada, tal qual se desencadeia no estado do Amazonas neste momento (Fiocruz, 2023); as mulheres são o grupo social que mais é afetado pela construção desses empreendimentos, sobretudo pelo aumento das violências e da prostituição.

Apoiada em Aleksiévitich (2016), Giongo (2017, p. 208) discute que “(...) enquanto para alguns os desastres ambientais são história, metáforas ou símbolos, para as pessoas atingidas são vida, simplesmente vida”. Diante disso, a produção de zonas de sacrifício em função da produção de lucro, como no caso das barragens, ocasiona um fenômeno que altera profundamente os modos de vida da população do território, produzindo marcas que perpassam a história e se acumulam pelas gerações. Aqui é possível perceber que o desenvolvimento é uma história única que só garante a promessa de prosperidade a alguns poucos, enquanto muitos padecem vítimas da violência que é aplicada pelo Estado, por meio do capital, na transformação das vidas, das paisagens e dos ecossistemas. A Usina Hidrelétrica de Itá, por exemplo, indicou, tanto em seu Estudo de Impacto Ambiental (EIA) quanto em seu Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), a materialização do progresso através do projeto hidrelétrico, considerando que garantiu promessas sobre a potencialidade turística do lago e as obras de infraestrutura que seriam feitas, mas que só ficaram no papel (Giongo, 2017).

Para tanto, percebe-se que apesar da obra ter sido encerrada no final dos anos 90, com o enchimento do reservatório finalizado em 2000, possibilitando a inauguração da barragem (Consórcio ITÁ, 2000), a região atingida permanece como uma zona de sacrifício para além do período de construção. Isso porque, segundo Giongo (2017), o RIMA estabelece apenas critérios financeiros de avaliação dos impactos, ou seja, como se o pagamento por uma

propriedade fosse uma reparação suficiente frente à relação que as famílias cultivavam por gerações com o território que habitavam. Ademais, também é possível perceber que os danos e impactos produzidos por Itá são apontados são justificados “em nome do ‘bem-estar e do desenvolvimento de toda nação’” (Giongo, 2017, p. 176) e, novamente, voltamos à história única do desenvolvimento que, ao oferecer um potencial de lucro gigantesco aos empresários do hidronegócio, modificou os modos de vida de 3.585 famílias pela inundação de 141km² de terra (Consórcio ITÁ, 2000).

Conforme os estudos de viabilidade que eram realizados com o financiamento do Banco Mundial, a proposta inicial era a construção de 22 usinas na Bacia do rio Uruguai, sobretudo por fatores físico-territoriais como a abrupta queda de relevo e a quantidade de montanhas que garantiriam obras com baixo custo por megawatt gerado e lagos menores, que diminuiriam a área total inundada (Consórcio ITÁ, 2000). Assim, as empresas responsáveis pela obra, com base nos inventários que foram realizados desde os anos 1960, tinham o desejo de transformar o rio Uruguai numa “(...) imensa escada, com os reservatórios formados pelas barragens representando degraus” que, segundo eles, facilitaria o controle das outras usinas a jusante, constituindo uma espécie de monopólio hídrico. Pela legislação ambiental, essas obras necessitam apresentar o EIA e RIMA, todavia, pela análise destes documentos produzidos para a UHE Itá, Giongo (2017) defende que os impactos e danos gerados pelo empreendimento produziram sacrifícios banalizados.

Além disso, a pesquisadora aponta a minimização dos danos ao longo dos anos, sustentando que o modo de compreensão dos impactos por parte da empresa “(...) aponta para uma postura que vai além da injustiça social e ambiental, representando um processo de perversão sistemática praticada pelo Estado sob a égide do capital” (Giongo, 2017, p. 183). Frente a isso, Giongo (2017) ressalta o aspecto puramente econômico do relatório, inclusive ao apresentar meios de reparação vinculados à dimensão sociocultural, considerando que a empresa classifica a alteração dos modos de vida das comunidades como as perdas históricas, culturais, paisagísticas e arqueológicas; a fragilização comunitária; o afastamento dos vínculos enquanto “interferências de natureza não mensurável” (Giongo, 2017, p. 185) e, com isso, por não serem objetos de reparação financeira, são ignorados.

Igualmente, a tensão social gerada pelo empreendimento é apontada como uma *interferência de natureza não mensurável* e, assim, percebe-se que “(...) a construção de barragens também é a instalação de um campo de conflitos” (Junior., 2019, p. 13). Esses conflitos têm sido analisados por pesquisadores que garantem as especificidades de acordo com o território (Rocha, 2013; Sigaud, 1989; Vianna, 1992; Vainer; Araujo, 1992).

Ao investigar os conflitos na bacia do rio Uruguai, Rocha e Pase (2015, p. 101) indicam que cada hidrelétrica é um “local de poder” e que, diante disso, há projetos distintos para a questão, indicando dois em específico: o projeto neoliberal e o projeto democrático-participativo. O projeto neoliberal é angariado pelos consórcios constituídos pelo Estado e empresas privadas, com “preceitos mercadológicos” (Rocha; Pase, 2015, p. 100), enquanto o projeto democrático-participativo privilegia a participação social no processo, representado politicamente e de forma organizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Aos perceber as disputas que circundam os territórios atingidos, Junior (2019, p. 15) defende que o processo social gerado pela UHE Itá se configura enquanto um conflito ambiental, considerando que há disputas “(...) no sentido de uso, posse e utilização de elementos materiais e imateriais de um território”. A bacia do rio Uruguai é inserida no debate enquanto uma zona de sacrifício tendo em vista que o rio é barrado por sete empreendimentos hidrelétricos (Passo Fundo, Itá, Machadinho, Barra Grande, Campos Novos, Monjolinho e Foz do Chapecó) e, como já foi exposto, esse processo ocasiona uma série de impactos sociais e ambientais.

Com base nesse contexto e em diálogo com o debate sobre o Capitaloceno que é levantado por Moore (2022), Borinelli, Coltro, Rowiechi e Silva (2021) defendem a noção desigualdade hidrossocial¹² para tratar da temática de forma mais aprofundada, isto é, um conceito criado para

enriquecer outras perspectivas críticas e para confrontar e descortinar o reducionismo, a despolitização, a destrutividade e o desigual acesso e distribuição de riqueza, poder, riscos e males associados à água, produzidos e reproduzidos por organizações produtivas e acadêmicas públicas e privadas que compartilham da abordagem hegemônica na gestão tecnocrática da água (Castro, 2016; Swyngedouw, 2007)” (Borinelli; Coltro; Rowiechi; Silva, 2021, p. 124).

Assim, voltamos a perceber que a história única do desenvolvimento é responsável por agravar o colapso ambiental, tido como o apogeu do progresso nos territórios. Essa busca ilusória pela prosperidade econômica só garante a ampliação das desigualdades sociais que, de acordo com as especificidades dos territórios, são responsáveis ainda por criar novas facetas do mesmo problema. O sobrenome *sustentável* fornecido ao desenvolvimento nos últimos anos (Acosta, 2016), justificado pela produção de energia limpa em uma exploração pintada de

¹² Para os pesquisadores, “(...) podemos entender a desigualdade hidrossocial como o processo diferencial de acesso, apropriação, distribuição da água e das suas externalidades negativas pelo controle físico, científico-tecnológico, simbólico e político do ciclo hidrossocial. Portanto, essa desigualdade precisa ser compreendida como uma construção social, histórica e espacial, ultrapassando-se as noções de escassez e abundância “naturais” e centradas apenas em etapas mais imediatas do ciclo hidrológico” (Borinelli; Coltro; Rowiechi; Silva, 2021, p. 137).

verde, promove a ampliação do hidronegócio que, em nome da sustentabilidade, acaba desenvolvendo a desigualdade hidrossocial que torna diversos locais, como é o caso do *lócus* da pesquisa em questão, zonas de sacrifício produtoras de diversos tipos de sofrimento.

Ao longo dos espaços que tive a possibilidade de construir, aprendi que é necessário ver para julgar e, portanto, agir. Obviamente que o lugar de pesquisadora demanda análise e nem sempre uma ação organizada diante dos problemas sociais presentes na realidade. Todavia tenho o entendimento de que o conhecimento é um dos grandes recursos de potencial transformação. Assim, as escolhas e recortes realizados neste capítulo não servem para nos rendermos “(...) à narrativa de fim de mundo que tem nos assombrados, porque ela serve para nos fazer desistir dos nossos sonhos, e dentro dos nossos sonhos estão as memórias da Terra e de nossos ancestrais.” (Krenak, 2022, p. 37). Portanto, essas ideias são impulsos teóricos à mobilização de um conhecimento científico que, diferente dos objetivos traçados pelas bases da ciência moderna positivista, fragmentadora e eurocêntrica, oferecem meios à imaginação de outras possibilidades para além do desenvolvimento e das hidrelétricas.

Para tanto, sem nos render à narrativa de fim de mundo, as próximas páginas vão guiar ao debate teórico sobre os conceitos mobilizados em relação aos sujeitos do território, garantindo uma discussão sobre as representações sociais e a memória coletiva articuladas em relação às pessoas jovens atingidas. Com isso, pretende-se investigar como os danos do desenvolvimento se articulam no tempo, gerando impactos intergeracionais.

AFLUENTES

Desaguamos em outro caminho para aprofundar conceitos importantes à reflexão teórica. Os afluentes da discussão aqui proposta vão encher a temática central da dissertação, assim como as águas do Passo Fundo, Chapecó, Ijuí, Ibicuí e Quaraí desaguam no Rio Uruguai. As representações sociais e a memória coletiva vão conduzir a investigação para os sujeitos da pesquisa que, enquanto subafluentes, serão inseridos no debate para que seja possível compreender o que entendemos pelas categorias de *jovem* e *atingido*.

Pela confluência, caro leitor, vamos transbordando o nosso argumento e o nosso olhar para a temática em questão.

3. CONCEITOS CONFLUENTES

Há pequenas correntes de água que nascem nas montanhas e, em pequenos fluxos, avolumam-se enquanto correm para percorrer grandes distâncias na constituição de vultuosos rios. Diferente, o rio Uruguai não nasce, ele conflui. Pela fluência dos rios Pelotas e Canoas, o grande Uruguai é formado. Aprender com os rios exige observação e sensibilidade e, mergulhada nas possibilidades epistemológicas que escorrem das águas, percebendo que os rios não nascem da mesma maneira, decidi fazer escolhas distintas quanto aos recortes desta dissertação, oferecendo um enfoque à população jovem de municípios atingidos pela UHE Itá.

Ao pensar nas possibilidades de materialização desta pesquisa, por vezes, fui visitada pelo seguinte questionamento: “vale a pena realizar um recorte juvenil no debate sobre a implementação de hidrelétricas?”. Nas buscas realizadas, sobretudo na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), as investigações que compunham o repositório a partir das palavras-chave escolhidas não encaixavam o debate geracional nas discussões.

Ao pautar as populações atingidas por barragens, alguns trabalhos identificavam as especificidades dos impactos desses grandes empreendimentos na vida de outros grupos, como é o caso das mulheres, contudo poucos trabalhos direcionavam o olhar à categoria juventude. O Estado do Conhecimento ofereceu possibilidades de compreensão da questão e garantiu meios para as decisões relacionadas aos recortes metodológicos, sobretudo nas pesquisas de Giongo (2017) e Junior (2019) que se inserem no território atingido pela UHE Itá.

Na investigação dos sentidos de justiça das pessoas atingidas, Junior (2019) argumenta que, mesmo depois de duas décadas de implantação da hidrelétrica, o sentimento de injustiça ainda é presente na vida de muitos sujeitos, o que levou à reflexão sobre a possibilidade de esse processo social se perpetuar nesta geração de jovens que, mesmo não tendo acompanhado o conflito diretamente, teve a sua subjetividade constituída em um território em que o conflito de prolonga e se acumula no tempo. Giongo (2017, p. 282) também oferece bases à construção do recorte proposto, tendo em vista que a pesquisadora sustenta que “para muitas famílias participantes da pesquisa, os impactos da construção da hidrelétrica já perpassaram três gerações”, sugerindo uma lacuna geracional na discussão.

Assim, ao perceber as potencialidades científicas da temática, optou-se por estabelecer a discussão a partir da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2007; Jodelet, 2017) em confluência com o debate sobre a memória coletiva que é iniciado em Maurice Halbwachs (1990). Para Oliveira e Werba (1998, p. 105), “as Representações Sociais são “teorias” sobre saberes populares e do senso comum, elaboradas e partilhadas coletivamente, com a finalidade

de construir e interpretar o real” e, por isso, ao estudá-las, busca-se conhecer o modo de construção de saberes dos grupos humanos e como são expressas as representações sobre distintos objetos neste processo.

Ademais, os modos de construção dos saberes também são passados através das gerações. Por isso, Oliveira, Bertoni (2019) e Alba (2014) apontam à confluências teórico-conceituais entre a teoria das representações sociais e a memória coletiva, argumentando que essas teorias partem de um referencial comum que é o conceito de representações coletivas de Émile Durkheim (1987). Assim, sustentam que “(...) ambos se materializam a partir dos elementos advindos e formados social e culturalmente, ao ponto de se concordarem que a memória, tal como apresentada aqui, pode se configurar como uma fonte e perpetuação de representações sociais” (Alba, 2014 *apud* Oliveira; Bertoni, 2019, p. 260).

Portanto, ao mergulhar nestes conceitos confluentes, cabe investigar se as representações sociais sobre a barragem da Usina Hidrelétrica de Itá contribuem para a construção das subjetividades das pessoas jovens no território, sobretudo considerando o fato de que a barragem criou um campo de conflito (Junior, 2019). Por fim, sendo um conceito psicossociológico moscoviciano, a TRS apresenta um caráter interdisciplinar que possibilita desenvolver um processo de investigação que, pela escuta, visa garantir visibilidade às pessoas participantes enquanto sujeitos, contribuindo aos debates relacionados às juventudes contemporâneas e às populações atingidas por barragens.

Portanto, os conceitos que confluem neste capítulo vão garantir uma perspectiva teórico-metodológica que caminha em comunhão com os objetivos específicos deste trabalho. Por fim, também vão apresentar uma discussão específica em relação aos recortes da pesquisa, aprofundando as categorias de juventude e a noção de atingido.

3.1 A MANIFESTAÇÃO DO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO INDIVIDUAL DA REALIDADE

A palavra realidade é, muitas vezes, empregada em debates teóricos sem a devida acepção conceitual. Ao ser apresentada como um jargão característico das Ciências Humanas, perde-se em profundidade, sobretudo diante de sua complexidade (Berger; Luckmann, 2011; Duarte Jr., 1984). Este trabalho trata de uma das variadas realidades, compreendida como *realidade da vida cotidiana* que é, segundo Berger e Luckmann (2011), constituída pela ação e pelo pensamento dos sujeitos.

Tanto diante de objetos ordenados na composição da cozinha de uma casa, quanto nas situações criadas nos sonhos ao longo do sono, a consciência se move de forma intencional pelas diferentes esferas que constituem realidades que são diversas. Diante da multiplicidade, a realidade da vida cotidiana é privilegiada em relação às outras por levar a consciência à um nível máximo de tensão, exigindo uma atenção vigilante. Esse destaque, todavia, não garante a apreensão de todos os níveis de complexidade, logo que “se o homem vivesse no fundo do mar provavelmente a última coisa que ele descobriria seria a água” (Duarte Jr., 1984, p. 08).

A afirmação de João-Francisco Duarte Jr. (1984) evidencia, então, um paradoxo no qual, apesar de a realidade ser construída pela ação-reflexão dos sujeitos na relação com o ambiente, o ser humano não se percebe como tal, sendo, por vezes, conduzido por forças naturais e sociais exteriores. Portanto, a realidade adquire sentido de acordo com a intencionalidade de quem com ela se relaciona. A intenção é vinculada com o quadro de interpretação do real, baseado tanto em aspectos individuais quanto coletivos. Há diversas realidades concebidas por modos variados de significação apreendidos por cada ser humano de acordo com sua respectiva cultura que é produzida por cada tempo histórico.

Ao colocar um rio em perspectiva, o objeto assumirá uma realidade que figura a partir de elementos que não garantem os mesmos significados em relação a uma pescadora, a um nadador e a um químico (Duarte Jr., 1984). Com a intenção voltada ao avanço da ciência, o rio se revelará ao químico como um amontoado de moléculas H_2O ; assim como uma abundante fonte de subsistência à pescadora que anseia por alimento; e uma grande raia composta por riscos ao nadador que intenta desenvolver sua técnica em águas profundas. A intenção garante um grau de autonomia ao indivíduo em relação à realidade, que é construída tanto por ele quanto pela sociedade em que se insere.

A ação que parte do corpo atuando na produção dessa forma da realidade da vida diária se relaciona dialeticamente com o pensamento que, firmado na consciência que se move intencionalmente, produz e reproduz sentidos atribuídos pela linguagem. Ao nomear os objetos e, assim, relacionar-se com os outros seres vivos que atuam na composição de uma realidade ordenada, a linguagem fornece “(...) continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado” (Berger; Luckmann, 2011, p. 38).

Pela comunicação, Berger e Luckmann (2011) defendem que a realidade da vida cotidiana se apresenta ao sujeito como um mundo intersubjetivo, isto é, compartilhado e não passível de existência sem a interação com o outro. Pela palavra, a realidade da vida cotidiana é constituída pelos conhecimentos religioso, filosófico, científico e, sobretudo, do senso

comum. Alves (1981, p. 16) prefere não definir o que é nomeado por conhecimento popular, contudo afirma que, juntamente com a ciência, “(...) são expressões da mesma necessidade básica, a necessidade de compreender o mundo, a fim de viver melhor e sobreviver”.

Assim, compreende-se que as formas mobilizadas pelas pessoas para pensarem e interpretarem a realidade da vida cotidiana surgem da necessidade de sobrevivência que é assegurada pela ordem (Alves, 1981). Pela linguagem, a escolha intencional das palavras gera representações ordenadas, não estáticas, sobre o mundo. O modo de pensar a própria realidade se transforma quando a ordem é modificada, demandando outros elementos, sobretudo vinculados à linguagem, para representar o vivido.

Ao serem abalados pela vinda de um desconhecido chamado “barragem”, os moradores diretamente atingidos pela UHE Itá vivenciaram um dilema de conhecimento diante de uma palavra que nomeava um objeto desconhecido. Como imaginar um objeto que está além do mundo intersubjetivo compartilhado em uma cotidianidade específica? Para inserir na realidade da vida cotidiana aquele elemento exterior que apresentava poucas informações sobre o que era e o que faria com as pessoas que ali residiam, tomados pelo medo, os moradores o definiam como um “bicho de sete cabeças” (Giongo, 2017).

O sentido simbólico dado à experiência cotidiana perpassa os conhecimentos mobilizados no senso comum, o qual garante estruturas significativas aos sujeitos (Minayo, 1997). Sendo definida como um “bicho” que, surgido no rio, estabeleceu-se para interromper a vida, a barragem é representada como um objeto complexo que assombrou aquela realidade (Giongo, 2017). Por isso, atentar aos conceitos produzidos pela linguagem oferece possibilidades à análise dos saberes elaborados e partilhados coletivamente na construção e interpretação do real que mobilizam o campo das ciências humanas (Oliveira; Werba, 1998).

Isto posto, adentraremos na Teoria das Representações Sociais (TRS) de Serge Moscovici (2007), coração da psicologia social e ferramenta teoria essencial, entendida como um dos marcos conceituais que possibilitam à compreensão da relação indivíduo-sociedade na constituição da realidade da vida cotidiana.

3.2 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: CONSTRUCTO NA REALIDADE DA VIDA COTIDIANA

A vida diária mobiliza conhecimentos que garantem a sobrevivência dos seres humanos desde antes da existência do conhecimento científico. Ali se multiplicam saberes, crenças, valores e símbolos que estruturam representações sobre o mundo intersubjetivo e possibilitam

a organização das sociedades. Com o advento da ciência moderna, estes conhecimentos passaram a ser testados e refinados, com o propósito de resolver problemas e tornar a existência humana mais próspera. A prosperidade passou a ser representada pela evolução, assim, o imperativo global do desenvolvimento foi institucionalizado (Acosta, 2016).

Nas ciências agrárias, a promovida modernização técnica trocou as enxadas por tratores com o argumento de que desenvolver aquele segmento significava produzir alimento para o mundo inteiro. Todavia, isso não significou a superação da fome e da desigualdade de acesso aos alimentos (Oxfam, 2024). Da mesma forma, ao perceber o aumento da demanda de energia elétrica nos centros cada vez mais urbanizados, para além dos combustíveis fósseis, novas técnicas criaram “fontes renováveis” e rentáveis de geração de energia, como é o caso das usinas hidrelétricas.

As representações sociais são “produções mentais sociais” (Jodelet, 1993, p. 04) transmitidas pela linguagem. No âmbito científico, por exemplo, evolução é uma palavra polissêmica e, por isso, dispõe de representações sociais diversas. Nas ciências biológicas, a partir de Charles Darwin, é um conceito basilar que reflete a transformação dos seres vivos ao longo do tempo, por meio das formas de adaptação. Nas ciências sociais, a perspectiva evolucionista produz uma lógica hierárquica entre os diferentes grupos étnicos, produzindo argumentações racistas. A maneira como as teorias são interpretadas também é envolta em disputas de narrativas de acordo com a intencionalidade do sujeito diante da realidade que deseja construir.

As intenções se agrupam em interesses que, no sistema capitalista, visam o lucro desenfreado. Por meio da fala, as representações revelam “(...) condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos” pertencentes aos grupos de interesse distintos (Guareschi; Jovchelovitch, 1997, p. 103). A linguagem utilizada para justificar a construção das usinas hidrelétricas no território brasileiro teve aporte representacional no paradigma de desenvolvimento econômico que figurou após a Segunda Guerra Mundial, inserindo a superação da condição de “subdesenvolvimento” como objetivo unânime de países do mundo ocidental (Oliveira, 2018).

As representações sociais que se deslocam dinamicamente pelo senso comum também são forjadas pela ciência. Enquanto objeto, uma hidrelétrica é representada publicamente com base na sua funcionalidade, isto é, a geração de energia elétrica. Esta, por sua vez, é justificada pela demanda – abastecimento da população nacional –, contudo é importante compreender esses caminhos de produção de necessidade, tendo em vista que não são naturais.

A modernização veio acompanhada da premência de exploração da natureza como pressuposto ao desenvolvimento econômico que se inseria como polo oposto do fracasso de uma civilização. Desenvolver ou fracassar eram os extremos que guiavam as representações sobre o futuro naquela época. Assim, um “Brasil moderno e desenvolvido” foi tomando forma com a exploração hidrelétrica dos rios desde o governo de Getúlio Vargas, presidente responsável por aliar o Estado brasileiro à modernização capitalista, seguida pelos militares, após o Golpe de 1964 (Oliveira, 2018).

A manifestação do social na construção individual da realidade foi sistematizada pela primeira vez por meio do conceito de representações coletivas de Durkheim (1987, p. XXVI), entendido como “(...) a maneira pela qual o grupo se enxerga a si mesmo nas relações com os objetos que o afetam”. Na definição sociológica funcionalista, a sociedade é entranhada na consciência do indivíduo pela relação coercitiva instaurada com as instituições sociais, suprimindo, portanto, a autonomia dos sujeitos que são regulados socialmente (ALBA, 2014). Com Durkheim (1987), é possível afirmar que o paradigma do desenvolvimento foi sendo entranhado nos indivíduos pelas instituições, tais quais o Estado, a família e escola tradicional.

Se para Durkheim (1987) o indivíduo é determinado socialmente e, portanto, suas representações são moldadas coletivamente, Serge Moscovici (2007) amplia o olhar sobre as potencialidades da noção de representações a partir da psicologia social, desenvolvendo a Teoria das Representações Sociais (TRS). Embora seja marcado pela sociedade a que pertence, Moscovici (2007) realiza um movimento de recuperação desse sujeito, garantindo “(...) uma margem de originalidade e criatividade ao construir suas teorias sobre o mundo” (Alba, 2014, p. 531). Com Moscovici (2007), apesar do paradigma do desenvolvimento ser difundido socialmente, o indivíduo tem autonomia para criar suas interpretações do mundo para além dele.

Na noção de representações sociais, o social é manifestado na construção individual da realidade, contudo o sujeito não vive aprisionado a sua cultura (Alba, 2014). A teoria moscovicianiana é compreendida enquanto um marco conceitual mais flexível se comparado ao proposto por Durkheim (1987), especialmente por corroborar a uma superação entre a dicotomia indivíduo e sociedade. Enquanto definição, a TRS é desenvolvida por seu autor como sendo um conjunto de proposições e explicações que se originam na cotidianidade da vida pela comunicação, uma espécie de “universo de opiniões” (Moscovici, 2007). Em suma, a teoria parte do conhecimento do senso comum para analisar como as pessoas pensam a(s) realidade(s).

Outra referência no debate, a psicóloga francesa Denise Jodelet (1993, p. 04) define as representações sociais (RS) como “(...) sistemas de interpretação, que regem nossa relação com

o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais”. Pedrinho Guareschi (1997), psicólogo brasileiro responsável por inserir a TRS nos debates acadêmicos, argumenta que a noção de representações sociais carrega aspectos cognitivos, valorativos, culturais e ideológicos, sobretudo porque as RS são relacionais e, por consequência, sociais. Por isso, as representações sociais são formuladas e reformuladas na relação, ou seja, não se constituem de forma individual e isolada.

As representações sociais estão no sujeito, mas também no grupo em que ele se insere. Contudo, nem todos os integrantes do grupo têm exatamente as mesmas RS sobre os objetos que os circundam (Deschamps; Moliner, 2014). Assim, no trabalho de Junior (2019) é possível perceber as diferentes representações sobre os sentidos de (in)justiça para os grupos diretamente atingidos pela UHE Itá.

É por se interessar na compreensão das diferenças que existem em determinados grupos que compartilham um objeto social que esta pesquisa visa buscar as representações sociais que as pessoas jovens de diferentes municípios possuem diante da barragem enquanto um objeto que perdura no tempo e no espaço. Para além da funcionalidade na geração de energia, saber se há algo mais representado pela barragem hoje é compreender os saberes e as práticas (sociais, culturais, políticas e econômicas) dos atores sociais em relação a este objeto que gerou modificações nas sociedades afetadas.

Teoricamente, as usinas hidrelétricas constituem os Grandes Projetos de Investimento (GPIs) que passaram a ser desenvolvidos no Brasil desde a década de 50, sendo definidos enquanto “(...) empreendimentos que consolidam o processo de apropriação dos recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica (...)” (Vainer; Araújo, 1992, p. 34). Diante dos GPIs há grupos que tiveram grandes perdas enquanto outros obtiveram lucro com a efetivação das decisões tomadas em prol do desenvolvimento, lógica explicitada na primeira parte deste trabalho intitulada “leito”.

Ao situar a discussão no território atingido pela UHE Itá, os grupos que viviam à base da agricultura à beira do rio Uruguai, cultivando relações afetivas com a natureza, receberam a notícia da implementação do empreendimento sem serem questionados sobre o que pensavam em relação ao fato que geraria transformações ambientais, econômicas, culturais e psicológicas nos modos de vida (Giongo, 2017; Junior, 2019). Mesmo sem um repertório teórico sobre os GPIs, diante das transformações promovidas pelo novo objeto implantado no território, as pessoas passaram a se relacionar com o empreendimento muito antes de sua construção, produzindo representações sociais.

Mediadas pela linguagem, as RS são manifestadas em “(...) palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais” (Guareschi; Jovchelovitch, 1997, p. 108). O “bicho de sete cabeças” que é citado no trabalho de Giongo (2017), a partir da escuta das famílias atingidas ilustra como o senso comum, foi, portanto, utilizado na construção de representações que pudessem oferecer elementos à interpretação da realidade, diante do desconhecido.

Sendo imagens constituídas sobre o real, as RS são importantes à pesquisa em ciências sociais justamente por expressarem como os sujeitos pensam os objetos e, por fim, o meio que os envolve (Guareschi; Jovchelovitch, 1997). Essas imagens são construídas sobre o real por quem visualiza o processo, contudo elas também são perpassadas entre as gerações como um elemento histórico. Em maior ou menor grau, o “bicho de sete cabeças” que tomou as terras de onze municípios gaúchos e catarinenses, interrompendo a vida de 3.585 famílias¹³ (Consórcio ITÁ, 2000), foi transmitido pelas gerações que viveram o processo de implementação às novas gerações.

É certo que as novas gerações não possuem o “saber de experiência feito” (Freire, 2006) em relação à construção da UHE, isto é, a experiência vivida que possibilitou elaborar e explicar a realidade diante do novo objeto inserido de forma autoritária no território (Vainer; Araújo, 1992). Todavia, a dimensão da experiência é ancorada nas representações sociais e resguardada pela memória coletiva, sendo perpassada no tempo por meio da comunicação e das práticas sociais – “(...) diálogo, discurso, rituais, padrões de trabalho e produção, arte, em suma, cultura” (Guareschi; Jovchelovitch, 1997, p. 79) –, tanto pela presença quanto pela ausência desses elementos.

Ao longo do processo, esta pesquisa encontrou mais ausências do que presenças relativas aos elementos vinculados às representações sociais da barragem. De início, por meio de conversas informais, parte do conhecimento difundido no senso comum apontava os municípios atingidos como privilegiados financeiramente pelo recebimento de *royalties*, ou seja, a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), um valor financeiro pago tanto aos municípios, quanto aos estados e União, pelo uso das águas para a geração de energia hidrelétrica (ITÁ, 2024). Assim, os territórios foram representados como

¹³ Destaca-se que o número de famílias atingidas apresentadas por Giongo (2017, p. 113) com base nos relatórios da empresa Tractebel (2000) – a qual teve seu nome modificado para Engie em 2016 conforme apresentado por Junior (2019) na nota de rodapé nº 14 (p. 67) – é de 3.560 famílias, diferindo dos números disponibilizados pelo portal turismo da Prefeitura Municipal de Itá (ITÁ, 2024) com base nos dados da empresa Engie (ITÁ, 2000). Os dados da prefeitura contabilizam mais 25 famílias, totalizando 3.585 (ITÁ, 2000, p. 78).

“municípios ricos”, com recursos para se desenvolverem melhor diante dos que não foram atingidos. Esta representação rígida da UHE, vinculada à narrativa econômica, segue os preceitos do paradigma do desenvolvimento, visando uma justificação de danos socioambientais provocados pelo empreendimento por meio da compensação financeira.

Contudo, as famílias atingidas possuem outras representações sociais diante da implementação de usinas hidrelétricas. Enquanto movimento social organizado, o Movimento dos Atingidos por Barragens aponta às lacunas deixadas por grandes obras que prometem desenvolvimento regional, mas entregam injustiças, desigualdades e violências (Junior, 2019). Diante disso, é possível perceber que a tônica da Teoria das Representações Sociais desenvolvida por Moscovici (2007) se insere em “(...) como os sujeitos constroem suas representações a partir de suas experiências, de suas afiliações a grupos diferentes, da posição que ocupam na estrutura social, de seus conhecimentos formais e informais (Alba, 2014, p. 530-531).

Diante disso, cabe destacar que cada uma das mais de três mil famílias atingidas, dispostas em municípios e comunidades distintas, com elementos culturais próprios, mobilizou diferentes representações sociais para interpretar a realidade que se materializava com o “(...) lançamento dos estudos de viabilidade das barragens de Itá e Machadinho em 1979” (Junior, 2019, p. 60). Os relatos coletados tanto por Junior (2019) quanto por Giongo (2017) expressam que, mesmo que o “boato das barragens” (JUNIOR, 2019) tenha se espalhado em 1979, desde os anos 60 as pessoas já conviviam com helicópteros sobrevoando a região.

Ao ler os relatos enquanto pesquisadora que se ancora teoricamente nas representações sociais, tento imaginar como os helicópteros eram representados na época, sobretudo porque as pessoas não tinham informações sobre o que estava acontecendo. Vainer e Araújo (1992) apontam que os processos decisórios relacionados aos Grandes Projetos de Investimento são unilaterais. Ao desconsiderar as populações afetadas da discussão, a decisão é tomada nos centros do poder, isto é, lugares distantes, desconhecidos e inacessíveis às populações ribeirinhas. O helicóptero é uma grande metáfora para dar substância ao veredito: acompanhado de cima, entregue por desconhecidos de forma hierárquica e autoritária.

Enquanto “produções mentais sociais” (Jodelet, 1993, p. 04), as representações sociais são criadas para tornar familiar o não familiar (Oliveira; Werba, 1998). Diante disso, as aeronaves que sobrevoavam o território para realizar levantamentos aerofotogramétricos já mobilizavam os campos do “familiar” e “não-familiar”. O “bicho de sete cabeças” de Itá, nomeado como uma forma de familiarizar aquela obra faraônica, “fala do desconhecido, do

medo, das falsas ideias, do tempo necessário para entender os danos e da complexidade de um empreendimento de tal envergadura” (Giongo, 2017, p. 2000).

Para a Teoria das Representações Sociais, o conhecimento que atua na produção de RS é sustentado por “universos de opiniões” (Moscovici, 2007), classificados em: Universos Consensuais (UC) e Universos Reificados (UR). Os Universos Consensuais abrigam o “familiar”, o que é concebido pelas teorias do senso comum e respaldado pelas interações cotidianas; os Universos Reificados congregam o “não familiar”, compreendido pelas teorias elaboradas pela racionalidade científica e vistas, em alguns casos, como algo estranho ou ameaçador pela sociedade (Oliveira; Werba, 1998). Nesse contexto, as representações sociais são geradas por meio de dois processos básicos, tidos como a *ancoragem* e a *objetivação*.

Oliveira e Werba (1998) indicam que a *ancoragem* é o processo responsável por classificar o não-familiar, ou seja, encontrar um lugar para encaixar esse elemento desconhecido por meio das ferramentas que carregamos, formadas pela individualidade e pelos aspectos socioculturais introjetados em cada sujeito. Esta classificação implica um juízo de valor, tendo em vista que a pessoa, ideia ou objeto será situada dentro de alguma categoria existente. Quando algo não é encaixado, é forçado a adentrar uma categoria para, então, ser decodificado. Sendo classificada como um “bicho de sete cabeças”, a barragem é categorizada como algo ameaçador.

As autoras apontam que a *objetificação* indica o processo em que a realidade será tornada concreta e visível, aliando um conceito com uma imagem que deixa de ser um signo para ser uma cópia do real (Oliveira; Werba, 1998). A figura mítica do “bicho de sete cabeças” assume a função de materializar o desconhecido, situando-o em uma imagem que revela medo diante do estranho. Alba (2014) defende que ao analisar as representações sociais presentes nos discursos dos indivíduos, é possível perceber como a sociedade se manifesta em cada criação individual, entendendo o que há de comum com os grupos a que pertence e com a sociedade em que foi gestado. Em suma, o vínculo entre o individual e o coletivo.

Nesse sentido, o “bicho de sete cabeças” é uma representação social das pessoas ribeirinhas atingidas, não dos responsáveis pelo projeto de implementação da UHE. Ao estudar as RS podem ser visualizados os conflitos de interesses entre grupos distintos que diferem em classe, raça, gênero, localização, geração etc. Em síntese, compreender “(...) como o social se manifesta nas representações que as pessoas elaboram em sua vida diária, e a compartilham com os outros” (Alba, 2014, p. 531).

Além das RS que são partilhadas pelos indivíduos na cotidianidade, a vida diária também é constituída pela memória coletiva. Em suma, as representações sociais e a memória

coletiva são constructos teóricos que se vinculam à construção da realidade social, conforme será aprofundado adiante.

3.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO MATÉRIA-PRIMA À MEMÓRIA COLETIVA

“Nascemos e mantemos a nossa existência no lugar da memória.”
(hooks, 2022b, p. 26)

A memória é um elemento fundamental à construção do que somos. Nas Ciências Sociais, é possível constatar que, ao iniciar os indivíduos em suas culturas, os processos de socialização se utilizam da memória à criação da realidade social. Pelas instituições, a sociedade moderna ensina as crianças a se situarem no mundo, sendo a família, em geral, o espaço do primeiro contato com a língua, com os modos de ser e estar, com as diferentes gerações, com normas e crenças. Eis a socialização primária.

Pelo senso comum, os familiares são os primeiros responsáveis por nos oferecerem histórias sobre quem somos, de onde viemos, auxiliando-nos a elaborar a nossa existência. Pela socialização secundária, na relação com o outro além do espaço doméstico, a escola tradicional garante o aprendizado da história enquanto um saber científico, guiando-nos no estudo dos fluxos históricos da humanidade. O que se vive hoje é, por óbvio um dado do presente, mas que se vincula aos acontecimentos passados. Os feitos do passado exercem influência na construção do presente, tanto individual quanto coletivamente.

Assim, os processos de socialização são pautados no tempo e espaço. Na infância, a criança é inserida em espaços que são limitados ao lar, a escola, a casa dos avós e parentes e se amplia conforme a passagem do tempo, passando a adentrar a casa de amigos, a universidade, o trabalho e a diversidade de espaços públicos e privados frequentado por seres humanos adultos. Com a passagem do tempo e as modificações geradas por ele no corpo físico, o espaço vivido na velhice tende a ser limitado novamente (Bosi, 1979).

Em relação à perspectiva temporal, Guareschi e Jovchelovitch (1997) indicam a existência de três tempos: o *tempo curto*, tido como o da interação que tem como foco a funcionalidade das representações; o *tempo vivido*, que se relaciona com o processo de socialização, das noções adquiridas em relação ao pertencimento a determinados grupos sociais; e o *tempo logo*, domínio da memória coletiva, onde se conservam os conteúdos culturais acumulados sobre a sociedade, o imaginário social.

Na relação com tempo e o pertencimento, bell hooks (2022b) insere a memória em um lugar substancial à vida humana. Ao escrever com uma atitude interdisciplinar (Fazenda, 2013)

é importante situar que, enquanto objeto de estudo, a memória se insere de forma mais abrangente no campo disciplinar da história. Enquanto historiador, Jacques Le Goff (1990) é um dos primeiros pesquisadores que apontam elementos à compreensão do conceito, desenvolvendo a ideia de que a memória é um elemento essencial na busca de identidade dos indivíduos e da sociedade e, portanto, também pode servir como um instrumento de poder – sobretudo em relação aos grupos sociais.

Na convivência intergeracional, a partir dos diálogos com nossos avós, vamos criando dimensão de quem somos com base nas histórias que ouvimos sobre a nossa infância, mas também nos inspiramos em familiares para desenvolver quem queremos ser. Da mesma forma, dependendo da situação familiar, criamos dimensão dessas referências e assumimos o que não queremos ser.

Pela perspectiva temporal de Guareschi e Jovchelovitch (1997), pode-se argumentar que a memória reside no tempo curto, no tempo vivido e no tempo longo. Para além do tempo e do espaço, a memória também habita o pensamento e é justamente este o ponto que despertou a curiosidade de filósofos como Henri Bergson (1999).

Na confluência entre memória e percepção, a teoria bergsoniana compreende a diferença entre lembrar, como um elemento da matéria; e perceber, como um elemento da memória. Pela etimologia do verbo *sous-venir* em francês, lembrar é como deixar vir à tona o que estava submerso e, portanto, é um chamado feito do presente (tempo curto) que garante relevo às lembranças que habitam os acontecimentos passados (Bosi, 1979). Quanto à memória, Bergson (1999) aponta a existência de dois tipos que se classificam em *memória-hábito*, sendo adquirida pelo esforço repetitivo do processo de socialização, como é o caso do comportamento à mesa; e a *lembrança-pura*, tida com um caráter evocativo e não-mecânico produzida pela zona profunda do psiquismo (inconsciente), como os sonhos ou a poesia.

A memória é tratada em si como um produto do indivíduo nas e com suas relações, tanto conscientes quanto inconscientes. Eclea Bosi (1979) atenta à questão e defende que Bergson (1999) não situa a memória como um fenômeno social, assentindo com um vazio deixado pela dicotomia entre a memória e a matéria, o individual e o social. Como psicóloga, a autora brasileira argumenta que o vazio deixado por Bergson (1999) é preenchido pela sociologia de Maurice Halbwachs (1990). Baseado nas fontes sociológicas francesas que derivam de Émile Durkheim (1987), o aluno de Bergson (1999) não examinou a memória como um todo tal qual seu tutor, mas os quadros sociais que dela são constituídos.

Halbwachs (1990) compreendida os quadros sociais da memória como elementos construídos pela realidade interpessoal das instituições sociais que determinam a forma de

pensar do indivíduo. Se a memória individual depende das relações concebidas pelo sujeito, nós “(...) lembramos, porque os outros, a situação presente, nos fazem lembrar” (Bosi, 1979, p. 17). Mesmo considerado um ser uno e indivisível, cada indivíduo lembra porque é um ser inserido e habitado por outros grupos de seres humanos que o garantem referências. A memória é um trabalho do sujeito que se constitui a partir das relações coletivas, pois o ser humano é um ser social.

Na relação com o ambiente, a memória é constituída pelo que há a disposição do sujeito no presente, sobretudo pelo atual conjunto de representações que povoam a consciência (Bosi, 1979). A consciência atua no tempo curto, sendo o momento em que o sujeito interage e quando funcionam as representações sociais enquanto produções mentais sociais, criadas para familiarizar o desconhecido (Guareschi; Jovchelovith, 1997; Jodelet, 1993). É o sujeito do tempo curto, imerso nas representações sociais que guiam suas formas de pensar e agir, que garante elementos à reconstrução da memória.

Para Halbwachs (1990), há uma memória tanto individual quanto coletiva. Assim, o autor diferencia as duas memórias, considerando a memória individual como a constituída por noções sociais tais quais a língua e a cultura; e a memória coletiva, sendo a que é compartilhada por uma coletividade. Para o sociólogo francês, sua teoria “(...) é a relação indivíduo-sociedade, seja porque o indivíduo recorda em relação ao grupo, seja porque a memória coletiva se constrói e se manifesta nas memórias individuais” (Alba, 2014, p. 537). Ao abordar a fissura entre o indivíduo e a sociedade, Halbwachs (1990) pressupõe uma relação aversa à dicotomia, inserindo a sociedade no indivíduo, respeitando a individualidade e autonomia (Alba, 2014).

Diferente de Bergson (1999) que aponta a existência de uma *memória-hábito*, adquirida pela repetição, e uma *lembrança-pura*, produzida no inconsciente; o sociólogo francês supõe que não há um lugar em que as memórias sejam mantidas intactas, contudo, que “(...) o indivíduo reconstitui o passado a partir de sua posição social, sua identidade e seu estado emocional, no presente” (Alba, 2014, p. 539). Essa reconstituição também perpassa as gerações, tendo em vista que o contato intergeracional, jovem-idoso/neta-avó, permite às gerações jovens adquirirem uma memória viva de alguns acontecimentos pelo contato com as histórias, os costumes e as crenças dos mais velhos (Bosi, 1979; Alba, 2014).

Esse contato intergeracional é possível por meio da linguagem, que é tida como um “(...) instrumento socializador da memória” (Bosi, 1979, p. 18). Com as contribuições de Halbwachs (1990) é possível argumentar que os indivíduos jovens, tidos como os sujeitos desta pesquisa, reconstróem o passado em relação à memória coletiva que é elaborada pelos grupos em que são pertencentes. Além dos grupos, cabe destacar a importância do espaço e do tempo como marcos

essenciais à memória e, portanto, Bosi (1979, p. 17) defende que “a menor alteração do ambiente atinge a qualidade íntima da memória”. Ao situar a construção de uma barragem em um território, a alteração do ambiente é colossal, tendo em vista que altera o curso de um rio, gerando um lago artificial que inunda uma área ampla constituída de terra, fauna, flora e agrupamentos humanos.

Este tipo de empreendimento marca profundamente a memória de um grupo, tanto nos que precisam se deslocar por causa da obra, quanto nos que permanecem em suas terras assistindo as transformações do espaço em que estão situados (Giongo, 2017). A implicação das mudanças na relação com o grupo e o lugar geram um processo em que, a partir da transformação, “(...) o grupo não é mais o mesmo, nem sua memória, nem o espaço que ocupa” (Alba, 2014, p. 548)¹⁴. A marca ocasionada pela transformação do espaço é carregada pela memória individual de cada sujeito atingido ao longo da vida, sendo reconstituída pela memória coletiva do grupo afetado através das trocas baseadas pela linguagem.

O desenvolvimento da memória coletiva sobre a construção de um empreendimento hidrelétrico é baseado pelas representações sociais, pois não há como refletir sobre um acontecimento do passado sem raciocinar sobre ele. Para Halbwachs (1990), raciocinar é fazer uma relação entre nossas opiniões e as que nos são exteriores, inserindo-as em um mesmo sistema de ideias. Por isso, ao raciocinar o indivíduo se baseia em sua memória individual, contudo também se baseia em aspectos das representações sociais que operam socialmente naquele espaço e tempo.

As ideias e as palavras são tidas por Halbwachs (1990) como os instrumentos da memória e, da mesma forma, as palavras também são o lugar de manifestação das representações sociais segundo Guareschi e Jovchelovitch (1997). Ao retomar o princípio deste texto, cabe explicitar a relação aqui proposta: a memória individual que constitui em relação à construção de barragens foi adquirida pela memória coletiva através da palavra narrada por meus familiares ao longo do tempo vivido. Essa palavra se ancora tanto nas representações sociais perpassadas no senso comum, na sensação de medo diante do desconhecido que poderia expulsar a família de sua terra, inundando toda a comunidade; quanto nas representações sociais concebidas pelos universos reificados (ciências) que me foram transferidos na produção de narrativas do mundo da ciência ao mundo do senso comum.

¹⁴ Cabe destacar a cidade de Itá como um dos espaços que foi totalmente modificado por consequência do projeto hidrelétrico, sendo realocada e renomeada de “cidade nova”, mantendo as torres da Igreja antiga como um símbolo de (re)existência de uma “cidade velha”. Outro exemplo é a cidade de São João Marcos, com quase 20 mil habitantes na época, na região de Rio Claro/RJ, a qual foi esvaziada na década de 40 para a construção da Usina de Ribeirão das Lajes. Ver Paula (1994).

Esta dissertação se insere no *tempo curto* operando palavras que manifestam representações sociais as quais servem de instrumentos à (re)construção da memória. No trabalho de campo, é possível que o acesso a dinamicidade das representações sociais sobre a barragem afete a relação dos sujeitos com a memória coletiva, inserindo outros elementos ao raciocínio que ofereçam outras perspectivas à reflexão, sendo desenvolvida no curso da interação grupal. Isto, pois a memória é um processo inteligente (Halbwachs, 1990)¹⁵.

Não sendo um elemento meramente passivo, a memória coletiva é constituída com base na presença ou ausência de contato com as representações sociais de determinado objeto no *tempo curto*. Se as palavras não habitarem o espaço, gerando diálogos e interação entre os indivíduos de um grupo e um objeto específico, não haverá representações sociais que garantam a construção de um raciocínio diante desse elemento. Este trânsito das palavras, tidas enquanto representações sociais, é fundamental à reconstrução da memória coletiva, sendo, portanto, uma tarefa intergeracional.

3.4 SUBAFLUENTES

Os subafluentes constroem vias para o que rio possa ampliar o seu caminho e, aqui, representam os sujeitos que se conectam com a história da construção da barragem por viverem no território atingido, mesmo não tendo vivenciado diretamente, com o “saber de experiência feito” (Freire, 2006), as marcas da implantação do empreendimento em sua geração.

As juventudes de um campo de conflitos são constituídas pela diversidade de pessoas jovens que compartilham um fato histórico, uma memória coletiva, além de elaborarem suas subjetividades em espaço específico, as cidades pequenas. As pessoas atingidas representam os seres humanos afetados, direta ou indiretamente, pela construção de uma barragem, e quem se relaciona com as consequências da obra ao longo do tempo.

Aqui serão apresentados elementos teóricos que visam contribuir na compreensão do contexto acerca dos sujeitos que partilham suas vivências, experiências e opiniões no campo de conflitos desembocado pela construção de uma usina hidrelétrica.

¹⁵ Uma das críticas ao conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs (1999) foi articulada por Paul Ricoeur (2007). Ricoeur (2007), enquanto filósofo francês, reconheceu uma falha na teoria halbwachiana em relação à memória individual, compreendendo uma renúncia à subjetividade diante da força da memória coletiva sobre o indivíduo. O sociólogo francês não pode seguir desenvolvendo sua teoria, pois faleceu em um campo de concentração nazista em 1945. O motivo da utilização do conceito de Halbwachs (1999), apesar da crítica, é o fato de ele ter fundamentado estudos de pensadoras como Eclea Bosi (1979), oferecendo também relações com o conceito central deste estudo, a TRS de Moscovici (2007) (Alba, 2014).

3.4.1 Juventudes de um campo de conflitos

Os projetos hidrelétricos são baseados em decisões unilaterais, por vezes autoritárias, que não consideram a visão das pessoas diretamente atingidas pelo empreendimento. A postura vertical das empresas e governos instala um campo de conflitos, tendo em vista que a população local, constituída geralmente por camponeses, ribeirinhos, pequenos agricultores e populações tradicionais passa a ser compreendida como uma barreira ao progresso. Ao dispor de outras compreensões relacionadas ao território, ao rio e a natureza – estas que concorrem com a viabilidade da instalação de megaprojetos, mesmo com uma correlação de forças nada favorável em relação aos donos do capital –, esses grupos sociais acabam travando disputas pela justiça e acesso aos seus direitos (Junior, 2019).

Uma barragem pressupõe um campo de conflitos (Junior, 2019) e, portanto, é fundamental atentar aos sujeitos que figuram nestes espaços. No estado do conhecimento realizado no princípio de construção da pesquisa, constatou-se que há pesquisadores desenvolvendo estudos relacionados aos grupos sociais afetados pelas barragens, contudo não é tão significativa a quantidade das pesquisas que atentam à categoria juventude.

Os/as jovens também se inserem neste campo de conflitos que provoca alterações profundas tanto no espaço quanto no tempo e, nesta pesquisa, eu também me incluo enquanto jovem-pesquisadora que convive com as águas barradas do Rio Uruguai. Na escuta das histórias contadas pelas pessoas que conviveram com o movimento das águas, organizo a minha vida para compreender, tanto pelo conhecimento popular quanto pelo científico, os processos que afetam os sujeitos neste território para, dessa forma, encontrar maneiras de produzir e reivindicar vida em abundância pelo acesso e a consolidação dos direitos humanos.

As principais alterações espaciais são vinculadas à criação do lago artificial, a barragem, que pressupõe a remoção de núcleos familiares e comunidades de seu local de origem. Os processos de realocação e reassentamento de pessoas geram afastamentos que atravessam a sociabilidade e a manutenção das relações sociais e culturais de determinado lugar, gerando sofrimento e questões que também se vinculam à saúde e ao trabalho (Giongo, 2017). São questões que perpassam gerações, atingido diferentes juventudes ao longo do tempo.

Participantes da pesquisa de Giongo (2017) afirmaram que os impactos da construção da hidrelétrica de Itá já perpassam três gerações, sobretudo porque a lógica de reparação de danos não considera os aspectos longitudinais e um acompanhamento das populações atingidas no longo prazo. No espaço e no tempo, os efeitos acompanham as populações de forma intergeracional, mesmo que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto

Ambiental (RIMA) argumentem que a implantação não traria modificações significativas (Giongo, 2017)¹⁶.

De acordo com a legislação brasileira, com base no Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), os jovens são pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Contudo, para além da compreensão limitada à faixa etária, jovens são sujeitos históricos, isto é, indivíduos concretos que vivenciam processos de socialização mediados/as pela realidade na qual estão inseridos/as. Ao longo desta pesquisa, representam unidades de análise interpeladas através da constituição de grupos focais em suas cidades de residência, isto é, Aratiba/RS, Marcelino Ramos/RS, Mariano Moro/RS e Severiano de Almeida/RS.

Os sujeitos abordados no estudo, compartilham o fato de residirem em municípios atingidos pela UHE Itá, todavia apresentam diversidades como a localização geográfica (campo/cidade), o gênero, a raça, a idade, a classe, a faixa etária, a experiência laboral e o grau de escolarização que, conseqüentemente, diferenciam suas visões de mundo em relação à barragem. Apesar de pontos em comum, a diversidade presente no corpo jovem deve ser sempre considerada, pois ela oferece distintas possibilidades de construção subjetiva e objetiva a essas pessoas.

A parcela jovem da sociedade constitui a juventude, uma categoria social que se baseia na relação dos indivíduos com as referências simbólicas em um determinado tempo e espaço. Sendo uma noção variável, a juventude se insere no imaginário social como uma etapa da vida cronológica, determinada pela modernidade (Abramo, 1994). Desde a infância, a pessoa é segregada do mundo social e inserida em um processo de preparação para a vida adulta que dura anos e se prolonga até a juventude, que se dá através das diferentes fases da escolarização. Para Groppo (2017), essa cronologização da vida em fases se vincula com a institucionalização da vida. É pela idade que a escola insere um estudante em determinada série, que uma jovem menina se torna debutante e um jovem garoto pode ou não se alistar no serviço militar.

Contudo, esses processos, tanto de cronologização quanto de institucionalização, parecem ter entrado em crise em relação à juventude (Groppo, 2017). Há marcadores sociais que diferenciam a vivência desses processos com base na faixa etária determinados pelas instituições, sobretudo o que diz respeito à entrada no mercado de trabalho. Jovens de classes populares já possuem algum tipo de emprego enquanto vão à escola, por exemplo. Os processos

¹⁶ Cabe salientar que, especialmente pelas limitações temporais, o objetivo deste trabalho não visa a análise do EIA e do RIMA, por isso são utilizados argumentos com base na tese de Giongo (2017). Nem todos os trabalhos realizados sobre a UHE Itá citam e analisam esses documentos, como é o caso da dissertação da Junior (2019).

já não acontecem um após o outro, mas se mesclam e coexistem, tornando esta categoria social ainda mais complexa de ser analisada.

Popularmente tida como uma etapa de transição entre o mundo infantil ao adulto, a juventude não dispõe de uma marcação delimitada no tempo ou de rituais de passagem que estabelecem seu início ou o final (Abramo, 1994), havendo cada vez mais fluidez nesses processos. Sempre que reflito sobre essa transitoriedade incorporada à condição juvenil, penso que essa condição de passagem pode ser tida como um estado determinado à mudança de um lugar para outro, como na metáfora de uma ponte que, primeiro, liga dois lugares distintos e, segundo que obrigatoriamente deve ser atravessada.

Na perspectiva cronológica que é difundida pelas instituições, a criança vivencia um processo de condução a esta transição, a esta ponte. A noção moderna de infância, distinta de outros momentos históricos (Ariès, 1986), foi sendo reiterada por documentos internacionais e nacionais, tais quais a Declaração dos Direitos das Crianças (1959) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – 1988), os quais institucionalizam a proteção. Ao argumentar sobre os sentimentos relacionados à infância, Ariès (1986) indica que o primeiro foi caracterizado pela paparicação das crianças pequenas e o segundo se relaciona com homens moralistas, ou seja, pessoas que se sensibilizaram ao histórico negligenciamento das crianças e, assim, passaram a enxergá-las como criaturas de Deus, passíveis de preservação e disciplinamento.

A fragilidade atribuída à criança faz com que seus progenitores a conduzam pela mão ao longo da infância¹⁷. Ao chegar ao início da ponte, já não mais criança, a pessoa adolescente vai sendo descolada da compreensão de cuidado intenso e, mesmo acompanhada pelos pais, ela se prepara para fazer a travessia sozinha. Enquanto jovem, ela começa a atravessar e, dependendo dos elementos que a situam socialmente, como o gênero, a raça, a classe, a sexualidade, a posição geográfica, esse atravessamento dispõe de características cada vez mais complexas.

Ao pensar na situação de classe, jovens de elite são acompanhados por uma suspensão no tempo - ou uma flexibilização de responsabilidades - que os permite vivenciar essa travessia, elaborando sua existência e experimentando diferentes possibilidades com maior passibilidade ao erro, antes de adentrar no cenário adulto.

¹⁷ A pesquisa de Andrade (1998) evidencia que a criança é considerada um “pedaço de seus pais” e, portanto, um sujeito incompleto. Essa compreensão afeta a construção da criança enquanto um sujeito de direitos, impactando o conceito de cidadania. A tutela da sociedade em relação às crianças bem como os marcadores sociais da diferença que também marcam a infância poderiam ser problematizados, contudo este não é o nosso objetivo.

Erik Erikson (1976) denomina este período antes da maturidade biológica como moratória psicossocial, sendo vivenciado com maior permissividade e desfrutado por jovens das classes mais privilegiadas, os quais possuem maiores condições de bancar essa suspensão do tempo se comparados aos jovens das classes baixas, que são absorvidos e desgastados pelo mercado de trabalho (Margulis; Urresti, 1996) já desde muito cedo.

Se algumas pessoas jovens têm seus passos na ponte marcados pela moratória psicossocial, a maioria da juventude brasileira, sem vivenciar de forma plena esse tempo de suspensão, acaba sendo sugada ao universo adulto enquanto jovem. Passa a cumprir as tarefas e atribuições do adulto, com as devidas responsabilidades e cobranças, sendo ainda jovem. Essa espécie de atravessamento se prolonga no tempo causando imprecisão em relação aos limites de início e fim dessa transição. Assim, por não serem demarcados e ritualizados pela sociedade moderna, inserem a condição juvenil em um terreno ambíguo, o qual carrega uma negativa que atrela a noção de juventude a uma espécie de não-lugar, afetando aspectos como a construção de direitos e deveres juvenis (Abramo, 1994). Ao ser considerada apenas uma fase de transição, as/os jovens acabam sendo invisibilizados, tendo em vista que logo serão adultos, basta esperar.

Em diálogo com Foracchi (1972), Abramo (1994) delineia que o fato de estarem se preparando para adentrarem a “plenitude da vida social no mundo adulto”, a condição juvenil é perpassada por uma situação de marginalidade, por ser situada à margem do sistema produtivo e de valores. Essa marginalização cria uma representação da pessoa jovem como ser em construção e ainda incompleta, tido com insuficiência e despreparo para expressar suas opiniões, ideias e crenças. Em síntese, a pessoa jovem é vulgarmente compreendida enquanto uma tábula rasa sem experiências e que deve ser disciplinada. Sendo este um elemento que figura no imaginário social: será que não justifica, em partes, a escassez de pesquisas vinculadas às juventudes e suas opiniões em relação a temáticas como a construção de empreendimentos hidrelétricos?

Independente da situação de classe e das possibilidades de vivência da moratória psicossocial atribuída por Erikson (1976), enquanto objeto de estudo sociológico, a juventude figurou por muito tempo enquanto um problema da sociedade moderna, sobretudo por ser constituída de “(...) grupos juvenis com propostas de transformação social e potencial de normatividade” (Abramo, 1994, p. 04). Comportamentos de questionamento da ordem social estabelecida, deslegitimação do conhecimento repassado pelas gerações mais velhas eram visualizados como inatos aos jovens, tantos das elites quanto das classes populares (Abramo, 1994): maio de 68, Woodstock (sobretudo o 99), punks, hippies e *street gang boys* ilustram essa situação.

Assim, delinquência, rebeldia e revolta foram substantivos que guiaram os estudos sobre juventude ao longo do século XX e, seguiram produzindo definições ao longo da história que adjetivaram a população juvenil ora como rebelde, ora como revolucionária, ora como delinquente em uma perspectiva funcionalista (Abramo, 1994). Cabe destacar aqui que grande parte dos estudos realizados nesta época conta com a opinião dos pesquisadores em relação aos jovens e, nem sempre, a perspectiva dos grupos juvenis é considerada.

Neste contexto, é possível situar o famoso texto em que Pierre Bourdieu (1983) defende que a juventude é apenas uma palavra, isto é, que sempre somos jovens ou velhos em relação a alguém, reforçando essa imprecisão. Ao pautar a questão a partir da realidade latino-americana, Mario Margulis y Marcelo Urresti (1996) contrapõem a visão do sociólogo francês e consideram que a percepção da juventude como um signo acaba desvinculando questões históricas e sociais que condicionam a vivência da condição juvenil. Dessa forma, os critérios psicossociais e biológicos devem ser considerados para uma análise mais genuína dessa categoria social.

Na sociologia brasileira, os estudos sobre juventude iniciaram de forma institucionalizada, vinculados à escola. Assim, mesmo que enquanto agente político com capacidade transformadora, “(...) a visibilidade da juventude, portanto, reduz-se à dos estudantes, e a relevância da sua atuação à dos movimentos estudantis” (Abramo, 1994, p. 23). Esse é um dos motivos de esta pesquisa ter evitado o contato com as pessoas jovens a partir da escola, optando pelo contato não institucionalizado para favorecer a participação de jovens que talvez não estejam diretamente vinculados/as com as instituições tradicionais e, por isso, acabam sendo invisibilizados nas discussões.

Assim, com base na complexidade que a circunda, a juventude não é experienciada de uma só forma, mas enquanto diversas possibilidades que nos conduzem à pluralidade: há juventudes que são imersas em diferenciações que marcam, individual e socialmente, a sua condição em determinado período histórico. Assim, quando cito, no início deste trabalho, as memórias carregadas pelo corpo jovem de minha mãe, situado na beira do rio Apuaê Mirim, em meados da década de 90, localizo uma jovem que figura outra experiência de juventude, distinta da minha.

Para Groppo (2017, p. 13), a juventude é uma categoria histórica, pelo fato de estar “(...) sujeita a modificações e metamorfoses, a ponto de poder desaparecer quando dada sociedade se reconfigura – como na passagem das sociedades antigas às medievais, no mundo europeu”. Ela é também uma categoria social pelo fato de “(...) fazer parte da estrutura social, de formar

Ao ilustrar o que as/os jovens participantes pensam sobre os termos, nosso intuito é o de escutar para, então, refletir quem são as juventudes que convivem com a barragem nesse campo de conflito. Como pode ser visualizado nas contribuições de Abramo (1994) e Foracchi (1972), a condição juvenil vivencia uma situação de marginalidade que exprime ideias relacionadas a um certo despreparo da pessoa jovem para dispor plenamente da vida social da sociedade adulta, e revela como as estruturas de poder que mantém essa compreensão se reproduzem nos discursos, inclusive dos/as jovens.

Quapper (2012) indica as relações de poder existentes com base na faixa etária fazem com que a sociedade ocidental seja também adultocêntrica, o que nos “(...) remete a relações de domínio entre classes de idade” (Quapper, 2012, p. 103, tradução nossa), as quais são instaladas no imaginário social, sendo reproduzidas nos âmbitos materiais e simbólicos da sociedade. Ao refletir sobre as relações de domínio, é possível retomar as discussões realizadas no primeiro capítulo acerca do paradigma do desenvolvimento e apontar que ambos os ordenamentos, tanto o desenvolvimentismo quanto o adultocentrismo, encaixam-se na estrutura do mesmo sistema (Cavalcanti, 2021; Quapper, 2012).

Assim como o paradigma do desenvolvimento contribui à manutenção do sistema capitalista (Acosta, 2016), o adultocentrismo também nutre esta estrutura de forma “(...) simbólica, pois define um lugar no imaginário para meninos e meninas, e material, pois os distribui legal ou ilegalmente no movimento de produtividade de riquezas” (Cavalcanti, 2021, p. 203). Cavalcanti (2021) aponta a condição de “menor aprendiz” para materializar o adultocentrismo nas relações de produção, situação que pode ser visualizada nos supermercados na região do Alto Uruguai (Koralewski, 2021).

Já apontamos no primeiro capítulo o quanto a modernidade desencadeou processos de fragmentação de corpos e mentes, além de despedaçar ecossistemas. A juventude, enquanto um símbolo, acaba sendo vinculada com o novo, com o moderno e com o futuro. Sob a égide do positivismo, o mundo moderno cria uma linha na história, inserindo os seres humanos em um caminho retilíneo, em busca de um futuro que promete ser melhor. Contudo, essa promessa nem sempre é materializada e a utilização de termos como “futuro” e “juventude” acabam sendo instrumentalizados como objetos à justificação de interesses que visam apenas o lucro.

Inseridos/as em pequenos municípios, as juventudes desses campos de conflitos vivenciam em suas realidades as investidas do grande capital, sobretudo na exploração da natureza e na transformação dos modos de vida da população, gerando efeitos que acompanham a história.

Assim sendo, para além das juventudes, é importante situar o que significa o termo “atingido por barragem” e como as pessoas jovens participantes do estudo se inserem nessa discussão.

3.4.2 Atingidos: uma noção em disputa

Se “a juventude é uma condição variável no interior de uma dada sociedade” (Ariès, 1981; Abramo, 1994), a noção de atingidos ilustra a situação de pessoas que, em alguma medida, tiveram suas vidas atravessadas por algum evento externo como, neste caso, a implantação de um empreendimento hidrelétrico. Todavia, essa compreensão é instaurada a partir de um campo de disputas (Junior, 2019), sendo carregada de compreensões distintas, a depender de quem a concebe.

Ao longo da história, as populações atingidas lutam para serem compreendidas enquanto sujeitos de direitos. Com base em Vainer (2008), Junior (2019) aponta que as populações residentes nos territórios próximos ao espaço de “aproveitamento hidrelétrico” (Viana, 2003) eram consideradas como empecilhos ao desenvolvimento dos empreendimentos e, portanto, descaracterizá-las da noção de atingidas passou a ser uma estratégia utilizada pelo setor elétrico para desapossá-las de seus bens materiais, simbólicos e culturais, além de seus direitos. Assim, a reivindicação de direitos exige grande capacidade de articulação e mobilização, tendo em vista que a disputa de poder é travada com o setor elétrico brasileiro em uma relação desigual de poder (Junior, 2019).

Para o MAB (2013), ao definir de forma restrita e limitada o conceito de atingidos, nem todas as populações afetadas recebem reparação por parte das empresas responsáveis pela obra e, portanto, o movimento se articula há anos pela aprovação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), a fim de instaurar frente ao Estado brasileiro um marco legal que assegure seus direitos de forma expandida. Em seus debates, o movimento difunde uma compreensão mais ampla do conceito, isto é, “somos todos atingidos” (MAB, 2015) pelas diligências do setor elétrico, não apenas as pessoas diretamente deslocadas, mas todas as que compõe o território afetado, além daquelas que são afetadas pelo preço da energia elétrica.

Ao dialogar sobre o território atingido, Losekann (2016) indica três posições para caracterizar essa população. Para a autora, há os “atingidos em si”, pessoas diretamente impactadas pela obra, mesmo que não se autorreferenciem como tal; os “atingidos mobilizados”

que são os sujeitos conscientes de sua posição dentro do território atingido, engajando-se em ações comunitárias de mobilização em vista a garantia de seus direitos; e, por fim, a posição de

“mobilizadores de atingidos”, que é constituída por pessoas ou organizações que não são necessariamente impactadas de forma direta pelo empreendimento, mas que se sensibilizam e se organizam em prol dessas populações e da luta pelos seus territórios.

Ao longo da pesquisa de campo foi possível encontrar de forma indireta essas posições de atingidos (Losekann, 2016) a partir das memórias mobilizadas pelos/as jovens participantes. Ao longo das trocas realizadas no grupo focal, as/os jovens evidenciaram o conhecimento das situações, ao relatarem histórias que ouviram sobre a mobilização social, sobre famílias que vivenciaram os processos de deslocamento e lideranças que uniram forças em prol da garantia dos direitos das populações atingidas na porção gaúcha do território atingido pela UHE Itá. Para além das três situações que possibilitam a caracterização dos atingidos, os dados encontrados em campo por Junior (2019) ilustram a diversidade dessas situações, impossibilitando o seguimento de uma estrutura definida à realização das entrevistas.

A diversidade apontada pelo pesquisador indica que, assim como no debate sobre juventudes, a noção de atingidos não é homogênea. Há uma diversidade de populações, empreendimentos e sujeitos que, quando limitados em categorias, têm suas situações, realidades e a compreensão teórica das experiências limitados. Portanto, mesmo entendendo a importância de exprimir o que são as pessoas atingidas, sobretudo para efeitos legais, compreender a diversidade dessa noção é essencial para, inclusive, ampliar a garantia de direitos.

Ao pautar essa ampliação, destacamos que em 15 de dezembro de 2023, como resultado da mobilização da população atingida por barragens, organizada no MAB, foi instituída a lei nº 14.755 que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB). A partir de então, a noção é legalmente amparada pelo Artigo 2º, sendo considerados atingidos os sujeitos em situações de construção, operação, desativação ou rompimento de barragens por (BRASIL, 2023):

- I - perda da propriedade ou da posse de imóvel;
- II - desvalorização de imóveis em decorrência de sua localização próxima ou a jusante dessas estruturas;
- III - perda da capacidade produtiva das terras e de elementos naturais da paisagem geradores de renda, direta ou indiretamente, e da parte remanescente de imóvel parcialmente atingido, que afete a renda, a subsistência ou o modo de vida de populações;
- IV - perda do produto ou de áreas de exercício da atividade pesqueira ou de manejo de recursos naturais;
- V - interrupção prolongada ou alteração da qualidade da água que prejudique o abastecimento;
- VI - perda de fontes de renda e trabalho;
- VII - mudança de hábitos de populações, bem como perda ou redução de suas atividades econômicas e sujeição a efeitos sociais, culturais e psicológicos negativos

devidos à remoção ou à evacuação em situações de emergência;
 VIII - alteração no modo de vida de populações indígenas e comunidades tradicionais;
 IX - interrupção de acesso a áreas urbanas e comunidades rurais.

A PNAB representa um marco fundamental na garantia de direitos das populações atingidas por oferecer elementos que possibilitam a caracterização das distintas realidades vivenciadas pelos atingidos, além de estabelecer possibilidades e limites para as negociações relacionadas à indenização e reposição, quanto a bens materiais, e compensação, quanto a questões imateriais. Ademais, o Artigo 5º também indica a criação do Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB) para prever e assegurar direitos com base em grupos específicos:

I - às mulheres, aos idosos, às crianças, às pessoas com deficiência e às pessoas em situação de vulnerabilidade, bem como aos animais domésticos e de criação;
 II - às populações indígenas e às comunidades tradicionais;
 III - trabalhadores da obra (VETADO);
 IV - aos impactos na área de saúde, saneamento ambiental, habitação e educação dos Municípios que receberão os trabalhadores da obra ou os afetados por eventual vazamento ou rompimento da barragem;
 V - à recomposição das perdas decorrentes do enchimento do reservatório, do vazamento ou do rompimento da barragem;
 VI - aos pescadores e à atividade pesqueira;
 VII - às comunidades receptoras de reassentamento ou realocação de famílias atingidas;
 VIII - a outras atividades ou situações definidas nos termos do regulamento (BRASIL, 2023).

Cabe ressaltar a importância do Artigo 5º da PNAB na atenção às especificidades das populações atingidas, ao passo que são listados grupos com base na lógica de cronologização da vida (Groppa, 2017) como crianças e idosos, mas não a juventude. Apesar de o termo “juventude atingida” aparecer em publicações no site do movimento (MAB, 2014, 2017, 2013), não há apontamentos sobre os direitos das populações jovens atingidas na legislação. A não consideração da condição juvenil nos debates é um ponto delicado, tendo em vista que essas populações já são vulnerabilizadas e, com os impactos gerados por esses empreendimentos, podem ter o curso de seus projetos de vida profundamente interferidos.

Se “ser jovem” é uma consequência instaurada pela modernidade no curso da vida de toda e qualquer pessoa e “ser atingido/a” é uma possibilidade para indivíduos localizados nas zonas rurais, espaços afastados dos grandes centros e tidos como “desertos”, como terra vazia e disponível para exploração em prol do desenvolvimento, imaginadas e fantasiadas a partir de uma psique coletiva colonialista (Bates; Küpers, 2023). Essa sobreposição de conceitos cria no corpo jovem uma situação distinta da experiência vivenciada por uma pessoa “adulta” ou “idosa” e “atingida” e, portanto, deve ter suas particularidades consideradas para que seus direitos sejam, de fato, acessados.

Ao longo da realização dos grupos focais, o debate sobre o que é ser atingido e se cada sujeito se compreende enquanto atingido/a tomou proporções distintas em cada município, fator que pode nos indicar as diferenças que marcam os modos como as populações foram impactadas. Mesmo sendo uma das questões do grupo focal, nem todas as pessoas se sentiram confortáveis para desenvolverem suas ideias e se afirmarem ou não enquanto pessoas “atingidas”. Mais do que a presença, a ausência de respostas provocou uma reflexão mais aprofundada, que despontou na mudança em relação ao título proposto no projeto de pesquisa, apontando agora para “jovens de municípios gaúchos atingidos pela UHE Itá” e não mais “jovens gaúchos atingidos pela UHE Itá”.

A mudança na ordem dos termos gera uma diferenciação colossal na compreensão da questão, sobretudo porque deixa de ser um adjetivo, uma vez que este não foi associado a condição de todos os/as jovens participantes. Por óbvio, seria interessante apontar a uma “juventude atingida”, sobretudo pela lacuna apresentada na legislação, como uma forma de pressionar os movimentos que atuam nesse campo e os legisladores considerarem esse grupo social. Contudo, esses não foram os achados do campo e mais passos precisam ser dados, inclusive em relação ao debate da noção de atingido nesses espaços, para que a juventude desse território possa compreender a importância retórica de se caracterizar como tal, a fim de construir um grupo organizado na reivindicação por direitos.

Os artigos internacionais selecionados para constarem no Estado do Conhecimento apontam a importância da retórica à mobilização de grupos atingidos por megaprojetos elétricos, tanto hidroelétricos quanto eólicos, ao redor do mundo. Em Portugal, Susana Bates e Sophia Küpers (2023) expõe a resistência do movimento cultural e cívico chamado Terra de Miranda¹⁸, o qual contesta as injustiças produzidas pelas barragens, além de reivindicar o direito de se beneficiar das receitas fiscais geradas pelos empreendimentos que recentemente foram adquiridas pela Engie, consórcio francês que também possui a concessão da UHE Itá. Apesar de não discutirem a presença das pessoas jovens no movimento de atingidos, as autoras apontam que as barragens afetam futuros intergeracionais.

Diferente das pesquisadoras portuguesas, Suzane Normann (2020) discute o papel das pessoas jovens em seu estudo sobre as representações sociais das instalações industriais de energia eólica em grande escala na Noruega pela comunidade indígena Sami. Para ela, os participantes jovens apresentaram estratégias comunicativas mais fortes, em comparação com as pessoas adultas, fato que pode se relacionar com os diálogos empreendidos pelas redes

¹⁸ Criado em 2020, o movimento se organiza na região de Portugal afetada pelas barragens de Picote, Miranda e Mempo. Outras informações podem ser acessadas no site: <https://terrademiranda.org/>.

sociais, encontros internacionais, em que as/os jovens indígenas Sami trocam suas experiências com outras populações.

Ademais, a autora aponta maior radicalidade no discurso juvenil e maior insegurança em relação ao futuro que é produzida pelos megaprojetos colonialistas que se escondem nos discursos de transição energética (Normann, 2020). Mesmo não sendo o objetivo deste estudo, ao compreender outras realidades que são afetadas ou ameaçadas por megaprojetos elétricos que partem do paradigma do desenvolvimento, é interessante perceber o quanto a condição juvenil é modificada em cada espaço, reafirmando a diversidade e a responsabilidade epistemológica do/a pesquisador/a em não homogeneizar a questão.

Por isso, ao refletir a realidade das pessoas jovens que residem municípios atingidos pela UHE Itá, foi possível perceber que essa questão não é simples, apontando a diversas compreensões por parte das/os participantes, que se sentiram confortáveis a partilhar suas ideias. O quadro abaixo sistematiza as definições apontadas pelos/as participantes dos grupos focais realizados nos quatro municípios gaúchos atingidos com base no Artigo 2º da PNAB, assegurando a anonimidade pela identificação fictícia dos sujeitos.

Quadro 1 – Definição do conceito de atingido/a pelos/as jovens participantes

Participante (nome fictício)	Definição de atingido/a
a) Atingido material¹⁹	
Manuela	“...Às vezes eu fico pensando, meu Deus deve ter um computador na memória porque, tipo, ele lembra assim, perfeitamente. Ah, lá tinha estrebaria, lá tinha um galpão, lá tinha casa. Lá era assim, lá tinha lavoura, né? Que tem uma parte dessa área que hoje... <i>Que eu hoje, tipo, não está coberto de água, mas tipo, ele tá lá, tá virado mato, né? Ninguém mais vai comprar, vai adquirir aquela área...</i> ”
Beatriz	“eu tive uma experiência um pouquinho diferente, de pessoas que se utilizaram - como eu já falei -, da ganância, pessoas que se utilizaram dessa questão da barragem e começaram a construir casinhas lá na beira do rio... então, tem gente lá no balneário que tem lojas, que eu trabalhei pra eles que “ai, vocês não sabe a dificuldade que era acordar cedo e ir construir a casinha pra conseguir <i>a indenização da barragem</i> ”.
Laura	“Acho que tem, tem várias formas de a gente olhar como atingido. <i>Tem o diretamente lá que teve no local e teve que sair da sua moradia. Teve que</i>

¹⁹ “Atingido material” foi relacionado aos seguintes incisos: “I - Perda da propriedade ou da posse de imóvel; II - desvalorização de imóveis em decorrência de sua localização próxima ou a jusante dessas estruturas; III - perda da capacidade produtiva das terras e de elementos naturais da paisagem geradores de renda, direta ou indiretamente, e da parte remanescente de imóvel parcialmente atingido, que afete a renda, a subsistência ou o modo de vida de populações; IV - perda do produto ou de áreas de exercício da atividade pesqueira ou de manejo de recursos naturais; e VI - perda de fontes de renda e trabalho” (BRASIL, 2023).

	<i>deixar lá sua propriedade, deixar sua história... mas também tem as famílias do entorno. E eu acho que tem de toda uma sociedade assim, né?”</i>
b) Atingido psicossocial²⁰	
Anelise	<i>“Eu acho que pode ser atingido de diversas maneiras. Pela barragem. Tipo, não necessariamente a minha casa foi alagada. Mas eu acho que grande... Eu acho que todo mundo que habita ao redor... De uma forma ou de outra é atingido.”</i>
Alice	<i>“ah, eu acho que as pessoas que foram atingidas, por mais que foram ressarcidas e ganharam outro lugar, mas eu acho que conta muito uma coisa que não volta mais, quantos anos tu morava ali, aquelas memórias, o valor emocional... por mais que foram recolocadas em outro lugar, mas não é que nem você tá ali que era o teu lar. Se ouve falar isso...”</i>
Ricardo	<i>“lembranças, três quatro geração que tão morando ali, desde o tataravô que ajudou a construir e tu tem que sair da tua casa... construir em outro lugar, e tem coisas que o dinheiro não paga, né. Tem coisas que, a lembrança... ele não paga. Até ameniza, mas não paga.”</i>
Milena	<i>“o que me vem assim na cabeça é tipo que morava num lugar que o rio cobriu... assim, num sentido mais negativo de certa forma.”</i>
Amélia	<i>“E até pelo fato de nós saber a história que nossos familiares, nossos pais, avós contam. A gente faz parte da família. E a gente sente também por eles, né? E pensa sobre isso. O que eles passaram. Porque a gente não viveu. Mas talvez, como vocês comentaram na fala, a tristeza expressada na fala. A gente sente muito por isso também. Porque se é triste de falar, quem dirá de vivenciar.”</i>
Mariana	<i>“Que nem a colega falou aqui, né? Que as famílias se mudaram e tal, né? Por exemplo, a minha mãe é lá de São Valentim, né? Da comunidade de São Valentim. Então, numa dessas, eu não poderia ter nascido lá em Três Pinheiros. Eu poderia ter sido criada lá em São Valentim. Nesse sentido também, né? Mudou totalmente...”</i>
Benjamin	<i>“Eu não me considero atingido diretamente pela barragem porque eu sigo um fluxo, sigo o fluxo da vida. Eu já estou acostumado com esse cenário pós-barragem. E uma pessoa atingida pela barragem é uma pessoa que teve que mudar a rota da sua vida em função de uma ação maior, do meu ponto de vista é uma pessoa que mudou a sua história por causa de outro evento, que é a barragem.”</i>
Mônica	<i>“Pessoas que moram ali no entorno que tem que ser adaptar por causa da barragem...”</i>
Cecília	<i>“Eu acredito que eu também diretamente não. Ainda tem, mas não diretamente. A gente sabe que ela teve todo um impacto, ainda tem.”</i>
Raquel	<i>Como a gente veio depois...Eu diretamente... Diretamente não. Mas minha família tiveram que ser bem fortes... O lugar de tudo tem que... Tem que aceitar e seguir, só isso que tem pra fazer, não tem outra... Tem que ser forte mesmo e eu acredito que eles precisavam ser bem fortes naquele tempo.</i>
Laura	<i>“Eu não vivi essa época. Vi o tempo que meu pai trabalhou na barragem, na construção dela... que foi um momento assim de muita coisa diferente da população, então, acho. É, atingiu o todo. Não só quem estava lá no local.</i>

²⁰ “Atingido psicossocial” foi relacionado aos seguintes incisos: “VII - mudança de hábitos de populações, bem como perda ou redução de suas atividades econômicas e sujeição a efeitos sociais, culturais e psicológicos negativos devidos à remoção ou à evacuação em situações de emergência; V - interrupção prolongada ou alteração da qualidade da água que prejudique o abastecimento; VIII - alteração no modo de vida de populações indígenas e comunidades tradicionais; e IX - interrupção de acesso a áreas urbanas e comunidades rurais” (BRASIL, 2023).

	Acho que atingidos são as pessoas também, que as famílias que talvez morava próximos e os parentes tiveram que sair. Acho que de certa forma são atingidos indiretamente também.”
c) Atingido-afetado²¹	
Henrique	“Sim, porque de uma forma ou outra <i>todo mundo foi afetado... independente se teve que fazer mudança por causa da barragem.</i> ”
Milena	“ <i>eu também sou atingida por uma barragem, depende o sentido.</i> Eu moro numa cidade atingida pela barragem.”
Leonardo	“Afetado é um pouco mais amplo, né? <i>Atingido parece que se limita ao local, né? Afetado abrange mais...</i> ”
Alice	“uma coisa assim meio que fora, não que não tenha a ver... esses casos dessa chuvaradas que o xxx ali embaixo teve que sair da propriedade dele, (...) e <i>não poder levar nada e aí ter que ficar de favor na casa de um vizinho</i> , tudo que ele tem ali que tá construindo, sem saber quando vai poder voltar...”
Ricardo	“(...) eles controlam bastante o fluxo de água. Mas, que nem essa que eu contei ali foi um caso isolado, chegou no parreiral do cara, no porão do cara... mas, não foi enchente do lago, foi um afluente lá em cima... que é o Ligeirinho. O lago tava no seu limite máximo e o Ligeiro chovendo lá, Passo Fundo aqueles lados chovendo e mandando água... <i>aqui ela chega e não tem pra onde escoar, o lago tranca toda água que vem de lá...</i> ”
Jeferson	“É, parece que o <i>termo atingido ele remete diretamente as pessoas que tiveram de sair da sua propriedade pela barragem</i> , né? Mas, também concordo que todas as pessoas do entorno que tiveram desde sua vida social ou enfim, que tiveram alterações ou propriamente de clima, são pessoas atingidas em maior ou menor proporção. <i>Nós também somos atingidos.</i> Mesmo quem está hoje ali que não teve sua terra diretamente atingida, mas... de uma forma ou outra porque foram vários.... o impacto da barragem ele não se limita até onde a água alcançou. Ele vai além disso. Foi muito além disso, todo o entorno. Creio que todas as pessoas aqui, ou pelo menos próximas aqui, lá são, podem ser consideradas as pessoas que foram atingidas de um maior ou menor proporção. Mas tem alteração. Tem mudança, né, na vida delas.”
Laura	“Então eu acho que <i>hoje também pelo clima, por essas mudanças...</i> tudo que afetou e tudo mudou em relação à barragem, se atinge as pessoas de alguma forma são atingidas. Que são, são diferentes tipos de pessoas que foram atingidas, digamos assim.”
Beatriz	“se tu vem acompanhando o rio desde os afluentes, desde lá de cima, desde onde ele nasce, o que acontece... as pessoas destocam, desmatam, tivemos um desmatamento, eu mandei hoje, equivalente a oito campos de futebol logo pra baixo do rio... o que acontece: chove e a água vai escoar pra dentro do rio, vai levar terra, vai levar pedra, vai levar tudo junto. <i>O rio é represado, ele não é mais correnteza, a terra vai se sedimentando no fundo do rio, ela vai virando um barrão, só que ela gera um volume que faz com que o rio suba cada vez mais rápido...</i> ”

Fonte: Grupos focais. Elaborado pela autora (2024).

Pela diversidade de sentidos elaborados nos grupos focais, a noção de atingido apresentou aspectos que foram sistematizados em três noções: a) atingido material; b) atingido

²¹ Não foi encaixado nos incisos da PNAB.

psicossocial; e c) atingido-afetado. A primeira noção se vincula diretamente com as pessoas que perderam suas propriedades, as vítimas do deslocamento forçado que, no *passado*, tiveram que reestabelecer seus modos de vida em outros espaços. Apenas três jovens vincularam a noção de atingido a questões materiais que são evidenciadas legalmente pelos incisos I, II e III.

Giongo (2017) aponta que a figura de atingido é historicamente atrelada às questões materiais e econômicas, contudo essa é a definição que menos foi incorporada pelos/as jovens participantes. Um trecho que chama a atenção é o ponto apresentado por Beatriz e remonta o aproveitamento financeiro de pessoas que se utilizaram da barragem para conseguir indenizações, apontados como atuais comerciantes que, na época, construíram casas no início dos boatos de vinda da barragem. Esse é um ponto que não aparece em outros trabalhos, sendo uma novidade no debate indicando uma relação de classe, apontados como atuais comerciantes que, na época, construíram casas no início dos boatos de vinda da barragem.

A noção de atingido psicossocial é a mais numerosa e conta com questões que se baseiam nas consequências advindas das mudanças geradas pelo empreendimento para além do período de construção. São elementos que podem ser encaixados nos incisos V, VII, VIII e IX da PNAB (BRASIL, 2023) e são citados pelos/as participantes jovens juntamente a elementos vinculados com as/a:

- *Emoções*: como a tristeza representada por Amélia a partir dos relatos que ouviu; o luto pelas memórias e o valor emocional apontados por Alice; a angústia vivenciada pela família de Raquel que teve que “aceitar e seguir”;
- *Memória coletiva dos lugares submersos*: relação passada com um “lugar que o rio cobriu”, como representado por Milena; na relação familiar desenvolvida no espaço ao longo da história que não podem ser mercantilizadas e resolvidas com o pagamento de indenização, conforme expressa Ricardo; uma outra possibilidade de futuro apontada por Mariana, que poderia ter sido criada em outro lugar se a comunidade não tivesse sido afogada;
- *População do entorno*: pessoas que não foram consideradas diretamente atingidas, mas que perderam seus parentes para a distância geográfica, conforme ressalta Laura; pessoas que ainda moram próximas ao lago e tiveram que se adaptar a toda a transformação ambiental, social e cultural como apontaram Mônica e Anelise;
- *Mudanças ocasionadas por um fator externo*: Benjamin argumenta que as pessoas atingidas têm as rotas de suas vidas alteradas por um evento que, neste caso, é a barragem; Cecília aponta que os impactos ainda persistem no tempo.

A terceira noção elaborada a partir das definições apresentadas pelas/os participantes não se encaixa nos incisos do Artigo 2º da PNAB (BRASIL, 2023), que diz respeito à definição de atingido. O atingido-afetado é uma noção que foi amadurecida ao longo dos grupos focais e que se sobressaiu na discussão realizada pelo último grupo focal no município de Aratiba/RS. Ao questionar se as/os jovens se consideravam atingidos pela barragem, as respostas relatavam o momento histórico da construção, como se a barragem tivesse atingido a realidade apenas uma vez, em sua implantação e em relação àquelas pessoas que acompanharam a construção com os próprios olhos.

Se a noção de atingido é fixada na história com as pessoas que foram deslocadas e/ou sofreram os impactos diretos, como construir essa relação de pertencimento com as gerações que nasceram com a barragem já estabelecida no território? Como as populações jovens que são atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos poderão se apropriar do termo “atingido” enquanto reconhecimento da própria identidade se sua condição juvenil está ausente na própria PNAB?

Em meio as revisões de literatura, esses questionamentos apontaram a necessidade de desenvolver uma base teórica que venha a inserir as populações jovens no debate, pois a noção de atingido, mesmo que sirva à legitimação de direitos, reconhecimento de violações, identidade política coletiva e conceito acadêmico (Vainer, 2008), é homogeneizadora e, portanto, acaba reproduzindo uma lógica adultocêntrica que invisibiliza as necessidades e vicissitudes específicas que atingem a(s) juventude(s) nesse processo.

Ao propor o aprofundamento, não queremos questionar a noção de atingido em si, tendo em vista a sua importância sócio-histórica. Todavia, o *atingido-afetado* pode oferecer uma adequação do conceito ao tempo histórico, tendo em vista que a luta pelos direitos das pessoas que são atingidas por empreendimento hidrelétricos e a disputa por contra-hegemonia diante da lógica capitalista promovida pelo setor elétrico são contemporâneas aos jovens que vivem nos territórios, contudo nem sempre os/as encontram. Assim, *atingido-afetado* se refere aos sujeitos que, mesmo não sendo atingidos diretamente pelos impactos da obra, são afetados pelas consequências intergeracionais e injustiças produzidas por ela, no âmbito das alterações climáticas, da saúde, da participação e controle nas receitas fiscais geradas pelas barragens.

Os sujeitos jovens participantes da pesquisa compreendem que a noção de atingido não se limita às questões materiais fixadas ao local submerso pelo lago artificial, como representado pelas palavras de Henrique e Leonardo. A reflexão apresentada por Jeferson chama a atenção, tendo em vista que se afirma enquanto atingido e oferece essa visão ampliada de que “o impacto da barragem ele não se limita até onde a água alcançou”. Milena também compreende que a

noção pode variar e se autorreferencia como tal na relação de residência: *“eu também sou atingida por uma barragem, depende o sentido. Eu moro numa cidade atingida pela barragem”*.

Alice, Ricardo e Laura e Beatriz apresentam pontos de inferência que relacionam as alterações promovidas pela instalação do empreendimento com no clima, nas “chuvaradas” e enchentes pelo fato de a água chegar *“e não tem pra onde escoar, o lago tranca toda água que vem de lá”*. Também aponta Ricardo, em consonância com a afirmação de Beatriz: *“o rio é represado, ele não é mais correnteza, a terra vai se sedimentando no fundo do rio, ela vai virando um barrão, só que ela gera um volume que faz com que o rio suba cada vez mais rápido”*.

Reverberar a compreensão das populações jovens desses municípios é compreender que o movimento de enfrentamento aos projetos hidrelétricos não carece de precisão em relação ao tempo, contudo pode ser prolongado ou ser iniciado depois da implantação do empreendimento, em uma relação de contestação frente às injustiças executadas ao longo do tempo e das gerações. Um exemplo de resistência que se prolonga no tempo é o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que, desde o anúncio do projeto hidrelétrico de Itá se mobiliza e articula para garantir os direitos das populações, tendo sua luta reconhecida e legitimada, como indicado anteriormente, pelo estado brasileiro em 2023 com a promulgação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB). No continente, a articulação se dá através do Movimento de Afectados por Represas de América Latina (MAR).

O movimento português Terra de Miranda é outro exemplo de resistência iniciado em 2020, depois da implantação das barragens de Picote, Miranda e Bemposta, com protestos organizados seguindo o objetivo de contestar as injustiças e beneficiar as comunidades com as receitas fiscais geradas pelos empreendimentos, além de combaterem o hidrocolonialismo que também atinge o Norte Global em (Bates; Küpers, 2023).

No primeiro capítulo do texto destacamos o conceito de hidronegócio que se vincula com o debate promovido por Bates e Küpers (2023, p. 896, tradução nossa), baseado no hidrocolonialismo, que é entendido como *“(...) uma clara materialização da lógica colonial centro-periferia moldando as relações entre territórios urbanos e rurais”*²², compreendendo a zona rural como um território vazio e desabitado, à disposição da exploração das empresas e da mercantilização da natureza em prol do desenvolvimento regional. Enquanto um sistema de

²² Os termos originais do inglês são as seguintes: *“(...) is nonetheless a clear materialization of the core-periphery colonial logic shaping the relations between urban and rural territories”* (Bates; Küpers, 2023, p. 896).

opressão que se baseia na lógica colonial, ele é responsável pelo apagamento das áreas rurais, tratadas como periferias à extração de recursos (Bates; Küpers, 2023).

Assim, para as autoras “(...) essas infraestruturas também podem ser politizadas antes, durante ou muitos anos depois de sua construção”²³ (Bates; Küpers, 2023, p. 901, tradução nossa). Diante disso, a noção de *atingido-afetado* pode garantir o prolongamento da ação coletiva no tempo, inserindo a questão no debate contemporâneo para que os danos intergeracionais produzidos pelas barragens não caiam no esquecimento. Para tanto, como a noção é alvo de disputas, é essencial compreender o que as juventudes dos territórios atingidos pensam sobre a barragem para, então, poder construir ações e direitos frentes aos danos psicossociais e ambientais que se perpetuam na história (Giongo, 2017; Junior, 2019).

²³ Os termos originais do inglês são os seguintes: “(...) these infrastructures can also be politicized before, during, or many years after their construction” (Bates; KüperS, 2023, p. 901).

TALVEGUE

Ao acompanhar o princípio do rio no manancial, visualizar como ele se desloca no espaço e atentar aos seus afluentes, chegamos à parte mais profunda do leito. O talvegue é o lugar em que a água corre livremente. Portanto, neste trabalho, o elemento inspira e agrupa o delineamento metodológico da pesquisa. O Estado do Conhecimento oferece ferramentas ao aprofundamento da discussão, tendo em vista que garante a compreensão sobre os debates que já existem em relação à temática. Em seguida, serão expostos os elementos que margeiam a pesquisa de campo, juntamente com os procedimentos éticos. Por aqui vamos além dos resultados já existentes, investigando de forma profunda e direta o território da UHE Itá e seus sujeitos jovens.

4. DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A metodologia é como o processo de construção de uma rede. Karl Popper (1968) e Rubem Alves (1993) me ensinaram a pensar assim. Com Popper (1968), aprendi que a teoria é o instrumento da pescaria e, eu, a cientista pescadora das ideias. Com Alves (1993, p. 93), descobri que se “o pescador faz suas redes com fios. O cientista faz suas redes com palavras”. Com eles, passei a compreender a metodologia como a base da pesquisa, mas não apenas como uma mera técnica. É na aplicação do método, conduzido pela metodologia, que é possível encontrar respostas para as perguntas que fazemos depois da observação.

Por vezes, no lugar das respostas há mais perguntas. Acho que esse é um bom sinal de não esgotamento do campo de investigação, sobretudo na área das Ciências Humanas. Para fazer ciência é necessário seguir um procedimento que se inicia na observação de algum fenômeno, elemento que foi sendo tecido nas três primeiras partes deste trabalho, juntamente com o objetivo geral da pesquisa que acompanha cada um dos passos que são dados por mim enquanto pesquisadora. Aqui serão delineados os aspectos que se relacionam com a caracterização, classificação e o campo desta pesquisa, bem como o público-alvo, e a descrição dos procedimentos de coleta e análise dos dados.

Será realizada, portanto, uma investigação de caráter qualitativo, tendo em vista que o objetivo da proposta metodológica é compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos (Veiga; Gondim, 2001).

Ao defender que “(...) a pesquisa é um labor artesanal (...)”, Minayo (1994, p. 25) afirma que o ritmo que guia a construção da investigação se materializa por meio de um ciclo da pesquisa, isto é, “(...) um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações” (1994, p. 26). Portanto, ao dividir o ciclo em fases, conforme o argumento da autora, o presente trabalho perpassa por quatro passos: 1) fase exploratória; 2) fase do trabalho de campo; 3) fase de tratamento do material; 4) fase da teorização.

Assim, a fase exploratória da pesquisa é composta, sobretudo pelos elementos necessários à elaboração do projeto, como é o caso da definição do tema, a revisão bibliográfica e produção do Estado do Conhecimento; juntamente com as atividades que cabem à pesquisadora enquanto estudante bolsista do PPGICH, como foi o caso do cumprimento da carga horária dos créditos das disciplinas, a prova de proficiência e o Estágio Docência. Ao fim

da primeira fase, a pesquisa foi enviada ao CEP²⁴ e à apreciação da banca de qualificação²⁵. O Estado do Conhecimento (EC) é inserido neste ponto, pois são os aspectos encontrados nesse estudo que guiam os recortes desta dissertação.

Cabe ressaltar a importância da realização das etapas propostas por Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2012), tendo em vista que foi uma estratégia fundamental para conhecer os debates que já existiam acerca, sobretudo, do território pesquisado que é a região da UHE Itá. Com isso, também foi possível realizar um exame sobre os principais debates que vêm sendo propostos através de uma compreensão teórica do *locus* em questão. Por fim, também serão detalhados os procedimentos éticos demandados à pesquisa com seres humanos.

A fase do trabalho de campo “(...) realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação ou refutação das hipóteses e construção das teorias” (Minayo, 1994, p. 26). Em outros termos, é a fase de contato direto com as/os participantes e aplicação dos instrumentos de coleta de dados que serão descritos ainda neste capítulo. A terceira fase é a de tratamento do material recolhido no campo, isto é, corresponde à ordenação, classificação e análise propriamente dita. A teorização, última fase do ciclo de pesquisa apontado por Minayo (1994) será realizado por meio de uma análise temática do conteúdo levantado pela pesquisa de campo fundamentado em Minayo (2007).

Onde pisam os pés, a cabeça pensa é uma frase atribuída a Frei Betto e que guia o caminho realizado aqui, sobretudo na pesquisa de campo. Já foi destacada anteriormente a inquietação pessoal como o fator elementar que impulsiona esta pesquisadora na *escuta* dos/as participantes para buscar aspectos que sustentem argumentos às interrogações propostas. Por pensar justamente onde os pés pisam, evidencia-se a necessidade de cautela e atenção na construção de uma metodologia capaz de responder o problema de pesquisa pela cientificidade, sem ignorar as subjetividades que o compõem. Além disso, também é fundamental pontuar a asserção de Ingold (2017), na qual o intuito desta dissertação não é fazer estudos *sobre* as pessoas, mas investigar *com* elas para que sejam sujeitos da própria história a partir de seus territórios.

Para tanto, iniciaremos delineando a metamorfose do senso comum em ciência, a partir da apresentação dos trabalhos encontrados que respondem ao objetivo em questão.

²⁴ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da UFFS em 14 de dezembro de 2023, conforme Anexo II.

²⁵ A banca de qualificação da pesquisa foi realizada em 12 de dezembro de 2023.

4.1 ESTADO DO CONHECIMENTO COMO FASE EXPLORATÓRIA

O mundo pode ser conhecido por meio dos variados tipos de conhecimento. Na academia, a atenção é focalizada na ciência; todavia ao longo do desenvolvimento individual e coletivo de um ser humano, são acessados histórias, mitos e informações que atravessaram gerações enquanto conhecimento popular. Assim, o senso comum oferece recursos propedêuticos à construção dos saberes necessários aos seres humanos. Os campos filosófico e religioso também inserem contribuições essenciais à reflexão e ao questionamento da existência humana e não-humana. Envolvida, vigilante e zelosa frente ao método, a ciência coloca à prova as informações contidas na realidade e, ao disciplinar, especializar e objetificar, concebe uma metamorfose do senso comum (Alves, 1993).

A ciência desencadeia uma transformação do senso comum mediante o rígido seguimento das etapas formadoras do método. A ciência não existe sem o senso comum (Alves, 1993), e é por isso que “fazer ciência em muito se assemelha a cozinhar, a andar de bicicleta, a brincar, a jogar e adivinhar” (Alves, 1993, p. 15). A curiosidade é um ponto central na atividade do/a cientista, tendo em vista que é necessário observar os imponderáveis da vida para, então, poder buscar novas possibilidades e formas de olhar para uma questão. Tanto nas ciências humanas como nas da natureza, são investidos anos de estudo em temáticas que se colocam como objeto de questionamento por cientistas desde os séculos passados. O processo científico foi sendo construído ao longo da história com progressões e, sobretudo, rupturas. Novas visões precisam aflorar para romper com paradigmas que já não respondem à realidade (Kuhn, 2013).

Ao pontuar as continuidades e descontinuidades da ciência, é comum caracterizar o processo do conhecimento científico como um movimento inacabado e requerente de permanente evolução. Progresso é uma palavra que, ao longo dos séculos, caminhou em sintonia com o conhecimento científico. Inspirado no Iluminismo, o pensamento comtiano materializou a necessidade da ordem em consonância com o progresso, que seria baseado no avanço do conhecimento científico (Ribeiro Júnior, 1994). Para os positivistas, “o progresso da sociedade é caracterizado, assim, pela incessante especialização das funções, como todo o desenvolvimento orgânico, para maior aperfeiçoamento na evolução dos órgãos particulares” (Ribeiro Júnior, 1994, p. 13). Aqui uma discussão sobre as diferenças entre o senso comum e a ciência seria um movimento supérfluo. Contudo, Rubem Alves (1993) aponta que, mais importante do que as distâncias, são os pontos comuns e, nessa relação, tanto a ciência quanto o senso comum buscam a ordem, mesmo que com visões distintas.

A temática do presente estudo se insere no argumento de Alves (1993), tendo em vista que decorre do cotidiano, nascendo quando ligamos o computador para realizar essa escrita, especialmente por meio da energia que alimenta a vida. A matriz elétrica brasileira é sustentada pelas usinas hidrelétricas e, portanto, considerada uma energia limpa e renovável (EPE, 2023). Todavia, é importante compreender os meandros dessa discussão e escutar as pessoas atingidas por essas obras faraônicas que se colocam como as salvadoras do presente, ao fornecer energia, e do futuro, por serem consideradas limpas.

Já que a ciência está em permanente construção, é essencial compreender como a temática vem sendo desenvolvida e, portanto, a estratégia conhecida como Estado do Conhecimento atua como facilitadora desse processo. Segundo Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2012), o Estado do Conhecimento é uma ferramenta que situa a/o pesquisador/a em seu campo de pesquisa. Como uma espécie de mapa, possibilita a construção de um caminho relevante ao traçar diálogos com a produção já estabelecida (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021).

Assim como o senso comum, o conhecimento científico é uma expressão da necessidade humana de compreender o mundo (Alves, 1993). O Estado do Conhecimento é uma estratégia que possibilita conhecer os recortes já realizados para compreender determinada temática desse mundo. De acordo com Thomas Kuhn (2013), ao ser a ciência o agrupamento de fatos, teorias e métodos compilados em obras, o trabalho do/a cientista é contribuir com elementos a essa constelação específica. Em consonância com Alves (1993) e Kuhn (2013), é fundamental mapear dois elementos primordiais ao desenvolvimento da ciência, isto é: qual a necessidade de compreensão do mundo apresentada por determinada pesquisa e, em seguida, os elementos que constituem as contribuições preliminares adicionadas ao campo científico pela investigação de outros/as especialistas.

Assim, a partir das definições de Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021) e das contribuições de Alves (1993) e Kuhn (2013) sobre o conhecimento científico, será realizada uma breve definição das etapas fundamentais à construção do Estado do Conhecimento, o qual se insere na fase exploratória do ciclo da pesquisa. À vista disso, o processo é iniciado pela Bibliografia Anotada que, posterior a busca pelos descritores no repositório escolhido, estrutura uma tabela com os documentos, atentando aos resumos, a fim de extrair informações que serão úteis à organização dos dados, como é o caso do título da pesquisa, do resumo na íntegra, da autoria e do ano da publicação. Vale destacar que as referências bibliográficas devem acompanhar cada produção já nesse primeiro momento para que o banco de dados seja bem-organizado e, assim, sirva de base para as outras etapas do processo.

Com os dados organizados, o processo é dirigido ao desenvolvimento da Bibliografia Sistematizada, isto é, a etapa de sistematização dos materiais. Nesse momento, o/a pesquisador/a deve selecionar o conhecimento coletado de uma maneira específica e relacionada aos objetivos e ao objeto da sua pesquisa, atentando ao número do trabalho, ao ano da publicação, autoria, título, nível, objetivos, metodologia e resultados (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021). Ao fazer uma análise detalhada e atrelada ao propósito da pesquisa, há publicações que não possuem uma relação direta com o que se quer estudar e, portanto, não compõem o quadro da Bibliografia Sistematizada. No processo realizado aqui, após a busca no Repositório da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), foram encontrados 14 trabalhos no total e, após a leitura flutuante dos resumos, foram selecionadas seis publicações para compor a tabela da Bibliografia Anotada. No entanto, ao sistematizar e analisar detalhadamente, um trabalho foi descartado por não estar relacionado ao objetivo da pesquisa, isto é, por tratar de barragens de minérios.

Com 6 trabalhos considerados para a etapa da Bibliografia Sistematizada, foi proposta uma categorização das pesquisas selecionadas. A terceira etapa, nomeada de Bibliografia Categorizada, realiza o agrupamento das publicações que permite uma análise do conteúdo mais efetiva (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021). Essa etapa foi a mais complexa do Estado do Conhecimento aqui proposto, tendo em vista que, apesar de as categorias poderem “(...) ser criadas a partir da literatura ou a partir apenas dos trabalhos encontrados” (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021, p. 69), por se tratar de uma proposta interdisciplinar, foi difícil encontrar categorias que acolhessem trabalhos ora das ciências sociais aplicadas, ora das ciências agrárias. Diante disso, as publicações foram categorizadas de acordo com os trabalhos encontrados, tendo por base a relação com os descritores escolhidos na etapa inicial do estudo.

Por fim, as autoras propõem que seja realizada uma quarta etapa no processo de construção do Estado do Conhecimento que é chamada de Bibliografia Propositiva. Esse é o ponto do percurso metodológico que permite ao/a pesquisador/a “(...) ir além do que está posto (...)” (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021, p. 75), realizando proposições sobre o conteúdo analisado, construindo suas propostas. Por meio do que as autoras intitulam “achados” e “proposição emergente”, há uma reflexão entre o conteúdo categorizado na etapa anterior e das propostas de autoria do/a pesquisador/a. Esse movimento se articula com o que defende Kuhn (2013), ao afirmar que novas visões são importantes para romper com paradigmas que já não respondem à realidade. Por ser uma etapa opcional, optou-se por não realizar a Bibliografia Propositiva, sobretudo pela complexidade de relacionar pesquisas de áreas distintas e com objetivos tão particulares, conforme a dificuldade exposta à categorização.

Após refletir sobre a metamorfose do senso comum em conhecimento científico e compreender melhor a que se propõe a realização do Estado do Conhecimento, aqui serão detalhadas cada uma das etapas desenvolvidas durante a pesquisa em questão.

4.1.1 Bibliografia Anotada: do senso comum ao conhecimento científico

Ao compreender que o conhecimento se dá a partir de uma metamorfose do senso comum em ciência (Alves, 1993), com o objetivo de conhecer os debates publicados no meio científico acerca da relação entre juventude e barragens na região atingida pela Usina Hidrelétrica de Itá, entre os anos 2000-2022, a presente pesquisa desenvolveu uma busca pelas reflexões já traçadas em relação à temática. Assim, para melhor conhecer os elementos que circundam a produção científica sobre o tema, realizou-se um levantamento de teses e dissertações publicadas durante um período de vinte e dois anos no Repositório da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), com buscas avançadas os descritores selecionados entre aspas. Para isso, as informações estão relacionadas e detalhadas no quadro abaixo:

Quadro 2 - Resumo da busca na BDTD

DESCRIPTORES		CAMPOS PESQUISADOS	Nº DE TÍTULOS ENCONTRADOS	Nº DE TÍTULOS PRÉ-SELEÇÃO	Nº DE TÍTULOS SELECIONADOS
A	"hidrelétrica" + "memória coletiva" + "Itá"	Todos os campos	0	0	0
B	"hidrelétrica" + "juventude" + "Itá"	Todos os campos	0	0	0
C	"barragem" + "juventude"	Todos os campos	3	2	2
D	"barragem" + "Itá"	Todos os campos	11	4	4
E	"barragem" + "jovens" + "representações sociais"	Todos os campos	0	0	0
TOTAL			14	6	6

Fonte: BDTD. Elaborado pela autora (2023).

Com o objetivo do escopo da pesquisa delimitado, os sete descritores considerados foram divididos em três subtemas: 1) *relacionado ao grupo social*: “juventude”, “jovens”; 2) *em relação ao lugar*: “Itá”, “barragem”, “hidrelétrica”; e, por fim, 3) *sobre a base teórica*:

“representações sociais”, “memória coletiva”. A partir da busca na BDTD, o total de trabalhos encontrados foi de 14 pesquisas, com seis trabalhos pré-selecionados, de acordo com diferentes campos selecionados. Os arquivos foram eleitos tendo como critério uma leitura flutuante de seus resumos. Os descritores foram organizados de A a E, em uma relação que garantisse uma busca coerente ao objetivo da pesquisa. Cada letra (A-E) se relaciona com os respectivos descritores que, seguidos do número da busca (A1, A2, A3, etc.), oferecem um bom ordenamento ao banco de dados.

Dessa forma, na busca A, composta pelos descritores *"hidrelétrica" + "memória coletiva" + "Itá" - todos os campos*, não houve resultados encontrados. Da mesma forma, ao articular os descritores *"hidrelétrica" + "juventude" + "Itá" - todos os campos* na busca B e *"barragem" + "jovens" + "representações sociais" - todos os campos* na busca E, o total de trabalhos encontrados também foi zero. As buscas C e D foram as que mais renderem trabalhos, tendo em vista que utilizaram descritores menos específicos e, por isso, apareceram trabalhos de outros lugares do Brasil, como é o caso de Guaraciaba/MG (C1) e Mariana/MG (C2). Da mesma forma, na busca D, com os descritores *"barragem" + "Itá" - todos os campos* também foram encontradas pesquisas de outros lugares e que não condizem diretamente com o objetivo deste Estado do Conhecimento, como é o caso de D2, D4, D7, D8, D9, D10 e D11.

Após a análise das pesquisas encontradas, os seis trabalhos são fundamentais à transformação do senso comum em conhecimento científico, tendo em vista que oferecem base teórica e metodológica que inspiram a minha dissertação. Nesse sentido, mesmo que trate sobre uma barragem de minérios, o trabalho C2 foi considerado, tendo em vista que foram encontrados poucos trabalhos sobre juventude e barragens. Assim sendo, cabe ressaltar que todos os trabalhos considerados na região de Itá e que versam sobre a população atingida não realizam um recorte sobre a população jovem, o que garante o ineditismo e a originalidade em relação ao recorte definido nesta dissertação. Essa lacuna não é específica, pois dialoga com a uma lacuna mais abrangente de produção científica sobre a juventude enquanto categoria social e que também acaba sendo resultado da falta de políticas públicas em relação às pessoas jovens, sobretudo nos últimos seis anos, no Brasil (Oliveira, 2020).

Em seguida, o processo seguiu para as próximas etapas da constituição do Estado do Conhecimento, que são, para além da Bibliografia Anotada, a Bibliografia Sistematizada e a Bibliografia Categorizada. Vale ressaltar que, por compor a metodologia do Estado do Conhecimento, esse percurso sistemático garante o rigor científico empregado na pesquisa (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021).

4.1.2 Bibliografia Sistematizada: interdisciplinaridade intrínseca

Advindo do senso comum, o conhecimento científico coloca à prova as informações contidas na realidade disciplinando, especializando e objetificando (Alves, 1993). Sendo a ciência um movimento inacabado que aspira o progresso das ideias ao especializar e fragmentar os objetos de pesquisa, historicamente pelas bases do pensamento positivista (Ribeiro Júnior, 1994), são propostos recortes que nem sempre respondem à realidade. São pesquisas importantes, todavia que possuem uma reflexão limitada, sobretudo por serem pautadas a partir de disciplinas. Ao longo do desenvolvimento do Estado do Conhecimento aqui proposto, apenas uma pesquisa apresentou caráter interdisciplinar, por ser construída em um programa de desenvolvimento regional. Diante disso, sobretudo pela escassez, defende-se aqui o caráter intrínseco da interdisciplinaridade na temática delimitada.

Dessa maneira, no processo de Bibliografia Sistematizada foi possível perceber que a maioria dos trabalhos segue uma lógica objetiva, sobretudo em áreas não correlatas das ciências humanas, que buscam soluções e respostas. Ao serem consideradas apenas seis publicações que se adequam ao objetivo do estudo, foram descartados estudos que buscam caminhos para uma maior rentabilidade do processo das hidrelétricas. Mesmo não negando a importância, é fundamental considerar que esses trabalhos respondem ao progresso científico positivista que, aliado ao sistema de produção capitalista, investiga meios para aumentar a lucratividade em detrimento dos recursos naturais e sociais do planeta (Martins, 1994).

Frigotto (2008, p. 44) argumenta a favor da “(...) interdisciplinaridade como necessidade imperativa na construção do conhecimento social” e, diante disso, na etapa de sistematização das pesquisas foi possível conceber o potencial interdisciplinar da temática. Não diretamente, isto é, pela identificação de pesquisas interdisciplinares – por óbvio –, todavia pelo encontro de produções dentro de quatro áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que são: Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Agrárias, Ciências Humanas e Interdisciplinar (CAPES, 2008). Ao perceber que as pesquisas consideradas são de áreas distintas, já se supõe a necessidade da interdisciplinaridade, tendo em vista que as reflexões que são provocadas pelas leituras dos trabalhos transbordam as disciplinas. Obviamente que uma pesquisa interdisciplinar exige mais do que “(...) a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe (...)” (CAPES, 2019, p. 09), contudo essa interação entre as disciplinas é um passo primordial.

Dos 14 trabalhos encontrados após a busca avançada pelos descritores selecionados, oito publicações foram descartadas, tendo em vista a carência de relação com o objetivo

proposto pelo Estado do Conhecimento e pela temática da pesquisa em si. Quanto ao tipo de trabalho, dos materiais selecionados há três dissertações e três teses. No quadro 3 é possível compreender de forma detalhada as informações sobre os títulos selecionados na etapa da Bibliografia Sistemática, em relação aos descritores, ao tipo de pesquisa, aos campos pesquisados e às subáreas do conhecimento.

Quadro 3 - Pesquisas selecionadas na Bibliografia Sistemática

DESCRIPTORES		CAMPOS PESQUISADOS	SUBÁREA DO CONHECIMENTO	TIPO	TÍTULOS SELECIONADOS
A	"hidrelétrica" + "memória coletiva" + "Itá"	Todos os campos	-	-	0
B	"hidrelétrica" + "juventude" + "Itá"	Todos os campos	-	-	0
C	"barragem" + "juventude"	Todos os campos	Extensão Rural	tese	1
			Serviço Social	dissertação	1
D	"barragem" + "Itá"	Todos os campos	Desenvolvimento rural	dissertação	1
			Aquicultura	tese	1
			Psicologia Social	tese	1
			Política Social e Psicologia Social	dissertação	1
E	"barragem" + "jovens" + "representações sociais"	Todos os campos	-	-	0
TOTAL					6

Fonte: BDTD. Elaborado pela autora (2023).

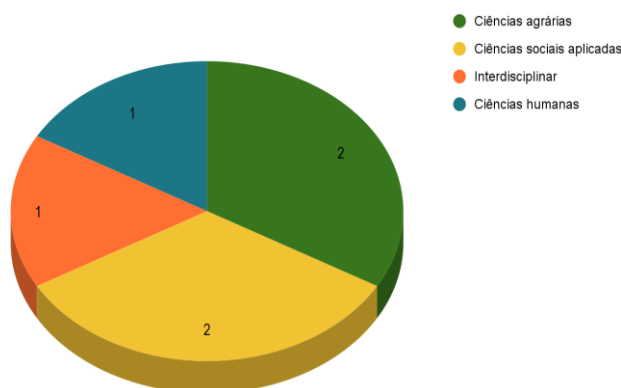
As buscas ofereceram produções de subáreas diversas, fato que provoca a uma postura interdisciplinar que se dá mais pelo encontro entre indivíduos do que entre as disciplinas em si (Fazenda, 2013). Ao perceber que pesquisadores e pesquisadoras de tantas áreas se colocaram no movimento de pensar temáticas relacionadas ao objeto desta dissertação, é primordial

considerar suas práticas e, conseqüentemente, suas reflexões. A título de exemplo, o trabalho de Meurer (2010), uma tese da área das ciências agrárias, produzida no Programa de Pós-Graduação em Aquicultura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), apesar de não tratar diretamente sobre jovens e barragens, oferece meios para pensar a implementação das barragens no Alto Uruguai Gaúcho, somando à reflexão.

Todos os trabalhos considerados, independente das áreas em que se encontram de acordo com a definição da CAPES (2008), contribuem para aprofundar a reflexão que está sendo proposta nesta dissertação. Sem descartar a importância das disciplinas, é fundamental ressaltar que foram selecionados trabalhos de áreas distintas tendo em vista que “(...) os desdobramentos oriundos dos diversos campos do conhecimento são geradores de diferentes níveis de complexidade e requerem diálogos mais amplos, entre e além das disciplinas” (CAPES, 2019, p. 09). Dessarte, no gráfico 3 são apresentadas as pesquisas, em quantidade, por área de conhecimento da CAPES (2008).

É interessante perceber que, mesmo com a diversidade das 4 áreas da CAPES, ainda assim não foi considerado um maior número de produções na área da corrente dissertação, ou seja, ciências humanas (1). As publicações somaram maior número, pelas ciências sociais aplicadas (2), seguindo pelas ciências agrárias (2), por fim, a área interdisciplinar (1). Nesse sentido, a partir da análise das áreas das produções consideradas e ao pautar o objetivo desse estudo que é a relação entre jovens e barragens, é possível perceber que as hidrelétricas afetam vários âmbitos da vida humana e não-humana, portanto o potencial da interdisciplinaridade é intrínseco. De acordo com Giongo (2017, p. 282), “para muitas famílias participantes da pesquisa, os impactos da construção da hidrelétrica já perpassaram três gerações” e, como a hidrelétrica de Itá segue em funcionamento, seus impactos também se ampliam para as novas gerações, que ainda não foram consideradas no debate científico.

Gráfico 3 - Pesquisas por área de conhecimento (CAPES)

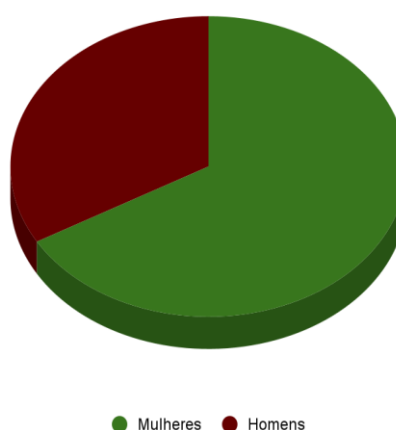


Fonte: BDTD. Elaborado pela autora (2023).

Ao agrupar as pesquisas por instituições de ensino, todas as teses e dissertações consideradas foram publicadas em instituições públicas de ensino a nível federal. Em relação à região do Brasil, as pesquisas são localizadas no Sudeste (Minas Gerais) e no Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), especificamente nas seguintes instituições: Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A UFRGS é a instituição que mais concentra trabalhos, com três publicações. Em relação à metodologia, quatro trabalhos foram construídos a partir da abordagem qualitativa, enquanto apenas dois utilizaram a abordagem quantitativa.

Em relação à autoria, dos seis trabalhos selecionados, quatro foram produzidos por mulheres e dois por homens, conforme demonstrado no gráfico 4. Das duas publicações desenvolvidas por pesquisadores, uma é da área das ciências agrárias e uma da área interdisciplinar. Aqui poderia ser desenvolvido um debate contrastando as áreas de conhecimento e o gênero, contudo não é o objetivo desse estudo. Para tanto, o trabalho de Cunha, Dimenstein e Dantas (2021), o qual debate as desigualdades de gênero por área de conhecimento na ciência brasileira a partir de um panorama das bolsistas PQ/CNPQ é indicado para aprofundar a reflexão.

Gráfico 4 - Pesquisas por gênero



Fonte: BDTD. Elaborado pela autora (2023).

Em suma, na Bibliografia Sistematizada foi possível analisar de forma detalhada a qualidade dos seis trabalhos selecionados, apontando questões relativas aos descritores, ao tipo, à área de conhecimento, à metodologia, à região do país e ao gênero. Com o banco de dados

organizado e compreendido, esse estudo é conduzido à sua terceira etapa, a qual visa a categorização a partir de uma análise aprofundada, conforme sugerido por Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021).

4.1.3 Bibliografia Categorizada: a lacuna geracional

Os seis trabalhos selecionados seguiram o critério de articulação da temática central com elementos voltados à relação da juventude e as barragens. Para tanto, mesmo com áreas e objetivos distintos, o que aparenta certa fragmentação, a construção da Bibliografia Categorizada viabiliza meios para uma reflexão interdisciplinar a partir do agrupamento em categorias. Defensor da interdisciplinaridade no conhecimento social, Frigotto (2008) argumenta que a delimitação do objeto à investigação não significa necessariamente o abandono da multiplicidade de determinações que o constituem. Mesmo que, de início, as pesquisas ofereçam uma fragmentação em relação ao objetivo, sobretudo por serem provenientes de áreas distintas, esse é o potencial à totalidade, isto é, à pesquisa interdisciplinar.

A construção das categorias, movimento fundamental da terceira etapa do Estado do Conhecimento, que visa “(...) conjuntos de publicações associadas por aproximações temáticas” (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021, p. 69), foi a parte mais complexa desse estudo. Como agrupar uma publicação de uma pós-graduação em Aquicultura com outra da área de Psicologia? Ao considerar que “(...) os descritores utilizados na pesquisa inicial podem ser utilizados como unidades de sentido para compor determinada categoria” (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021, p. 69), esse foi o ponto de partida. Assim, ao relacionar com o viés teórico delineado à dissertação, as categorias foram constituídas em diálogo com o conceito de confluência apresenta por Santos (2023).

Para o pensador quilombola, “a confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia” (Santos, 2023, p. 04-05) e, portanto, ela se insere muito próxima do debate da interdisciplinaridade, tendo em vista que ela também atua para ampliar os saberes e não para dividir ou fragmentar. Diante disso, foram estabelecidas duas categorias, cada qual com 3 trabalhos: A) confluência de sujeitos: composta por dois trabalhos que analisam diretamente as pessoas jovens na relação com as barragens e uma pesquisa que foi realizada no território em questão, atentando ao sofrimento das pessoas que permaneceram nas comunidades atingidas; B) confluência no território: composta por dois trabalhos sobre a mobilização social das pessoas que vivem na cidades atingidas e um sobre o impacto das barragens na população de peixes do

Rio Uruguai. No quadro 4, é possível compreender de forma detalhada algumas informações sobre os trabalhos que foram agrupados nas categorias em questão.

Quadro 4 - Pesquisas por agrupamento em categoria

CATEGORIA		Nº	AUTORIA	TÍTULO	ANO
A	CONFLUÊNCIA DE SUJEITOS	1	MEDEIROS, José Cesár de	Juventude e modernidade em Casa Nova: reflexões a propósito de um projeto de barragem em MG	2002
		2	MORAES, Júlia Ferreira Raposo de	Juventude, trabalho e minério-dependência: um estudo sobre Mariana/MG	2020
		3	GIONGO, Carmem Regina	“Futuro roubado”: banalização da injustiça e do sofrimento social e ambiental na construção de hidrelétricas	2017
B	CONFLUÊNCIA NO TERRITÓRIO	4	JUNIOR, Fernando Fernandes Damasceno	As disputas por justiça na trajetória dos atingidos pela barragem de Itá (SC/RS)	2019
		5	MATTE, Marcia Fátima Balen	Cuidado da saúde e defesa da vida: a contribuição do movimento social de Aratiba no sistema de saúde local e regional	2019
		6	MEURER, Samira	Implantação de barragens no Alto Uruguai (Brasil): influência sobre a assembleia e biologia das principais espécies de peixes	2010

Fonte: BDTD. Elaborado pela autora (2023).

Na primeira categoria, queremos abordar a confluência de sujeitos nos trabalhos encontrados. Os trabalhos de Medeiros (2002) e Moraes (2020) dialogam diretamente com o objetivo da pesquisa, tendo em vista que realizam uma análise direcionada às pessoas jovens. Medeiros (2002) investiga a relação entre o projeto de vida de jovens frente a um projeto de barragem na comunidade de Casa Nova/MG, enquanto Moraes (2020) desenvolve um estudo sobre os nexos entre a população jovem, o trabalho e a minério-dependência na cidade de Mariana/MG, depois do rompimento da barragem, ocorrido em 2015. O trabalho de Giongo (2017) não vem ao encontro dessa dissertação por tratar da temática juvenil, todavia por situar a reflexão no território atingido pela UHE Itá. Tendo o “futuro roubado” como título, o trabalho oferece meios para pensarmos como a injustiça e o sofrimento podem ser intergeracionais.

Os trabalhos de Junior (2019) e Matte (2019) versam sobre a mobilização social no território atingido. Junior (2019) faz uma análise das disputas por justiça na trajetória dos atingidos de Itá, enquanto Matte (2019) investiga a contribuição do movimento social de

Aratiba (município atingido) no sistema local e regional de saúde. Apesar de fazer um estudo no território em questão, a tese de Meurer (2010) destoa por dois pontos: 1) pelo fato de ter sido financiada pela empresa Tractebel Energia e, portanto, apresentar resultados que podem ter sido alterados por conta do financiamento; 2) por tratar sobre as espécies de peixes na relação com a implantação das hidrelétricas no Alto Uruguai Gaúcho, analisando possíveis impactos. Mesmo com os pontos destoantes, o trabalho foi considerado neste Estado do Conhecimento pois analisa os impactos das barragens do Rio Uruguai na população de peixes, ampliando o escopo da discussão para os seres não-humanos.

Na primeira categoria, que versa sobre a confluência de sujeitos, é possível perceber como as barragens impactam as populações atingidas. O trabalho de Medeiros (2002) traz alguns pontos interessantes sobre a situação do/a jovem rural e a permanência no campo. Apesar de contrários à construção da barragem, o pesquisador relata que não há interesse de permanecer no campo, tendo em vista que os projetos de vida tendem a uma busca por melhores condições através de empregos que se localizam na área urbana do país. Esse é um indício de falta de políticas públicas a esse segmento da população, que condiz também com o momento histórico de realização da pesquisa. Ao analisar os projetos de vida da juventude localizada no início do século XXI, juntamente com o Projeto da UHE Pilar em Guaraciaba/MG, Medeiros (2002, p. 88) afirma que “(...) independente do projeto de barragem, quando o meio rural não proporciona condições de permanência, os jovens fazem a opção de deixá-lo, motivados principalmente pela “ilusão” de “vida fácil e conforto” no meio urbano”.

Moraes (2020) também situa a sua pesquisa na realidade mineira e, com a crise que perdura em Mariana/MG por consequência do rompimento da barragem do Fundão, a pesquisadora analisa o lugar da juventude na relação com o trabalho na mineração dentro desse contexto complexo. Segundo a autora, é possível constatar um aumento do desemprego depois do rompimento da barragem que, como ocorre à nível nacional, acaba atingindo ainda mais as populações jovens. Para além do desemprego, a precarização do trabalho também é um elemento que se soma à discussão, tendo em vista que, apesar de existirem programas de geração de trabalho e renda específicos à juventude, são propostas que violam o Estatuto da Criança e do Adolescente (Moraes, 2020). A autora apresentou a situação do trabalho de “aprendiz” no estacionamento rotativo da cidade, que em vez de apresentar um caráter formativo, coloca os/as jovens em um trabalho degradante, como também pode ser observado na pesquisa de conclusão de curso que fiz sobre jovens trabalhadores/as de supermercados (Koralewski, 2021).

Na confluência dos sujeitos jovens das pesquisas situadas em Minas Gerais, o trabalho de Giongo (2017) integra a categoria A de forma potente. Mesmo que não disserte diretamente sobre o recorte desta dissertação, o trabalho é materializado no território atingido pela UHE Itá e busca fazer um debate amplo sobre o sofrimento social e ambiental gerado pelas usinas hidrelétricas. A autora argumenta que a implementação dos megaprojetos, baseada em discursos de progresso, desenvolvimento e demanda de energia limpa e sustentável, “constitui-se como um desastre socioambiental planejado, programado e legitimado pelo poder público e privado, que produz profundos e duradouros impactos estruturais e irreparáveis nos modos de vida e de trabalho das populações atingidas” (Giongo, 2017, p. 258).

Esta pesquisa, em especial, oferece uma lacuna fértil ao desenvolvimento da presente dissertação, tendo em vista que aponta ao fato de que “para muitas famílias participantes da pesquisa, os impactos da construção da hidrelétrica já perpassaram três gerações” (Giongo, 2017, p. 282). Assim, foi possível perceber a relevância de um estudo que fizesse um recorte intergeracional com ênfase na população jovem que ainda reside nas margens do lago. Diante disso, os trabalhos de Medeiros (2002) e Moraes (2020) somam à discussão de Giongo (2017) pelo recorte juvenil, oferecendo possibilidades de reflexão sobre o que significa ser jovem nesses territórios e contextos. Assim, na confluência de sujeitos, a categoria A une pesquisas que apresentam argumentos que legitimam o fato de o desenvolvimento ser “(...) sinônimo de desconectar, tirar do cosmo, quebrar a originalidade” (Santos, 2023, p. 30), mobilizando para construirmos novas possibilidades de *envolvimento* (Santos, 2023).

A categoria B, nomeada de confluência de territórios, a discussão se amplia para além dos sujeitos e oferece uma ênfase à dimensão coletiva de organização no território em questão, por meio da mobilização social. A recente pesquisa de Junior (2019) fez uma análise sobre as disputas por justiça na trajetória dos atingidos pela UHE Itá nos estados do RS e SC. Cabe ressaltar que o autor é companheiro e militante do Movimento dos Atingidos por Barragens, inserindo-se na discussão como um intelectual orgânico (Gramsci, 1989) que, além de pensar a realidade, mobiliza suas ideias na ação cotidiana. O pesquisador afirma que, apesar de ser diferente do que era há 20 anos, no limiar da construção da barragem, o conflito ainda existe e se manifesta por ainda existirem pessoas em regimes de disputa por justiça que utilizam de argumentação e justificação para perpetuar críticas e denúncias contra a barragem (Junior, 2019).

O trabalho de Junior (2019) ainda soma à construção da dissertação, tendo em vista que oferece algumas pistas a uma pergunta que guiou minhas reflexões por muito tempo: vale a pena pesquisar um território em que a instalação da barragem se deu há 20 anos, sobretudo tudo

realizando um recorte juvenil? Com Giongo (2017) foi possível confirmar a importância de investigar os impactos geracionais das usinas hidrelétricas e com Junior (2019) é perceptível que a barragem ainda oferece representações para quem convive no território.

Mesmo que não disserte diretamente sobre a temática da barragem, o trabalho de Matte (2019) foi considerado por oferecer uma visão local sobre a mobilização da população de Aratiba/RS, uma das cidades mais atingidas pela UHE Itá. A pesquisa em questão é importante, pois oferece perspectivas sobre a organização dos Trabalhadores Rurais nos anos 1980/1990 em relação ao direito à saúde gratuita através da compra de um hospital comunitário que é referência em atendimento SUS (Matte, 2019).

Com base na investigação de Matte (2019) é possível perceber que a comunidade atingida pela barragem tem um histórico de luta popular que, para além do direito à saúde, também se deu na mobilização contra a UHE Itá (Giongo, 2017). A autora aponta que

na Região do Alto Uruguai, muitas foram as mobilizações e conquistas no fim da década de 1970 e no decorrer da década de 1980 pelo Movimento Sindical Rural, e isso não foi diferente no município de Aratiba, que tinha bandeiras de luta prioritárias, como as que visavam ao assentamento e a indenização dos agricultores atingidos pela Barragem de Itá; a saúde pública gratuita e de qualidade; e a política agrícola, com garantia de preço e reforma agrária (Matte, 2019, p. 34).

A confluência no território oferece base científica para percebermos que o Alto Uruguai, região em que se localiza esta dissertação, é um espaço histórico de mobilização social que se torna um terreno fértil à investigação. Vale destacar que, assim como Junior (2019), Matte (2019) também é uma liderança regional que se insere no espaço acadêmico como uma intelectual orgânica (Gramsci, 1989) que, para além da pesquisa, atua na transformação da sua realidade.

Por último, também se destaca o trabalho de Meurer (2010), que aborda a influência das barragens no Rio Uruguai na assembleia e biologia de espécies de peixes. O trabalho foi considerado por estarmos partindo de uma perspectiva interdisciplinar dos saberes. Ao partir de uma linguagem técnica, totalmente coerente com a área disciplinar da pesquisa, a autora analisa a porção superior da Bacia do Rio Uruguai, região do reservatório da UHE Itá. As capturas à análise foram realizadas em períodos anteriores (1995-1997) e posteriores a formação do lago (2000-2008). Mesmo obtendo financiamento da empresa responsável pela hidrelétrica, nomeada de Tractebel na época – hoje ENGIE Brasil –, o estudo aponta que a riqueza das espécies de peixes foi afetada pela UHE Itá. Segundo Meurer (2010), após o represamento houve uma mudança na composição da assembleia dos ambientes, com uma redução do cascudo (*Hypostomus*) e aumento de espécies oportunistas como é o caso do lambari

(*Bryconamericus stramineus*). Da mesma forma, o ponto mais distante da barragem UHE Itá foi o único que manteve a sua assembleia de peixes semelhante a análise realizada antes do fechamento do lago. Assim, esta pesquisa oferece base para refletirmos que os impactos de uma usina hidrelétrica transbordam os seres humanos, atingindo também os seres não humanos. Diante disso, contata-se o que Giongo (2017) nomeia de sofrimento social e *ambiental*.

Os trabalhos selecionados nesse Estado do Conhecimento constituíram uma base potente ao amadurecimento dos recortes da pesquisa, tendo em vista que apresentaram informações essenciais sobre lacunas que ainda pulsam em relação ao território e à temática. Assim, ao propor uma metamorfose do senso comum em ciência, esta dissertação pretende realizar uma confluência de saberes (Santos, 2023), a partir de uma proposta interdisciplinar, para compreender a relação entre jovens e barragens, sobretudo no território da UHE Itá. Ademais, por perceber os impactos do progresso materializados pela implantação das usinas hidrelétricas, este estudo pretende construir um conhecimento científico que aponte caminhos a outras formas de desenvolvimento, que não contribuam ao sofrimento social e ambiental (Giongo, 2017) exposto nesta bibliografia.

4.1.4 Bibliografia internacional

Com indicativo da banca de qualificação, foi realizada uma pesquisa para averiguar como a relação entre juventudes e barragens está sendo debatida a nível internacional. A busca foi baseada na biblioteca da Scielo, sem filtros e utilizando a língua inglesa, a partir dos palavras-chaves apresentadas no quadro 5.

Quadro 5 - Resumo da busca internacional na Scielo

Nº de buscas	Palavras-chaves	Resultados
1	hidroelectric + collective memory + dams	0
2	dams + Youth	1
3	dams + people affected	11
4	youth + social representations	154

Fonte: Scielo. Elaborado pela autora (2024).

A primeira busca teve o objetivo de apontar palavras-chaves que se vinculam diretamente com as temáticas analisadas nesta dissertação, contudo nenhum resultado foi encontrado. Na segunda busca, ao relacionar barragens e juventude, foi encontrado um artigo de 2022, produzido pelos pesquisadores Furqan Aksa e Afrian Ramdam do departamento de geografia da Universidade de Samudra (Langsa, Indonésia) e intitulado “Community adaptation strategies toward tidal flood: a case study in Langsa, Indonesia” (Aksa; Afrian, 2022), que teve o intuito de compreender as estratégias de adaptação de uma comunidade costeira da cidade de Langsa, Indonésia, que é atingida pelas cheias da maré.

O artigo de Aksa e Afrian (2022) foi o primeiro a ser considerado, tendo em vista que na leitura do resumo o termo “youth leaders” foi citado para se referir aos participantes das entrevistas realizadas pelos pesquisadores. Na terceira busca, ao vincular as barragens com as pessoas afetadas, foram encontrados 11 artigos, contudo, após a leitura dos resumos foi constatado que nenhum deles fazia referência às populações jovens ou à categoria juventude e, portanto, não foram considerados.

Na quarta busca, de forma ampliada, foram inseridas as palavras-chaves que relacionam a juventude com as representações sociais. Assim, dos 154 trabalhos encontrados, a leitura flutuante dos resumos apontou a temáticas em que as juventudes são vinculadas com: educação, sexualidade, imigração, cultura, trabalho, cidadania, projeto de vida, saúde, maternidade/paternidade, internet, política, identidade, comunicação, violência, zona rural/urbana e memória política. Nenhum artigo apresentou relação com os debates sobre ambiente ou barragens e, portanto, foram desconsiderados do debate por não se alinharem com o objetivo da busca.

Após a leitura do primeiro artigo e a análise das referências utilizadas pelos pesquisadores, chegamos a outros dois trabalhos que citam a juventude na relação com a produção de energia elétrica e, por isso, foram considerados. Portanto, os quatro textos considerados à análise e a construção da bibliografia internacional nesta dissertação não foram encontrados a partir da busca direta pelas palavras-chaves da biblioteca Scielo, mas em uma pesquisa mais aprofundada por meio da leitura das referências do único artigo encontrado na busca 2, que vincula a juventude com as barragens (“dams” + “youth”).

Quadro 6 - Pesquisas selecionadas na Bibliografia Internacional

Artigo		Ano	Autoria	Disciplinas	Localização do estudo
1	Community adaptation strategies toward tidal flood: a case study in Langsa, Indonesia	2022	AKSA; AFRIAN	Geografia	Indonésia/ Ásia

2	Nearly 400 million people are at higher risk of schistosomiasis because dams block the migration of snail-eating river prawns	2016	SOKOLOW <i>et al</i>	Biologia Ecologia	Senegal/África
3	Politicizing hydroelectric power plants in Portugal: spatio-temporal injustices and psychosocial impacts of renewable energy colonialism in the Global North	2023	BATES; KÜPERS	Psicologia	Portugal/Europa
4	Green colonialism in the Nordic context: Exploring Southern Saami representations of wind energy development	2020	NORMANN	Psicologia	Noruega/Europa

Fonte: Scielo. Elaborado pela autora (2024).

Apesar de não aprofundarem as informações sobre as/os “líderes jovens” que participaram da pesquisa, este é o único artigo que responde à busca sobre juventude e barragens de forma direta na Scielo. Contudo, as barragens apresentam outro significado, não servindo à produção de energia elétrica, mas atendendo a uma estratégia adaptação às cheias da maré como uma contenção para a entrada de água na casa dos residentes de áreas costeiras.

Aksa e Afrian (2022) apontam que a construção de pequenas barragens é uma prática que foi iniciada em 2018, sendo uma forma de adaptação autônoma, isto é, são reativas, não planejadas e que não contam com a intervenção governamental. São ações que constituem o que é chamado pelos pesquisadores de “cooperação mútua”, que se dá por meio do trabalho comunitário, aumentando a capacidade das comunidades de enfrentar os riscos causados pelas enchentes, além de diminuir a vulnerabilidade e promover respostas de acordo com as capacidades de que a população dispõe.

O segundo artigo considerado é datado de 2016 e intitulado “Nearly 400 million people are at higher risk of schistosomiasis because dams block the migration of snail-eating river prawns”, sendo redigido e publicado por mais de dez pesquisadores/as americanos/as da área das ciências da natureza a partir de um estudo de caso que se baseia na hipótese de que as barragens bloqueiam a reprodução dos camarões migratórios que comem os caracóis hospedeiros da esquistossomose.

Assim, o estudo analisou grandes barragens em todo o mundo e identificou onde suas bacias hidrográficas se cruzam com a esquistossomose endêmica e as faixas históricas de habitat de grandes e migratórios *Macrobrachium spp.* camarões, utilizando com fundamento o caso da Bacia do Rio Senegal (África), onde há evidências de que as populações de camarão diminuíram e a esquistossomose aumentou após a conclusão da Barragem de Diama (Sokolow *et al*, 2016).

As pessoas jovens aparecem associadas no estudo como “adultos jovens” que, ao serem infectados cronicamente na infância, desenvolvem a doença ao longo da vida, com sintomas

que são caracterizados pela dor crônica, crescimento atrofiado, anemia, inflamação, deficiências cognitivas e aumento do risco de HIV nas mulheres. Outras consequências graves incluem infertilidade, risco elevado de câncer de bexiga e insuficiência hepática. A exposição às cercarias acontece quando as pessoas entram em contato com a água doce onde estão os caracóis infectados, isto é, quando tomam banho, pescam, nadam, caminham nesses lagos artificiais. Assim, é possível concluir que as pessoas consideradas jovens são vulneráveis a esquistossomose que é torna um fator de risco ainda maior com a construção de barragens.

O terceiro artigo considerado na busca foi produzido em 2023 pelas pesquisadoras Susana Bates e Sophia Küpers do Centro de Investigação Psicológica e Intervenção Social do Instituto Universitário de Lisboa e é intitulado “Politicizing hydroelectric power plants in Portugal: spatio-temporal injustices and psychosocial impacts of renewable energy colonialism in the Global North”. No artigo, apesar de as autoras não apresentarem um recorte juvenil, são apresentados elementos teóricos que situam o hidrocolonialismo como produtor de sofrimento psicossocial e danos à saúde que são materializados pelas barragens e que perduram nas populações gerando um futuro intergeracional incerto (Bates; Küpers, 2023).

O quarto artigo é o que mais vincula a juventude no debate, contudo analisa a produção de energia eólica, não trata das hidrelétricas. Mesmo assim, Normann (2020) aponta caminhos interessantes ao pesquisar as populações indígenas do contexto nórdico, com as representações sociais da população Saami sobre o desenvolvimento da energia eólica na Noruega. Baseada na psicologia, a autoria utiliza as discussões propostas por Moscovici (2007) por meio da TRS e indica a importância da memória social na construção do conhecimento crítico e na tomada de posição frente a ancoragem e o enfrentamento de “discursos verdes”.

Em relação às pessoas jovens, Normann (2020) argumenta que as estratégias comunicativas para resistir aos projetos justificados pelo discurso da energia limpa e da transição energética são mais fortes entre os participantes jovens, sobretudo pela participação dessas juventudes em diálogos internacionais, o contato com redes sociais e o meio artístico. A autora reflete que as juventudes indígenas Saami que participaram da pesquisa são apontam a uma insegurança diante do futuro que é maior em comparação à vivenciada pelas gerações anteriores, sobretudo pela ameaça que a produção de energia representa aos modos de vida tradicionais das comunidades.

A busca por bibliografia internacional relacionada à temática ofereceu elementos teóricos que aprofundam e legitimam os resultados encontrados no Estado do Conhecimento baseado na BDTD. Com base no conhecimento científico que é produzido a partir de análises que são pautas em territórios distintos, como é o caso da Ásia (Indonésia), África (Senegal) e

Europa (Portugal e Noruega), é possível constatar que a interdisciplinaridade é intrínseca ao tema. Inclusive, o estudo de Sokolow *et al* (2016) indica a necessidade de colaborações interdisciplinares entre as áreas da saúde e ecologia para garantir o bem da biodiversidade e da saúde humana, tanto na construção de novas barragens quanto na modernização das antigas.

Da mesma forma, é interessante perceber que ainda há uma ausência de debate intergeracional diante da construção de megaempreendimentos de produção de energia, tendo em vista que, apesar de citarem as/os jovens como participantes da pesquisa, nenhum dos artigos desenvolveu uma discussão ou apresentou um debate que pudesse aprofundar os elementos sobre a condição juvenil de cada grupo específico. Conforme aponta Abramo (1994), a noção de juventude é variável tanto na história como ao longo de cada sociedade e, por isso, torna-se ainda mais complexo compreender as juventudes apontadas nos artigos, considerando as diversidades produzidas em abrangência continental.

4,2 JUVENTUDES À BEIRA DO LAGO: NOTAS SOBRE A PESQUISA DE CAMPO

Um problema de pesquisa é antes um problema da vida prática (Minayo, 1994). Assim, as marcas intergeracionais provocadas pelo processo de instalação da UHE Itá nas cotidianidades das tantas pessoas pertencentes às 3.585 famílias diretamente atingidas – sem contar as que foram afetadas pela modificação da paisagem, das comunidades, da natureza –, tornam o território em questão um espaço fértil à investigação científica (Consórcio ITÁ, 2000; Giongo, 2017; Junior., 2019; Meurer, 2010; Matte, 2019).

Ao longo das idas a campo, fui sendo sensibilizada pelos elementos que constituem cada um dos municípios que compõe a região gaúcha atingida pela UHE Itá. O novo olhar pressupunha a necessidade de buscar novas miradas diante de espaços que já eram conhecidos em alguma medida. Com isso, a partir da fase exploratória da pesquisa, do conhecimento do território e nas teorias que serviram “(...) no processo de investigação como um sistema organizado de proposições” (Minayo, 1994, p. 19), orientando o aprofundamento da reflexão por meio de conceitos e favorecendo a construção dos questionamentos que baseiam este trabalho, chegamos à fase do trabalho de campo.

O campo é o lugar da novidade, tendo em vista que novos sujeitos, tanto a pesquisadora quanto os participantes, vão entrar em ação para produzir reflexões sobre a temática. Cada pesquisa é uma nova possibilidade de adentrar significados, sentidos e representações que ainda não foram visualizadas em outras pesquisas. Por isso, vamos iniciar o debate compreendendo método da pesquisa em relação com os elementos históricos dos municípios que constituem o

território gaúcho atingido pela UHE Itá, ambos integrantes da região definida como Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU) e redigidos em ordem alfabética.

4.2.1 Grupo focal como técnica de investigação

A realidade da vida cotidiana é constituída pela ação e pelo pensamento dos sujeitos na relação com o meio (Berger; Luckmann, 2011). Nessa interação são produzidas e reproduzidas as representações sociais que oferecem conteúdo à manutenção da vida social e, podendo ser investigadas com base nas perspectivas teóricas desenvolvidas no campo das Ciências Humanas. Nesse sentido, esta é uma investigação baseada na abordagem qualitativa que visa buscar os conhecimentos tanto para interpretar uma realidade particular, quanto para produzir autorreflexão e possibilidades de ação emancipatória na relação com o campo de pesquisa e os/as participantes (Gondim, 2003).

A abordagem qualitativa é materializada a partir do grupo focal enquanto técnica de investigação, sendo um instrumento utilizado para levantar dados a partir das interações de um grupo frente a uma temática (Gondim, 2003). Oliveira e Werba (1998) argumentam que o uso dos grupos focais como instrumento para captar as representações sociais de um grupo sobre um objeto vem sendo recorrente. No caso desta pesquisa, os grupos foram constituídos por pessoas que atenderam aos seguintes critérios de participação: a) ser residente nos municípios de Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos; b) residir preferencialmente na zona rural, próximo à barragem; c) considerar-se jovem; d) possuir de 18 (dezoito) a 30 (trinta) anos; e e) aceitar participar mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A temática estava centrada nas representações sociais que as/os participantes dispõe sobre a barragem da UHE Itá.

Ressaltamos a importância de situar aqui a TRS, considerando que “o método é um meio através do qual as proposições teóricas buscam evidências lógicas, empíricas e *insights* necessários para a interpretação” (Gondim, 2003, p. 151) e, portanto, a teoria deve estar alinhada à aplicação das técnicas de investigação. É justamente por esse motivo que a metodologia apresentada segue quatro fases, sendo iniciada pela fase exploratória, espaço para compreender teoricamente a temática estudada. As pesquisas sistematizadas no Estado do Conhecimento, que partem de um método qualitativo, não utilizam o grupo focal como técnica, mas desenvolvem estudos com base tanto em entrevistas quanto na observação participante (Giongo, 2017; Junior, 2019; Neumann, 2020; Batel; Küpers, 2023, Aksa; Afrian, 2022; Medeiros, 2002; Matte, 2019).

O grupo focal é uma espécie de meio do caminho entre a observação participante e as entrevistas em profundidade, tendo como unidade de análise o próprio grupo, não cada participante de modo individual (Gondim; Veiga, 2001). Assim, a técnica serve a diversos propósitos e aqui é inserida como recurso à exploração de uma temática com recortes pouco debatidos, visando traçar possibilidades futuras de análise. Assim, as representações sociais que as pessoas jovens possuem sobre a barragem poderão basear outros questionamentos ao seguimento da investigação, fomentando a construção do conhecimento científico com vistas à promoção dos direitos das pessoas jovens e atingidas.

Da mesma forma, o processo de planejamento do grupo focal se baseia tanto em critérios de composição do grupo que visaram reunir jovens de diferentes faixas etárias, pertencentes ou não a grupos institucionalizados nos municípios, com disposição em contribuir na realização da pesquisa, compreendendo que, por se tratar de cidade pequenas, as chances de os indivíduos se conhecerem eram relevantes. Essa opção tornou mais dificultoso o movimento de divulgação, considerando que não havia um grupo ou instituição para mediar o contato com participantes em potencial, todavia favoreceu a aproximação com jovens que participaram por interesse, sem uma obrigação gerada por laços institucionais.

O encontro com as juventudes à beira do lago interessadas em participar do grupo focal pressupôs um ponto de partida que foi a divulgação. O contato com as pessoas se deu por meio da veiculação de cartazes nos comércios, sindicatos, prefeituras, paróquias e ruas das cidades. Do “oi, estou fazendo uma pesquisa e preciso da participação de jovens de 18 a 29 anos”, surgiram informantes-chave, denominados de “sementes” (Vinuto, 2014), que indicaram contatos a partir do WhatsApp, que se acumularam em um total de 40 pessoas jovens. Como a proposta era realizar um grupo focal por município com no mínimo quatro e no máximo dez participantes (Gondim, 2003), a negativa ou a falta de resposta de alguns não gerou consequências à execução do processo, que contou com a participação total de 24 jovens, divididos nos quatro municípios. Após as confirmações, cada encontro foi agendado e realizado em fevereiro de 2024.

Para que a discussão do grupo focal esteja alinhada com os objetivos da pesquisa, a construção de um roteiro ou temário é fundamental. Gondim (2003) defende que a qualidade do roteiro está vinculada com a técnica do funil, ou seja, com um aprofundamento progressivo do tema que garante a fluidez da discussão no grupo, sem a necessidade de intervenção do/a moderador/a. A construção do roteiro foi baseada nos objetivos da pesquisa, conforme ilustrado no quadro 7:

Quadro 7 - Relação roteiro do grupo focal e objetivos da pesquisa

Tipo	Descrição	Perguntas associadas
Objetivo geral	Investigar as representações sociais da barragem de jovens atingidos pela Usina Hidrelétrica de Itá, considerando os municípios de Aratiba, Mariano Moro, Marcelino Ramos e Severiano de Almeida, localizados em território gaúcho atingido.	1) Escolha e escreva as três primeiras palavras que vêm à cabeça ao pensar na barragem. Depois de escritas, inserir as palavras em uma hierarquia de importância. Compartilhar.
		10) Defina em uma palavra o que a barragem da Usina Hidrelétrica de Itá representa para você.
Objetivo específico A	Investigar de que modo as representações sociais sobre a barragem da Usina Hidrelétrica de Itá contribuem para a construção das subjetividades das pessoas jovens no território.	2) Quais são os pontos positivos vinculados a ela?
		3) Quais são os pontos negativos na percepção de vocês?
		9) O que é uma pessoa atingida pela barragem para você? Você se considera atingido/a por Itá? Explique.
Objetivo específico B	Identificar se há relações entre as representações sociais e a memória coletiva acerca do empreendimento, atentando aos impactos intergeracionais;	4) Você poderia contar alguma história que se recorda, contada a você por familiares ou amigos ou conhecidos, sobre a barragem?
		5) De onde vêm os seus conhecimentos sobre esse assunto?
		6) Na sua visão, o que a barragem representava para os seus familiares mais velhos? Como isso se relaciona com o que a barragem representa para você?
Objetivo específico C	Inferir quais são os marcadores de entrada na idade adulta gerados nos territórios e como, na visão dos sujeitos participantes da pesquisa, a implantação do projeto hidrelétrico influenciou seus projetos de vida.	7) Vocês acham que a barragem afeta a vida da população do município? Como? E a sua?
Objetivo específico D	Desenvolver um processo de investigação interdisciplinar que garanta visibilidade às pessoas participantes enquanto sujeitos da pesquisa e de suas histórias e que contribua aos debates relacionados às juventudes contemporâneas e às populações atingidas por barragens.	8) Você acha que a barragem afeta a natureza? De que maneira? <i>(relação atingido-jovem-ambiente)</i>

Fonte: Grupo focal (roteiro). Elaborado pela autora (2024).

Jodelet (2017) aponta que no plano técnico, enquanto perspectiva teórico-metodológica, a Teoria das Representações Sociais desenvolve pesquisas que recorrem a metodologias mistas de coleta e tratamento de dados. Assim, mesmo sendo uma pesquisa apenas de abordagem qualitativa, além da utilização do grupo focal como instrumento, também foram utilizados questionários sociodemográficos para complementar o levantamento de dados, especialmente sobre o perfil dos/as participantes. Com base nas informações coletadas, foi possível compreender os sujeitos diante dos critérios, sobretudo constatar se as/os participantes se consideram jovens (Apêndice 2 – questão 4), respostas que dialogam com o objetivo específico C, sobre os marcadores de entrada na vida adulta.

Diante disso, a partir da construção do roteiro, além de captar as informações necessárias à realização da investigação, o grupo focal permitiu uma discussão formativa às/os jovens participantes, isto é, oferecendo elementos de reflexão acerca da história do município e, conseqüentemente, de suas próprias realidades. A discussão dos grupos focais foi mediada pela pesquisadora em questão e contou com a participação de um observador externo que teve a função de “(...) analisar a rede de interações presentes durante o processo grupal” (Kind, 2004, p. 130) e dialogar com a mediadora após o término do grupo para partilhar impressões sobre o grupo.

Para além das perguntas, o final do roteiro do grupo focal também contou com uma atividade lúdica em que cada jovem tinha a tarefa de observar fotos e trechos da música “Velho Uruguai” de Valdecir Nunes, escolher tanto uma foto quanto um trecho e explicar a escolha. Essa atividade foi positiva, tendo em vista que possibilitou que cada participante se expressasse de forma mais espontânea e livre, possibilitando a adição de elementos que não foram elencados pelas perguntas do temário.

Nóbrega, Andrade e Melo (2016) argumentam que o grupo focal é um ambiente de acesso às representações sociais, constituindo-se enquanto um espaço para a circulação e emergência de saberes com racionalidades distintas. Ademais, cabe ressaltar que a comunicação é o coração da TRS e, portanto, a interação promovida pelo grupo focal oferece a possibilidade de encontro com dissensos e consensos a respeito da temática, gerando um processo maior do que uma simples soma de opiniões, sentimentos ou pontos de vista individuais (Nóbrega; Andrade; Melo, 2016).

Mesmo com o temário em mãos, cada grupo ofereceu perspectivas, pontos de vista e elementos distintos à discussão. Ademais, as perguntas foram pensadas a conduzirem as pessoas jovens a refletirem para, então, responderem se consideram a sua condição enquanto

atingidos/as ou afetado/as pela barragem. Por isso, o seguimento do roteiro é essencial, contudo, em alguns momentos a discussão abriu outros pontos e, portanto, nem todas as perguntas foram feitas exatamente na mesma ordem em cada um dos grupos, tendo em vista que a discussão teria sido cortada, se a mediadora o fizesse. Essa questão vai ao encontro de Giongo (2017, p. 156), tendo em vista que a pesquisadora relata em sua tese a necessidade de “abandono dos roteiros” para construir um diálogo frutuoso com os sujeitos no campo.

Como técnica de investigação, o grupo focal permitiu o encontro e o acesso ao conhecimento construído e compartilhado pelas pessoas jovens que vivem nos municípios atingidos pela UHE Itá, oferecendo meios ao alcance das representações sociais. Cabe destacar que, somados, os municípios não chegam a 20 mil habitantes e, assim, podem ser classificados como cidades pequenas, sendo por vezes relacionados com o universo cultural rural, pouco complexo e com tendências mais homogêneas (Turra Neto, 2023). Contudo, “(...) essa sociedade mais orientada pela tradição e regras comunitárias é cada vez mais tensionada por um mundo que chega a todos os lugares, como inevitável” (Turra Neto, 2023, p. 68).

Seguiremos com a descrição de cada um dos grupos focais realizados, juntamente com elementos sobre cada um dos municípios e como se orientam as/os jovens na constituição dessas sociedades nas cidades pequenas.

4.2.2 Grupo focal de Aratiba

A memória indígena que marca os primeiros agrupamentos humanos a conviverem nas terras que beiram o rio Uruguai é representada nos substantivos que dão nome a algumas cidades, como é o caso de Aratiba que, na língua tupi, significa pequenas araras. É no chão deste município que se localiza a Hidrelétrica de Itá, inserida na comunidade Volta do Uvá entre os estados do Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC).

Dos documentos disponíveis *online* com informações sobre a realidade dos municípios, elencamos os Planos Municipais de Educação como referência por conterem elementos que refletem, em alguma medida, esses territórios. Assim, segundo os dados apresentados sobre Aratiba (2008 – 2018), há uma queda crescente na população total do município, contando com 7.116 habitantes em 2003, 6.690 habitantes em 2009, 6.585 habitantes em 2012 e 6.438 habitantes em 2024 (Aratiba, 2007; IGBE, 2024b). O município está localizado a 420 km da capital Porto Alegre, na mesorregião Nordeste Rio-Grandense, microrregião de Erechim/RS (Aratiba, 2007), sendo limitada a leste pelas cidades de Mariano Moro e Três Arroios, a oeste

por Barra do Rio Azul e Barão de Cotegipe, ao sul por Erechim e ao norte com Santa Catarina e o lago artificial da UHE Itá.

A economia do município é baseada na agricultura, indústria, comércio e produção de energia hidrelétrica, tornando o perfil populacional rural (Aratiba, 2007). De acordo com as informações presentes no Plano (Aratiba, 2007), a população é caracterizada pela imigração europeia, com 55% das pessoas vinculadas à descendência italiana, 25% de descendentes de alemães, 10% descendentes de poloneses e apenas 10% de afrodescendentes. As poucas menções as populações indígenas que garantiram o nome à cidade, sustentam a divergência entre os modos de vida:

O migrante do município vem com uma filosofia de vida, de trabalho, economia, que visa a acumulação de capital e progresso. Sua religiosidade, disciplina e costumes são propulsores que levam ao sucesso de vencem a acomodação. Estes traços fundamentais definem o perfil psicológico do munícipe em contraposição ao posseiro, ao índio e ao caboclo que aqui eram autóctones na época da colonização e os quais não tinham maior ambição e trabalhavam apenas para viver (Aratiba, 2007, p. 13).

O trecho destaca os dissensos entre as representações dos migrantes e das populações tradicionais, apontando a uma visão preconceituosa, baseada no desejo de acúmulo de capital inspirada pelo paradigma do progresso que se vincula com a discussão do capítulo um. Nessa lógica, apesar de não citar muitos elementos vinculados à UHE Itá, o Plano faz menção indicando que a usina hidrelétrica “(...) aumentou a arrecadação municipal, efetivando a melhoria de qualidade de nossos concidadãos” (Aratiba, 2007, p. 13), contudo não aponta como e quais são essas melhorias.

Com base nesses elementos, é possível constatar que parte da visão de mundo do município é constituída a partir da colonização, da ética do trabalho²⁶, do preconceito com “povos autóctones” e do desejo por acumulação de capital e progresso (Aratiba, 2007). Assim, essas informações são importantes para a compreensão das representações sociais da população jovem, tendo em vista que, em alguma medida, elas encontraram esses elementos ao longo de sua formação no contato com as gerações mais velhas.

Em Aratiba, o contato com as pessoas jovens foi realizado por meio da divulgação de cartazes nos espaços públicos, sendo potencializada pelo Sindicato Unificado dos

²⁶ Ética do trabalho promovendo acumulação de capital por meio de formas questionáveis e criminosas, como pode ser visualizado na operação do Ministério Público do Trabalho (MPT), pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) que resgatou 11 trabalhadores em condições análogas à escravidão em Aratiba em novembro de 2023. Disponível em: <https://www.prt4.mpt.mp.br/procuradorias/ptm-passo-fundo/11948-operacao-conjunta-resgata-11-trabalhadores-de-condicoes-analogas-a-escravidao-em-aratiba>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Trabalhadores na Agricultura do Alto Uruguai da cidade (Sindicato Sutraf Aratiba). Assim, sete pessoas aceitaram participar do grupo focal, três homens e quatro mulheres. Não houve registro de pessoas pretas ou pardas. Este foi o grupo que contou com a maior variação da faixa etária que figurou entre os 24 aos 35 anos. Conforme comentado anteriormente, os critérios apontavam o limite dos 30 anos, contudo, como o objetivo específico C busca inferir os marcadores de entrada na vida adulta gerados nos territórios, o critério de se considerar jovem acabou flexibilizando o critério etário. Esse é um dado que não estava sendo esperado, sobretudo porque os cartazes apontavam a limitação da faixa etária, tornando-se um material a mais à análise.

Após o contato com os participantes via WhatsApp, o grupo focal foi agendado para o dia 05 de fevereiro às 19h45 nas dependências do Sindicato Sutraf Aratiba. Desde a dinâmica de apresentação, dinâmica quebra-gelo e discussão, o tempo de duração do encontro foi de 1h20 minutos, sendo o grupo focal de maior período em relação aos outros três. Em relação ao temário, o grupo teve dificuldade em compreender a questão sobre as representações que as pessoas de gerações mais velhas tinham sobre a barragem e relacionarem com as que as/os participantes da pesquisa, enquanto jovens, possuem atualmente.

Isso se deu ao fato de a palavra representação ter sido associada às lideranças políticas que, na definição de Losekann (2016) são apontados como “mobilizadores de atingidos”. Mesmo com a interferência da mediadora, refazendo a pergunta, o grupo não deu conta de relacionar as representações como ideias, descolando da pessoa que mobilizava politicamente.

Com base na discussão entre a mediadora e o observador, foi possível perceber alguns pontos: a memória foi um elemento destacado pelo grupo ao longo da discussão; o grupo apresentou uma postura crítica à barragem; foi a única cidade que contou com a presença de uma pessoa jovem que ocupa um cargo político no município; o grupo apontou mais às questões sociais do que ao debate ambiental. Assim como Severiano de Almeida, cabe destacar que houve a presença de uma participante que é mãe. Em suma, o grupo foi bem participativo e a discussão fluiu sem grandes necessidades de interferência da mediadora.

4.2.3 Grupo focal de Marcelino Ramos

Por ser situada na divisa entre os estados do RS e de SC, Marcelino Ramos é considerada a “Porteira do Rio Grande” sendo o município que recebeu a construção da malha ferroviária em 1913, garantindo um elo do RS com o país (Marcelino Ramos, 2024). Assim

como Aratiba, o município também pertence à mesorregião Noroeste Rio-Grandense e a Microrregião de Erechim. Marcelino Ramos tem como municípios limítrofes cidades do RS como Maximiliano de Almeida, Severiano de Almeida e Viadutos e de SC, tais quais Alto Bela Vista, Concórdia e Piratuba – todas atingidas pela UHE Itá, com a exceção de Maximiliano de Almeida.

De acordo com as informações apresentadas no site da Câmara de Vereadores (2024), o nome do município é uma homenagem ao engenheiro que coordenou a exploração e locação da estrada férrea, Dr. Marcelino Ramos da Silva. Segundo as informações contidas no Plano Municipal de Educação redigido em 2015, o contingente populacional contava com um total de 5.134 habitantes, tendo seu número reduzido em 2024 de acordo com os dados do último Censo, o qual contabilizou 4.320 pessoas (Marcelino Ramos, 2015; IBGE, 2024c).

Em relação às características da população, é apenas nos dados apresentados pela Câmara de Vereadores (2024) que há uma alusão às populações indígenas que habitavam o território antes da colonização de imigrantes europeus, que se deu no início do século XX. As informações apontam que “No princípio era selva. Nessa época era habitada pelos bugres, índios conhecidos por coroados, além de caigangues, guarás e guaranis, dentre outros, em menor escala” (Câmara de Vereadores, 2024). Com as políticas de colonização implantadas na região, os documentos apontam a uma “considerável miscigenação” (Marcelino Ramos, 2015, p. 10) que conduziu a uma população “(...) formada por descendentes de imigrantes italianos, alemães, poloneses e portugueses, *além da raça negra*” (Câmara de Vereadores, 2024, grifo nosso).

A referência às populações de origem europeia com o termo descendência e à população negra com o termo raça indica elementos que também puderam ser visualizados nos documentos das histórias de Aratiba, sobretudo pelo preconceito e racismo, constatados na forma como as populações não-brancas são determinadas. Para hooks (2022a), apesar das diferenças de classe, pessoas brancas são consciente e inconscientemente marcadas por algum grau de união que se representa enquanto um pensamento supremacista branco, sendo uma cola (in)visível que mantém essas pessoas em conexão, apesar de outras diferenças. Ao analisar a branquitude, Cida Bento (2022) nomeia esse processo de pacto narcísico, elucidando exemplos de como a branquitude é pactuada para promover a negação ou silenciamento ao longo da história, através de seus privilégios e negação enquanto identidade, não racializando-se uma vez que raça é um conceito empregado para o “de cor”, sendo

evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim

fosse: as formas de exclusão e de manutenção dos privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal” (Bento, 2022, p. 18).

Assim, se o racismo aparece de forma direta e consciente nos documentos oficiais dessas cidades, também foi inconscientemente difundido, constituindo a mentalidade da população.

Marcelino Ramos é considerada a “terra das águas” tanto por ser banhadas pelas águas do Rio Uruguai, quando pela formação do lago artificial da barragem de Itá. Em relação ao rio, há uma divergência de opiniões sobre a sua formação, com habitantes que afirmam que Marcelino Ramos é o nascedouro do rio, o qual é constituído pela junção do rio do Peixe com o Pelotas (Cravo, [s.d]) e não do rio Pelotas com o Canoas (IBGE, 2024a). O Plano Municipal de Educação é o único dos documentos que sistematizam parte da história a citar o processo de inundação das terras e deslocamento forçados de moradores em virtude da formação da barragem da UHE Itá (Marcelino Ramos, 2015). Ademais, também cita a mudança do balneário de águas termais, ponto turístico do município, o qual ficou embaixo d’água.

A base econômica da cidade é constituída pela agricultura, com destaque à laranja e produção leiteira, além do turismo rural, náutico, religioso (devido à anual Romaria de Nossa Senhora de Fátima), gastronômico, eventos e aventura (Marcelino Ramos, 2024). Para além do complexo termal que teve que ser reconstruído e foi reinaugurado em 2000, também é citado o Parque Natural Municipal Teixeira Soares, inaugurado em 2015 e considerado um espaço de turismo e área de preservação da fauna e flora, tido como uma medida de compensação frente aos danos ambientais promovidos pelo lago artificial da UHE Itá (Marcelino Ramos, 2015). Não há menção ao Estreito Augusto César nos documentos.

Em Marcelino Ramos, o contato com as pessoas jovens foi realizado por meio da divulgação de cartazes nos espaços públicos, sendo potencializada por informantes-chaves que também me conduziram ao Sindicato Sutra da cidade. Assim, 14 pessoas receberam meu convite diretamente pelo WhatsApp e apenas seis aceitaram. Diferente de Aratiba, a mobilização foi mais complexa, considerando que muitos jovens negaram o convite pelo fato de estarem trabalhando ou por causa de viagens, tendo em vista que o grupo focal aconteceu no período de férias escolares. Houve jovens que não participaram uma vez que residiam em comunidades distantes do Centro e não possuíam condições de se locomoverem até a sede do sindicato.

De frente para o lago, a sala cedida para a realização do grupo focal se localiza nas dependências do sindicato que, por ser localizado próximo à avenida principal da cidade, contou

com grandes ruídos que geraram interferências na gravação do áudio para a transcrição. Este foi o grupo mais equilibrado em relação ao gênero, contando com a participação de três mulheres e três homens. Foi também o grupo com a maior presença de pessoas não-brancas, sendo uma pessoa autodeclarada negra e outra parda. A faixa etária se manteve entre os 24 e os 27 anos, além de um questionário sem a presença de resposta nessa questão. Minha hipótese, sobretudo pelas características físicas, é que um dos participantes, assim como ocorrido em Aratiba, não se encaixava na faixa etária proposta e, portanto, acabou não se sentindo confortável a informar sua idade. Suponho que este participante seja menor de idade.

Após o contato com os participantes via WhatsApp, o grupo focal foi agendado para o dia 02 de fevereiro, às 18h30, nas dependências do Sindicato Sutraf Aratiba. Desde a dinâmica de apresentação, dinâmica quebra-gelo e discussão, o tempo de duração foi de 60 minutos, sendo grupo focal mais se aproximou da duração proposta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em relação ao temário, o grupo compreendeu e aprofundou as questões de forma satisfatória. Uma das participantes, com mais conhecimento técnico voltado às questões ambientais, acabou dominando parte do debate, inserindo o restante dos sujeitos em uma posição de comodismo, segundo as notas do observador. O jovem que suponho ser menor de idade foi o que menos participou da discussão, respondendo de forma breve e direta somente ao que era questionado.

Diferente de Aratiba, o grupo não citou lideranças consideradas “mobilizadores de atingidos”, mas teceu comentários de histórias que ouviram sobre “atingidos mobilizados” que foram reprimidos pela polícia em uma manifestação na época da construção da barragem. As histórias se relacionavam ao que Losekann (2016) define como “atingidos em si”, com afirmações que apontam à perda da identidade das pessoas mais velhas em virtude do deslocamento forçado ocasionado pelo empreendimento. Diferente de Aratiba, o grupo não apresentou elementos sobre a organização da população atingida na reivindicação de direitos e nem ao movimento social.

Após o grupo focal, juntamente com a visão do observador, foi possível conceber algumas percepções: houve consenso sobre a barragem ser um risco e poder gerar algum acidente mais grave, além de faltar orientação de órgãos públicos, caso algo aconteça; apesar de reconhecerem a barragem como um problema, não a relacionam como consequência para a vida da juventude e a eles próprios diretamente; apresentam uma postura crítica sobre a UHE oferecer “energia limpa” e apontam à necessidade de encontrar novas formas de produção de energia elétrica que ofereçam menos danos ao ambiente. Em suma, o grupo apontou mais às questões ambientais do que ao debate social.

4.2.4 Grupo focal de Mariano Moro

Assim como Marcelino Ramos, o município de Mariano Moro herda o seu nome como uma forma de homenagem a um homem que trabalhou em prol do desenvolvimento da comunidade (Mariano Moro, 2024). De acordo com as informações disponíveis no site da Prefeitura, a cidade contava com 2.210 habitantes em 2010, tendo uma diminuição populacional atestada pelo último Censo, o qual indica que o município é constituído por 1.858 pessoas (IBGE, 2024e).

Localizada na mesma micro e mesorregião, a cidade gaúcha possui Aratiba, Severiano de Almeida e Concórdia como municípios limítrofes (Sychocki, 2022). Para além do site da prefeitura, a tese de Giongo (2017) e o trabalho de conclusão de curso realizado por Gabriela Sychocki (2022) sobre o fechamento das escolas do campo, não há muitas informações disponíveis sobre o município. No site, há uma publicação que data o dia 25 de junho com uma chamada à participação de moradores na produção de um documentário sobre a história do município, garantido financeiramente pela Lei Paulo Gustavo.

A constituição do município é vinculada à chamada Revolução de 23, a qual chimangos e maragatos utilizaram as terras marianenses para se esconderem e desenvolverem suas vidas (Mariano Moro, 2024). Em relação à economia, os dados levantados por Giongo (2017) apontam que o município se baseia na pecuária, avicultura e agricultura, tendo economia afetada pela inundação do território que gerou uma diminuição considerável da sua população. Para além do decréscimo populacional, Sychocki (2022) argumenta que o fechamento das escolas do campo foi outro elemento que, impulsionado pela barragem, afetou a vida das comunidades, deixando

(...) apenas rupturas, ruínas e memórias de um passado, uma história e principalmente o sentimento de tristeza ao ver uma estrutura que transmitia valores e conhecimentos em meio ao matagal, sendo que poderia ser utilizada como um centro histórico e cultural pela comunidade local (Sychocki, 2022, p. 44).

Em Mariano Moro, o contato com as pessoas jovens também foi realizado por meio da divulgação de cartazes nos espaços públicos, reforçado por uma liderança religiosa da cidade que me indicou a um grupo de jovens católico. Assim, após o contato com os informantes-chave, oito jovens foram diretamente contatados por mim via WhatsApp e sete aceitaram o convite. Por dispor da estrutura prévia do grupo de jovens, a mobilização foi tranquila. Com base no histórico de organização no território, também foi realizado um contato com lideranças do MAB da região do Alto Uruguai, contudo não houve a indicação de pessoas jovens por parte do movimento, que questionou a postura da pesquisadora em relação à construção da pesquisa,

indagando-me por não ter me dirigido ao movimento antes. Contudo, segui a organização do cronograma baseado nas fases da pesquisa, o qual indicava que os contatos deveriam ser feitos a partir de janeiro de 2024, pouco antes das primeiras idas a campo.

Conforme mencionado anteriormente, a pesquisa não tem o objetivo de estudar o MAB em si, mas as juventudes vinculadas ou não a grupos e instituições em seus territórios. Contar com a participação de jovens indicados pelo movimento teria enriquecido ainda mais a pesquisa, todavia esses jovens não foram privilegiados em relação aos outros e, portanto, foram contatados em uma relação de igualdade: no mesmo período, com a mesma abordagem e com a mesma intencionalidade.

O grupo focal de Mariano Moro merece destaque por ter sido o único realizado em uma comunidade do interior, longe do centro, em uma das comunidades em que todos os residentes foram atingidos, restando apenas a escola desativa em meio ao matagal (Giongo, 2017; Sychocki, 2022). No salão da comunidade Rio Branco, a poucos metros de um dos braços do lago artificial (imagem 2) da UHE Itá, no dia 3 de fevereiro de 2024 às 13h30 foi realizado o grupo focal em Mariano Moro.

Imagem 2 - Localização da comunidade Rio Branco – Mariano Moro/RS



Fonte: Google Earth, 2024. Recorte produzido pela pesquisadora.

Este foi o grupo menos equilibrado em relação ao gênero, contando apenas com participantes mulheres. Também não houve registro de pessoas pretas ou pardas. A faixa etária do grupo figurou entre os 18 aos 23 anos, além da participação de uma jovem de 17 anos que,

diferente do participante de Marcelino Ramos, apontou a idade no questionário. Desde a dinâmica de apresentação, dinâmica quebra-gelo e discussão, o tempo de duração foi de 54 minutos. Foi o grupo que mais demorou para preencher o questionário sociodemográfico e apontou dificuldades para responder as questões que solicitavam a definição de “juventude” e “jovem”.

Ademais, este foi o grupo que contou com a participação de uma jovem que nasceu em um dos reassentamentos estabelecidos no estado do Paraná, a qual se mostrou emotiva e sensibilizada ao partilhar sua experiência. Outras jovens também indicaram a participação em um curso do MAB, em que tiveram que escutar e relatar histórias de pessoas atingidas, fato que as ofereceu outra visão à questão. Segundo o observador, esse foi o grupo que apresentou modificações no comportamento ao longo da conversa, passando de uma postura reflexiva diante das perguntas colocadas pela pesquisadora para uma postura de indignação.

O grupo não citou “mobilizadores de atingidos”, focando a conversa nas histórias de “atingidos em si”, inserindo informações sobre a família ou pessoas conhecidas, e “atingidos mobilizados” (Losekann, 2016), considerando que uma das participantes se autodeclara militante do MAB. Foi possível constatar que o grupo apresentou fatores vinculados à memória juntamente com críticas à hidrelétrica, mas também apontaram questões positivas, como a instauração de uma espécie de cultura local em relação à pesca no município – mesmo citando os danos às espécies de peixe –, legitimada pela Festa do Peixe de Mariano Moro (FESPEMM), que vai para a sua 23ª edição, em 2024. Este foi o grupo que mais consentiu na compreensão de que, mesmo enquanto jovens, são atingidas.

4.2.5 Grupo focal de Severiano de Almeida

Severiano de Almeida remonta a memória de um dos homens responsáveis pela colonização e desenvolvimento da região, sendo “batizada”, no princípio, de Nova Itália (Severiano de Almeida, 2024). Os limites do município alcançam Mariano Moro, Três Arroios, Viadutos e Marcelino Ramos. Os dados do último Censo, disponíveis no site da Prefeitura apontam que o município contava com uma população total de 3.842, com uma queda registrada pela última pesquisa, a qual indicou que há 3.406 habitantes atualmente (IBGE, 2024d). Pode-se perceber que, além deste, os outros municípios em questão também passam por um processo de diminuição progressiva da população residente.

Localizada na microrregião de Erechim/RS, a cidade é destacada por sua colonização italiana, não oferecendo detalhes sobre outros povos. Há uma reportagem do Jornal Bom Dia

localizado em Erechim/RS que disponibiliza elementos, apontando que as primeiras populações registradas no território do atual município eram “(...) índios kaingangue e outros indivíduos (de procedência incerta) refugiados das revoluções Farroupilha e Federalista” (Bom Dia, 2020). Essa informação vai ao encontro da apresentada na história de Mariano Moro, que aponta a presença de fugitivos de conflitos no início do século XX (Mariano Moro, 2024).

Não há citações sobre o alagamento de áreas do município pelo lago artificial da UHE Itá no da Prefeitura, mas Giongo (2017, p. 121) argumenta que “(...) foi atingida a comunidade de Mirim e uma escola de Sanga Funda”. A economia da cidade é baseada na agricultura, pecuária, suinocultura e avicultura (Giongo, 2017). Severiano de Almeida foi um dos municípios mais atingidos pelas enchentes no Rio Grande do Sul de maio de 2024, as quais ocorreram alguns meses após a realização do grupo focal. O rio Napoleão, o qual atravessa a cidade, promoveu o alagamento de residências, repartições públicas e comércios, gerando uma série de danos materiais (Severiano de Almeida, 2024).

Em Severiano de Almeida Ramos, assim como nos outros municípios, o contato com as pessoas jovens foi realizado por meio da divulgação de cartazes nos espaços públicos, sendo potencializado por uma liderança religiosa da paróquia, a qual me conduziu a informantes-chaves. O convite foi enviado diretamente pelo WhatsApp para treze pessoas, recebendo o aceite de quatro. Este foi o município em que tive mais dificuldade de mobilização, tendo que alterar a primeira data de realização do grupo, pois não havia o mínimo de participantes necessários confirmados, isto é, quatro pessoas. Assim como em Marcelino Ramos, trabalho e viagens de férias justificaram as negativas do convite, contudo também foi o local em que menos tive retornos. Mesmo enviando mensagens explicando a natureza do contato e citando o nome do informante-chave que havia disponibilizado o número, as pessoas não responderam.

Ao passar pela cidade, apesar dos grandes vales que a abraçam, são menores as chances de relação com a UHE Itá, tendo em vista que o lago artificial é distante da cidade e “só” atingiu comunidades interioranas, com ênfase na Vila Mirim. Sem o lago no horizonte e distante do núcleo urbano, diferente da experiência das/os jovens marcelinenses, marianenses e aratibenses, este foi o grupo focal que menos apresentou interesse em relação ao debate vinculado à UHE Itá.

Na sala cedida pela Paróquia São Caetano, localizada no Centro da cidade, o grupo contou com a participação de três mulheres e um homem. Foi o grupo em que todas as pessoas se afirmaram brancas, com exceção de uma que se declarou parda e outra que ficou em dúvida, argumentando que não se identifica como branca, mas é vista como tal. A idade dos participantes se manteve entre os 20 e os 22 anos. Foi o único grupo que contou com a

participação de uma pessoa jovem de família atingida e não indenizada. Assim como Aratiba, também houve a presença de uma jovem mãe.

Combinado via WhatsApp, o grupo focal foi agendado para o dia 03 de fevereiro às 16h30. Tanto pela pequena quantidade de participantes, quanto pelo menor grau de aprofundamento das questões, este foi o grupo focal mais curto, com duração total de 43 minutos. Em relação ao temário, foi o grupo que menos foi tocado pelas perguntas, a não ser pela jovem que partilhou com tristeza a experiência da família atingida e realocada de forma individual e voluntária, sem recebimento de recursos da empresa. Foi o único grupo em que uma das pessoas jovens afirmou certa indiferença em relação à barragem, argumentando que *não representa nada*.

Este grupo revelou grandes diferenças em relação aos outros, que figurou localmente focando na experiência da família atingida de uma das jovens, vinculando apenas a questão dos “atingidos em si” (Losekann, 2016). Todavia, por uma das jovens estar cursando Biologia, a discussão foi menos local e mais global, apontando os problemas gerados por esse tipo de produção de energia, citando as modificações em relação ao clima com foco no aumento da neblina e nas mudanças climáticas, e apontando também a vinda de “pessoas de fora” ocupando ilegalmente a beira do lago com casas de veraneio.

Em diálogo com o observador, podemos constatar que o grupo apresentou maior distância em relação à barragem, como se as pessoas da época tivessem simplesmente seguido a vida e o lago artificial tivesse sido naturalizado como parte da paisagem, sem maiores críticas ou elementos à constituição de uma memória coletiva em relação a este objeto. As/os jovens apresentaram dúvidas se são atingidos, inclusive a participante que citou o histórico de deslocamento forçado do próprio núcleo familiar.

4.3 SUJEITOS DA PESQUISA

A revisão de literatura realizada por Giongo (2017) aponta que a maior parte dos trabalhos sobre hidrelétricas, incluindo Usina Hidrelétrica de Itá, privilegiam as populações reassentadas e/ou as legalmente atingidas. Com base nessa lacuna, a pesquisadora lança seu olhar e sua análise às populações remanescentes que permaneceram no território e contemplaram as bruscas transformações forçadas pelo empreendimento. Nossa pesquisa aponta a outra camada no debate das populações atingidas, especificando a experiência de pessoas jovens que, em maior ou menor grau, convivem com as calmas e profundas águas da barragem, que constroem um aspecto de deserto d’água, um mar longe do mar.

Os sujeitos foram convidados a contribuir a partir do contato com informantes-sementes e deveriam se encaixar nos critérios de participação da pesquisa – que já foram aqui especificados –, contudo o campo exigiu uma flexibilização e optou por acolher as pessoas que apresentaram disposição para colaborar. Diferente das pesquisas de Giongo (2017) e de Junior (2019), nenhum dos participantes acompanhou a construção do empreendimento e o enchimento do reservatório, apesar de afirmaram alguma relação, direta ou indiretamente, vinculada a esses processos. Os conhecimentos partilhados nos grupos focais foram baseados na memória coletiva apreendida pelos jovens ao longo de suas trajetórias de vida (Halbwachs, 1990). A descrição de participantes pode ser visualizada no quadro 8²⁷

Quadro 8 - Descrição dos participantes com nomes fictícios

	Nome fictício	Município	Faixa etária
1	José	Marcelino Ramos	27
2	Alice		28
3	Ricardo		29
4	Beatriz		24
5	Pedro		(sem resposta)
6	Milena		26
7	Henrique	Aratiba	33
8	Jeferson		35
9	Valentina		29
10	Manuela		24
11	Leonardo		27
12	Laura		29
13	Monique	Mariano Moro	35
14	Amélia		20
15	Anelise		18
16	Rafaela		19
17	Vanessa		17
18	Nicole		18
19	Clarice		20
20	Marina		23
21	Benjamin	Severiano de Almeida	21
22	Cecília		22
23	Mônica		20
24	Raquel		22

Fonte: Questionários do grupo focal. Elaborado pela autora (2024).

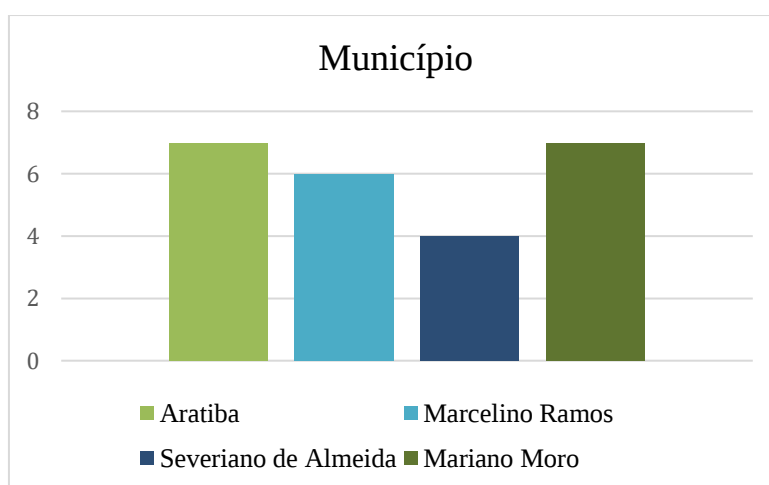
Sendo um processo inteligente, essa memória é alimentada pelas representações sociais que as pessoas jovens articulam sobre a barragem, base da investigação deste trabalho. Para buscar essas RS, foi realizado um grupo focal por município gaúcho atingido, totalizando 24

²⁷ Optou-se por não especificar outros dados neste quadro para assegurar o anonimato.

participantes que somaram entre quatro e sete pessoas por grupo, conforme pode ser visualizado no gráfico 5. Aratiba e Mariano Moro foram as cidades que apresentaram o maior número de participantes e, conseqüentemente, maior facilidade de mobilização. Marcelino Ramos e Severiano de Almeida exigiram maior articulação, contudo, na primeira cidade, dois jovens foram convidados por participantes, sem contato por parte da pesquisadora, garantindo um bom número ao grupo; e, a segunda, demandou grande esforço para fechar o número mínimo de participantes.

Cabe ressaltar que a pesquisa também seguiu os preceitos éticos à construção do conhecimento científico, tendo sido enviada ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) por meio da Plataforma Brasil. Por isso, cada participação foi efetivada mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual conta com a autorização do uso da voz para a gravação das entrevistas e a autorização para uso de imagem, que pode ser consultado no apêndice 3. Nenhum jovem se opôs ao preenchimento do termo.

Gráfico 5 - Quantidade de participantes dos grupos focais por município

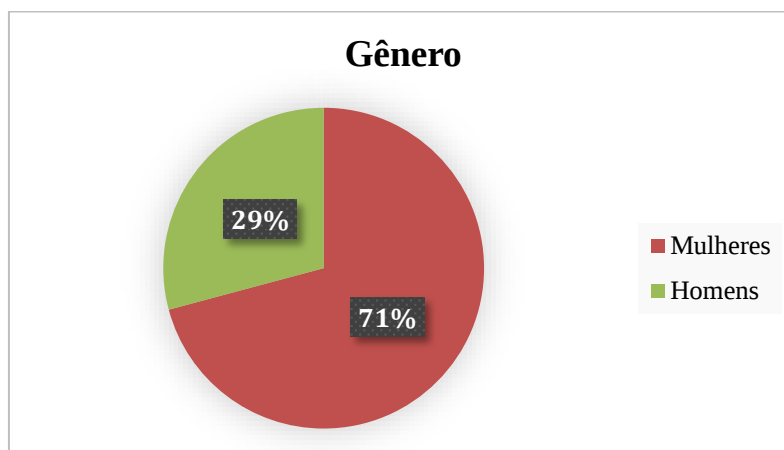


Fonte: Questionários do grupo focal. Elaborado pela autora (2024).

Seguindo os dados coletados no questionário sociodemográfico, quanto ao gênero foram registrados dezessete mulheres e sete homens, com um percentual de mais de 70% de participação feminina, conforme ilustrado no gráfico 6. Também foi registrada a presença de duas mulheres mães. Mariano Moro se destacou por ter sido o município com nenhuma participação masculina, apenas mulheres. Uma das informantes-chave da cidade relatou de forma verbal e informal que, apesar do convite, não houve interesse de homens na participação. Em relação a essa disposição, cabe destacar outra informação verbal informal apresentada por uma das participantes de Mariano Moro via áudio de WhatsApp, a qual manifestou disposição

imediate após o contato, mas ressaltou que não vivenciou o momento e não tinha muito conhecimento para compartilhar.

Gráfico 6 - Relação de participantes por gênero



Fonte: Questionários do grupo focal. Elaborado pela autora (2024).

“Eu vou pra te ajudar” (Amélia, 2024, informação verbal) foi uma das frases apresentadas no áudio que não só revelou a motivação do interesse em relação à participação, mas a compreensão que as/os próprios jovens acabam construindo de si, como pessoas que não possuem a experiência garantida pela vivência do acontecimento e, portanto, acabam sendo despossuídos da autoridade necessária para falar sobre o assunto. Aqui é possível constatar um reflexo do adultocentrismo (Quapper, 2012) que, na relação de domínio entre classes de idade, insere o poder da palavra e do conhecimento no adulto, em uma relação de acumulação de experiência devido a maior faixa etária.

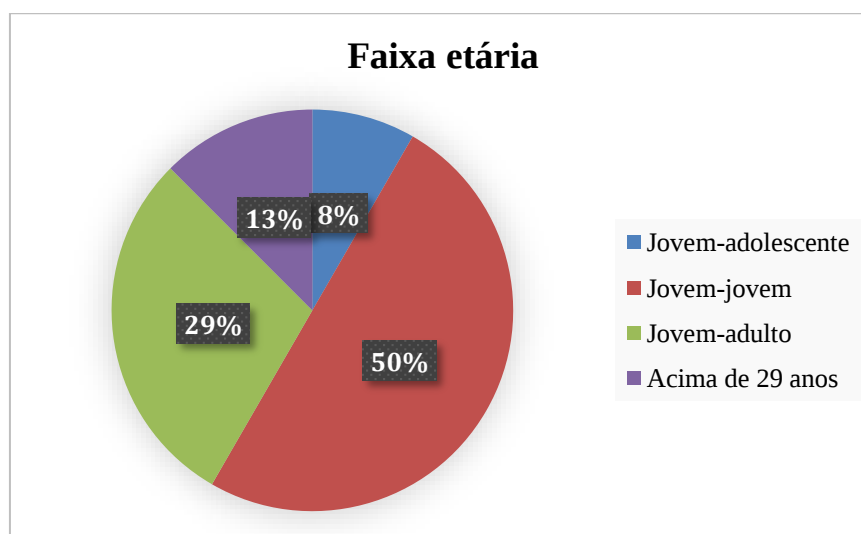
A lógica adultocêntrica aparece reproduzido no discurso de Amélia, sobretudo na sugestão indicada após a afirmação de que ela não possuía muitos saberes a partilhar: “te sugiro fazer essa pesquisa com pessoas mais velhas do que com jovens, porque eles têm mais conhecimento pra te falar” (Amélia, 2024, informação verbal). Por isso, com o trabalho de Bates e Küpers (2023) sobre o movimento Terra de Miranda em Portugal é possível constatar a necessidade politização dos empreendimentos hidrelétricos antes, durante e após a sua construção, considerando o fato de que os danos se prolongam no tempo e a memória vai sendo dissipada enquanto uma posse das pessoas que viveram o acontecimento, dado que enfraquece a articulação na reivindicação de direitos e, conseqüentemente, favorece o hidrocolonialismo difundido pelas empresas na exploração dos territórios, humanos e não-humanos.

Sustentar a politização do empreendimento na espaço-temporalidade do território é garantir meios para que as pessoas das novas gerações se compreendam como parte desse

processo e desenvolvam autoridade para se expressar enquanto pessoa que também é afetada pelo empreendimento. É, em linhas gerais, uma questão de pertencimento calcada na compreensão sócio-histórica de suas próprias realidades (hooks, 2022b). Apesar de o adultocentrismo culpabilizar a pessoa jovem, as percepções diante da realidade precisam ser construídas a partir de impulsos produzidos pelo acesso à memória coletiva, a qual deve ser sistematizada e organizada pelas pessoas adultas. Se “a juventude não quer nada com nada” e “não se interessa”, essa falta de *afetamento* é uma responsabilidade das gerações anteriores diante das novas.

A idade dos participantes dos grupos foi diversa, sendo Aratiba o grupo focal com maior faixa de idade, 24 a 35 anos, e Mariano Moro com menor, 17 a 23 anos. Com base na Política Nacional de Juventude (CONJUVE, 2006), Silva e Silva (2011) inserem a faixa etária em três grupos: jovens-adolescentes, pessoas de 15 a 17 anos; jovens-jovens, pessoas de 18 a 24 anos; e jovens-adultos, pessoas de 25 a 29 anos. Assim, os critérios da pesquisa indicavam à participação de jovens-jovens e jovens-adultos, contudo também contou com a presença de jovens-adolescentes, conforme ilustrado no gráfico 7:

Gráfico 7 - Relação de participantes por faixa etária



Fonte: Questionários do grupo focal. Elaborado pela autora (2024).

Conforme comentando na descrição dos grupos focais, houve a necessidade de flexibilizar os critérios, considerando que um dos objetivos também era compreender os marcadores de entrada na vida adulta gerada nos territórios. Apesar de ultrapassarem a idade determinada pela legislação brasileira, as/os participantes se consideram jovens. Freire (2018) argumenta que essa “transição” do adolescente ao adulto é influenciada por fatores como a

entrada no mercado de trabalho, a independência econômica, a saída da casa da família e a constituição de unidade familiar autônoma por meio de casamento.

Os marcadores de entrada na vida adulta são vivenciados de formas distintas nos espaços urbano e rural. As pessoas participantes acima dos 29 anos afirmaram ser solteiras, questão que pode, em alguma medida, oferecer uma possibilidade de reflexão acerca do fato de ainda se considerarem jovens. Freire (2018) também argumenta que tanto a modernidade quanto a globalização geram impactos e transformações às fases do desenvolvimento humano. Em relação ao mercado de trabalho, outro elemento citado por Freire (2018) como marcador de entrada na vida adulta, todas as pessoas participantes apontaram algum tipo de vínculo, tanto informal quanto formal, em relação à profissão ou ocupação.

As 24 pessoas jovens que compuseram os quatro grupos focais atuam como: empresário (1), estudante (1), professora de dança (1), recepcionista (1), monitora escolar (1), agricultora (6), agricultor (1), funcionária pública (1), chefe de departamento (1), secretária (2), bancário (1), cargo político (1), diretor de cooperativa de crédito (1), auxiliar de açougueiro (1), agente funerário (1), mecânico (1), vendedora (1) e médica (1). As posições no mercado de trabalho são bem variadas, bem como as diferenças vinculadas à renda própria mensal. Quatro jovens apontaram que não possuem uma renda própria, além de outras quatro que não se sentiram confortáveis a partilhar a informação. Na tabela 1, é possível conferir o perfil dos/as participantes quanto à renda mensal, sistematizada a partir do salário-mínimo.

Tabela 1 - Relação de participantes por renda mensal

Equivalente aproximado em salários-mínimos	Renda mensal	Quantidade de participantes
≅ 9 salários-mínimos	R\$ 12.000,00	2
	R\$ 12.200,00	
≅ 4 salários-mínimos	R\$ 5.350,00	3
	R\$ 5.800,00	
	R\$ 6.000,00	
Mais de 2 salários-mínimos	R\$ 3.300,00	1
Entre 1 e 2 salários-mínimos	R\$ 1.500,00	7
	R\$ 2.200,00	
	R\$ 1.850,00	
	R\$ 2.000,00	
	R\$ 1.943,00	
	R\$ 2.066,00	
	R\$ 1.420,00	
Menos de 1 salário-mínimo	R\$ 1.000,00	3
	R\$ 1.200,00	
	R\$ 700,00	
Sem renda	-	4

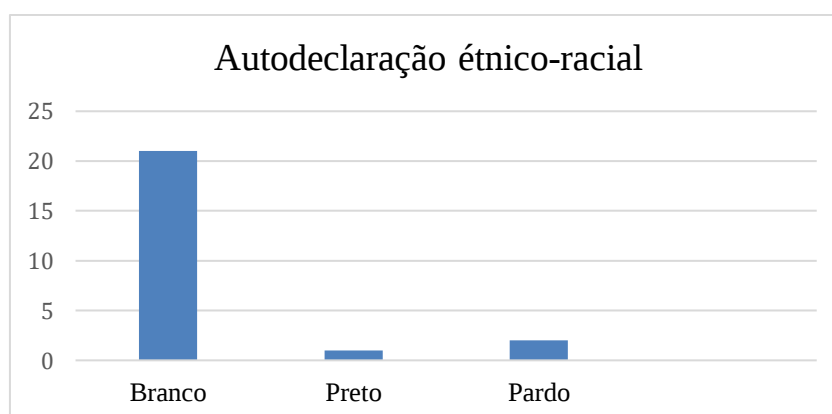
Sem resposta	-	4
--------------	---	---

Fonte: Questionários do grupo focal. Elaborado pela autora (2024).

O Atlas das Juventudes (2021, p. 39) aponta que “a juventude rural apresentava uma probabilidade maior de entrar na extrema pobreza” e, no recorte em questão, foram exatamente as pessoas jovens que se definiram como “agricultoras” e “agricultores” que afirmaram não dispor de renda própria – tendo em vista que os ganhos permanecem no seio familiar –, ou de uma renda inferior a um salário-mínimo. Uma das jovens agricultoras, por exemplo, declarou que sua renda mensal é de R\$ 700,00. Enquanto isso, a maior parte figurou com ganhos entre um e dois salários-mínimos, com duas exceções que se aproximam dos nove salários-mínimos.

Nas ocupações, foi possível constatar que as pessoas que se afirmaram não-brancas, uma pessoa preta e duas pessoas pardas, são as que apresentam rendas abaixo dos dois salários-mínimos. Apesar de minoria na pesquisa (gráfico 8), as/os jovens negros são predominantes no Brasil, “(...) contabilizando 51% de pardos e 10% de pretos, porém as condições de vida desse grupo são mais vulneráveis e submetidas ao racismo estrutural do país” (Juventudes, 2021, p. 130). Em consonância com os trechos de documentos dos municípios apresentados na descrição dos grupos focais, é possível afirmar que o racismo é parte estruturante dos municípios da região atingida, afetando diretamente a vida e os sonhos dessas pessoas jovens.

Gráfico 8 - Relação de participantes por autodeclaração étnico-racial

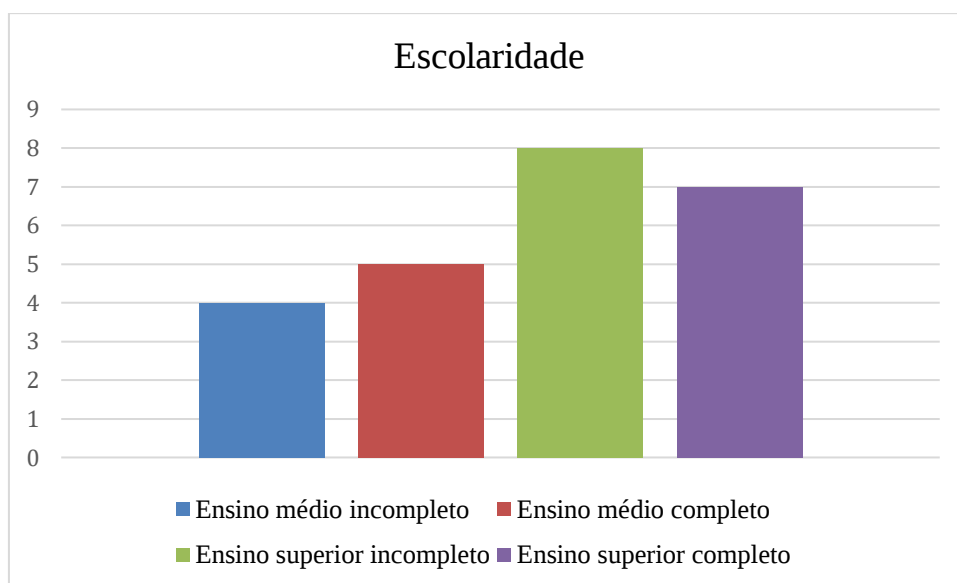


Fonte: Questionários do grupo focal. Elaborado pela autora (2024).

Os jovens autodeclarados negro e pardo não finalizaram o ensino médio e, assim, possuem ocupações como mecânico e agente funerário, fato que os insere em uma estrutural social racista, que dispõe de condições desiguais de preparação para o mercado de trabalho, perpetrando uma lógica que os situa em posições de menor qualidade (Juventudes, 2021). Os dados do Atlas das Juventudes (2021) também indicam a relação direta entre escolaridade e

melhoria da renda, elemento que também pode ser vinculado com as/os participantes da pesquisa em questão. A maior parte das/os jovens, quinze pessoas, está cursando ou já encerrou um curso de graduação; enquanto nove não adentraram a universidade ainda ou não completaram o ensino médio, os/as quais também apresentaram uma renda menor.

Gráfico 9 - Relação de participantes por escolaridade



Fonte: Questionários do grupo focal. Elaborado pela autora (2024).

Ao analisar os dados sobre o perfil das pessoas entrevistadas, é possível constatar a existência de diferentes modos de ser jovem. Apesar os municípios apresentarem aspectos que os vinculem com elementos do rural, como a pessoalidade nas relações, o baixo fluxo de pessoas e maiores vínculos com a natureza, presença de agricultoras/es (Medeiros, 2017; Domingues; Contijo, 2021), o contingente da pesquisa não apontou a uma homogeneidade para uma caracterização da categoria enquanto juventude rural. Também não aparecerem elementos para uma definição de juventude atingida ou juventude ribeirinha.

Assim, optou-se por compreender, sem a intenção de definir, que as/os participantes compartilham de realidades produzidas no âmbito de cidades pequenas, as quais “(...) possuem como característica marcante as relações cidade-campo” (Moreno, 2021, p. 07). Na relação entre o rural e o urbano, há um arranjo de formas interioranas de existência que se constituem *entre* esses espaços, os quais re-produzem tanto padrões de urbanidade fundados na lógica colonial, racista, branca, cristã e heteronormativa; quanto modos de vida ressignificados e potentes e transgressores dessa lógica (Domingues; Contijo, 2021). Em outras palavras, há uma complexidade perpetrada pelas existências que convivem nas cidades.

Nessa partilha de formas de vida interioranas: há *jovens agricultores/as* que constituem uma categoria nomeada de juventude rural (Weisheimer, 2009); há jovens que partilham diferenças vinculadas ao sexo biológico, afirmando-se enquanto *jovens mulheres* e *jovens homens*²⁸; há jovens que, apesar de partilharem de rendas próprias que variam, inserem-se na realidade enquanto *jovens trabalhadores* e *jovens trabalhadoras*; em sua maioria, são *jovens escolarizados* que acessaram a universidade, com uma minoria que dispõe da incompletude do ensino básico; apesar de a maioria se autodeclarar *jovens brancos/as*, a pesquisa também apontou a presença de *jovens pretos* e *jovens pardos*; a faixa etária foi diversa, apontando a uma maior participação de *jovens-jovens*, isto é, de 18 a 24 anos.

Assim, apontar a diversidade da condição juvenil dos/as participantes é apontar às potencialidades de múltiplas representações sociais elaboradas diante da barragem.

4.4 PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DOS DADOS

Para Bardin (2011), o objetivo da análise de conteúdo é analisar o material coletado em uma investigação para construir concepções em torno do objeto de estudo. Em meio às modalidades elencadas na análise de conteúdo, optou-se pela análise temática descrita por Minayo (2007), com vistas a compreender os significados elaborados pelos/as participantes. Em si, a “(...) análise temática consiste em descobrir os *núcleos de sentido* que compõem uma comunicação, cuja *presença* ou *frequência* signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado” (Minayo, 2007, p. 316).

Em relação ao caminho, para seguir o processo de forma responsável e rigorosa, a autora indica três fases necessárias ao desenvolvimento da análise temática (Minayo, 2007). A primeira é denominada *pré-análise*, definida como a fase de organização do material levantado em campo, leitura flutuante e seleção do *corpus* da pesquisa com base na exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

No presente estudo, foi realizada uma leitura flutuante do material composto por: a) transcrição dos áudios gravados no momento da realização dos grupos focais; b) relatoria de cada grupo focal, construída no diálogo entre o observador e a mediadora; c) questionários sociodemográficos. A partir da leitura flutuante, foram escolhidos os dados a serem utilizados.

²⁸ Entre as/os jovens participantes, não foram registradas pessoas intersexo. Também cabe destacar uma fragilidade do questionário em relação à afetividade e sexualidade, tendo em vista que não foram inseridas perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero. Ademais, também não constaram na primeira impressão as perguntas sobre identidade racial e religião, que foram adicionadas manualmente pelos/as participantes após a solicitação da pesquisadora.

A autora também aponta que é este o momento de formulação de hipóteses e, assim, foram levantadas hipóteses em relação aos objetivos que podem ser visualizadas no quadro 9.

Quadro 9 - Relação de hipóteses fundamentadas nos objetivos da pesquisa

Objetivos	Hipóteses
Objetivo geral	Hipótese geral
Investigar as representações sociais da barragem de jovens atingidos pela Usina Hidrelétrica de Itá, considerando os municípios de Aratiba, Mariano Moro, Marcelino Ramos e Severiano de Almeida, localizados em território gaúcho atingido.	As representações sociais das/os jovens sobre a barragem se vinculam à produção de energia elétrica e aos retornos financeiros gerados pelo empreendimento.
Objetivo específico A	Hipótese A
Investigar de que modo as representações sociais sobre a barragem da Usina Hidrelétrica de Itá contribuem para a construção das subjetividades das pessoas jovens no território.	As representações sociais da barragem contribuem para a construção de subjetividades que reproduzem a hegemônica lógica do paradigma do desenvolvimento em suas próprias vidas.
Objetivo específico B	Hipótese B
Identificar se há relações entre as representações sociais e a memória coletiva acerca do empreendimento, atentando aos impactos intergeracionais;	Há relações entre as RS e a memória coletiva, contudo não há uma veiculação entre os danos causados no processo de implantação com as gerações atuais.
Objetivo específico C	Hipótese C
Inferir quais são os marcadores de entrada na idade adulta geradas nos territórios e como, na visão dos sujeitos participantes da pesquisa, a implantação do projeto hidrelétrico influenciou seus projetos de vida.	Os marcadores de entrada na vida adulta são flexíveis e não se baseiam na faixa etária, além de não apontarem influências do projeto hidrelétrico em suas vidas.
Objetivo específico D	Hipótese D
Desenvolver um processo de investigação interdisciplinar que garanta visibilidade às pessoas participantes enquanto sujeitos da pesquisa e de suas histórias e que contribua aos debates relacionados às juventudes contemporâneas e às populações atingidas por barragens.	Os jovens veiculam os efeitos da barragem, tanto sociais quanto ambientais, ao passado.

Elaborado pela autora com base nesta pesquisa (2024).

Ainda na fase pré-analítica, Minayo (2007) aponta que devem ser determinadas as unidades de registros, tanto em palavra-chave quanto em frases; a unidade de contexto; recortes; forma de categorização; modalidade de codificação; e conceitos teóricos. A segunda fase visa a *exploração do material* que foi organizado na pré-análise. Aqui o objetivo é classificar o

material para alcançar o núcleo de compreensão do texto por meio da criação de categorias (Minayo, 2007).

Nessa fase, a partir das unidades de registro e de contexto organizadas na primeira fase, foram elencadas categorias *a priori* conforme indicação da autora à construção da análise temática (Minayo, 2007):

- a) *Representações sociais temporais*: aqui são elencadas informações vinculadas à memória coletiva e utilizadas na compreensão do objeto, de onde vieram essas referências, o que as/os jovens pensam sobre a barragem atualmente e os impactos aos projetos de vida;
- b) *Representações sociais espaciais*: aqui são agrupadas frases e palavras que se relacionam com o espaço habitado, transformado e utilizado pelos seres humanos, questões voltadas à paisagem e ao lugar, além das informações sobre a relação com a natureza no território;
- c) *Representações sociais psíquicas*: os dados aqui contidos se vinculam às emoções e sensações apontadas pelos/as jovens participantes.

Na redução do texto em palavras ou expressões significativas, há a possibilidade de utilização de *softwares* de análise de dados qualitativos, como é o caso do Nvivo, MAXQDA, etc. Apesar de ter se considerado a utilização desses programas, a presença em campo modificou o planejamento, tendo em vista que a diversidade dos diálogos empreendidos nos grupos focais foge à lógica de objetivismo e medição de frequências propagados pelos *softwares* (Gondim, 2003). Por se tratar de representações sociais, este estudo não busca frequências, causalidades ou controle estatístico dos dados.

A terceira e última etapa indicada por Minayo (2007) é o tratamento dos resultados. Se a primeira fase é responsável por preparar o material para como um todo e a segunda é o momento de categorizar ou codificar o estudo, aqui a descrição analítica é importante para aprofundar a reflexão, sendo orientada pelas hipóteses e pela bibliografia.

4.4.1 Considerações éticas da pesquisa

A pesquisa em questão foi desenvolvida com base na Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde²⁹ que dispõe de normas aplicáveis a pesquisas com seres humanos em Ciências Humanas e Sociais. O projeto da dissertação foi enviado para apreciação do Comitê

²⁹ A resolução pode ser acessada em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

de Ética em Pesquisa da UFFS e aprovado em 14 de dezembro de 2023, com as demais informações disponíveis no anexo II.

Um dos critérios para a participação era a leitura, anuência e assinatura do TCLE (apêndice 3). Em grupo, as/os participantes receberam explicações sobre os procedimentos da pesquisa, além de disporem de tempo para leitura do TCLE. Assim, foram informados/as de seus direitos, tais quais o sigilo de suas identidades, a possibilidade de desistência a qualquer momento e os possíveis danos a que estavam sendo expostos/as, como timidez, nervosismo, invasão de privacidade, constrangimento etc.

Os materiais obtidos na pesquisa de campo estarão em posse da pesquisadora por um período de cinco anos e poderão ser utilizados à produção de outros trabalhos científicos. Ademais, com base no TCLE, cada participante tem seu direito de sigilo garantido, fato que mobilizou a escolha de nomes fictícios para cada uma das pessoas que integrou os grupos focais. Tivemos o cuidado de não utilizar nenhum nome que corresponde a algum dos participantes e, portanto, assentimos que a nomeação é fictícia e garantirá o anonimato às/os jovens. Além disso, mesmo com a troca de nomes, os quadros, gráficos e tabelas utilizados para uma disposição mais didática dos dados também foram construídos com a intenção de não vincular dados que possam oferecer risco de identificação aos/às participantes.

Apesar de o TCLE contar com a autorização do uso de voz e imagem, os registros fotográficos não serão apresentados nesta dissertação, apenas na apresentação construída à defesa do trabalho. Os/as participantes receberão uma devolutiva dos resultados do estudo através de uma cartilha produzida pela pesquisadora, além da disponibilização da dissertação para leitura.

Com as considerações éticas, o processo de coleta, organização e análise dos dados descritos, os resultados serão apresentados nos *Meandros* juntamente com as considerações finais presentes na *Foz*.

MEANDROS

Sinuosidade. É curva tortuosa. Aquilo que transborda o nosso olhar e faz o rio se movimentar sem que nós, meros humanos, possamos perceber. Deslocamento. Meandro é movimento. É o que faz o leito se modificar, correr por outros lugares. Na pesquisa, os meandros são as análises. Mesmo que de forma singela, cada nova análise muda o curso da ciência para outro lugar. Assim como os meandros movem os rios, aqui a reflexão analítica move o conhecimento científico. Portanto, nas próximas páginas serão apresentados os resultados obtidos a partir da análise temática de Minayo (2007).

5. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM UMA ABORDAGEM SOCIOGÊNICA

Então, sei lá tipo, uma população inteira foi afetada pra gente nem saber que benefício a gente tem hoje, nem de onde vem a energia, simplesmente precisa desse espaço, enche de água, sobe os muros e... vida que segue (Benjamin, 2024, informação verbal).

Na investigação das práticas e saberes (re)produzidos pelos atores e agentes sociais, é importante ressaltar que esses processos se desenvolvem em um espaço, tanto para organizá-lo quanto para caracterizá-lo ou, então, para modificá-lo. Guareschi e Jovchelovitch (1997, p. 18) concordam que as “(...) vidas individuais não são realidades abstraídas de um mundo social; pelo contrário, elas só tomam forma e se constroem em relação a uma realidade social”. Sendo *tudo que existe* desde a sua etimologia, a realidade é criada tanto pelos sujeitos que ali coabitam quando pelos elementos não-humanos que a constituem.

Para a teoria de Moscovici (2007), base teórica deste trabalho, “(...) o social é coletivamente edificado e o ser humano é construído através do social” (Oliveira; Werba, 1998, p. 111). Isso não significa a perpetração de uma dicotomia entre o indivíduo e a sociedade, pelo contrário: a Teoria das Representações Sociais contribui à análise da *fissura* existente entre esses elementos, tendo em vista que não são a mesma coisa, contudo desenvolvem uma relação profunda em que o social atua no individual bem como o individual também constrói o social.

Enquanto cientista social, sempre tive curiosidade na busca sobre *como as pessoas pensam as coisas*. A partir da interdisciplinaridade, pude adentrar outras disciplinas constituintes das Ciências Humanas para entender que os sujeitos pensam sobre as coisas porque, primeiro, relacionam-se com elas de alguma maneira. Essas coisas, compreendidas como o entorno social, não são limitadas apenas a indivíduos ou agrupamentos humanos, mas também aos objetos que estruturam ou mediatizam interações sociais (Deschamps; Moliner, 2014).

Ao concentrar a atenção nesse ponto e ilustrar a necessidade de conhecer as representações que baseiam o comportamento dos seres humanos em sociedade (Oliveira; Werba, 1998), fui aos municípios gaúchos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Itá para compreender aquele território a partir da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2007). A barragem é o objeto que sustenta a UHE, sendo um lago artificial de água, formado por um rio que foi barrado para garantir que uma grande quantidade de água seja conduzida até a casa de forças, passando pela turbina hidráulica, movimentando o gerador e, por fim, aproveitando o “potencial hidrelétrico do rio” para gerar energia elétrica.

Há diversos tipos de barragem, como a de rejeitos, que é frequentemente utilizada na mineração, justificada pelo baixo custo e pré-disposta a graves acidentes (como nos desastres de Mariana em 2015 e Brumadinho em 2019), caso não forem feitas as devidas manutenções; a de terra, como os açudes que existem para acumular água para garantir o trabalho das famílias do campo como a criação de animais, a irrigação manual de pequenas plantações etc. O uso de terra também é uma ferramenta apropriada pelas populações da Indonésia para evitar as enchentes causadas pelas cheias da maré que vem crescendo por causa do aquecimento global (Aksa; Afrian, 2022). No território em questão, trata-se de uma barragem de enrocamento com face de concreto com a função de produzir energia elétrica.

No país, a barragem do Ribeirão do Inferno no rio Jequitinhonha em Minas Gerais é a primeira obra, realizada em 1883 com o objetivo de gerar energia à mineração de diamantes, sendo fruto da introdução da tecnologia hidrelétrica ainda no Brasil Império (Oliveira, 2018). Na época já começaram a ser estruturados estudos de potencial hidrelétrico nas bacias hidrográficas, os quais foram responsáveis pela implantação de diversos empreendimentos e a modificação do curso de inúmeros rios brasileiros. Oliveira (2018) aponta que essa tecnologia, juntamente com as primeiras atividades, foi realizada por atores privados, sendo monopolizada por empresas estrangeiras no início do século XX.

Para Vainer e Araújo (1992), esses empreendimentos foram baseados na lógica capitalista que concentra e exclui. Assim, o Brasil moderno, industrializado e desenvolvido de Vargas gerou uma alta demanda de energia elétrica e que foi a justificativa para a exploração hidrelétrica estatal, institucionalizando a política energética no país. Na época, para além de sua função técnica, as UHEs se inseriam na disputa entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), considerando que “(...) a construção de infraestruturas nos dois países era considerada como uma ferramenta de propaganda de suas ideologias” (Oliveira, 2018, p. 327).

Como um símbolo de poder econômico e político, os EUA tiveram influência na construção de barragens no Brasil (Oliveira, 2018). A construção da UHE Itá se deu a partir dos anos 80, época em que ainda figuravam as disputas ideológicas por hegemonia no que foi chamado de Guerra Fria. Mesmo distante dos grandes centros, o território atingido pela barragem de Itá se insere nessa disputa a partir de informações levantadas nos grupos sociais. As/os participantes relataram uma história que escutaram sobre a associação das lideranças políticas organizadas, para reivindicar os direitos da população atingida na época da implementação do empreendimento com a Revolução Sandinista, ocorrida em meados de 1979 na Nicarágua:

Valentina: Agora que tu falou tem uma história que o xxx sempre conta, mas como uma péssima fofoqueira, eu não lembro direito... mas que ele conta que eles estavam se organizando uma vez para fazer uma manifestação, eu acho, e acharam que eles iam... tavam com arma... Não sei se já ouviram essa história.

Jeferson: É... que tinham umas armas escondidas ali no Sarandi, que tinham vindo da Nicarágua e estavam escondidos ali no Matinho.

Valentina: Saiu reportagem no jornal, assim. Coisas absurdas... (Valentina; Jeferson, 2024, informação verbal)³⁰

Lutar contra os empreendimentos hidrelétricos naquela época era lutar contra o poder hegemônico imposto pelos EUA? Não há dados nesta pesquisa que respondem a essa afirmação, mas é uma pergunta que pode suscitar futuros estudos. O paradigma do desenvolvimento instaurado por Truman em 1949 chegava à região do Alto Uruguai Gaúcho por intermédio das tecnologias, promovida pela euforia do progresso (Acosta, 2016). Também apoiados pelas forças estadunidenses, os militares seguiram com o que Oliveira (2018, p. 334) nomeia como “a grande aceleração da construção de hidrelétricas”, com a materialização de 61 grandes barragens realizadas sob responsabilidade do estado brasileiro pela Eletrobrás.

Nos anos 90, o Setor Elétrico constituído em território nacional foi privatizado e “(...) transformado em vários negócios – geração, transmissão, distribuição e comercialização” (Cervinski, 2010, p. 14). Com a mercantilização da energia elétrica, as tarifas aumentaram e as grandes empresas estrangeiras passaram a explorar os territórios apropriando o lucro da espoliação da natureza para si. As/os jovens percebem esse cenário e apontam que há uma “fábrica de energia” (Manuela, 2024, informação verbal) ao lado de suas casas, contudo “os donos continuam. Mas nem é daqui. Os donos são chineses. Vai tudo pra China nosso dinheiro” (Marina, informação verbal, 2024).

Ao apresentar a hipótese de que *as representações sociais das/os jovens sobre a barragem se vinculam à produção de energia elétrica e aos retornos financeiros gerados pelo empreendimento* (quadro 9) foi possível confirmar que há uma relação direta com as receitas fiscais, porém vai além e promove críticas voltadas à ao *modus operandi* das empresas, representadas aqui pela Engie. Supõe-se que a informação apresentada por Manuela (2024) no grupo focal tenha relação com a CPFL Energia, a qual foi adquirida pelo governo chinês, sendo responsável pela distribuição e comercialização da energia elétrica nos municípios do Alto Uruguai, tendo a RGE Sul (antiga empresa responsável pelo serviço) como subsidiária.

³⁰ Ressaltamos que as informações levantadas nos grupos focais são referenciadas com nomes fictícios e são redigidas exatamente da forma como foram apresentadas pelos/as participantes, isto é, sem correções ortográficas, pois a forma de articulação das palavras também contribui à análise do conteúdo. Mudanças de forma poderiam alterar a informação.

Juntamente com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a empresa de cimento Itambé, a Engie compõe o Consórcio Itá (Engie, 2024c). A empresa tem sede na França, atuando em vários continentes tanto no Norte quanto no Sul Global (Bates; Küpers, 2023). No site, a empresa se apresenta como “líder em energia renovável do país, atua em geração, comercialização e transmissão de energia elétrica, transporte de gás e soluções energéticas” (Engie, 2024c). No Rio Uruguai, ela é responsável pelos reservatórios das usinas de Itá, Machadinho e Passo Fundo, com hidrelétricas que se espalham pelas bacias hidrográficas do Uruguai, Paraná, Paraguai e Tocantins (Engie, 2024b).

As usinas hidrelétricas, para além da demanda de energia elétrica, constituem-se por meio de complexas relações de poder político e econômico transnacionais, caracterizando e sendo caracterizadas por um modelo energético calcado no hidronegócio que é estruturado pelo hidrocolonialismo (Bates; Küpers, 2023). Esse sistema é gestado e gerido pelo sistema de produção capitalista, o qual produz zonas de sacrifício para a sua reprodução. Ao compreender esse fenômeno na realidade do Alto Uruguai, os grupos focais cumpriram com a finalidade de se aproximarem das compreensões dos participantes diante desse objeto, que desencadeou um campo de conflitos no território (Junior, 2019; Minayo, 2007).

A TRS foi aqui inserida enquanto perspectiva teórico-metodológico não para gerar meros remates à discussão, contudo para criar possibilidades de investigação para além dessa pesquisa em si (Jodelet, 2017). Se “(...) criamos as RS para tornar familiar o não familiar” (Oliveira; Werba, 1998, p. 108), fazemos isso para tornar factíveis e comunicáveis os elementos que convivem conosco socialmente. Assim, cabe entender quais são as RS que as juventudes de cidades pequenas e atingidas pela barragem criam em relação ao empreendimento para conviverem com ele nas camadas sociais que estão inseridos/as.

Deschamps e Moliner (2014) apontam que há três grandes modelos teóricos que sustentam o estudo das RS: o primeiro, chamado de *abordagem sociogenética*, enfatiza os processos de construção; o segundo, a *abordagem estrutural*, descreve sua estruturação interna; e o terceiro, a *abordagem sociodinâmica*, foca nas relações das RS com as inserções sociais dos indivíduos. Este trabalho se desenvolve com base na *abordagem sociogenética* das representações sociais, sobretudo pelo contato realizado com as/os participantes pré-campo. Ao longo dos primeiros diálogos, as/os participantes retornavam o convite com negativas sobre seus saberes em relação à temática, como a situação anteriormente ilustrada com a participante Amélia (2024).

Na construção do projeto de pesquisa, eu supunha que essas representações sociais já haviam sido formadas e que fluíam pelos territórios livremente. Contudo, o campo apresentou

outra conjuntura que apontou que, com algumas exceções, grande parte dos/as jovens contatados não participavam de espaços de comunicação que os auxiliassem a representar o empreendimento em suas vivências comunitárias e particulares. Mesmo com informações que remetem a familiares atingidos, reassentados e realocados, essas representações não estavam estruturadas, sendo o grupo focal uma ferramenta ao desenvolvimento de RS.

Sendo a compreensão de como nascem as distintas RS de um objeto o fundamento da abordagem sociogênica das RS (Moscovici, 2007), a representação é considerada aqui uma forma de saber elaborada em sociedade que visa construir a realidade em que convive um grupo social (Deschamps; Moliner, 2014). Ao analisar municípios distintos, mesmo que próximos geograficamente, foi possível perceber distinções nos elementos que atuam na constituição das RS. Esse fato se vincula com as três dimensões fundamentais de produção de RS que atuam na organização cada grupo social: a *informação*, o *campo* e a *atitude* (DESCHAMPS; MOLINER, 2014).

A *informação* se vincula com todos os conhecimentos que dispõe o grupo sobre o objeto em questão. Esses saberes, normalmente associados ao senso comum, são agrupados na memória coletiva se distingue em casa um dos municípios atingidos (Halbwachs, 1990). O *campo* é designado pelo “(...) conjunto de aspectos do objeto que serão tomados em consideração pelo grupo” (Deschamps; Moliner, 2014, p. 137), os quais podem figurar neste caso entre elementos sociais, psíquicos, econômicos ou ambientais. A *atitude* é a dimensão que orienta o grupo globalmente, tanto de forma positiva, quanto negativa com o objetivo (Deschamps; Moliner, 2014). Cada grupo focal apresentou *informação*, *campo* e *atitude* características a sua própria realidade.

Foi possível constatar que os grupos não tiveram opiniões homogêneas e contaram com discordâncias internas, sobretudo em relação à dimensão da *atitude*. Enquanto Cecília (2024) apontava uma relação positiva com a barragem, Raquel apresentou a situação vivenciada pela família como um fato vivido, contrapondo o que Cecília tinha como história contada:

Tem aquela brincadeira “ah, esse aí tá bem de vida porque recebeu uma bolada aquela vez que veio a barragem” e teve gente que não recebeu... Mas teve muita gente que tinha muita terra... E que muita dessa terra que eles tinham foi atingida, então recebeu uma boa indenização... (Cecília, 2024, informação verbal).

Aí eu vi que a xxx falou que eles foram indenizados e tal. Tem tipo vários lados, um exemplo: meu pai e minha mãe não receberam indenização. E tipo não por falta de ir atrás, porque eles foram atrás... Só que quando é muita gente acaba que se perde. Então tipo eles tiveram que reconstruir tudo. Eles perderam o que eles tinham porque tipo não foi “Ah, vai subir...” Quando eles perceberam a água já vinha vindo, né? Então pra tirar tudo e tal... Aí acabaram que se realocaram tudo (Raquel, 2024, informação verbal).

Ainda em relação às dimensões das RS, Deschamps e Moliner (2014, p. 137) argumentam que “(...) a informação e a atitude se referem diretamente ao conteúdo da representação, enquanto o campo se refere mais à organização desse conteúdo”. Em relação à organização do conteúdo das RS, constatou-se que o grupo de Marcelino Ramos foi o que mais apresentou aspectos vinculados ao debate ambiental; em Mariano Moro e Aratiba a discussão perpassou o âmbito socioeconômico; e em Severiano o debate se manteve em questões socioambientais, sobretudo pelas considerações da jovem que teve a sua família atingida e não ressarcida. Quando mais próximos ao lago artificial, mais as/os jovens apresentaram posturas mais críticas e, portanto, Severiano de Almeida foi o único grupo em que as/os jovens afirmaram uma relativa naturalização da barragem na paisagem:

Benjamin: É, porque pra mim o lago do Mirim era um lago...

Raquel: Era um lago que sempre existiu...

Benjamin: Era um lago que sempre esteve aí... Água aí, beleza, né? Mas não que... Foi provocado. Pra mim ele sempre esteve aí. Depois que a gente vai crescendo, a gente vai sabendo, né? (Benjamin; Raquel, 2024, informação verbal)

Dentro da abordagem sociogênica das RS, Oliveira e Werba (1998) argumentam que, na assimilação dos elementos estranhos, são geradas RS com bases nos processos de ancoragem, processo de classificação, e objetivação, processo de materialização do desconhecido na realidade. Esses processos se fundamentam em elementos nomeados por Moscovici (2007) enquanto universos consensuais, pressupõem o senso comum; e universos reificados, pressupõe a ciência. Ao longo dos grupos focais foi possível perceber a movimentação desses universos.

Quando afirmo que as RS se constituíram nos grupos focais, destaco essa fluência dos universos consensuais e reificados entre as/os participantes. Duas jovens, Beatriz e Mônica, jovens que cursam respectivamente Gestão Ambiental e Ciências Biológicas, marcaram os debates a partir de dados e argumentos baseados no conhecimento científico, isto é, que constituem o universo reificado. Os argumentos apresentados pelas participantes auxiliaram em processos de ancoragem, tendo em vista que transmitiram informações que puderam auxiliar o restante dos/as participantes a ampliar o quadro de referências que tinham constituído, sobretudo nas relações familiares; e de objetivação, ao reduzirem as distâncias entre o conhecimento e o objeto, transformando as opiniões em informações (Deschamps; Moliner, 2014).

Abaixo estão alguns diálogos do grupo de Marcelino Ramos que ilustram o argumento:

Beatriz: Como eu faço gestão ambiental, então a gente entende, a gente lê, a gente sabe que a barragem ela tem um determinado tempo de uso, né... então, ela teria estimados são uns 30 anos e já estamos em 24. Então, eu me preocupo com o que seria depois disso, né, e se ela seria uma energia totalmente limpa... naquela época ela era

uma energia limpa, uma coisa nova, hoje já se surgiu várias outras fontes, então hoje ela já teria ficado mais pra trás e a energia tá sendo gerada através de outras fontes... por exemplo, na cidade muita gente já tem energia solar. E aí eu fico me perguntando, “bah, quando chegar os 30 anos o que que vai ser? (...)”
Milena: Eu nem sabia disso dos 30 anos (Beatriz; Milena, 2024, informação verbal).

Conforme apresentado, Beatriz (2024) insere no grupo o elemento da “energia limpa”, ou seja, uma discussão teórica sobre fontes de energia ditas renováveis, que veio para substituir o uso dos combustíveis fósseis, amplamente poluidores e responsáveis pela maioria dos gases de efeito estufa que alteram o aquecimento do planeta. A jovem vincula um elemento local a uma discussão global, questionando se, de fato, a energia hidrelétrica pode ser considerada limpa. A relação local-global apresentada na resposta nos remete ao pensamento complexo de Morin (2011), que atenta que o global permeia o todo e o local é também um elemento complexo. Em grupos focais diferentes, Mônica enxerga a situação com base na mesma lógica de pensamento:

Eu puxei de um lado meio diferente do que tinha falado até agora, mas também... eu primeiro coloquei na ordem sustentabilidade, não sei se é porque eu faço biologia e eu puxo pra isso... Porque tudo isso que vem acontecendo, as questões climáticas, o aquecimento global... A gente tem que começar a achar outras maneiras, inclusive a eletricidade, que é a minha segunda palavra, de uma maneira mais sustentável, se não a gente vai acabar com o planeta Terra. E não vai ter o que fazer, né? (Mônica, 2024, informação verbal).

Iniciamos este capítulo com aspectos históricos e políticos vinculados aos empreendimentos hidrelétricos. Enquanto grandes desertos d’água profundamente calmos, as barragens existem nos territórios a partir de modelos energéticos atrelados ao sistema capitalista na lógica do hidrocolonialismo, o qual reproduz a lógica colonial centro-periferia e compreende os territórios rurais como objetos úteis à exploração financeira (Bates; Küpers, 2023). As consequências desse desenvolvimento em progresso desenfreado são percebidas pelas jovens na crise climática e vinculadas, em maior ou menor grau, com as mudanças climáticas. Por isso, percebe-se que o grupo focal foi um espaço de partilha de ideias e possibilidade de construção de representações sociais com o potente fluxo dos universos consensuais e reificados.

Ao estudar as RS com base na abordagem sociogenética, foi possível avaliar elementos relacionados à *informação*, compreender o grau de organização dessas informações no *campo* e perceber as *atitudes* vinculadas a elas (Deschamps; Moliner, 2014). Com este modelo operacional, foi possível desenvolver a terceira fase da análise temática apontada por Minayo (2007), facilitando a categorização dos dados (quadro 10).

Quadro 10 - Categorização dos dados pela abordagem sociogênica das RS

Dimensão teórica	Eixo	Categorias
INFORMAÇÃO		Vida social perdida

	Representações sociais temporais	Desencanto desenvolvido
CAMPO	Representações sociais espaciais	A pedra que era elefante
		Destruição ambiental
		“Tu não <i>guenta</i> de calor”
		Lucro acima da vida humana e não humana
ATITUDE	Representações sociais psíquicas	Tristeza pelo passado
		Angústia pelo futuro

Fonte: Deschamps; Moliner, 2014; Minayo, 2007. Elaborado pela autora (2024)

Com base nas categorias estabelecidas foi possível descrever e estudar o conteúdo das representações sociais, as quais foram agrupadas em eixos e vinculadas ao modelo operacional proposto por Moscovici (2007). Por se tratar de uma pesquisa com jovens, a análise se vincula aos direitos previstos no Estatuto da Juventude. É o que será detalhado a seguir.

5.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS TEMPORAIS: INFORMAÇÃO QUE PERPASSA GERAÇÕES

A perspectiva temporal é um elemento fundamental no debate sobre as representações sociais. Jodelet (2017, p. 28) argumenta que por meio delas é possível “(...) apreender a história sendo feita”. Ao analisar as dinâmicas sociais, constata-se que as produções culturais desenvolvidas pelas sociedades e constitutivas do imaginário social são elaboradas em um contexto que, além do espaço, também é marcado pelo tempo. Para Guareschi e Jovchelovitch (1997), as RS são estabelecidas por um *tempo curto*, um *tempo vivido* e um *tempo longo*.

Reitera-se que o *tempo longo* se refere ao conteúdo da cultura produzido e acumulado pela sociedade na história, sendo o imaginário social, o qual é perpassado pela memória coletiva. O *tempo vivido* diz respeito aos processos de socialização que garantem o pertencimento de um indivíduo a um determinado grupo, referindo-se também às informações elaboradas e guardadas pela memória coletiva. O primeiro, por seu caráter efêmero, é o tempo da interação e visa a funcionalidade das RS. Ao serem constituídas pelos tempos *longo* e *vivido*, as representações tomam forma e função no *tempo curto* por meio da comunicação (Guareschi; Jovchelovitch, 1997).

Nesta pesquisa, as RS temporais se referem aos conhecimentos que perpassam a história por meio das diferentes gerações enquanto informação. Os saberes existem em cada um dos tempos apontados por Guareschi e Jovchelovitch (1997), sendo também responsáveis pela

construção da história. Assim, duas categorias se vinculam à perspectiva temporal de formas distintas: **Vida social perdida** diz respeito às informações perpassadas pelas gerações que vivenciaram a implantação da obra de forma direta e cultivam suas histórias por meio da memória coletiva que ainda sobrevive no território; enquanto **Desencanto desenvolvido** retoma a promessa de desenvolvimento regional feita no anúncio do projeto da UHE Itá, oferecendo dados que inserem a realidade da barragem atualmente, ilustrando que a expectativa foi só serviu de alimento à retórica do progresso.

Como instrumentos da memória, as palavras são o meio de materialização de realidades que o sujeito não inventou sozinho e, assim, o contato de pessoas jovens com as idosas permite a consolidação de uma memória viva diante de alguns acontecimentos (Halbwachs, 1990). Para as/os sujeitos participantes, a formação de uma memória sobre a barragem só é possível pela memória coletiva que é cultivada socialmente em cada um dos municípios e, portanto, mesmo com diferenças, os dados levantados nos grupos focais indicam que há uma vida social que foi perdida em prol do estabelecimento do projeto hidrelétrico.

Além das palavras, as fotos foram citadas pelos/as jovens como instrumentos da memória de algo que não poderão mais visualizar. Na contemplação dos registros, há um desejo curioso de saber como era a vida antes, sabendo que há elementos que foram barrados juntamente com o rio, gerando uma ruptura naquele tempo vivido. Halbwachs (1990, p. 548) argumenta que “os graves acontecimentos implicam mudanças na relação do grupo com o lugar” e, assim, “(...) o grupo não é mais o mesmo, nem sua memória, nem o espaço que ocupa”. Ao responder o que a barragem representa em sua vida, a jovem Alice (2024) ilustrou essas transformações pelo termo “revolução” (Alice, 2024, informação verbal).

Ao discutir o conceito, Hannah Arendt (1988) aponta que há significados remetidos à revolução ao longo da história que vão desde a mudança política até a movimentação dos astros. No mundo moderno, por meio das Revoluções Burguesas, o conceito é atribuído a consolidação da modernidade, que prometeu dar lugar a algo *novo* e chamado de *moderno* (Arendt, 1988). Contudo, isso não significa que a novidade foi algo igualmente bom para todas as pessoas. Um dos elementos apontados pela autora para a compreensão moderna do conceito é a sua relação com a violência e, assim, é possível constatar que a implantação de um projeto hidrelétrico se utiliza de forças políticas (Manuela, 2024), econômicas (Ricardo, 2024) e policiais (Beatriz, 2024; Anelise, 2024) para impor seu desejo, conforme apresentado pelas/os participantes:

Ali nos anos 2000 eles fizeram um protesto e tudo mais, sabe, mas daí eles apanharam da polícia. Que até teve um cara que, meu nono vive contando que... daí diz que no começo foram os homem, daí pararam e abordaram as mulher, daí veio as policial mulher (...) (Beatriz, 2024, informação verbal).

Eu não vivi o antes da barragem. Eu cresci com a igreja sendo aqui, o campo sendo aqui, o salão sendo aqui. Só que a gente vê, nos mais antigos, por exemplo, tem um senhor de idade que ele e os seus filhos foram para o reassentamento. E a gente vê muita tristeza na fala deles. (...) Mas quem, no caso deles, eles foram tirados da casa, a polícia levando eles na casa. Então, é porque um dos filhos insistiu em ficar. Porque ele não queria abrir mão do que a família tinha construído durante tantos anos (Anelise, 2024, informação verbal).

O pai conta de se reunir que nem um grupo de vizinhos, né, de parentes tipo, “ah, vou marcar total dia, todo mundo negociar junto, né?” Daí às vezes chegava lá na primeira pessoa ou a pessoa bancava de falso ou às vezes se sentia assim, sabe? Com aquele negócio que não, eu tenho, que tipo, eles usaram uma estratégia assim que aquela pessoa acabava se redimindo ao grupo e aceitando, né? Daí, tipo, começava um... Daí eles iam no vizinho: “Ah, não, o teu vizinho acertou, por tanto”, né, por exemplo, fizemos esse acordo daí, o vizinho já fechava também, né? Ah, porque ele daí às vezes, quando ia ver, não era verdade, entendeu? Eles, cada família, que era um grupo que eles descobriram que estava reunido para negociar e eles usavam uma estratégia, né? E claro, eles tinham papo, eles sabiam como doutrinar as pessoas, né? (Manuela, 2024, informação verbal).

Vinha uma pessoa avaliava tua propriedade, pra ti valia dois milhões, o cara vinha e dizia “ó um milhão”, se tu quer, quer, se não a água vai tomar conta... e muita gente vendeu por isso e aceitava, se não ou ganhava aquilo ali, ou não ganhava nada (Ricardo, 2024, informação verbal).

Nos trechos também é possível perceber a violência psicológica articulada pela empresa responsável pela imposição do projeto da UHE Itá e fixada na vida das pessoas atingidas, conforme aponta o estudo de Giongo (2017). O concerto de múltiplas violências criou uma melodia desagradável e turbulenta que ainda é escutada pelas pessoas, mesmo anos após o acontecimento em si. Ao refletir com Arendt (1988), questiono se essas grandes revoluções que anunciaram a modernidade foram responsáveis pela criação de um processo que, em nível macro, criou possibilidades para que revoluções situadas fossem empreendidas ao longo dos mais diversos territórios para consolidar o poder moderno? Dentro dos grupos, como pode ser visto, há uma relação do local com o global e, portanto, é fundamental considerar que o Alto Uruguai foi tornado uma zona de sacrifício para alimentar o desenvolvimento.

Em nível político, ao compreender que as relações políticas organizam um território, um empreendimento desorganizador tal qual a barragem não seria um instrumento com vistas a gerar mudanças sociais, ambientais, econômicas e políticas nas comunidades atingidas, inclusive forçando a alteração de aspectos voltados à cidadania? Um projeto hidrelétrico desarticula, desmobiliza, desequilibra e desloca o fluxo da memória. Sendo um fenômeno vivo que é desenvolvido a partir das experiências vivenciadas na coletividade, a memória se renova e aponta à continuidade, sendo heterogênea e flexível (Halbwachs, 1990).

Assim, apesar das rupturas intensas que são caracterizadas como uma revolução, a memória carrega o acontecimento na história, juntamente com as narrativas de como a vida era antes de o desenvolvimento chegar. Apesar de apontarem certas dificuldades de relação com as

datas na história, a memória garante a reprodução da vida junto ao Rio Uruguai para as pessoas que as gerações que não puderam constituir uma relação com o rio livre. As histórias sobre os balseiros que desafiavam a garganta do diabo em Marcelino Ramos, utilizando o rio como uma forma de transporte ainda perpassam o imaginário social das/os participantes. As histórias passadas pela oralidade apontam às perdas de convivência, destruição da cultura local e o distanciamento dos laços às populações que sofreram o deslocamento forçado. Clarice, jovem que nasceu em um dos reassentamentos localizados no Paraná aponta que, com a barragem, seus familiares tiveram que “começar do zero” (Clarice, 2024):

O pai dizia que eles tinham que preparar a terra, eles tinham que preparar tudo, eles tinham que começar a construir casa, tudo. E, às vezes, eles não tinham nada, nada. Então, tipo, foi muito sofrido pra eles, porque eles tiveram que começar do zero uma coisa, né, por causa da energia que eles queriam... o meu avô sempre falava, ele teve que deixar a casa, ele falou que num momento eles tinham tudo, e no outro eles não tinham nada. Eles tiveram que ir pra lá, não tinha nada, tiveram que ajeitar a terra, ajeitar o lugar pra morar, até fazer, tipo, os barracos com as lonas pra poder passar as noites, levar as coisas. Então, eu creio que foi um tempo muito complicado pra eles. Porque eles realmente dormiam debaixo das lonas, né? Porque não tinham realmente nada (Clarice, 2024, informação oral).

A revisão internacional de literatura produzida por Giongo (2017) aponta que os danos do deslocamento forçado vivenciados por refugiados de guerra se assemelham ao que é vivenciado pelas populações atingidas por barragens. A necessidade de “começar do zero” depois de ter dedicado a vida à construção de bens materiais e imateriais é vinculada ao fato de que essa vida social antes da barragem, tanto em aspectos individuais quanto coletivos, foi perdida. Apesar de esse ser um termo que veio do grupo focal, confesso que falar em “perda” não me parece suficiente. Mesmo sem o objetivo de aprofundar análises sintáticas, parece-me que enquanto um verbo transitivo direto, perder indica uma ação que é realizada pelo sujeito, como se ele deixasse de possuir algo. Nesse caso, as pessoas perderam, contudo, a ação não foi protagonizada por elas, a vida social foi perdida pela ação das forças que desejavam implementar o projeto hidrelétrico no território.

A imposição de “começar do zero” em relação ao campo aponta a problemas de saúde que foram vivenciados pelos/as atingidos que “(...) apesar das indenizações, era preciso preparar as novas terras, roçar, adubar, limpar” e “(...) essa sobrecarga de trabalho contribuiu diretamente para o desenvolvimento de doenças osteomusculares” (Giongo, 2017, p. 246). Também é possível fazer uma análise de dados que apontam o deslocamento forçado para as/os reassentados/as, mas também às pessoas que seguiram convivendo com o espaço alterado a jusante da UHE Itá. Manuela (2024, informação oral, grifo nosso) cita que “também não pensam nas pessoas que sofreram muito com esses impactos, né? Dentro de lavoura, quanto *lá embaixo as famílias...* e famílias que tiveram que ficar dias fora de casa, né? Então, são várias

questões, né?”. A jovem aponta com consciência que os danos são superiores aos apontados pelas empresas, afirmando que *eles*, nesse caso, os responsáveis pela obra, não pensam na população atingida como um todo. Com a PNAB aprovada, a definição de atingido foi ampliada inserindo as populações próximas ou a jusante na lei e, assim, garantindo seus direitos.

Cabe ressaltar que a aprovação da PNAB se deu há menos de um ano e, portanto, a memória coletiva produzida no território não conta com a garantia de direitos a essas populações. Assim, vários relatos apontaram um medo do desconhecido, representado por um “bicho de sete cabeças” (Giongo, 2017), que passou a figurar na vida das comunidades da época. Anelise (2024) aponta uma memória a partir de uma conversa que teve com uma mulher idosa que foi reassentada, mas que voltou para o município depois de algum tempo:

Mas a mulher, ela disse uma coisa que eu lembrei agora quando a xxx disse, ela falou que ela foi o caminho inteiro de Mariano até o reassentamento chorando. Ela disse que desde o momento que ela saiu daqui até chegar lá, ela foi o caminho inteiro em prantos, em lágrimas, por deixar tudo e por pelo medo até do desconhecido, de um novo, nesses reassentamentos (Anelise, 2024, informação verbal).

O sofrimento protagonizado pelas pessoas que vivenciaram o processo de deslocamento forçado nem sempre foi compreendido pelas pessoas não atingidas diretamente. Pelo fato de a noção de atingido, na época, fazer referência direta à propriedade material das famílias, as/os jovens apresentaram informações que ouviram sobre pessoas que foram beneficiadas por causa da indenização recebida, conforme os trechos apontados por Cecília (2024, p. 148) e por Beatriz (2024):

Ganância porque em cima da barragem teve pessoas que se utilizaram delas pra construir o que elas têm hoje. Pelo que eu sei as pessoas iam fazendo as casinhas e conforme a barragem ia vindo elas iam ganhando indenização (Beatriz, 2024, informação verbal).

Essas compreensões que foram perpassadas pela memória coletiva reafirmam o campo de conflito apontado por Junior (2019), considerando que o confronto não se dava apenas em relação ao megaprojeto, mas que, guiado por ele, inseriu conflitos dentro das próprias comunidades, com base em estratégias políticas violentas que foram registradas nos trechos apontados anteriormente por Manuela (2024), frente aos acordos indenizatórios. A revolução angariou um processo que fez a vida social ser perdida e afetou intensamente as comunidades, com a realocação de algumas e extinção de outras. No interior, Sarandi (Aratiba), Mirim (Severiano de Almeida) e Rio Branco (Mariano Moro) foram comunidades citadas pelos/as participantes como espaços que sofreram grandes modificações, enfraquecendo, diminuindo e perdendo autonomia.

Esses saberes provenientes da memória coletiva foram apreendidos pelas/os jovens em processos de socialização baseados na oralidade e apontados como “boca a boca” em conversas informais com familiares, também em espaços de amizade como as “rodas de trago” e as “pescarias”, e em menor grau nos espaços formalmente institucionalizados como a escola e o movimento social (MAB). A escola não foi apontada em todos os grupos como o espaço de aprendizado desses conhecimentos, mas jovens de Marcelino Ramos afirmaram que havia uma disciplina na educação básica sobre a história do município que citava breves elementos sobre a barragem. Nesse ponto, foi possível perceber certa indignação dos/as participantes por não terem compreendido esses processos históricos e sociais na escola, conforme ressaltam as jovens Mônica (2024), Amélia (2024) e Marina (2024):

(...) coisa que a gente não escuta na escola... Então se não fosse uma história que se conta... a gente nem ia saber que existe (Mônica, 2024, informação oral).

Geralmente na escola a gente aprende sobre a vida dos outros, o mundo dos outros, mas não estuda sobre o nosso ambiente, nosso lar, nossa cidade. Nossa história, né (Amélia, 2024, informação oral).

Inclusive, no PPP da escola de Mariano Moro, da cidade, consta que Mariano é uma cidade atingida pela barragem. Mas aí se fica a questão, né, por que não trabalhar no currículo? (Marina, 2024, informação oral).

Vida social perdida, enquanto categoria de análise, aponta a diversos elementos que definem a vinda da barragem em relação as perdas e danos a que foram submetidas as populações em suas comunidades. Apesar de as informações figurarem no imaginário social dos/as jovens, percebe-se que a educação escolar dos municípios não pauta esse elemento na história, não oferecendo meios teóricos para que pensem onde pisam seus pés. Assim, destaca-se a importância de espaços não formais de educação para que esses debates sejam compreendidos.

Ademais, a memória coletiva presente no território também carrega elementos vinculados à organização popular para a reivindicação de direitos em meio as injustiças. Contudo, as/os participantes apontam que as lideranças políticas, sobretudo os “mobilizadores de atingidos” (Losekann, 2016), acabaram sendo marcados negativamente dentro das comunidades como pessoas contrárias ao desenvolvimento prometido pelo projeto hidrelétrico. Percebe-se que o megaprojeto gerou danos que são visualizados até hoje, sobretudo nessas pessoas “taxadas”. As/os jovens compreendem que as pessoas mobilizadas politicamente estavam à serviço da população atingida e não contrárias ao progresso prometido, conforme apontado por Valentina (2024) sobre uma das lideranças:

uma pessoa que marca muito fala até hoje falam que o xxx, não sei como é que era na época, mas eu acho que ele ajudou a coordenar os movimentos e hoje ainda as pessoas falam muito que ele era contra a hidrelétrica. Mas não é que ele era contra a hidrelétrica, né? Ele ajudava, estava tentando ajudar o povo e hoje ele ainda ficou taxado, marcado.... Como uma pessoa que era contra o desenvolvimento, mas não é isso (Valentina, 2024, informação verbal).

Ao serem manifestadas no tempo, a **vida social perdida** diz respeito as representações sociais que se desenvolveram no *tempo longo* enquanto memória coletiva e no *tempo vivido* pelos processos de socialização. São as informações repassadas pelas gerações que oferecem compreensões que vinculam a barragem a algo que trouxe mais danos que benefícios, contrariando a promessa de desenvolvimento regional lançada na construção do megaprojeto. É no *tempo curto*, por meio da comunicação, que foram tomando forma as representações sociais que se deslocam a um entendimento de um **desencanto desenvolvido**.

Sendo uma das representações sociais temporais, essa categoria se destaca por ilustrar que os/as participantes da pesquisa são uma das gerações que deveria estar colhendo os frutos da promessa de desenvolvimento feita aos familiares das gerações mais antigas, os quais tiveram sua vida social perdida. Era uma troca justa, no discurso que arquitetava a UHE Itá: promover mudanças no presente para a garantia de um futuro melhor, com “energia limpa” à disposição. Enquanto signo, a juventude é costumeiramente inserida em debates que a conectam ao futuro, aproximando-a de termos como desenvolvimento, progresso e sustentabilidade, tudo pelo bem das futuras gerações (Engie, 2024c).

Contudo, o desenvolvimento chega em forma de desencanto nesse futuro que foi projeto antes mesmo do início do século XXI. Ao inserir o desenvolvimento enquanto uma reedição do estilo de vida dos países centrais, Acosta (2016, p. 62) defende que “tal estilo de vida consumista e predador, ademais, está colocando em risco o equilíbrio ecológico”. A lógica predatória da natureza, tida com um recurso a ser explorado em nome do desenvolvimento a qualquer custo está adiantando o fim do mundo (Moore, 2022; Acosta, 2016; Krenak, 2022). Esse adiantamento foi iniciado há muito tempo e materializando em espaços, como no território atingido por Itá.

Em relação ao *tempo curto*, as representações sociais das pessoas jovens sobre a barragem em 2024 dizem respeito a uma relação conturbada que ainda promove injustiças, afetando o projeto de vida dessas pessoas pelo fato de não disporem de políticas públicas específicas em seus municípios, as quais poderiam ser implementadas com os recursos fiscais adquiridos por causa do empreendimento. A investigação de Junior (2019, p. 93) também aponta a um sentimento de injustiça que se caracteriza pela falta de “(...) acesso às riquezas geradas pela barragem (como seus impostos nos municípios e do próprio lucro gerado por ela),

algo que também é criticado por atingidos e reivindicado, como um desejo de usufruir das vantagens da barragem”.

A promessa de desenvolvimento gerou municípios que vivem uma progressiva diminuição da população, com cidades envelhecidas que presenciaram o esvaziamento das comunidades do interior, o fechamento de escolas do campo (Sychocki, 2022) e uma população jovem que é diretamente afetada pela falta de um olhar específico à sua condição juvenil. Os grupos focais apontaram a uma falta de políticas que favoreçam o emprego às juventudes dessas cidades, fato que as obriga a buscar cidades de maior porte para conseguir obter uma inserção no mercado de trabalho. A escassez de oportunidades força a saída das pessoas jovens enquanto algumas ainda carregam uma esperança de que a situação possa mudar, insistindo em permanecer:

Não tem muito no que trabalhar. Ou tu trabalha na agricultura, ou tu trabalha na prefeitura, ou tu trabalha na pesca (Marina, 2024, informação verbal).

Porque hoje, se for olhar levando pro lado nosso, da juventude, que tem uma dificuldade de ter oportunidades, inclusive de trabalho. Toda uma questão que se tu olhar pra Aratiba, boa parte de nossa juventude sai pra fora pra estudar e não voltou mais também, né? Então acho isso é de questão de oportunidade. Hoje tu olha para onde tu vai trabalhar. Os jovens têm muito poucos lugares... a parte das pessoas, o sonho que tem é o de trabalhar talvez na prefeitura, porque parece que é o único local que tem emprego hoje, né? (Laura, 2024, informação verbal).

Dos jovens que estão aqui, que vivenciam isso no dia a dia, talvez ainda tenha esperança e o entendimento que o município de Aratiba, que nem no nosso caso, ele poderia estar muito melhor. Ele teria a capacidade de estar muito melhor do que está do que hoje... de ofertar muito mais emprego, ter muito mais desenvolvimento pros jovens e por qualquer outro tipo de público, seja urbano, seja rural... a gente acredita muito nisso. Nós estamos aqui (Leonardo, 2024, informação verbal).

Em cidade pequena os jovens não têm muita oportunidade de prosperar. Então acabam saindo também e então vai se envelhecendo a população (Benjamin, 2024, informação verbal).

Os pontos trazidos por Leonardo (2024) chamam a atenção pelo fato de o jovem acreditar que seu município teria a capacidade de estar muito melhor, contudo não é essa situação vivenciada no cotidiano. Para além do emprego, as/os jovens também apontam que o potencial turístico, o qual vigorava na promessa de desenvolvimento, não é uma realidade e indicam que, apesar de terem o desejo de empreender, são impedidos/as pela falta de incentivo e por questões político-econômicas, em que “os grandes não querem deixar novas pessoas serem grandes” (Valentina, 2024, informação verbal). Leonardo aponta ideias para o desenvolvimento de um turismo histórico que não seja apenas voltado ao consumo, mas que insira a real história das populações atingidas, cultivando a memória de tudo o que se perdeu naquelas terras para que a barragem fosse construída:

Mas turismo não no sentido de ir para se divertir, que é o que mais a gente entende por turismo, né? Passear... mas no sentido de conhecer a história, conhecer como isso surgiu com uma barragem surgiu, quem afetou, porque afetou, quais foram as consequências... Em muitos lugares tem quadros de história, tem pontos específicos, tem guias, pelo menos eu não sei se aqui na região tem... Não falando só de Aratiba, mas todos os municípios que costeiam, né? (Leonardo, 2024, informação verbal).

Juntamente com Leonardo esse é um ponto que destaco das andanças realizadas na pesquisa de campo. Apesar de as cidades atingidas em SC não serem inseridas no recorte, cabe mencionar uma das imagens vinculadas para representar a UHE Itá. Mesmo residindo na região do Alto Uruguai, eu nunca havia me deslocado para conhecer o município atingido em questão, o qual dá nome ao empreendimento hidrelétrico. A expectativa girava em torno de conhecer as famosas torres da antiga Igreja Matriz São Pedro, um marco histórico que permaneceu no tempo e na memória (imagem 3). Entretanto, para além dos tijolos que ainda seguem empilhados dentro daquele deserto d'água, não há informações no local que fazem referência às populações atingidas e o ponto turístico fica à mercê da interpretação de cada visitante, com o risco de ser um mero ponto de passeio que serve apenas ao registro fotográfico e não à reflexão e compreensão histórica daquele território visceralmente afetado.

Imagem 3 - Torres da antiga Igreja Matriz São Pedro em Itá/SC



Fonte: acervo pessoal, 2024.

Giongo (2017) aponta diferentes versões sobre a história que sustenta a preservação das torres, sendo um milagre na perspectiva de agricultores e uma articulação política, na visão de um militante. Aratiba é uma das cidades que também possui um ponto turístico por causa da barragem, a chamada “Igrejinha do Sarandi”, um espaço que “é um ponto turístico de diversão, mas não focado na história da barragem” (Leonardo, 2024, informação verbal). Em relação ao

lazer, as/os jovens participantes também apontaram que há uma falta de espaços de diversão em seus municípios, caracterizados por terem *parado no tempo*, como argumentam Laura (2024) e Manuela (2024) em relação a Aratiba:

No final de semana, né? Tu pensa em sair com o pessoal, com os amigo, bom, aí a gente brinca... que Aratiba só tem um ou dois lugar que pode sair tomar um chopp... (...) a gente acaba tendo que sair, inclusive para se divertir, para encontrar o pessoal, com as juventudes em Erechim ou em outros municípios, né? Bom até Itá tá atrasado também. Mas, teve pessoas que empreenderam, inclusive jovens. Aratiba está um pouco aquém disso, que eu acho que é um pouco também... vai ao encontro com a questão da juventude, de a gente ser um município de pessoas idosas, né? (Laura, 2024, informação verbal).

Tu pensa tipo, “ah vou para Aratiba fazer alguma coisa”, por exemplo... Vem aqui fazer o que? Vem comer um xis, vira as costas e vai embora... isso quando tu acha xis (Manuela, 2024, informação verbal).

Moreno (2021) aponta que a “prática do escape” é comum em cidades pequenas, tendo em vista que, para escapar do ritmo mais lento e da falta de oferta de lazer, as/os jovens buscam cidades médias que possuem um maior fluxo de pessoas e de opções de consumo. No território atingido pela UHE, o “escape” (Moreno, 2021) se vincula à falta de acesso a lazer, um dos direitos juvenis garantidos pelo Estatuto da Juventude, mas nem sempre acessado. Juntamente com a cultura, o lazer é responsável por produzir sociabilidades a partir das experiências de convívio. Sem esses espaços, as/os jovens também acabam com seu direito ao território e mobilidade afetados, tendo em vista que precisam “escapar” para buscar oportunidades de lazer.

Além disso, no presente vivenciado pelas/os jovens, sem espaços destinados ao cultivo da memória coletiva e sem opções culturais e de lazer que se vinculam ao território, a barragem passa a ser apenas mais um elemento daquele espaço, com o risco de ser afastada da realidade e naturalizada na paisagem. Para além da análise dos temas, também cabe ressaltar o modo como as/os participantes se referiram à barragem nos grupos focais. Há uma utilização de expressões como “pós-barragem” e “pós-hidrelétrica”, um “evento que não é dessa época”, além de verbos no passado para se relacionar ao empreendimento:

Eu acho que o pessoal já me colocou muito bem, né, sobre várias palavras, né? Várias.... e tudo isso realmente é um resumo **do que foi** a barragem, né? (Manuela, 2024, informação verbal, grifo nosso).

A gente convive com o **pós-barragem**, com o **pós-hidrelétrica** (Anelise, 2024, informação verbal, grifo nosso).

A gente que é de uma outra geração se a gente não busca saber, a gente simplesmente vai vivendo com as coisas que tem na nossa época. Então como **não é um evento da nossa época**, por isso que a gente talvez não saiba tanto... (Benjamin, 2024, informação verbal, grifo nosso).

Mesmo em funcionamento, a barragem da UHE Itá é fixada na história em relação à sua construção. Essa compreensão que limita o empreendimento a algo que já passou acaba impedindo a articulação de movimentos que ainda possam reivindicar os direitos da população atingida, sobretudo a população atingida afetada, conforme discutimos anteriormente sobre a noção de atingido. O movimento Terra de Miranda é um exemplo importante que poderia inspirar novas organizações no território de Itá, mesmo depois de mais de vinte anos da implementação do empreendimento (Bates; Küpers, 2023). Com processos de educação formais e não formais que pudessem modificar a representação social da barragem no tempo, inserindo-a também no presente, seria possível reivindicar direitos que ainda não são acessados e injustiças que ainda são percebidas pelas pessoas (Junior, 2019).

Contudo, é possível que a potencial articulação política das/os jovens seja atravessada pela memória coletiva que ainda marca negativamente as lideranças políticas da época na comunidade como contrárias ao desenvolvimento. Esses “mobilizadores de atingidos” (Losekann, 2016) de antigamente são vistos pelos/as jovens como “referências que talvez estão cansadas” (Laura, 2024, informação verbal) e que também foram vistas de forma injusta na região:

Inclusive, como foi dito, não foram vistas como pessoas que estavam defendendo os interesses também do povo... não só questão financeira, que tem que pesar muito... bom, o que que lucrou a partir disso? Bom, aos seis anos que passar agora, que vamos dizer assim, resta qual vai ser o saldo da barragem pra Aratiba... se não tivesse ou se tivesse alguém, né? Parou pra pensar? Eu acho que essas lideranças, inclusive, é... cansaram e ficaram, se tornaram pessoas que, de certa forma... Taxadas de contra o desenvolvimento e que de certa forma cansaram, porque toda a luta que teve, talvez essas pessoas não se beneficiaram...” (...) Acho que essas lideranças, de certa forma, se perderam porque as pessoas também deixaram de acreditar que era possível... Isso é muito da juventude também, né? De achar que tem que insistir e que tem que ter esperança. Às vezes, o cansaço, muitas vezes fez... Bom, foi construído até aí agora, daqui para frente tem mais muito o que fazer” (...) E eu acho que também, tipo, essas pessoas que batalharam muito para isso lá no início e tal... Eles procuraram nem passar tanto tipo para a família que nem para um filho para por causa que o cansaço assim, a luta. Ela é muito, muito, muito árdua e não é reconhecida. Então, talvez ficou esse pensamento... “Ah, eu já sofri, já lutei tanto e não teve êxito, né? Então por que que eu vou passar isso para o meu filho?” Tipo, não tem tanto esse, esse incentivo, né? De continuar, de prosseguir, né?

Nos pontos levantados pelas pessoas é possível constatar um esmorecimento da organização popular em relação ao tempo e uma falta de incentivo das lideranças políticas adultas na formação de lideranças políticas jovens. Pela falta de atenção às populações jovens, inclusive na ausência marcada pela PNAB, o movimento social vai perdendo a sua força ao longo do tempo, existindo na memória coletiva e no corpo das pessoas mais velhas que protagonizaram os enfrentamentos. Contudo, quando essas pessoas não estiverem mais aqui, quem contará a história e seguirá mobilizando as pessoas atingidas e afetadas pelo

hidrocolonialismo? Percebe-se a necessidade do desenvolvimento de processos de base com jovens que são afetados pela UHE Itá, mas que não se consideram atingidos, gerando uma processualidade (não tarefas ou eventos pontuais) que produzam pertencimento às juventudes em relação ao seu território, para que possam se tornar (se assim desejarem) agentes mobilizadores/as em uma relação local-global (Morin, 2011).

Eu enxergo que as pessoas que foram atingida... elas não são... lembradas no futuro, como se fosse hoje no presente... simplesmente, as pessoas foram realocadas e não ninguém se lembra. Só as pessoas tentam relembrar. Lá ninguém dá esse apoio e coisurada, que é para ver o passado dessa pessoa (Henrique, 2024, informação verbal).

A visão de Henrique (2024) ressalta o ponto, atentando ao risco do esquecimento que pode ser vivenciado por essas populações se a memória não for cultivada para além delas próprias. Destaca-se a importância das pesquisas científicas realizadas no território, mas além disso também é fundamental desenvolver meios que estruturam espaços de memória nessas cidades, pois nem sempre a escrita acadêmica encontra a realidade da vida. Assim, o documentário “Atingidos Somos Nós” produzido por e em sintonia com a tese de Giongo (2017) ilustra a necessidade de a memória seguir sendo pautada politicamente no território, caso contrário a promessa do desenvolvimento seguirá gerando uma nuvem de fumaça que impossibilita a percepção da população em geral, inclusive as que ainda são afetadas, sobre os impactos causados pela obra. A barragem não só foi como *é* e *está*.

No debate sobre a diversidade juvenil existente nos municípios, Laura argumenta que “se a gente olhar o interior não tem mais juventude... Até tem. Tem aqueles sobrecarregados, né? E aí a dificuldade de interior unir inclusive um grupo de jovens, né?” (Laura, 2024, informação verbal), indicando um esvaziamento e um sobrecarga da juventude rural que dificulta a organização coletiva. Para além das responsabilidades individuais e coletivas a nível familiar, as pessoas jovens que ainda permanecem no campo acabam sendo disputadas por diferentes segmentos sociais para que sejam novas lideranças no movimento social, sindicato, igreja, gerando uma sobrecarga de atividades. Ademais, o trabalho rural exige presença, então se torna ainda maior a dificuldade de a/o jovem participar de espaços, tanto devido ao trabalho diário que deve ser realizado quanto às distâncias das sedes dessas organizações, que costumam se localizar no centro da cidade. Ressalto aqui que vários/as jovens que residem no interior foram contados e, em alguns casos, a distância foi atribuída como uma justificativa à recusa do convite para participarem do grupo focal.

Com um desencanto desenvolvido em relação ao projeto, há um desconhecimento sobre os benefícios que a barragem oferece à população. Nos grupos focais, pode-se perceber certa

dúvida e contradição em relação a pontos que podem ser considerados positivos. Em Marcelino Ramos, foi apontado um aumento do turismo, ao passo que ficou marcado o sentimento de perda sobre a grande beleza natural e geográfica que existia no município, o Estreito Augusto César que originava o “Passo da Formiga”, lugar em que era possível colocar um pé no RS e outro em SC. O estreito foi citado em todos os grupos focais como um elemento perdido às novas gerações.

Em Severiano de Almeida, a geração de energia foi considerada um ponto positivo, contudo as/os jovens também argumentaram ter dúvida sobre o fato de a energia que utilizam ser ou não produzida no território. Em Mariano Moro, a Festa do Peixe (FESPEMM) foi inserida como uma consequência positiva da barragem, a qual promoveu uma cultura da pesca por meio do lago artificial, apesar de também considerarem os impactos do barramento do rio às espécies de peixe, especialmente o dourado. Em Aratiba, as receitas fiscais são consideradas um ponto positivo, mas as/os participantes também questionaram o modo como os recursos são alocados no município.

Para Halbwachs (1990) a memória do grupo é flexível e se modifica com a mobilidade de seus membros e dos sistemas de pensamento, portanto assim como o grupo transforma os indivíduos, estes também têm o poder de transformar os grupos, bem como a memória coletiva.

Em suma, a partir dos/as jovens, estamos diante de uma “fábrica de energia” (Manuela, 2024, informação verbal) que não beneficia a população que foi atingida. Essa promessa de desenvolvimento feita à geração de pais/mães/avós/avôs foi da euforia ao desencanto (Acosta, 2016), gerando impactos que perduram e são percebidos pelos/as jovens de hoje. Assim, a partir de suas percepções e mesmo sem ter vivenciado o acontecimento, as juventudes têm o poder de seguir contribuindo com a construção desta história em seus municípios, reivindicando a **vida social perdida** e esse **desencanto desenvolvido** pela UHE Itá.

5.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ESPACIAIS: IMPACTOS DA EXPLORAÇÃO HIDROCOLONIAL DA NATUREZA

Assim como o tempo, o espaço é um marco social da memória com grande importância aos grupos (Halbwachs, 1990). Enquanto conceito geográfico, o espaço social é aqui considerado a partir de Milton Santos (1978) como uma totalidade e “(...) um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções” (Santos, 1978, p. 122). O geógrafo também argumenta que o espaço é criado pelos sujeitos pela

utilização do território (Santos, 1978) que, neste caso, é constituído pelos municípios gaúchos atingidos pela UHE Itá. Portanto, tratamos de representações sociais espaciais, isto é, que são produzidas no espaço construído e vivenciado pelas populações jovens dos municípios atingidos.

A abordagem sociogênica das RS indica que o *campo* é uma dimensão importante ao grupo que produz e reproduz as representações, sendo designado pelo “(...) conjunto de aspectos do objeto que serão tomados em consideração pelo grupo” (Deschamps; Moliner, 2014, p. 137). Na análise dos dados, foram sistematizados os aspectos da barragem relacionados ao espaço, tanto físico quanto relacional. Por isso, serão apresentadas aqui quatro discussões especificadas pela relação com o espaço no território: **a pedra que era elefante** diz respeito ao espaço afetivo que foi perpassado pela memória social, mas que não pode ser acessado por estar submerso pelo lago artificial; **destruição ambiental** releva como a transformação do espaço pelo projeto hidrelétrico gera impactos à natureza; “**tu não quente de calor**” insere as alterações climática percebidas pelos/as participantes, inserindo-as no debate global da crise climática; e **lucro acima da vida humana e não humana** insere as relações econômicas pela percepção juvenil.

Santos (1978) argumenta que o espaço se transforma com a sociedade ao longo do tempo. Contudo, aqui tratamos de modificações que não foram protagonizadas pelas populações que constituíram o espaço no território atingido, mas de um elemento externo que foi inserido de forma verticalizada e gerou significativas mudanças. O nome da primeira categoria que compõe o eixo das RS espaciais foi inspirado na reflexão desenvolvida pela jovem Valentina (2024) que, ao se referir aos lugares submersos, afirmou:

Mas eu tenho alguns lugares que eu brincava quando eu era criança, que eu digo... tem um exemplo: uma pedra que pra nós, na nossa imaginação, era um elefante, né? E daí às vezes eu penso, poxa, essas pessoas ficou tudo embaixo d'água, elas não têm essas, essas memórias afetivas, né? Então eu acho que que é algo que eu tento me colocar no lugar das pessoas e não consigo. Porque eles olham para água e ficou tudo ali, né? (Valentina, 2024, informação verbal).

Por ser produzido socialmente, o espaço também vincula memórias afetivas. Para além do patrimônio material que ficou submerso, o patrimônio imaterial é apontado pelas/os participantes como uma parte da cultura e da história que foi perdida com a vinda da UHE Itá. As/os jovens apontam curiosidade e tentam imaginar como seria hoje se esses espaços ainda existissem, como na afirmação de Milena (2024), Beatriz (2024) e Alice (2024) sobre o Estreito Augusto César, e de Laura sobre o “Matinho” do Sarandi:

Eu não conheci, eu não sei como é que era, mas eu tenho muita curiosidade de saber como foi. Foi um ponto turístico de certa forma que foi coberto, né, que é um ponto negativo (Milena, 2024, informação verbal).

Bom, voltando nessa parte do estreito Augusto César, né. Ocorria muito das pessoas se acidentarem e caírem, né. Como o xxx falou ele se afunilava, né. Então, imagina ter milhões e milhões de litros caindo ao mesmo tempo num funil. A pessoa que caia lá não sobrava na da. E isso aconteceu com muita gente, sei que a mãe conta que bastante pessoas, crianças iam lá e acabam não voltando. Porque a força da água era tanta que chega a ser uma história de terror até. Hoje se o Augusto César existisse acho que eles não permitiram de a gente chegar tão perto e escalar as pedras, porque o pessoal chegava e ficava subindo e descendo, subindo e descendo, pulavam de um lado pro outro. Hoje teria uma passarelzinha ali, uma passarela. Por um lado, gerou segurança e pro outro se perdeu uma beleza natural (Beatriz, 2024, informação verbal).

E aí quando a gente vai ali para Igrejinha também lá, que deve ser bem fundo... eu acho que um pouco essa, essa curiosidade, essas histórias do local ali do Matinho que que faz com que a gente imagine, né? Eu acho que ele todo o lago, ele tem vários, vários espaços que talvez tenham recordações, mas essa história, as histórias que têm ligado bastante ao Sarandi, ali, onde estava a comunidade (Laura, 2024, informação verbal).

Mas o meu tio falava sempre da época de juventude quando tinha os grupos eles se reuniam e iam lá pra baixo, né. E até a gente vê essas fotos hoje que nem a xxx comentou parece que era uma coisa tão assim que... hoje não existe mais. Nem nunca mais provavelmente vai se ver, né (Alice, 2024, informação verbal).

Alice aponta que o Estreito Augusto César era um local de lazer aos jovens da época e que ela não terá a chance de conhecer por causa da barragem. Apesar de ser considerado um espaço perigoso, especialmente por ter ouvido histórias sobre acidentes que lá ocorreram, Beatriz argumenta que é uma beleza natural que foi perdida. Outro ponto interessante em relação às memórias afetivas que foram conservadas em um espaço que deixou de existir para dar lugar ao lago artificial é o fato de as/os participantes se referirem ao rio Uruguai, inserindo-o no passado como um elemento que já não está mais ali. Os grupos focais indicaram que há uma compreensão de que a barragem não é sinônimo do rio, é outra coisa. Monique (2024) aponta a expressão “rio normal” para se referir ao Rio Uruguai, além faz referência ao relatar as histórias sobre o peixe dourado da espécie *salminus brasiliensis* que era comum antes da barragem:

Essa questão que tu falas, das espécies de peixes... Comentam do Dourado. Dourado pra desovar ele tem que nadar 300 km... **na época do Rio Uruguai** tinha muito dourado hoje, hoje eu não acho. Mas justamente por causa de barragem, ela trancou (Monique, 2024, informação verbal, grifo nosso).

A transformação do espaço é nítida no conteúdo apontado pelos/as participantes, desenvolvendo uma relação de antes e depois do empreendimento hidrelétrico, com o rio no passado e o lago no presente. Assim, é possível perceber que o afeto também se fixa no espaço, na relação com a natureza, com aquilo que é constituído pelos seres humanos e com o que era partilhado socialmente no tempo. Ao submergir espaços de partilha comunitária, a barragem impossibilitou o acesso dos jovens ao direito de transitar pelos espaços que ouvem nas histórias, promovendo perdas afetivas, históricas e culturais tanto individuais quanto coletivas.

A categoria **destruição ambiental** foi nomeada sustentando uma das expressões utilizadas pelos/as participantes para se referirem aos impactos gerados à natureza pela barragem. Santos (1979) aponta que o espaço é socialmente organizado e que a natureza pode ser um sinônimo se considerada enquanto uma instância transformada e aqui tomamos esse entendimento, considerando as bruscas alterações promovidas pelo megaprojeto no território.

Assim, é possível constatar que os grupos focais apontaram a danos produzidos pelo lago artificial no passado, mas também em relação ao presente. A mudança na vegetação, a destruição de ecossistemas, a perda da biodiversidade e alteração do curso do rio são apontadas por Amélia (2024) e Marina (2024). Ricardo também aponta sua visão a partir de sua experiência nas pescarias. Além disso, os grupos de Severiano de Almeida e de Mariano Moro citaram o mexilhão dourado como uma espécie invasora que atrapalha o trabalho dos/as pescadores/as:

Naquela área habitavam muitos animais, além das pessoas, né? E mesmo que se fosse pensado nos animais, o lugar não seria o mesmo. Mesmo que eles fossem levados pra outro lugar pra cuidado, destruíram o lar deles, né? (Amélia, 2024, informação verbal).

Mudou totalmente o leito do rio. As raças de peixe que tinham, né? As espécies, no caso, de peixe que tinham, hoje em dia não tem mais. É que, antigamente, quando ele pescava, era algumas espécies de peixes, e atualmente são outras, né? Até porque a usina hidrelétrica de Itá, eles têm uma obrigação ambiental de estar sempre reabastecendo com peixes a barragem, né? Porque é uma fonte de renda, né? Que era uma fonte de renda, né? Que era uma fonte de renda. Aí, eles estão sempre colocando peixes mais tradicionais. A tilápia, a piranha, eles estão colocando carpa, né? Mas muitos desses peixes não são originais daqui (Marina, 2024, informação verbal).

Os animais que existiam ali não existem hoje. Também muitos animais vieram de fora, que não eram daqui. Por exemplo, o mexilhão dourado que está nos caicos hoje não é daqui, é da África e acaba embolando nas redes dos pescadores. Ele não é uma espécie natural daqui. Ela é uma espécie natural da África. Ela tá aqui porque ela tá se adaptando, né? Então... A tendência é só vir mais. E, no caso... Esse mexilhão, ele veio dos navios, né? Ele veio junto com os navios que vêm de fora, né? Nos portos, né? E acabou migrando pra cá (Marina, 2024, informação verbal).

Todo o ecossistema ali na verdade da região foi afetado de alguma maneira. Eu sei que por causa da barragem veio uma espécie de crustáceo para cá, que é uma espécie invasora. Não deveria estar aqui e agora está ali por causa da barragem (Mônica, 2024, informação verbal).

Aqui pra baixo quando a gente ia pescar, da ponte pra baixo até a divisa com SC, nós tinha pavor de pescar porque só pegava aquelas chamada palmeta ou piranha. Isso é um peixe que tu não consegue comer, eles largaram, ele se manifesta assim, ela vem de monte, é um peixe que tu não tem controle. É como se fosse hoje tu largar um casal de javali aqui em cima na roça de alguém, tu deixar dois anos ele toma conta. Isso aí é a mesma coisa. Isso eu acho que é uma coisa que eles fizeram errado, porque as espécies que tinham no rio acabaram sendo comida, os peixes carnívoros que eles largavam iam se alimentar do que? As piranhas acabaram tomando conta (Ricardo, 2024, informação verbal).

Nos grupos também foi possível constatar que as/os participantes fizeram uma relação direta da natureza com a saúde da população, argumentando que as transformações ocasionadas pelos seres humanos por meio da ganância, gera impactos à saúde. Ao partir de uma compreensão integral, os determinantes sociais da saúde são apontados como um conjunto de fatores sociais, ambientais, políticos, culturais, subjetivos e governamentais que podem afetar de forma negativa a criação de condições para que as pessoas possam viver, conviver, aprender e se divertir (Krieger, 2001). Amélia (2024, informação verbal) vincula essa compreensão, afirmando que

Pra mim o que prevalece sempre é o meio ambiente, porque se o meio ambiente não vai bem, a saúde das pessoas não vai bem, e elas próprias estão acabando com a saúde delas, destruindo, desmatando, construindo pelo dinheiro e acabando com a própria vida. E eu penso assim, que futuramente o que é de graça vai saltar... o ar puro, a água boa. E eu, assim, acho que a maioria das doenças que hoje tá vindo é por causa de tanta ganância e poucos cuidados com o que é de graça. Vou plantar árvore, cuidar daquele pedacinho, sabe, do rio...

Na visão da jovem, as pessoas estão destruindo a natureza por questões econômicas. Todavia, cabe destacar a compreensão apresentada por Moore (2022) de que estamos vivenciando um período nomeado Capitaloceno, no qual o sistema capitalista cria e explora a Natureza Barata, gerando impactos ao planeta. Então, não são as pessoas individualmente responsáveis por esses danos, mas a consolidação de um sistema predatório que se alimenta de recursos naturais para se reproduzir por meio da geração de lucro. No caso, o rio foi o recurso natural explorado, juntamente com o ecossistema que ali coexistia, desfavorecido pela flexibilização das políticas socioambientais³¹, sendo barrado para produzir energia elétrica que gera lucros absurdos à iniciativa privada, representada pelo Consórcio Itá.

Para além do desequilíbrio ambiental, o barramento segue gerando consequências que são percebidas pelos/as moradores/as do entorno. A participante que reside próxima a um dos diques da UHE Itá, apontou que as últimas enchentes (2023) afetaram o leito do rio a jusante do lago artificial, apontando como “a parte normal do rio” (Manuela, 2024, informação verbal). Segundo a jovem:

A gente que mora lá perto, a gente viu com esta última enchente que deu a destruição que causou no leito do Rio Uruguai, que seria a parte normal do Rio ainda, né? Por questão da lá dos vertedouros, né, que subi muito, né? Eles abriram tudo o que tinha de pressão, né, pra largar a água. E foi um desastre que causou no entorno do Rio, né? Tipo, foram mais de 50 metros de margens assim, de mata nativa que foi... Parece que passou uma máquina, né? Então, tipo, disso eles não falam, né? (Manuela, 2024, informação verbal).

³¹ Optou-se por não realizar um debate a partir da legislação ambiental. Em relação ao território de Itá, ver Giongo (2017).

As ações desses grupos de interesse promovem mudanças que alteram a vida da população em geral. Com um discurso sustentável, empresas transnacionais, como é o caso da Engie, adentram e exploram territórios, utilizando o discurso do desenvolvimento que hoje é representado pela urgência de transição energética baseada em energias renováveis, consideradas limpas (Engie, 2024a). O estudo de Normann (2020) sobre as populações indígenas da Noruega exprime o funcionamento do que a autora chama de “colonialismo verde” em relação à produção de energia eólica no território nórdico. Bates e Küpers (2023) também fazem referência ao hidrocolonialismo existente em Portugal, em barragens que a Engie possui concessão.

Além dos danos provocados pelo estabelecimento do lago artificial e da usina hidrelétrica em si, a destruição ambiental segue o seu curso no território. Os grupos apontaram a uma permanente destruição do leito do rio com o aumento das enchentes, desmatamento e poluição do lago. Para Beatriz (2024), com a barragem o “rio vai ficar velho e sedentário” pela alteração de seu fluxo que é produzida pelas sete barragens que atravessam o seu caminho. Ademais, são apontadas alterações no clima da região que constituem a categoria **“tu não guenta de calor”**, que faz referência a afirmação de um dos participantes em relação ao calor insuportável experienciado nas cidades próximas ao lago.

Os/as participantes do estudo de Giongo (2017, p. 242) já “(...) relataram alterações climáticas, invernos mais frios e verões mais quentes, além do aumento considerável da neblina (...)”. A população jovem participante da pesquisa em questão também apresentou de forma unânime opiniões baseadas no que percebem a partir daquilo que ouvem e sentem sobre o que nomeiam como “questão climática” (Manuela, 2024, informação verbal). O aumento das condições extremas, com muito frio, umidade e neblina (“cerração”) no inverno e calor extremo e sensação de abafamento no verão marcam a vivência dos/as participantes no espaço afetado pela barragem:

E o clima também. A questão do clima que eu acredito que mudou muito, a questão de abafamento, de muita umidade. O calor é muito calor, no frio é muito úmido (Monique, 2024, informação verbal).

Muita gente vê aqui nas cidades principalmente em Mariano Moro. Quando a gente vai, a neblina, então quando é inverno, é muita neblina assim, por conta da barragem (Cecília, 2024, informação verbal).

E a gente percebe, eu acho que nitidamente lá em casa, na nossa região, a diminuição das chuvas e o calor excessivo, né? Quem chega diz, “Ah, mas vocês aqui que moram perto da barragem, né? Tipo uau”. Lá em Aratiba, na cidade, tem pessoas que dizem que não é quente assim... Então eu acho que essa questão é bastante relacionada, né? Com a barragem... (Manuela, 2024, informação verbal).

Outra questão que eu coloquei que foi o “calor”, mas o tipo de não só o calor, né?

Acho que a neblina também. Um dos fatores que desregulou, que mudou muito aqui para nossa região, né? O que era e o depois da vinda do Lago, né? Teve uma alteração bem grande, né, das condições climáticas aqui do nosso município (Jeferson, 2024, informação verbal).

Minha mãe me fala bastante, uma vez aqui não era tão úmido. Tem muita cerração aqui em Marcelino (Milena, 20024, informação verbal).

Não, nunca foi tão quente assim. Agora de uns tempos pra cá, o clima... (José, 2024, informação verbal).

Quando nasce, não sei se o sol reflete na água assim, o calor, mas tu não “guenta” de calor. “Cansemo” de sair daqui, eu e ela, ir lá no meu irmão em Erechim, se a gente for assim de calção e camiseta tinha que pedir um casaco de frio (Ricardo, 2024, informação verbal).

Acho que a questão do calor envolve física também... porque o sol nasce, bate no rio e traz calor. Porque às vezes a gente até diz, você mesma falou, “nossa, que quente”. Aí tu vai pra Erechim, é uma delícia ir pra Erechim em dia de verão (Beatriz, 20024, informação verbal).

Os jovens apontam que houve uma desregulação no clima gerado pela barragem. No Estudo de Impacto Ambiental analisado por Giongo (2017), há a menção das alterações microclimáticas como impactos após o enchimento do reservatório. Para além da percepção das pessoas, essas modificações impactam no ecossistema e na produção agrícola da região e, conseqüentemente, a renda das/os moradores. Laura (2024), por exemplo, cita a neblina e a relaciona com as/os agricultores que possuem aviário e relatam a influência do clima na saúde dos animais. Assim, contata-se que os danos ambientais gerados pelo empreendimento ainda perduram e se multiplicam no espaço.

Deschamps e Moliner (2014) argumentam que os grupos sociais podem apresentar diferentes representações de um mesmo objeto. Contudo, ao tratar das relações econômicas estabelecidas no espaço e vinculadas com a barragem, as/os participantes afirmaram que no caso em questão foi privilegiado o **lucro acima da vida humana e não humana**. Para o Movimento dos Atingidos por Barragens, as empresas colocam o lucro acima da vida pela mercantilização da água (MAB, 2020) e aqui queremos frisar a importância de considerar que, sendo a terra a casa comum da vida, todo ser vivo é soberano, não apenas os humanos (Mancuso, 2024). Sobre as relações econômicas que são empreendidas no espaço vinculadas à barragem, pontos interessantes saltaram aos olhos nas discussões desenvolvidas pelos jovens nos grupos focais.

Cervinski (2010, p. 12) defende que “as hidrelétricas, no atual modo de produção, nada mais são que grandes fábricas de produzir eletricidade”, em sintonia com a jovem Manuela (2024, informação verbal), que afirmou viver há cerca de 500 metros da “fábrica de energia” de Itá. As/os participantes compreendem que os danos ambientais dizem respeito à ganância de

algumas pessoas diante da possibilidade de acumularem riquezas. Baseados no dinheiro, esses impactos afetam a vida de diversas populações humanas e não humanas, prejudicando a saúde. Na visão de Nicole (2024, informação verbal), “acho que, resumindo tudo isso, a barragem, ela foi pensada no ato de ganhar dinheiro, né?”. Amélia (2024, informação verbal) amplia o debate pontuando que “(...) foi pensado mais pelo dinheiro que pelas pessoas e pelos animais que habitavam ali”.

Há uma compreensão de que o debate vinculado ao empreendimento é hoje limitado às receitas fiscais, os *royalties* que são repassados pelo Consórcio Itá aos municípios atingidos. Essa compensação financeira é uma remuneração que os municípios recebem por conceder o uso e comercialização da energia produzida nos seus territórios, sendo calcula mensalmente pela multiplicação da quantidade de energia gerada no mês (z) pela tarifa atualizada de referência (y) e por 7% (Engie, 2024). Assim, temos a seguinte fórmula:

$$\text{Compensação financeira} = (z) \times (y) \times 7\%$$

Ao calcular o faturamento recebido pela venda da energia elétrica na UHE Itá, Cervinski (2010, p. 14) ilustra que, baseada em sua potência média de 1.420 MW (720 MW médios), há por hora uma receita de R\$ 100.800,00; por dia R\$ 2.419.200,00; por ano uma média de R\$ 883.008.000,00 e em 30 anos o faturamento será de R\$ 26.490.240.000,00. Segundo as informações contidas no site da Engie (2024), no mês de novembro (sem especificar o ano, por isso utilizamos a data de *copyright* do site), os municípios atingidos receberam R\$ 4,5 milhões de reais. Em um cálculo básico, esse é o valor proveniente do faturamento de aproximadamente dois dias de funcionamento da UHE Itá. Percebe-se, assim, que uma UHE é uma “fábrica de energia” (Cervinski, 2010) com um potencial lucrativo gigantesco. Lucro que, para existir, promove danos irreversíveis na vida ambiental, social, histórica e cultural de uma região.

Com base nos lucros, as/os jovens também criticam o fato de a empresa detentora da concessão ser estrangeira, compreendendo que a exploração do território não é aproveitada no próprio país. Ademais, também há questionamento frente a distribuição dos *royalties* nos municípios, caracterizando mais injustiças na realocação dos recursos entre os municípios, conforme argumenta Marina (2024) e em relação às comunidades, conforme aponta Jeferson (2024):

Parte desse retorno financeiro que vem para o município ele deveria vir para conseguir fazer frente perdas que era barragem trouxe para a população, né? Só que se a gente fazer essa análise, por exemplo, a região que foi afetada, o que mais foi afetada foi a que menos teve investimento (Jeferson, 2024, informação verbal).

Eu já acho que afetou e continua afetando. Afetando no quê? Hum... Tá. Ela tá aqui, tá no nosso ambiente, né? Mariano Moro, por exemplo, foi muito mais atingida que Aratiba. Mas Aratiba, por ter as turbinas lá em Aratiba, Aratiba recebe muito mais royalties que Mariano. Por quê? Isso é injusto, né? Então, Mariano poderia ter muito mais lucro, né? Pra investir na educação, na saúde, mas não tem. Por quê? Porque vai mais pra outro município do que pra cá. Então, de certa forma, afetou e ainda... Continua afetando (Marina, 2024, informação verbal).

As/os participantes também questionam o olhar externo de outras pessoas frente a esses municípios, como pode ser ilustrado por Laura (2024, informação verbal): “quando a gente fala... quando eu comecei a estudar em Erechim... se apresenta que é de Aratiba, o pessoal fala, “ah, município rico tem a barragem”. Bom, rico que em sentido, né?”. As/os jovens do território atingido estão cientes de que a riqueza produzida não retorna para suas realidades e apontam que a compensação financeira poderia ser utilizada para criar estratégias para que a população juvenil pudesse ter acesso aos seus direitos, sem precisar migrar a outras cidades ou viver da prática do escape (Moreno, 2021) para buscar lazer e entretenimento. Jeferson (2024) pontua essa injustiça e vincula com a falta de oportunidades vivenciadas em seu município:

Se nós fomos pegar as comunidades ali no entorno. Não foi só onde a barragem alcançou, foi muito além, né, de pegar exemplos das comunidades ainda Volta Fechada e ali para baixo... olha como a juventude foi embora muito além daqueles atingidos, não é? Então me parece que existe uma injustiça bem grande na aplicação ou na devolução dos recursos que vieram provenientes dali da barragem, né? Então devia ser... ser fomentado, né? Achar alternativas para o pessoal que ficou ali ou para fomentar, para fazer com que as pessoas fiquem ali, a juventude, achar alternativas econômicas para as propriedades, enfim, tudo isso, né? (Jeferson, 2024, informação verbal)

Ademais, sabendo do limite 30 anos da concessão da UHE à empresa, as/os jovens expressam preocupação sobre o que acontecerá após esse tempo, afirmando que não percebem um planejamento de seus municípios frente ao fim do recurso fiscal, conforme apontam Manuela (2024) e Laura (2024). Henrique (2024) vincula a compensação financeira com a organização política, argumentando que a articulação poderia pressionar a compensação financeira por mais do que apenas 30 anos, ação que pode ser vinculada ao que é realizado pelo movimento Terra de Miranda em Portugal (Bates; Küpers, 2023):

Eu acho até que não, porque se fosse, que nem ali... tem mais seis anos que vai vir ICMS, **se tivesse um pessoal que estivesse mais em cima, cobrando mais, que nem tivessem manifestos antigamente**, não teria essas cotas de ano ali que é mais seis anos depois, vai cortar tantos por cento de ICMS... (Henrique, 2024, informação verbal, grifo nosso).

Tipo, a gente não percebe, “Ah, eles estão se programando para quando acabar esse recurso que vai vir, esse financeiro, né”... o que que fizeram? Até hoje nada, né? Não teve assim um planejamento, né? (Manuela, 2024, informação verbal) .

Bom, aos seis anos que passar agora, que vamos dizer assim, resta qual vai ser o saldo da barragem pra Aratiba... (Laura, 2024, informação verbal).

E aí eu fico me perguntando, bah, quando chegar os 30 anos o que vai ser? Vai ficar o lago ali, né? (Beatriz, 2024, informação verbal).

Percebe-se que essas medidas compensatórias são insuficientes diante do faturamento do empreendimento. Apesar do recebimento de recursos, o território ainda convive com as injustiças que perpassam no tempo, tanto em relação à desigualdade de realocação dos recursos fiscais quanto à falta de investimento em políticas públicas específicas à população jovem, conforme apontado pelos participantes. Assim, a compensação financeira não recupera a destruição promovida pelo megaprojeto, além de gerar impactos que são percebidos por diferentes gerações.

5.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PSÍQUICAS: SOFRIMENTO AMBIENTAL NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As apresentar diferentes concepções de ruralidade, Medeiros (2017) argumenta que o processo de industrialização conduziu a uma compreensão do rural que limita a natureza a uma fonte de tranquilidade e um espaço de repouso. Com a criação da Natureza Barata (Moore, 2022), a natureza como um suposto espaço de tranquilidade passou a ser atravessado pela entrada de agentes externos que, em prol do desenvolvimento industrial ou sustentável (Acosta, 2016; Neumann, 2020, Bates; Küpers, 2023), gerando transformações materiais e imateriais nos territórios.

Tido por Acosta (2016, p. 73) como um dos sobrenomes do desenvolvimento, o sustentável promete “(...) satisfazer as necessidades sem comprometer as possibilidades das gerações futuras”. Diante da urgência de buscar outros meios além dos combustíveis fósseis, fontes mais sustentáveis de geração de energia foram adentrando diferentes territórios e suas ruralidades, provocando mudanças que não se limitam aos danos materiais.

Para Giongo (2017), a saúde mental é fruto do social e, portanto, ao transformá-la em uma categoria política é possível considerar o sofrimento gerado pelos processos que alteram o âmbito social das comunidades tanto na dimensão material quanto imaterial. Sobre a exploração de energia eólica nos territórios Sami, Normann (2020) argumenta que se trata de mais um projeto em uma longa história de desapropriação dos povos diante de suas terras, o que reflete na perda cultural das populações e consequências intergeracionais.

Os projetos de geração de energia que se denominam sustentáveis exprimem uma transição energética com bases em fontes renováveis no discurso oficial (Acosta, 2016; Engie,

2014a), contudo desconsideram que essas transformações afetam a saúde mental das pessoas “(...) contribuindo para o estabelecimento do sofrimento social e ambiental, que se apresenta por meio da depressão, da perda da esperança com relação ao futuro, do suicídio e de mortes súbitas associadas aos efeitos da construção da barragem” (Giongo, 2010, p. 281).

Com base em Acserald (2004), Junior (2019) defende que a implantação da barragem de Itá pode ser considerada um conflito ambiental por causa das disputas de sentido que se desenvolve(ra)m em torno do uso, posse e utilização do território. A partir de Auyero e Swistun (2009), Giongo (2017) reconhece que esse campo de conflito ambiental é promotor de sofrimento ambiental, sobretudo aos/às agricultores e agricultoras que tem o território como extensão do corpo e “perder esse território e, mais ainda, vê-lo submerso, é também perder uma parte de si, é também morrer” (Giongo, 2017, p. 282).

Como uma “revolução” (Alice, 2024, informação verbal) que alterou os modos de vida, oferecendo uma ruptura que cria um antes e depois no território atingido, a implantação de um projeto hidrelétrico promove mortes diretas e indiretas, objetivas e subjetivas. Ao aprofundar os estudos sobre o conceito, Arendt (1988) garante que a revolução acontece fundamentada na violência e, assim, Giongo (2017) oferece meios para consideramos que esse conflito ambiental promove violências que afetam a dimensão psíquica das pessoas.

Na abordagem sociogênica, Deschamps e Moliner (2014) argumentam que os grupos, local onde se produzem as representações sociais, dispõe da atitude como uma dimensão que orienta o globalmente, tanto de forma positiva, quanto negativa diante de um objeto. Assim, os dados levantados na pesquisa de campo relevam uma dimensão psíquica na relação com a barragem ao longo do tempo, permitindo a sistematização de representações sociais temporais que evidenciam uma atitude que se funda em emoções que indicam **tristeza pelo passado e angústia pelo futuro**.

Pelos elementos vinculados à memória coletiva que sistematizaram a representação social de uma vida social perdida, foram verificadas emoções que legitimam os apontamentos de Giongo (2017), como a perda da esperança que afeta as possibilidades de mobilização política, casos de depressão e suicídio relatados pelas/os participantes jovens e consequências severas na saúde emocional produzidas pelo deslocamento forçado. Apesar de não terem vivido o acontecimento, as/os jovens revelam empatia pelas histórias que ouviram e sentem tristeza ao imaginar a destruição gerada na época, como explicitam Anelise (2024), Benjamin (2024), Nicole (2024) e Rafaela (2024):

Mas eu me colocando no lugar das pessoas que tiveram que sair, tiveram que deixar as suas coisas, a sua casa, que muitas delas ficam embaixo d'água, seu terreno e tudo.

Então, é nesse sentido de pensar a tristeza de quem deixou as coisas aqui e teve que sair (Anelise, 2024, informação verbal).

Quando eu penso na barragem a primeira coisa que me vem na mente é a aflição que essa população passou e que eu acredito que seja um trauma (Benjamin, 2024, informação verbal).

Porque aqui tinham tantas histórias, tantas vivências, e uma barragem chegou, né? E isso acabou sendo destruído, né? As pessoas tiveram que se mudar, foram pra outros lugares (Nicole, 2024, informação verbal).

(...) foram deixadas pra trás muitas histórias, muitas pessoas ficaram, com certeza, com a saúde emocional abalada, foram, se deslocaram pra outros lugares distantes dos familiares... (...) o irmão da minha nona que teve que sair, né? Foi atingido e ficou com depressão. Então, essa questão eu não sei se chegou a cometer suicídio agora ou não, porque eu não me lembro bem (Amélia, 2024, informação verbal).

Até ela citou os nomes de umas pessoas que ela falou que tipo, depois que saíram daqui, começaram a adoecer e depressão e acabaram morrendo mesmo (Rafaela, 2024, informação verbal).

A representação da barragem como um “bicho de sete cabeças”, conforme já discutimos, revela que o território atingido foi atacado por um agente externo produtor de “(...) vivências de violência, insegurança, falta de informação e inexistência de suporte político e social” (Giongo; Mendes, 2021, p. 01). Em relação ao passado, as/os jovens ressaltam que a tristeza é apontada como um elemento vinculado à destruição de referenciais objetivos e subjetivos, que dizem respeito aos patrimônios material e imaterial. Para Giongo (2017, p. 231), as comunidades estudadas apontam elementos que fundamentam uma depressão social, “(...) apesar de as abordagens do sofrimento social e ambiental não trabalharem diretamente com a denominação”.

Na compreensão da pesquisadora, essa depressão social é marcada por “(...) um processo coletivo intenso de desesperança, apatia e dificuldade de ação frente à realidade vivenciada” (Giongo, 2017, p. 231). A desesperança e apatia também podem ser associadas às “lideranças políticas cansadas” (Laura, 2024, informação verbal) que, ao serem marcadas na comunidade como antagônicas a promessa de desenvolvimento, não protagonizaram processos de continuidade da luta política para as novas gerações, limitando a reivindicação de direitos à época do acontecimento, fixando-a no passado. A dificuldade de ação é apontada pelas/os jovens como um elemento que afeta o direito às receitas fiscais, pois “se tivesse um pessoal que estivesse mais em cima, cobrando mais, que nem tivessem manifestos antigamente, não teria essas cotas de ano ali (...)” (Henrique, 2024, informação verbal).

Ao apresentar tristeza pelo passado vivenciados pelas pessoas mais velhas de seus municípios, emoção perpassada pelas histórias perpetradas na memória coletiva, as/os jovens relatam emoções distintas em relação ao futuro. Benjamin (2024, informação verbal) argumenta

que “(...) talvez hoje as gerações já não sintam tanto ou talvez sintam, mas as pessoas que sentiram na pele realmente jamais vão esquecer” e, assim, pode-se compreender que as pessoas do território atingido sentem os impactos ao longo do tempo. Essas consequências podem ser verificadas como intergeracionais, isto é, perpassam diferentes gerações.

Em uma **angústia pelo futuro** é possível perceber esses danos intergeracionais, tendo em vista que são apresentados relatos de incertezas, expressados por aflição, medo e ansiedade diante de um possível risco de rompimento da barragem; além da falta de comunicação e orientação do Consórcio Itá frente a procedimentos de segurança; incômodos gerados pelo “turismo de final de semana” atraído pelo lago; e problemas de saúde, como o câncer de pele. Ademais, as/os jovens também vinculam os danos ambientais empreendidos pelo megaprojeto com o aquecimento global, vinculando o debate local com o global (Morin, 2010).

O EIA da UHE Itá apresenta danos após o enchimento do lago relacionados ao aparecimento de doenças (malária e esquistossomose) e à saúde física e mental (Giongo, 2017). O lago artificial é apontado pelos/as participantes como causador de problemas à saúde mental como as citadas na categoria *tristeza pelo passado*, além de apontarem possíveis relações da barragem com o aumento na incidência de casos do câncer de pele, contudo não há estudos que possam evidenciar, conforme apontado por Laura (2024):

Aratiba tem muita incidência... e a gente tem no estado é um dos municípios com maior índice de incidência de câncer de pele, né? Bom isso já não sei se há um estudo, né? Mas assim é em função da barragem? Isso já ocorria? Enfim, o porquê, disso... (Laura, 2024, informação verbal).

Em relação ao medo de um possível risco de rompimento da barragem, os grupos de Marcelino Ramos e Aratiba apontaram duas situações que expressam essa aflição. Apesar de o Plano Diretor do Reservatório da UHE Itá fazer referência as atividades sísmicas como pouco prováveis (ITÁ, 2024), as/os jovens informaram que estrondos estavam sendo escutados pela população marcelinense e que foram relacionados a “acomodação das rochas” pelo Consórcio Itá. Entretanto, não foram encontradas informações ou notícias no ano de 2023 que expliquem o relato levantado nos grupos focais como recente. Foi encontrada uma notícia em um jornal que data de 2022³², anunciando a contratação de uma empresa para averiguar os estrondos que estavam sendo ouvidos pelos/as moradores.

Ressaltamos que elementos descritos são vinculados à sensação de medo e insegurança vivenciada pelos/as jovens participantes dos municípios atingidos e atestada pelos recentes rompimentos de barragens no Brasil em 2015 e 2019. Mesmo as barragens sendo de tipos

³² A notícia está disponível no link: <https://www.verdevalefm.com.br/noticia/consorcio-ita-contrata-estudo-apos-moradores-relatarem-estrondos-em-marcelino-ramos-rs>.

distintos, há a possibilidade de os termos “barragem” e “rompimento” terem passado a figurar de forma mais intensa no imaginário das populações que vivem no entorno dos empreendimentos. Os relatos descreveram a angústia diante de estrondos que passaram a ser ouvidos na cidade vindos de dentro do lago, além de relatarem que a posição da cidade na beira do lago pode oferecer possibilidades a tragédias:

Benjamin: é, que nem esse tempo atrás a gente que mora aqui, eu fiquei com medo.
 Beatriz: Ah, os barulhos...
 Benjamin: porque dava, vocês escutavam, era de dia, de noite, dava uns estrondos...
 Milena: uns estrondos...
 Alice: sim, como dar um soco na parede assim... do nada.
 José: Do nada. Nós conversando e começava a tremer...
 Ricardo: tinha vez que chegava a tremer os vidros da casa assim... e foi questionado o consórcio Itá pra ver o que era e eles alegaram que era...
 Milena: acomodação das rochas...
 Beatriz: tanto que às vezes em casa de dois pisos que nem é ali na xxxx, dava esses estouros e a gente achava que era os véio que tinham caído em cima, a gente subia correndo, risos... daí não era, até entender o que era...
 Alice: e era alto.
 Mediadora: mas, era na água?
 Ricardo: não... tu tava dentro de casa e tu escutava... na oficina como é de zinco, quando dava os fortes chegava a tremer.
 Milena: era mais o pessoal aqui de baixo, tipo lá na minha casa eu nunca ouvi. Mas, o pessoal que mora mais aqui ouvia...
 Mediadora: e tinha a ver com as chuvas?
 Ricardo: não... aquela época não chovia tanto. Teve uma vez que o lago encheu...
 José: tava na cota máxima.
 Alisson: é, aí começou também a dar uns.
 Milena: é, mas nem sempre tem a ver com estar muito cheio... é bem aleatório.
 Alice: depois parou...
 Ricardo: é, se fosse com o lago cheio do outro lado também teria que dar lá e lá eles não escutavam, né... e aqui foi escutado, acho que alguém telefonou, a prefeitura entrou em contato. Porque era assustador e (...) se tu subir aqui e tu olhar, vai em direção ao balneário... a cidade é em cima de um bico de laje, então pra dar uma “cagada” é dois toques.

Em Aratiba, outra situação vinculada ao medo diante da barragem apareceu no grupo focal e é expressa no diálogo empreendido pelas jovens Manuela (2024, informação verbal), Valentina (2024, informação verbal) e (Laura, informação verbal). Diferente de Marcelino Ramos, aqui as participantes vinculam o barulho da sirene (às 4h da madrugada de uma noite) com a enchente causada pela chuva intensa, afirmando que houve a colocação de placas de sinalização sem orientação da população que vive no entorno do lago, promovendo a angústia diante de um possível risco de rompimento.

Manuela: a gente que mora lá perto, a gente viu com esta última enchente que deu a destruição que causou no leito do Rio Uruguai, que seria a parte normal do Rio ainda, né? Por questão da lá dos vertedouros, né, que subiu muito, né? Eles abriram tudo o que tinha de pressão, né, pra largar a água. E foi um desastre que causou no entorno do Rio, né? Tipo, foram mais de 50 metros de margens assim, de mata nativa que foi... Parece que passou uma máquina, né? Então, tipo, disso eles não falam, né? E sem contar tudo aquelas placas que colocaram agora, né? Tipo, porque não colocaram há anos atrás aquilo, né? Será que tão pressentindo alguma coisa?

Valentina: Mas isso das placas até eu me assustei, porque eu visitava Entre Rios e aí daí um dia eu voltando aí olhando assim daí tinha umas placa de fuga aí, um poste enorme cheio de alto-falante, né, as sirenes. E eu pensei, “puta que pariu”, tipo, é quilômetros e quilômetros da barragem assim. Por que que tem isso? E foi depois que deu esses problemas das enchentes, né?

Manuela: Mas acho que nem eles não têm certeza disso, porque lá em casa, na descida do moro eles tinham colocado na metade, né, uma plaquinha. De repente, no outro dia eles vieram, tiraram e colocaram lá em cima, no asfalto. Essas que nem instalaram no meu tio daí não, é só mesmo em caso, se acontecer algum rompimento... daí por azar ainda, quando foi o dia assim mais tava nossa... a gente ouvia um barulhão assim da água no Rio. Começou era umas 4 horas da manhã, a gente acordou e ouviu um barulho bem estranho, não é? Daí olhamo na janela lá de casa, enxerga lá no meu tio o poste... eles já estavam apavorado também, parecia que estava querendo despertar alguma coisa, né? E tipo, tinha uma luz assim... diferente... (...) nunca tinha acontecido. E a gente sabia que um dia eles iam fazer um teste só e depois era só se acontecesse alguma coisa. Só que eles não iam estar fazendo um teste 4 horas da manhã, né?

Valentina: Mas e a falta de informação, né? Porque, por exemplo, eles vão lá, colocam as placas, colocam a sirene e se tocar, você sabe o que fazer?

Laura: Isso pras pessoas que moram no entorno... Falaram que tem um treinamento... mas, teve um treinamento de fato que as pessoas... bom, se acontecer, para onde vão? Esse som é para quê?

Percebe-se pelo diálogo que não houve orientação diante da ativação do sistema de alerta sonoro ocorrido durante a madrugada, fato que leva a criação de medo frente a um possível rompimento anunciado pelas sirenes no meio da noite. Não foram encontradas reportagens que pudessem ter anunciado algum teste em 2023, porém há uma notícia publicada no site do Ministério Público Federal de SC de uma recomendação feita ao município de Itá para a conclusão do plano de contingência (Plancon) da UHE Itá, datado de 17 de maio de 2024 (MPF, 2024). O artigo cita o procurador de República Antonio Augusto Teixeira Diniz como autor do aviso, argumentando que o município ainda não havia realizado a conclusão do Plancon e nem integrou o Plano de Ação de Emergência (PAE) do Consórcio Itá (MPF, 2024). Não foram encontradas informações relacionadas aos municípios gaúchos atingidos.

No grupo focal de Mariano Moro as/os participantes também relataram uma sensação de incerteza diante do futuro frente aos riscos de rompimento que a barragem pode passar a apresentar de acordo com o tempo, os quais são evidenciados por Nicole (2024) e apontados por Anelise (2024), em uma relação com os rompimentos das barragens de rejeitos em Minas Gerais:

Mas, ao mesmo tempo, ela tem pontos positivos e negativos. Por isso que é uma incerteza, né? Principalmente no início que ela foi construída, eu acredito que as pessoas, elas tinham essas incertezas. E até hoje, né, porque a gente já viu duas tragédias que aconteceram no nosso país e a gente não sabe, né? A gente sabe que essa barragem já tem algumas rachaduras. Mas é uma incerteza do que pode acontecer com o passar do tempo, né? (Nicole, 2024, informação verbal).

Porque por mais que ela tá aí, sempre, nunca, digamos assim, deu problema, nunca a gente teve um medo em relação à barragem. Mas a gente sabe que ocorreu mais de uma vez dessas barragens romperem (Anelise, 2024, informação verbal).

Ressaltamos que os relatos não atestam o risco de rompimento, mas ilustram que essa é uma representação social, constituída nos municípios atingidos, sobre a barragem. Por serem constituídas pelo conhecimento do senso comum e habitarem a esfera pública, as/os participantes descrevem os relatos de estrondos diante da barragem de forma racional, pois “(...) as representações sociais são racionais, não por serem sociais, mas porque elas são coletivas” (Guareschi; Jovchelovitch, 1997, p. 11). A dimensão coletiva das RS também é vinculada com os afetos e, portanto, a memória partilhada coletivamente também atua na criação de uma atitude que, neste caso, orienta o objeto de forma negativa, criando uma racionalidade que pode incidir na geração de emoções como o medo, angústia e aflição (Deschamps; Moliner, 2014; Guareschi; Jovchelovitch, 1997).

O grupo focal de Severiano de Almeida não fez relações a risco de rompimento, mas atrelou o lago artificial como causador de inseguranças frente à ocupação do território por pessoas de fora do município que são atraídas aos finais de semana. O estudo de Giongo (2017, p. 232) também apontou relatos sobre essa questão, afirmando que “com o aumento do movimento, em algumas áreas, também aumentou a violência e a ocorrência de roubos”, além de corroborarem com as informações apresentadas pelos/as jovens participantes desta dissertação, concordando que as pessoas de outros lugares “(...) não participam da vida na comunidade, geralmente trazem comida e bebida da cidade e não contribuem com o desenvolvimento local” (Giongo, 2017, p. 232), conforme trecho do diálogo entre Benjamin (2024), Cecília (2024) e Raquel (2024):

Benjamin: E se for falar também assim pensando agora em prejuízos, o nosso município tem muito prejuízo pela questão do pessoal que vem na barragem... Que vem morar na barragem. E pela questão do lixo, da poluição... Porque final de semana, tipo, indo nas beiras das nossas estradas... é saco de lixo orgânico, de lixo seco do pessoal que vem pra barragem... Pra passar o final de semana... E descarta todo o lixo nas beiras das rodovias.

Cecília: Então, também tem muito furto.

Benjamin: É, muito furto... Tem essa questão de que com a barragem o pessoal vem de fora do município pra fazer um espaço de lazer e acaba também...

Raquel: transformando...

Benjamin: ...transformando a vida das outras pessoas que já estão por aqui, né? Então tem toda essa questão também que eu pensei agora, que eu tinha esquecido. Que o que mais se ouve falar da barragem é isso aí, né? As pessoas que vêm aqui, vão pra barragem.

Raquel: É, mas o lazer deles... porque se transformou numa área de lazer. E só vem pro final de semana, então não traz...

Cecília: ...não dá retorno pro município.

Raquel: Isso não traz nada só lixo...

Benjamin: ...bastante lixo.

O relato levantado no grupo focal releva que em um território atingido, “(...) a região é vista a partir do empreendimento hidrelétrico” (Vainer; Araújo, 1992, p. 55) e, portanto, mesmo que não ofereça benefícios ao município na opinião das/os jovens participantes, nessa vinda das “pessoas de fora” não são consideradas as alterações que podem ser realizadas na vida daquelas que já ocupam o espaço atingido, ocasionando transformações e possíveis tensões. Ademais, esse lazer, que é apontado pelos/as participantes como um dos elementos oferecidos pela barragem, pode estar vinculado a falta de políticas de lazer na região, mas seria necessário um estudo para aferir essa possível causalidade.

Há diversos aspectos que seguem se (re)produzindo nesse campo de conflitos, além de reforçar elementos promotores de sofrimento social (Junior, 2019; Giongo, 2017). Na relação local com a hidrelétrica, as/os jovens também atribuem a necessidade de repensar a produção de eletricidade em função dos problemas socioambientais que são gerados nessa cadeia produtiva. Para Cecília (2024, informação verbal), “a gente tem que começar a achar outras maneiras, inclusive a eletricidade, que é a minha segunda palavra, de uma maneira mais sustentável, se não a gente vai acabar com o planeta Terra”.

Os grupos focais indicaram a preocupação das/os jovens dos municípios atingidos pelo empreendimento com o futuro do planeta a nível global a partir dos danos promovidos a nível local pela barragem. Essa relação indica a presença de elementos constituintes de um pensamento complexo (Morin, 2011) em relação à totalidade, o qual também é responsável por gerar angústia e ansiedade. A pesquisa “Juventudes, Meio ambiente e mudanças climáticas” (JUMA) apontou que os impactos da crise climática conduzem a uma perda da qualidade de vida e impactos na saúde mental (Movimento; Social, 2022).

Com Vainer e Araújo (1992, p. 34) é possível constatar que “o sempre anunciado progresso para a região e a prometida modernidade estampada em prospectos coloridos raramente ultrapassam os limites do próprio empreendimento”, atuando na promoção de danos que são sentidos ao longo das gerações, apontando a uma angústia permanente relacionada ao futuro. A promessa do desenvolvimento, independentemente de seu sobrenome (Acosta, 2016), é materializada no território como sofrimento ambiental que afeta a vida em seus mais diversos âmbitos (Giongo, 2017; Junior, 2019). Assim, as emoções vinculadas à barragem atravessam o desenvolvimento dos projetos de vida nos jovens que residem no território e que convivem com medo, insegurança e angústia diante da realidade local e global.

5.4 O EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO AFETA O ACESSO AOS DIREITOS DAS JUVENTUDES NO TERRITÓRIO ATINGIDO?

A compreensão das representações sociais das/os jovens sobre a barragem oferece informações vinculadas a realidade social vivenciada por essas pessoas, conferindo dados sobre como se dá o acesso aos direitos previstos no Estatuto da Juventude (Brasil, 2014). Com base no debate apresentado a partir das categorias que foram elaboradas com os dados levantados na pesquisa de campo, será realizada neste tópico uma relação dessas informações com o documento base da 4ª Conferência Nacional de Juventude, ocorrida em dezembro de 2023 com o tema “Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver” (CONJUVE, 2023).

Assim, as informações relativas à condição juvenil das/os jovens de municípios atingidos pela UHE Itá serão relacionadas a seguir com discussões e propostas apresentadas na 4ª Conferência Nacional de Juventude, a partir dos direitos juvenis previstos na Lei 12.852/13 (Brasil, 2014):

5.4.1 Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil

O documento base da 4ª Conferência Nacional de Juventude compreende que o entendimento “(...) da pessoa jovem como sujeito político e social é uma conquista que deve ser celebrada e construída cotidianamente” (CONJUVE, 2023, p. 08). Contudo, é possível perceber que essa compreensão nem sempre é materializada em pequenos municípios, lugares em que os processos políticos são atravessados pelo adultocentrismo (Quapper, 2012), o qual reproduz relações de poder que afastam as/os jovens do direito à representação juvenil e a uma participação social e política efetiva dentro dos espaços de tomada de decisão das cidades.

Das 24 pessoas participantes, apenas uma jovem ocupa um espaço de representação política no poder legislativo do município. Ademais, o vínculo de desânimo e cansaço que é apontado pelos/as participantes sobre lideranças políticas antigas também afeta a formação de novas lideranças jovens, pois não houve menção a processos de acompanhamento que possibilitem relações políticas intergeracionais e uma continuidade das reivindicações dos direitos às pessoas atingidas afetadas. Destacamos que as pessoas adultas não podem se eximir da responsabilidade formativa que possuem em relação às/os jovens de suas comunidades, pois é essa relação que garante o encadeamento de processos políticos ao longo do tempo.

Entretanto, também cabe ressaltar que as pessoas adultas precisam se repensar diante do adultocentrismo, pois construir processos deveras hierárquicos que não produzem uma escuta

ativa e um acolhimento das pessoas jovens, forçando-os/as a seguir os moldes da representação política tradicional e envelhecida podem não surtir efeito. Assim, antes de afirmar que a atual geração é desinteressada, cabe o desenvolvimento de uma ética intergeracional que construa um futuro melhor não apenas no discurso, mas no acompanhamento das pessoas jovens para que elas pontuem o presente e o futuro que, de fato, querem construir em seus municípios, estados e país.

Essa relação também perpassa a abertura de espaço para que as/os jovens consigam se inserir e garantir candidaturas que sejam construídas coletivamente buscando a eleição, não apenas campanhas que façam os partidos criarem relações utilitárias com as pessoas jovens, usando sua imagem e seu apoio para afirmarem que estão com as/os jovens, quando de fato não desejam verdadeiramente escutar e construir coletivamente, ouvindo os anseios e as críticas da nova geração. Uma vez que a pessoa jovem se vê em uma relação que busca se utilizar de sua juventude, é possível que ocorra um desinteresse e um afastamento desses espaços. Aos adultos um apelo: por favor, as pessoas jovens sentem quando estão sendo usadas.

Para além do espaço político institucionalizado, também cabe destacar a importância dos movimentos e organizações populares ao fortalecimento da cidadania juvenil. A criação de grêmios estudantis nas escolas, grupos de jovens e a participação em movimentos sociais e sindicatos deve ser incentivada. Contudo, as pessoas jovens precisam ter voz, vez e lugar nesses espaços para inserirem suas opiniões e existirem para além do controle adultocêntrico, tanto em espaços com perspectivas políticas à direita quanto à esquerda. A pessoa jovem como sujeito político e social precisa, de fato, ser afirmado cotidianamente (CONJUVE, 2023).

5.4.2 Do direito à Educação

Aqui afirmamos a necessidade de o direito à educação ir além da escolarização, garantindo “(...) a função social da educação e da instituição educativa – com destaque para o direito à aprendizagem –, a formação e a informação crítico-reflexiva (...)” (CONJUVE, 2023, p. 12). A maioria das/os participantes desta pesquisa teve acesso ao Ensino Superior, contudo isso não garantiu conhecimentos que permitissem que os sujeitos pudessem se pensar a partir de suas realidades, construindo suas subjetividades no pertencimento histórico aos seus territórios.

Assim, destacamos a necessidade de o processo socioambiental e não apenas histórico da barragem ser inserido nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas dos municípios atingidos, além de também ser refletida nos respectivos Planos Municipais de Educação para além da mera descrição. Esse elemento pode conduzir à criação de estratégias pedagógicas que

garantam que os territórios atingidos sejam trabalhados no currículo ao longo dos anos escolares, gerando conhecimento da própria história e um maior pertencimento das/os jovens em relação às suas realidades sócio-históricas.

O documento base indica algumas propostas e, em especial, reafirmamos a proposta 39, que diz respeito à inclusão do Estatuto da Juventude nos conteúdos a serem estudados no âmbito Ensino Médio e defendemos a importância de a PNAB também ocupar esses espaços para que as/os jovens também reconheçam seus direitos enquanto população atingida afetada (CONJUVE, 2023). Além da escola, reiteramos a importância de espaços de educação não formal que materializem projetos, dinâmicas e vivências sobre a temática nos territórios.

5.4.3 Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda

Nos grupos focais, foi possível perceber que as/os jovens não dispõem de muitas oportunidades de emprego e profissionalização em seus municípios, fato que pode afetar suas rendas. Também defendemos que não basta ofertar empregos, é importante que as vagas de trabalho sejam pensadas com base em perspectivas de trabalho decente, as quais devem contar com salários justos, trabalho formal protegido pelas leis do trabalho (CONJUVE, 2023).

Além disso, as jornadas de trabalho devem respeitar a escolarização juvenil, garantindo tempo ao estudo, à participação social e política, ao lazer e a manutenção dos afetos. Há a possibilidade de desenvolvimento de políticas públicas a nível municipal que promovam oportunidades de trabalho pelo turismo, com aos jovens protagonizando práticas de educação ambiental e desenvolvendo os aspectos históricos do turismo, para que os conflitos não sejam invisibilizados juntamente com a população atingida. Assim, as populações jovens poderão viver em seus territórios sem serem forçados/as a migrar em busca de trabalho.

5.4.4 Do Direito à Diversidade e à Igualdade

Os estudos realizados no território atingido por Itá revelam que a consolidação do projeto hidrelétrico é acompanhada pela violação de direitos humanos (Giongo, 2017; Junior, 2019). Com base na análise de documentos, Junior (2019, p. 56) argumenta que a instalação de barragens no Brasil viola 16 direitos, tais quais:

1. Direito à informação e à participação;
2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;
3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida;
4. Direito à moradia adequada;
5. Direito à educação;

6. Direito a um ambiente saudável e à saúde;
7. Direito à melhoria contínua das condições de vida;
8. Direito à plena reparação das perdas;
9. Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;
10. Direito de ir e vir;
11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais;
12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;
13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial;
14. Direito de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial;
15. Direito à reparação por perdas passadas;
16. Direito de proteção à família e aos laços solidariedade social ou comunitária.

Ao existirem em um território atingido por uma barragem, as/os jovens possuem seu direito à igualdade e à diversidade atravessado pela violação de todos esses outros direitos. Ademais, a homogeneização da noção de atingido também é um problema que esconde as especificidades das pessoas jovens que são atingidas ou afetadas por empreendimentos hidrelétricos. Ao “(...) afirmar as juventudes em sua diversidade, sem transformar diferenças em desigualdades” (CONJUVE, 2023, p. 25), será possível constituir meios que efetivem o direito à igualdade e à diversidade das populações jovens que habitam os municípios atingidos por barragens.

É fundamental, além disso, enfrentar o machismo, o racismo e as opressões que barram as oportunidades e produzem violações estruturais entre as diversas juventudes, garantindo “(...) a mudanças de mentalidades, ações, mobilizações e políticas de enfrentamento de antigas e novas formas de exclusão” (CONJUVE, 2023, p. 25).

5.4.5 Do Direito à Saúde

Nas representações sociais psíquicas, os relatos das/os participantes evidenciam que a saúde é afetada pela barragem ao longo da história. Com foco na saúde mental, a categoria “angústia pelo futuro” sistematiza emoções que habitam a condição juvenil, gerando meco e aflição e insegurança em relação à barragem. Diante disso, essas temáticas precisam ser pautadas de forma aprofundada, mediadas por uma rede de profissionais que se mobilizem interdisciplinarmente na promoção de estratégias municipais que garantam acompanhamento

psicológico das/os jovens, além de oferecerem ferramentas à construção de seus projetos de vida individuais e coletivos.

Ademais, indicamos a necessidade de estudos que foquem nos danos psicológicos que a barragem pode oferecer às/aos jovens de territórios atingidos, pois aqui encontramos representações sociais que oferecem pistas, mas não analisam a fundo os casos relatados.

5.4.6 Do Direito à Cultura

A cultura é um dos maiores elementos afetados com a implantação de um projeto hidrelétrico. Ao pautar a memória coletiva produzida no território atingido, é possível constatar nos relatos que o direito ao patrimônio material e imaterial produzido nas comunidades é diretamente afetado pelo megaprojeto. Na categoria “a pedra que era elefante”, as representações sociais espaciais revelam que aos/às jovens é vedado o direito de acessar espaços que constituem as memórias das comunidades e estão submersos pelo lago artificial.

Ressaltamos algumas propostas do documento base da 4ª Conferência Nacional de Juventude, as quais defendem a promoção e a valorização da memória coletiva, além do incentivo e reconhecimento da arte presente nos territórios, para que a cultura seja uma aliada do acesso aos direitos juvenis (CONJUVE, 2023, p. 36):

- 133. Promover a valorização da memória coletiva, contemplando o patrimônio e a diversidade de manifestações da cultura brasileira em suas diferenças regionais, étnicas, territoriais e geracionais;
- 134. Reconhecer, fomentar, incentivar a comunicação e as expressões artísticas protagonizadas por jovens rurais e urbanos/as, buscando contribuir na formação de identidades pessoais e coletivas, em suas expressões criativas e ações comunitárias;
- 136. Assegurar ao/à jovem do campo, das comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas o direito à fruição e produção cultural que valorize seus modos de vida e sua criatividade;
- 142. Garantir apoio financeiro para que os/as jovens sejam protagonistas, gestores/as e produtores/as de arte e cultura, de comunicação e de distribuição de conteúdo cultural. Em colaboração com o Ministério do Trabalho, fomentar o surgimento de oportunidades para aquisição de habilidades e de ocupações que gerem inserção produtiva de jovens nas áreas culturais. Incentivar novas profissões culturais que possam contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade em uma perspectiva socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Reconhecer as/os jovens dos municípios atingidos como potenciais artistas e incentivar o estabelecimento de práticas artísticas nas comunidades é fundamental para que as/os jovens, por meio da artes, reconheçam-se e sejam reconhecidos cada vez mais como sujeitos de seus territórios, ampliando “(...) horizontes das juventudes, promovendo circulação de informações, disseminação de conhecimento cultural, renovação de repertórios artísticos e afirmação de valores democráticos (...)” (CONJUVE, 2023, p. 35).

5.4.7 Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão

As/os jovens têm o direito de comunicar o que pensam. Entretanto, ao habitarem um campo de conflitos é possível que as juventudes possam ter seu direito à liberdade de expressão cerceado pelo medo de serem “marcadas”, como assumem que aconteceu com as lideranças políticas de outras gerações.

Este direito pode ser vinculado ao direito à cultura para garantir meios para que “(...) as juventudes manifestem seus anseios, a efetivação de direitos e o diálogo” (CONJUVE, 2023, p. 38). Ademais, a participação e a cidadania também se vinculam, oferecendo possibilidades à expressão das pautas e opiniões dos/as jovens, efetivando o direito à comunicação.

5.4.8 Do Direito ao Desporto e ao Lazer

Os grupos focais apontaram a dificuldade de acesso a lazer nos municípios atingidos, forçando as/os jovens a uma “prática de escape” (Moreno, 2021) às cidades de maior porte em busca de mais possibilidades. Ao pautar o lazer, “(...) é necessário que sejam mobilizados distintos direitos – à cidade, à cultura e à circulação pelo planeta que habitamos” (CONJUVE, 2023, p. 41). Assim, o lazer também não pode ser limitado ao consumo, apontando à urgência de espaços públicos nos municípios. Não foram citados elementos relativos ao esporte nos grupos focais para além dos campos de futebol que foram submersos pelo lago artificial.

5.4.9 Do Direito ao Território e à Mobilidade

Em maior ou menor grau, as/os jovens têm seu direito ao território afetado quando o espaço que poderia ser utilizado para o desenvolvimento de comunidades, relações sociais, práticas culturais e mobilidade está submerso por um lago artificial. Esse elemento pode ter ampliado a ideia de isolamento, sobretudo por gerar uma diminuição progressiva das famílias moradoras das áreas rurais (Giongo, 2017).

A inundação do território pode ter afetado a quantidade de terras de uma família, contribuindo ao empobrecimento ao longo das gerações, forçando uma saída do campo. Ademais, as distâncias geram dificuldade de deslocamentos e, assim, “a juventude rural, ribeirinha, das florestas e de povos tradicionais possui especificidades que, frequentemente, são invisibilizadas” (CONJUVE, 2023, p. 44). Como o objetivo do estudo não era a realização de uma análise do território e suas transformações, não é possível afirmar como o acesso a esse direito é afetado pela barragem, contudo indicamos que esse é um tema que pode gerar futuras pesquisas.

5.4.10 Do Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente

O documento base da 4ª Conferência Nacional de Juventude argumenta que

(...) ter acesso a um meio ambiente saudável e equilibrado engloba a garantia de ar puro, água limpa, solo fértil e biodiversidade preservada, promoção de práticas sustentáveis, redução do consumo excessivo, incentivo ao uso de energias renováveis, valorização da agricultura familiar e orgânica, conscientização sobre a importância da reciclagem e da preservação dos ecossistemas (CONJUVE, 2023, p. 46).

Ao pensar o direito ao meio ambiente diante dos danos ambientais relatados pelos/as participantes, é possível constatar que não há um acesso pleno de uma biodiversidade preservada e preservação de ecossistemas com a implantação do megaprojeto hidrelétrico. Assim, o direito ao meio ambiente é afetado e, pelo fato de não contar com espaços de promoção de uma educação ambiental, também é prejudicado o direito à sustentabilidade, isto é, a constatação “(...) de que os jovens são os principais afetados pelas mudanças climáticas e pela degradação ambiental, que impactam a vida nas cidades e nos campos, reduzem a qualidade de vida e os empregos, comprometendo o futuro dessa e das próximas gerações” (CONJUVE, 2023, p. 46).

Ressaltamos que, apesar de a literatura inserir a UHE Itá enquanto um conflito ambiental gerador de sofrimento social, nem todas as discussões indicam uma relação direta com as mudanças climáticas e a inserção das populações jovens como principais afetadas. Assim, concordamos com as propostas apresentadas pelo documento base, que se relacionam com outros direitos e visam (CONJUVE, 2023, p. 46-48):

186. Fortalecer o investimento em educação ambiental, ciência e tecnologia, visando qualificar as juventudes como agente de mudança no processo de transição energética;
190. Garantir a reparação do racismo ambiental que atinge povos originários, ribeirinhos, quilombolas, pescadora/es artesanais e camponeses/as, por meio de indenização e apoio a atingidos/as e expropriados/as pelas obras de infraestrutura, de exploração energética, mineral e pelo agronegócio;

192. Garantir qualidade de vida para as juventudes do campo e da cidade, por meio da expansão de espaços de lazer e convivência em harmonia com a natureza, fundamentais para o bem-estar físico e mental, como parques, praças, áreas de preservação e espaços públicos ambientalmente adequados, permitindo uma conexão mais profunda das juventudes com a natureza e a valorização da importância da preservação do meio ambiente;

193. Garantir o acesso a uma educação ambiental efetiva, que promova a conscientização sobre os desafios enfrentados pelo planeta e as ações necessárias para sua preservação, de forma que os desafios ambientais sejam compreendidos e que práticas sustentáveis sejam adotadas pelos jovens em seu cotidiano. É fundamental que os jovens sejam capacitados para serem agentes de mudança, líderes ambientais em suas comunidades;

194. Proteger a vida e a integridade física de jovens lideranças defensoras ambientais, especialmente juventudes indígenas e as que vivem em locais onde há conflitos de terras;

196. Incentivar a participação das juventudes na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas relacionadas ao meio ambiente, por meio da criação de mecanismos e espaços de participação social, que incorporem as perspectivas e demandas específicas das juventudes urbanas e rurais;

198. Assegurar o protagonismo juvenil no processo de transição energética como passagem para sociedades de bem viver, assegurando a diversidade social e cultural, a biodiversidade e a convivialidade interespecies como paradigmas para o século XXI;
199. Ampliar e fortalecer programas de pagamentos de bolsas a jovens que atuem em serviços ambientais, de conservação e de capacitação a atividades sustentáveis.

5.4.11 Do Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça

O projeto hidrelétrico é violento em si, pois demanda a transformação radical de comunidades. Os dados relatados pelos/as jovens ilustram a existência de violências que afetam diferentes dimensões da condição juvenil. Neste caso, pautamos o direito à segurança pública pela necessidade de responsabilização da empresa frente à garantia da segurança das populações do entorno, para que boas e respeitadas práticas de comunicação que não promovam uma sensação de insegurança frente a um possível risco de rompimento do lago artificial que habite o cotidiano das pessoas, gerando medo.

5.4.12 Do Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE)

Consideramos a importância do Sistema Nacional de Juventude e a consolidação de uma Política Nacional de Juventude que atente às realidades das populações jovens que residem em municípios atingidos por barragens. Ademais, espera-se que o SINAJUVE de fato atue para fortalecer “(...) o processo de articulação entre União, Estados, Distrito Federal e municípios em prol do fortalecimento da rede de órgãos e organismos para a garantia da implementação de políticas públicas para o segmento em todo território nacional” (CONJUVE, 2023, p. 52).

É fundamental que as políticas públicas de juventude sejam consolidadas no Brasil a nível de Estado, sendo implementadas também nos municípios, espaços em que a condição juvenil é, de fato, experienciada. Dessa forma, serão construídas possibilidades de acesso efetivo dos direitos previstos na legislação, além de visibilizar e promover os potenciais presentes nas pessoas jovens dentro de suas comunidades.

Diante do exposto, consideramos que a implantação da hidrelétrica afetou o acesso aos direitos juvenis no território, tendo em vista que promoveu e promove transformações no espaço. Portanto, pensar a barragem na relação com as/os jovens oferece possibilidades de compreender esses processos, analisar como as violações de direitos nesse campo de conflito afetam as/os jovens e criar estratégias para que as receitas fiscais do empreendimento possam beneficiar as atuais e futuras gerações.

FOZ

A foz é um encontro. Lugar em que o rio desagua para confluir com outras águas. São caminhos que se cruzam. Ao chegar na foz, essa pesquisa vai desaguando suas análises para as considerações finais. Aqui escorrem reflexões que não se encerram, mas que se avolumam para confluir com novos questionamentos. Na foz é onde aprendemos que o ciclo da pesquisa é permanente: tudo flui e conflui. Isso não é um fim. É a difusão de um novo começo.

6. COM O RIO URUGUAI: PISTAS PARA ADIAR O FIM DO MUNDO

O pensamento dos brancos é outro (...) só contemplam sem descanso as peles de papel em que desenharam as próprias palavras. Se não seguirem seu traçado, seu pensamento perde o rumo. Enche-se de esquecimento e eles ficam muito ignorantes (Kopenawa; Albert, 2015, p. 76).

A conclusão deste trabalho é marcada pelos saberes gerados nos diálogos com as pessoas jovens e na mobilização de referências que provocaram uma mudança de perspectiva, convidando-me a, enquanto pesquisadora, escutar os ensinamentos do rio. Apesar de promover aqui o meu corpo-palavra, considero que palavra é limitada frente a percepção de elementos que não podem ser explicados pela racionalidade científica. Assim, o desfecho desta discussão que visou investigar as representações sociais da barragem de jovens que habitam municípios gaúchos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Itá, aponta essencialmente à necessidade de romper com o pensamento branco que, ao longo do tempo, privilegiou apenas alguns lados da história, produzindo uma espécie de história única – moderna, capitalista e ocidental.

Essa mentalidade, fundamentada na falta de respeito às relações ecológicas que é perpetrada pela matriz eurocristã monoteísta, contribui com os desastres socioambiental que saltam dos relatórios científicos aos olhos da população no Brasil de 2024. O capitalismo, consolidado com o colonialismo e criador da Natureza Barata, ao promover a lógica de exploração da periferia em função das demandas do centro, concebeu a natureza como um mero recurso a ser explorado, especificando-se e separando, pelo desenvolvimento tecnológico, a Terra em vários recursos naturais. Enquanto parte a ser explorada, o hidrocolonialismo se apossa dos rios e se materializa com instrumentos tecnológicos criados pela ciência moderna. Assim, para além de produzir energia, as grandiosas usinas hidrelétricas também atuam no controle dos territórios.

As águas do Rio Uruguai, com a justificativa de seu grande potencial hidrelétrico, foram consideradas Natureza Barata à produção e comercialização de energia elétrica. A energia, sinônimo da modernidade, figurou como matéria-prima ao desenvolvimento das metrópoles na busca incessável pelo progresso. Esse pensamento branco, guiado pela racionalidade ocidental capitalista, utilizou o conhecimento científico como um instrumento à efetivação de seus objetivos. Essa mentalidade promotora da monocultura das mentes é responsável por impactos socioambientais que atravessam gerações, conduzindo humanos e não humanos ao fim do mundo, que é tido como a sexta extinção em massa.

A luz no fim do túnel, prometida pela linha reta do progresso, é o trem da história que volta para destruir tudo o que foi concebido por esse pensamento. Somos começo-meio-

começo: Nêgo Bispo ensinou. Romper com o pensamento branco perpassa por contrariar as várias formas de colonialismo e, então, contracolonizar, assim como ensinou o quilombola piauiense. Por isso, a tentativa de contracolonização dessa pesquisa se baseia no fato de considerarmos o que pensam as gerações mais novas diante de algo que é um saber de experiência feito das gerações mais velhas. O respeito aos velhos e os novos indica que não há fim, há um novo começo.

A reflexão desses novos começos demanda novas posturas. Uma delas é a construção de novas mentalidades, as quais não estejam sacramentadas no pensamento branco. Para isso, as pessoas brancas precisam ouvir para aprender com os saberes ancestrais das populações que compartilham outras cosmologias, como os quilombolas e indígenas que garantiram a sustentação filosófica desta discussão.

Outra mudança urgente é em relação ao conhecimento científico: a ciência pode muito, mas não pode tudo. A racionalização da vida promove uma relação com o mundo em que a técnica atrapalha a contemplação de elementos que fogem à racionalidade e, por isso, a inserção dessas formas de pensamento não-brancas na ciência é fundamental para que ela possa assumir seus limites e promover conhecimentos que dialoguem com realidades distintas, em uma relação interdisciplinar de cooperação, sem dedicar seus instrumentos ao sistema que explora o planeta.

Compreendo que o conhecimento do senso comum é uma das pistas que oferecem possibilidades à transformação das mentalidades. Contudo, primeiro é necessário compreender o que perpassa esses universos de sentido e, por isso, a Teoria das Representações atua como um instrumento teórico-metodológico que garante a sistematização dessas informações para, então, desenvolver ações que rompam com o pensamento branco nos territórios. Tida como o objeto desse estudo, a barragem é significativa a esse processo de construção de novas mentalidades por facilitar ideias tanto do local para o global, quanto do global para o local, viabilizando a construção de um pensamento complexo.

Com o imperativo ético de construir novas mentalidades que possam adiar o fim do mundo, voltamos aos objetivos da pesquisa para ilustrar algumas pistas de ação-reflexão que podem ser materializadas no território atingido, rompendo gradativamente com o pensamento branco e reivindicando os direitos das populações atingidas e juventudes afetadas. Com base no objetivo geral que se propôs a *investigar as representações sociais da barragem de jovens atingidos pela Usina Hidrelétrica de Itá, considerando os municípios de Aratiba, Mariano Moro, Marcelino Ramos e Severiano de Almeida*, localizados em território gaúcho atingido, constatamos que a hipótese foi refutada, pois as representações sociais das/os jovens sobre a

barragem *ultrapassam* à produção de energia elétrica e aos retornos financeiros gerados pelo empreendimento, indicando uma compreensão que se vincula ao pensamento complexo, considerando as dimensões global-local e local-global, vinculando aspectos como as mudanças climáticas e o questionamento sobre as energias renováveis.

Na investigação específica que objetivava *identificar se há relações entre as representações sociais e a memória coletiva acerca do empreendimento, atentando aos impactos intergeracionais*, a hipótese foi confirmada em partes, pois as relações entre as RS e a memória coletiva são presentes e, diferente da inferência, há veiculação dos danos causados no processo de implantação com as gerações atuais. Assim, afirmamos que os danos gerados pela implantação da Usina Hidrelétrica de Itá desde o seu anúncio, passando pela obra, enchimento do lago e operação ainda geram danos à vida da população, perpassando gerações. Todavia, em uma breve análise sintática, percebeu-se que as/os jovens participantes utilizam verbos no passado para se referir à barragem, como se estivessem vivendo um “pós-hidrelétrica”, sendo que a hidrelétrica ainda está presente no território.

Foram percebidos os seguintes impactos intergeracionais que acompanham as populações jovens mesmo depois de mais de 20 anos do início da operação da UHE Itá: os danos ambientais são vinculados aos estragos provocados pelo aumento da vazão nas turbinas ao leito do que as/os jovens compreendem por “rio normal”; consequências à pesca, com a inserção de espécies novas e o desaparecimento de espécies de peixes que eram nativos do Rio Uruguai, além da presença do mexilhão dourado que atrapalha o trabalho dos/as pescadores; mudanças microclimáticas como o aumento do calor, da umidade e da neblina também são percebidas; os impactos sociais são relatados pela injustiça na realocação das receitas fiscais nos municípios; danos à saúde mental da população atingida afetada, causada pela sensação de insegurança por possíveis riscos de rompimento e reforçada pela falta de comunicação do Consórcio Itá com a população do entorno.

Com base nas categorias apontadas pelas representações sociais temporais, espaciais e psíquicas, demonstrou-se que a hipótese apresentada ao objetivo que pretendia *investigar de que modo as representações sociais sobre a barragem da Usina Hidrelétrica de Itá contribuem para a construção das subjetividades das pessoas jovens no território* foi refutada. As pessoas jovens participantes têm um perfil questionador frente ao paradigma do desenvolvimento e percebem que a promessa de progresso não foi atendida na região. Também questionam o fato de não terem aprofundado conhecimentos sobre a própria realidade na escola, elemento que poderia contribuir em maior grau na construção de suas subjetividades. Além disso, percebeu-

se que o cultivo da memória coletiva, compreendido como direito à cultura, é fundamental para gerar pertencimento dos/as jovens enquanto sujeitos de um território atingido por barragem.

Diante disso, os diálogos empreendidos nos grupos focais e os referenciais teóricos levantaram algumas indicações que podem contribuir a um tipo de desenvolvimento que esteja centrado nas pessoas jovens, percebendo-as/os como sujeitos de direitos em seus municípios:

- A) Fomentar o direito à memória coletiva nos municípios, pela criação de um “turismo histórico”, isto é, que não esteja alinhado apenas ao entretenimento, mas que possibilite a compreensão dos turistas sobre os impactos da obra à história das pessoas atingidas. Esses espaços podem estar vinculados aos museus que já existem, mas é fundamental que a narrativa das populações atingidas seja considerada – com exposições do documentário “Atingidos Somos Nós” de Giongo (2017), por exemplo – caso contrário, os/as turistas seguirão contemplando o lago artificial sem entender que a profundidade da barragem é proporcional aos danos socioambientais;
- B) Promover espaços de formação sobre a realidade, tanto nas instituições escolares, por meio da inserção da temática nos PPP’s das escolas e a presença de debates sobre a barragem no currículo e no planejamento escolar, quanto em espaços de educação informal, como sindicatos, movimento social e ONG’s, com o desenvolvimento de projetos que vinculem a educação ambiental em uma perspectiva crítica e comunitária;
- C) Considerar as juventudes dos municípios atingidos como grupo prioritário, aprofundando a noção de atingido-afetado que foi discutida nessa pesquisa, reivindicando a inserção das pessoas jovens como grupo específico e considerado pelas ações do Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB) proposto pela Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB);
- D) Organizar um planejamento da realocação das receitas fiscais geradas pela UHE Itá e pagas aos municípios, garantindo o acesso das novas gerações a esses recursos, por meio políticas públicas que oportunizem mais vagas de empregos dignos às/aos jovens em seus municípios, o financiamento de ações direcionadas ao aspecto de memória coletiva e a promoção de pesquisas relacionadas ao impacto atual e futuro da UHE Itá para toda a população, sobretudo às juventudes;
- E) Aprofundar a investigação sobre o acesso das populações jovens de municípios atingidos aos direitos previstos no Estatuto da Juventude, com recortes voltados aos direitos a lazer e cultura;

- F) Articular novas possibilidades de organização popular que reivindiquem os direitos da população atingida diante do tempo da compensação financeira e a reestatização da UHE Itá, que pode se desenvolver a partir dos movimentos sociais que já contribuem com a mobilização na região – como o exemplo ilustrado pelo movimento Terra de Miranda em Portugal.

A compreensão de que a barragem não se fixou na época de sua construção e que ainda promove impactos às populações humanas e não humanas do território, além de um lucro milionário as empresas que administram a concessão, é fundamental para produzir novas articulações políticas na região atingida por Itá. *Ao inferir quais são os marcadores de entrada na idade adulta geradas nos territórios e como, na visão dos sujeitos participantes da pesquisa, a implantação do projeto hidrelétrico influenciou seus projetos de vida*, foi possível constatar que os marcadores de entrada na vida adulta são flexíveis e não se baseiam apenas na faixa etária, além de a implantação afetar indiretamente seus projetos de vida, porque gera insegurança diante do futuro, confirmando, em partes, a hipótese proposta.

Ademais, *ao desenvolver um processo de investigação interdisciplinar que garanta visibilidade às pessoas participantes enquanto sujeitos da pesquisa e de suas histórias e que contribua aos debates relacionados às juventudes contemporâneas e às populações atingidas por barragens* confirmamos a hipótese de que os jovens se referem à barragem no passado. Apesar disso, contudo, constatamos que as/os participantes entendem a barragem como um acontecimento do passado com efeitos que se prolongam no tempo. Ressaltamos a importância de modificar a representação social da barragem, rompendo com a lógica de pós-barragem, para que as/os jovens consigam inserir e assimilar o empreendimento como parte de suas realidades cotidianas atuais. Deslocar a compreensão do passado para o presente é imprescindível para a construção de possibilidades que beneficiem a população do território diante do empreendimento – este é um ponto que pode suscitar pesquisas futuras na área.

Para adiar o fim do mundo, declarar que não seremos salvos por fontes renováveis é primordial para gerar debates e ações que tensionem a uma diminuição da demanda por energia elétrica. Esse tensionamento deve ser iniciado contrariando o pensamento branco e oferecendo meios à construção de novas mentalidades, pautadas em mudanças estruturais que visem a superação da exploração da natureza e das pessoas à geração de lucro. Essa questão também precisa ser vinculada com o debate juvenil, tendo em vista que serão necessárias modificações na construção de projetos de vida de pessoas jovens para que suas existências sejam pautadas com um enfrentamento do consumismo, individualismo, negacionismo científico e climático e

da re-invenção – juntamente com outras gerações - de práticas individuais e coletivas que sejam ambientalmente responsáveis

Por fim, para responder ao problema que guiou essa pesquisa, constatamos que as representações sociais de pessoas jovens, na faixa etária de 18 a 29 anos, residentes no território gaúcho atingido, acerca da barragem da Usina Hidroelétrica de Itá, considerando os elementos perpassados por outras gerações, que constroem a memória coletiva desses territórios foram fundamentados pela abordagem sociogênica da Teoria das Representações Sociais e elaborados pela análise temática, com as categorias articuladas em eixos que convergem a RS temporais, RS espaciais e RS psíquicas.

Com base no eixo temporal das representações sociais levantadas nos grupos focais, há uma **vida social perdida** diante do passado que ilustra a época da implantação do megaprojeto e um **desencanto desenvolvido** em relação ao presente apontando que a narrativa utilizada na construção do empreendimento não gerou o desenvolvimento prometido. Quanto as representações sociais espaciais, as categorias apontam **a pedra que era elefante** como uma ilustração da perda do direito ao território e a memória coletiva que foi produzida no espaço, apontando às perdas socioculturais e afetivas que transbordam qualquer tentativa de ressarcimento.

Destruição ambiental e “**tu não guenta de calor**” apontam aos impactos extra-humanos a nível ambiental e climático, exibindo a compreensão das/os participantes diante dos danos que foram produzidas pelo megaprojeto da UHE Itá nos ecossistemas da região, sendo vivenciados no presente. Se as comunidades não humanas de plantas e animais que vivenciaram essa história falassem a língua dos humanos, é possível que também apontariam aos impactos gerados em seus modos de vida. **Lucro acima da vida humana e não humana** aponta ao intuito real do empreendimento que, na época de sua construção, foi ocultado e amenizado pela narrativa do desenvolvimento regional.

Cabe ressaltar que é essa a categoria com maiores informações levantadas nos grupos focais, fato que constituiu um maior quantitativo de representações sociais, denotando os colossais impactos que uma usina hidrelétrica gera à natureza e que, por vezes, são menosprezados ou ignorados nos estudos e relatórios de impacto ambiental. Ademais, os fatores temporais e espaciais também se vinculam na relação com representações sociais psíquicas, suscitando um meio carregado de **tristeza pelo passado** no contato com a memória coletiva fundamentada por outras gerações; isso interfere na saúde mental das populações que acabam vivenciando uma **angústia pelo futuro**, legitimada pelos impactos ambientais e climáticos que

visualizam e sentem em suas realidades, pelo recorrente rompimento de usinas no Brasil e pelas histórias que constituem o imaginário coletivo dessas comunidades.

Que os vestígios registrados nas *peles de papel* dessa pesquisa possam estimular a imaginação de outros futuros possíveis, contribuir ao rompimento do pensamento branco para que coletivamente possamos, das/os jovens aos/às idosos/as, sonhar com uma realidade em que o Rio Uruguai corra livre novamente, cantando suas canções a quem quiser escutar.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas Juvenis** – punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Ed. Scritta, 1994.

_____. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In M. V. Freitas (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais (p. 19-35). São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-35.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBA, Martha de. Representações sociais e memória coletiva: uma releitura. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. SANTOS, Maria de Fátima de Souza. TRINDADE, Zeidi Araujo (Orgs.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **Vozes de Tchernóbil**: a história oral do desastre nuclear. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

AKSA, Furqan I. AFRIAN, Ramdan. Community adaptation strategies toward tidal flood: a case study in Langsa, Indonesia. **Jambá: Journal of Disaster Risk Studies** 14(1), 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9772743/>. Acesso em: 15 mai. 2024.

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

ANDRADE, Angela Nobre de. A criança na sociedade contemporânea: do “ainda não” ao cidadão em exercício. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 161-174, 1998. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/t68s6wJd3CT3Bvg74QMDMtC/?lang=pt#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20pesquisa,pr%C3%B3prios%2C%20independente%20de%20seus%20genitores>. Acesso em: 05 mar. 2023.

ARATIBA, Prefeitura Municipal de. **Plano municipal de educação do município de Aratiba**. Secretaria Municipal de Educação e Desporto. Vigência 2008 a 2018. Aratiba, 2007.

ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

AREND, Sílvia Maria Fávero. REIS, Antero Maximiliano Dias dos. Juventude e restaurantes fast food: a dura face do trabalho flexível. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 142-151, 2009.

ARIÈS, Philippe. **A história social da criança e da família**. Tradução Dora Flaskman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

AUYERO, Javier; SWISTUN, Débora Alejandra. **Flammable**: environmental suffering in an Argentine Shantytown. New York: Oxford University Press, 2009.

BARASH, Jeffrey Andrew. O lugar da lembrança. Reflexões sobre a teoria da memória coletiva em Paul Ricoeur. **Revista memória em rede**, v.2, n.6, jan./jun. 2012, p. 64-75. BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, Iane Maria da Silva; MIRANDA, Leila Mourão. Os “Hidronegócios” nos rios da Amazônia. **Revista Brasileira de História**, [S. l.], v. 39, n. 81, p. 117-139, ago. 2019. FapUNIFESP (SciELO).

BATES, Susana; KÜPERS, Sophia. Politicizing hydroelectric power plants in Portugal: spatio-temporal injustices and psychosocial impacts of renewable energy colonialism in the Global North, **Globalizations**, 20:6, 887-906, 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14747731.2022.2070110>. Acesso em: 03 mar. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. Trad. Paulo Neves. 2 a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. 19. P. 20-28, 2002. Disponível em: <https://tainacan.eci.ufmg.br/meio/artigos/notas-sobre-a-experiencia-e-o-saber-de-experiencia/>. Acesso em: 25 maio. 2024.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha, a metáfora da condição humana**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BORINELLI, Benilson; COLTRO, Fabio; ROWIECHI, Josiane; SILVA, Kauana Rosa da. Natureza Barata e Desigualdade Hidrossocial no Capitaloceno. **Revista Gestão & Conexões**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 122-146, 22 abr. 2021. Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/32045>. Acesso em 31 jul. 2024.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 2ª ed. São Paulo: Editora USP, 1987.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei nº 14.755**, de 15 de dezembro de 2023. Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB). Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF: Presidência da República, 15 de dezembro de 2023.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. Estatuto da Juventude: **Lei nº 12.852**, de agosto de 2013. Brasília: SNJ, 2014.

BRUM, Eliane. **Banzeiro Òkòtó**: uma viagem à Amazônia centro do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

BUGIATO, Caio. Kautsky e Lenin: imperialismo, paz e guerra nas relações internacionais. **Revista Novos Rumos**, [S. l.], v. 54, n. 2, p. 1-20, 20 dez. 2017. Faculdade de Filosofia e Ciências. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8533/5470>. Acesso em: 20 ago. 2023.

CÂMARA DE VEREADORES. **História**. Poder legislativo de Marcelino Ramos. 2024. Disponível em: <https://www.marcelinoramos.rs.leg.br/institucional/historia#:~:text=Em%2027%20de%20junho%20de,1%C2%BA%20de%20janeiro%20de%201945..> Acesso em: 05 abr 2024.

CAPES. Documento de área: área 45: interdisciplinar. Brasília: **Capex**, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/INTERDISCIPLINAR.pdf>. Acesso em: 13 de abr de 2023.

CARON, Márcia dos Santos; TEDESCO, João Carlos. O Estado positivista no norte do RS: a questão da propriedade da terra e a fundação da colônia Erechim (1890/1910). **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 2, n. 16, p. 220-231, 2012.

CASTILHO, Denis. Hidrelétricas na Amazônia Brasileira: da expansão à espoliação. **La Electricidad y La Transformación de La Vida Urbana y Social**: Geocrítica, Barcelona, p. 68-87, 2019. Universidad de Barcelona.

CAVALCANTE, Emanuel Bernardo Tenório. O conceito de adultocentrismo na história: diálogos interdisciplinares. **Fronteiras**, [S. l.], v. 23, n. 42, p. 196-215, 15 dez. 2021. Universidade Federal de Grande Dourados. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5882/588272364011/html/#:~:text=Ainda%20no%20contexto%20da%20rela%C3%A7%C3%A3o,reprodu%C3%A7%C3%A3o%20e%20institucionaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20capital>. Acesso em: 15 fev. 2024.

CERVINSKI, Gilberto Carlos. **A materialização do modelo energético brasileiro na bacia do rio uruguai**. 2010. 32 f. Monografia (Especialização) - Curso de Urso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Erexim, 2010. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/5802/1/GCCervinski-min.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CRAVO, Jorge. **Rio Uruguai e sua região hidrográfica**. Meio ambiente e patrimônio cultural: GT de trabalho águas (GT águas). Ministério Público Federal: Procuradoria Geral da República, 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, [s.d].

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Penso, 2007.

CRACCO, R. B. Contribuições de Paul Ricoeur aos historiadores acerca da fenomenologia da memória. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 21, n. 2, p. 351–373, 2017. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/17246>. Acesso em: 20 ago. 2023.

CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro. A Teoria das Representações Sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação. **Aprender**, Vitória da Conquista, v. 2, n. 2, p. 105-114, 2004. Disponível em: [file:///C:/Users/roche/Downloads/3065-Texto%20do%20artigo-5114-1-10-20180320%20\(7\).pdf](file:///C:/Users/roche/Downloads/3065-Texto%20do%20artigo-5114-1-10-20180320%20(7).pdf) / Acesso em: 20 out. 2023.

COMISSÃO da Verdade discute incêndio na Vila Socó, ocorrido em 1984: dimensões reais da tragédia foram escondidas pelo governo militar. **Alesp**, São Paulo: 13 jun. 2014. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=357532>. Acesso em: 26 jul. 2023.

CONJUVE. Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver. Brasília: CONJUVE, 2023. 55 p. **4º Conferência Nacional de Juventude**: documento-base. Disponível em: <4aConfJuvSubsdiosparaoDebate1.pdf> (www.gov.br). Acesso em: 20 jun. 2024.

_____. Conselho Nacional de Juventude et al (Org.) **Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05611.pdf>. Acesso em: 02 fev 2024.

CUNHA, Rocelly; DIMENSTEIN, Magda; DANTAS, Candida. Desigualdades de gênero por área de conhecimento na ciência brasileira: panorama das bolsistas pq/cnpq. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, p. 83-97, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/X4B8B69D9cPFhxQbZDQSD6c/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 03 maio 2023.

DESCHAMPS, Jean-Claude. MOLINER, Pascal. **A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais**. Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Tradução de Maria Ermanita Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 71 p.

DUARTE JR., João Francisco. **O que é realidade**. Brasília: Brasiliense, 1984.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 13 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

ENGIE. **Compensação Financeira: CFURH**. 2024. Disponível em: <https://consorcioita.com.br/secoes/conteudo/compensacao-financeira--cfurh>. Acesso em: 25 maio 2024.

_____. **Compensação Financeira**: em novembro, municípios lindeiros da uhe itá e governos recebem R\$ 4,5 milhões. 2024. Disponível em: <https://consorcioita.com.br/posts/detalhes/compensacao-financeira14>. Acesso em: 25 maio 2024.

_____. **ENGIE é eleita a melhor empresa da América Latina em Meio Ambiente**. 2024a. Disponível em: <https://www.engie.com.br/imprensa/press-releases/engie-e-eleita-a-melhor-empresa-da-america-latina-em-meio-ambiente/>. Acesso em: 12 maio 2024.

_____. **Reservatório**. 2024b. Disponível em: <https://www.engie.com.br/reservatorios/#usina-UHPF>. Acesso em: 10 maio 2024.

_____. **Sobre a ENGIE Brasil**. 2024c. Disponível em: <https://www.engie.com.br/institucional/sobre-a-engie/>. Acesso em: 10 maio 2024.

EPE. **Balanco Energético Nacional Interativo**. 2023. Empresa de Pesquisa Energética. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-energetico-nacional-interativo>. Acesso em: 26 ago. 2023.

ERIKSON, Erik. **Identidade: juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FARR, Robert. Representações sociais: a teoria e sua história. *In*: GUARESCHI, Pedrinho. JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FAZENDA, Ivani (org.). **O que é interdisciplinaridade?** 2.ª Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

FERREIRA, Lania Stefanoni. O império e o sistema imperialista do capital. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 13, n. 24, p. 51-64, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/roche/Downloads/03-+Artigo+3_pag+51+ate+64.pdf. Acesso em: 02 set. 2023.

FIOCRUZ. **Diagnóstico das condições de vida e saúde ambiental em regiões atingidas por barragens no estado do Rio Grande do Sul**. 2022. Elaborada na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/pesquisa/projetos-de-pesquisa/diagnostico-das-condicoes-de-vida-e-saude-ambiental-em-regioes> Acesso em: 15 jun. 2023.

FIOCRUZ, MAB. **Resumo executivo: oficina de trabalho: a luta dos atingidos e a saúde em movimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2023. 32 p.

FORACCHI, Marialice. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira; 1972.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Laudato Si'**. Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

FREIRE, Denilson A. Leite. Análise dos Marcadores de Adulterez em Jovens Brasileiros: Reflexões. **Interfaces Científicas - Humanas E Sociais**, 7(2), 21–30, 2018. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/4220/3071>. Acesso em: 02 fev 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Ideação**, 10(1), 41-62, 2008.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIONGO, Carmem Regina; MENDES, Jussara Maria Rosa. “Bicho de sete cabeças”: as vivências dos atingidos pela barragem de Itá. **Psicologia Usp**, São Paulo, v. 32, p. 1-9, 2021. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/bQBD3ySpThmBMMPywHgdMBx/#>. Acesso em: 23 maio 2023.

_____. **“Futuro Roubado”**: banalização da injustiça e do sofrimento social e ambiental na construção de hidrelétricas. 2017. 352 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Psicologia Social e Institucional, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

GONDIM, Sônia Maria. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. Revista Paidéia, v.12, n.24, 2002.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da terra: ecopedagogia e educação sustentável. In: TORRES, Carlos Alberto. **Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GROPPO, Luís Antônio. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

GUARESCHI, Pedrinho. JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HOOKS, bell. **Escrever além da raça**: teoria e prática. Tradução de Jess Oliveira. São Paulo: Elefante, 2022a.

_____. **Pertencimento**: uma cultura do lugar. São Paulo: Editora Elefante, 2022b.

IBAÑEZ, J. Más allá de la sociología. **El grupo de discusión**: técnica y crítica. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S.A, 1986.

IGBE. **Catálogo**. 2024a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=448075&view=detalhes>. Acesso em: 05 abr 2024.

_____. **Cidades e estados**: Aratiba. 2024b. Dados coletados em 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/aratiba.html>. Acesso em: 05 mar. 2024.

_____. **Cidades e Estados**: Marcelino Ramos. 2024c. Dados coletados em 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/marcelino-ramos.html>. Acesso em: 05 mar. 2024.

_____. **Cidades e estados**: Severiano de Almeida. 2024d. Dados coletados em 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/severiano-de-almeida.html>. Acesso em: 05 mar. 2024.

_____. **Cidades e estados**: Mariano Moro. 2024e. Dados coletados em 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/mariano-moro.html>. Acesso em: 05 mar. 2024.

INGOLD, Tim. Antropologia versus etnografia. **Cadernos de Campo**. São Paulo, v. 1, n. 26, p. 222-228, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/140192/140850>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ITÁ, Consórcio. **Compensação Financeira – CFURH**. 2024. Disponível em: <https://consorcioita.com.br/secoes/conteudo/compensacao-financeira--cfurh>. Acesso em: 30 mar. 2024.

_____. **Itá**: memória de uma usina. Florianópolis: Expressão Sul, 2000. Disponível em: https://www.consorcioita.com.br/fmanager/consorcioita/livro/arquivo1_1.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

_____. **Plano Diretor do Reservatório da UHE Itá**. [S. l.]: Consórcio Itá, 2024. 118 p. Disponível em: https://www.consorcioita.com.br/fmanager/consorcioita/uhe/arquivo_plano_diretor1_1.pdf. Acesso em: 28 maio 2024.

ITÁ, Portal Turismo. **Usina Hidrelétrica Itá**. 2020. Disponível em: <https://turismo.ita.sc.gov.br/post-18983/#:~:text=Com%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20Usina,em%20n%C3%BAcleos%20determinados%20pela%20Eletrosul..> Acesso em: 05 fev. 2024.

JANTSCH, Ari Paulo. BIANCHETTI, Lucídio (Org.). **Interdisciplinaridade**: para além da filosofia do sujeito. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

JAPIASSU, Hilton. As máscaras da ciência. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 6, n. 1, 1977. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/93>. Acesso em: 11 jun. 2023.

_____. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JODELET, Denise. **Representações sociais e mundos de vida**. Tradução de Lilian Ulup. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2017. 544 p.

_____. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, Denise (Ed.) **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith AlvesMazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação, dez. 1993.

JÚNIOR, Fernando Fernandes Damasceno. **As disputas por justiça na trajetória dos atingidos pela barragem de Itá (SC/RS)**. 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/235518/001137601.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 nov. 2022.

JUVENTUDES, Atlas das. **Atlas das juventudes**: evidências para a transformação das juventudes. [S. l.]: [s. n], 2021. Realizadores: em movimento e pacto das juventudes pelos ODS. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/06/ATLAS-DAS-JUVENTUDES-COMPLETO.pdf>. Acesso em: 20 dez 2023.

KIND, Luciana. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**. [S. l.]: [s. n], 2024.

KOPENAWA, Davi; ABERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KORALEWSKI, Rocheli. **Trabalho de jovem**: prateleiras organizadas na versão capitalista do paraíso terrestre. 2021. 96 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2021. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/4969/1/KORALEWSKI.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

_____. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRIEGER, Nancy. A glossary for social epidemiology. **J Epidemiol Community Health**. v. 50, n. 10, p. 693–700, 2001.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LARROSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.19, n2, jul./dez, 2011.

LEFF, Enrique (Org.). **A complexidade ambiental**. Tradução de Eliete Wolff. 2.^a Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Educamp, 1990.

LEWIS, Arthur G. **Economic development with unlimited supplies of labour**. The Manchester School, vol. 22, n. 2, p. 139-191, 2008.

LIMA, Williams da Silva Guimarães de *et al.* Impactos ambientais na produção de energia na hidroelétrica. **Revista Campo do Saber**, Cabedelo, v. 4, n. 4, p. 106-132, 2018. Disponível em: <https://periodicos.iesp.edu.br/index.php/campodosaber/article/view/147>. Acesso em: 20 maio 2023.

LOSEKANN, Cristiana. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 20, n. 20, p. 121-164, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DXmWG8NPSF3s67pz8FRFrDk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 set. 2023.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MAB. **A ganância do capital pela água em tempos de pandemia**: a expressão cruel do lucro acima da vida. 2020. Disponível em: <https://mab.org.br/2020/05/06/gan-ncia-do-capital-pela-gua-em-tempos-pandemia-express-cruel-do-lucro-acima-da-vida/>. Acesso em: 25 maio 2024.

_____. **Debate sobre barragens mostrou que somos todos atingidos**. 2015. Disponível em: <https://mab.org.br/2015/12/11/debate-sobre-barragens-mostrou-que-somos-todos-atingidos/>. Acesso em: 05 fev. 2024.

_____. **Juventude atingida em luta**. 2016. Disponível em: <https://mab.org.br/2016/07/18/juventude-atingida-em-luta/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

_____. **Juventude atingida se reúne no vale do são francisco**. 2014. Disponível em: <https://mab.org.br/2014/02/25/juventude-atingida-se-re-ne-no-vale-do-s-francisco/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

_____. **Juventude atingida rumo ao 8º Encontro Nacional do MAB**. Disponível em: <https://mab.org.br/2017/09/05/juventude-atingida-rumo-ao-8-encontro-nacional-do-mab-0/>. 2017. Acesso em: 05 mar. 2024.

_____. **Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens**. São Paulo: Mab, 2013. 50 p. Produzida com o apoio da União Europeia.

_____. **Saiba mais sobre as barragens na bacia do rio Uruguai**. 2011. Disponível em: <https://mab.org.br/2011/06/08/saiba-mais-sobre-barragens-na-bacia-do-rio-uruguai/#:~:text=As%20sete%20hidrel%C3%A9tricas%20j%C3%A1%20constru%C3%ADdas,de%20petr%C3%B3leo%20em%2030%20anos>. Acesso em: 20 maio 2023.

MACHADINHO, Consórcio. **Usina Hidrelétrica de Machadinho**. 2023. Disponível em: https://www.machadinho.com.br/usina_machadinho.php. Acesso em: 30 jun. 2023.

MALVEZZI, Roberto. Hidronegócio. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel B.; FIRGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 397-404.

MANCUSO, Stefano. **Nação das plantas**. Traduzido por Regina Silva. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

MAPBIOMAS. Relatório Anual de Desmatamento 2022. São Paulo, Brasil - MapBiomass, 2023 - 125 páginas. Disponível em: <http://alerta.mapbiomas.org>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MARCELINO RAMOS, Prefeitura Municipal de. **Plano Municipal de Educação 2015-2025**. Secretaria Municipal de Educação de Marcelino Ramos, 2015. Disponível em: <https://www.marcelinoramos.rs.gov.br/uploads/forumdocumentoscontroller/1/upload20211111082825.pdf>. Acesso em: 05 abr 2024.

_____. **História**. 2024. Disponível em: <https://www.marcelinoramos.rs.gov.br/site/municipio>. Acesso em: 05 abr 2024.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. “La juventud es más que una palabra”. In: Margulis, M. (org.). **La juventud es Más Que una Palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996, p. 25.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La construcción social de la condición de la juventud. In: CUBIDES, H. J., TOSCANO, M. C.L, VALDERRAMA, C. E. H. **Viviendo a toda – jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades**. Bogotá, Paidós, 1998.

MARIANO MORO, Prefeitura Municipal de. **História**. 2024. Disponível em: <https://marianomoro.rs.gov.br/pg.php?area=HISTORIA#:~:text=Mariano%20Moro%20foi%20o%20%C3%BAltimo,1965%2C%20pela%20Lei%20n%C2%BA%204978>. Acesso em: 5 abr 2024.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. 38ª ed. São Paulo: Braziliense, 1994.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MATTE, Marcia Fatima Balen. **Cuidado da saúde e defesa da vida**: a contribuição do movimento social de aratiba no sistema de saúde local e regional. 2019. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/roche/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/NOVO%20EC/D%20-%20barragem%20+%20It%C3%A1/D6.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MEDEIROS, José Cesar de. **Juventude e modernidade em Casa Nova**: reflexões a propósito de um projeto de barragem em Minas Gerais. 2002. 146 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/roche/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/NOVO%20EC/C%20-%20barragem%20+%20juventude/C1.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. **Dinâmicas do Espaço Agrário**: velhos e novos territórios. Porto Alegre, p. 179-189, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157495/001016917.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

MEURER, Samira. **Implantação de barragens no Alto Uruguai (Brasil)**: influência sobre a assembleia e biologia das principais espécies de peixes. 2010. 106 f. Tese (Doutorado) - Curso de Curso de Pós-Graduação em Aquicultura, Ufsc, Florianópolis, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/roche/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/NOVO%20EC/D%20-%20barragem%20+%20It%C3%A1/D3.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho. JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 10ª ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2007.

_____. **Pesquisa Social, teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

MOORE, Jason (Org.) **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. Tradução de Antônio Xerxenesky, Fernando Silva e Silva. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

MPF. **MPF recomenda ao Município de Itá (SC) que conclua plano de contingência sobre hidrelétrica no Rio Uruguai.** 2024. Meio ambiente. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/sc/sala-de-imprensa/noticias-sc/mpf-recomenda-ao-municipio-de-ita-sc-que-conclua-plano-de-contingencia-sobre-hidreletrica-no-rio-uruguai>. Acesso em: 30 abr. 2024.

MORAES, Julia Ferrarri Raposo de. **Juventude, trabalho e minério-dependência:** um estudo sobre mariana/mg. 2020. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/roche/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/NOVO%20EC/C%20-%20barragem%20+%20juventude/C2.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MORENO, Karin Gabriel. Juventudes em cidades pequenas no interior paulista: as práticas espaciais nos espaços públicos em pompeia/SP. In: XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa Em Geografia, 2021, Online. **Anais.** Online: [S. l.], 2021. p. 1-13. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV15_4_MD1_SA150_ID171813092021005157.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

MORGAN, D. Focus group as qualitative research. **Qualitative Research Methods Series.** 16 ed. Londres: Sage Publications, 1997.

MORIN, Edgar. Abertura. In: ALMEIDA, Maria da Conceição de; CARVALHO, Edgard de Assis; CASTRO, Gustavo de. (Org.). **Ensaio de Complexidade.** Porto Alegre: Sulina, 1997.

_____. **Ciência com consciência.** 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Introdução ao Pensamento Complexo.** 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MOROSINI, Marília. KOHLS-SANTOS, Pricila. BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do Conhecimento:** teoria e prática. Curitiba: CRV, 2021.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução de Pedrinho Guareschi. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOVIMENTO, Em; SOCIAL, Rede Conhecimento. **Pesquisa Juventudes, meio ambiente e mudanças climáticas**. JUMA. {S.L.}: [S.N.], 2022. 97 p. Relatório nacional - novembro de 2022. Disponível em: https://oeco.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Relatorio-Pesquisa-Juventudes-Meio-Ambiente-e-Mudancas-Climaticas_JUMA_2023.pdf. Acesso em: 04 fev. 2024.

NÓBREGA; Danielle Oliveira. ANDRADE, Erika dos Reis G. MELO, Elda S. do N. Pesquisa com grupo focal: contribuições ao estudo das representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, 28(3), p. 433-441, 2016.

NODARI, Felipe; SOARES, Mauren do Couto; WIEDENHOFT, Guilherme Costa; OLIVEIRA, Mírian. Contribuição do Maxqda e do NVivo para a Realização da Análise de Conteúdo. **Enanpad** 2014, Rio de Janeiro, p. 1-16, 2014. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/10235/2/Contribuicao_do_Maxqda_e_do_NVivo_para_a_Realizacao_da_Analise_de_Conteudo.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

NORMANN, Suzane. Green colonialism in the Nordic context: Exploring Southern Saami representations of wind energy development. **Journal of Community Psychology**: Wiley Periodicals LLC, 49:77–9, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/jcop.22422>. Acesso em: 03 mar. 2024.

NÓVOA, Antônio. **Carta a um jovem investigador em Educação**. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Elizabeth Souza de. **O desmonte das políticas públicas e a situação da juventude**: algumas reflexões a partir de experiências profissionais. Jundiá: Paco Editorial, 2020.

OLIVEIRA, Fátima O. de. WERBA, Graziela C. Representações Sociais. *IN*: STREY, Marlene Neves *et al.* **Psicologia social contemporânea**: livro-texto. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Janderson Carneiro de; BERTONI, Luci Mara. Memória Coletiva e Teoria das Representações Sociais: confluências teórico-conceituais. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 244-262, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v12n2/05.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. **Varia História**, [S. l.], v. 34, n. 65, p. 315-346, ago. 2018. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/ChCpxyx8Xg6w74xRTmNBRvJ/?lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2023.

OXFAM. **Desigualdade S.A.:** como o poder das grandes empresas divide o nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública. Reino Unido: Oxfam Gb, 2024. 72 p. Disponível em: https://cee.fiocruz.br/sites/default/files/OXFAM%20Davos_2024_completo_pt-BR.pdf. Acesso em: 25 fev. 2024.

PAULA, Dilma Andrade de. **A cidade submersa:** o processo de destruição de São João Marcos (1930- 1945). RJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ UFRJ (Dissertação em História), 1994.

PERALVA, Angelina e SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e contemporaneidade. **Dôssie da Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, Número especial, 1997.

PESQUISA FAPESP (São Paulo). **El Niño tem 80% de chance de ser de intensidade entre moderada e forte:** aquecimento das águas superficiais do Pacífico Tropical altera regime de chuvas e padrão de temperatura no Brasil e no mundo. 2023. Clima. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2023/07/042-045_el-nino_330.pdf. Acesso em: 29 set. 2023.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

POPPER, Karl. **The logic of scientific discovery**. Nova York: Harper & Row, 1968.

QUAPPER, Claudio Duarte. Sociedades adultocéntricas: sobre sus orígenes y reproducción. **Última Década**, Valparaíso, p. 99-125, 2012. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/udecada/v20n36/art05.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.

RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Editora Uffs, 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REGO, A., CUNHA, M. P. E., MEYER Jr, V. (2018). Quantos participantes são necessários para um estudo qualitativo? Linhas práticas de orientação. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, 17(2), 43-57.

RIBEIRO JÚNIOR, João. **O que é positivismo**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alan François. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

ROCHA, Humberto José da. PASE, Hemerson Luiz. O conflito social e político nas hidrelétricas da bacia do Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 99-114, 2015.

ROCHA, Humberto José da. **Relações de poder na instalação de hidrelétricas**. Passo Fundo: Editora UPF, 2013.

ROCHA, Leonardo Cristian. As Tragédias de Mariana e Brumadinho. **Caderno de Geografia**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 184, 8 fev. 2021. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/25541/17777> . Acesso em: 20 ago. 2023.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: UBU/PISEAGRAMA, 2023.

_____. **Colonização, quilombos: modos e significação**. Brasília: UnB/INCTI, 2015.

SANTOS, Karine da Silva; RIBEIRO, Mara Cristina; QUEIROGA, Danlyne Eduarda Ulisses de; SILVA, Ivisson Alexandre Pereira da; FERREIRA, Sonia Maria Soares. O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 655-664, fev. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020252.12302018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/kvr3D7Q3vsYjrFGLNprpttS/#:~:text=A%20triangula%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20uma%20dessas,a%20apreens%C3%A3o%20do%20fen%C3%B4meno%20sob>. Acesso em: 10 out. 2023.

SANTOS, Mariana Corrêa dos. O conceito de “atingido” por barragens: direitos humanos e cidadania. **Direito & Praxis**, Rio De Janeiro, v. 6, n. 11, p. 113-140, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/roche/Downloads/ceaju,+5.+Mariana+Santos%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/roche/Downloads/ceaju,+5.+Mariana+Santos%20(4).pdf). Acesso em: 23 dez. 2023.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Raimunda Áurea Dias dos. **O agro-hidronegócio no Vale do São Francisco: território de produção de riqueza e subtração da riqueza de produção**. 2013. 358 f. Tese (Doutorado) - Curso de Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/roche/Downloads/RAIMUNDA_AUREA_DIAS_SOUSA.pdf. Acesso em: 02 set. 2023.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 73-94. Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20C1FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SEVERIANO de Almeida: a Nova Itália e os franciscanos. **Jornal Bom Dia**, 1º de out. 2020. Disponível em: <https://www.jornalbomdia.com.br/noticia/41144/severiano-de-almeida-a-nova-italia-e-os-franciscanos>. Acesso em: 06 abr 2024.

SEVERIANO DE ALMEIDA, Prefeitura Municipal de. Cheia histórica causa alagamentos e série de estragos em Severiano de Almeida. **Notícia**. 2024. Disponível em: <https://www.severianodealmeida.rs.gov.br/site/noticia/cheia-historica-causa-alagamentos-e-serie-de-estragos-em-severiano-de-almeida/1299>. Acesso em: 30 maio 2024.

_____. **História**. 2024. Disponível em: <https://www.severianodealmeida.rs.gov.br/site/municipio#:~:text=Severiano%20de%20Almeida%20foi%20criado,Federal%20para%20revenda%20aos%20colonos>. Acesso em: 06 abr 2024.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração” /comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002. FapUNIFESP. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/kyjmJTTrkQy9w9RD6DdTBfw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2023.

SILVA, Roselani Sodrê da; SILVA, Vini Rabassa da. POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE: trajetória e desafios. **Caderno Crh**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/QHfYfV7nPqyJZwV7KTSjqBs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 fev. 2024.

SIGAUD, Lygia. A política "social" do setor elétrico. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 1, n. 4, p. 55-71, 1989. Semestral. Disponível em: <file:///C:/Users/roche/Downloads/Art.4-SOL+-vol4+n1+Jan.-Jun.+1989.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SOKOLOW, Susanne H. *et al.* Nearly 400 million people are at higher risk of schistosomiasis because dams block the migration of snail-eating river prawns. **Philosophical Transactions Of**

The Royal Society B: Biological Sciences, [S. l.], v. 372, n. 1722, p. 1-12, 24 abr. 2017. The Royal Society. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28438916/>. Acesso em: 15 maio 2024.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, [S. l.], v. 31, n. 61, p. 21-44, 30 abr. 2017. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SOUZA NETO, Rômulo Andrade de; DIAS, Gabriela Figueiredo; SILVA, Rafael Rodrigues da; RAMOS, Anatália Saraiva Martins. Efeitos dos Softwares de Análise de Dados Qualitativos na Qualidade de Pesquisas. **Revista de Administração Contemporânea**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 373-394, jun. 2019.

SUMAÚMA. **A hora é agora**: Lula terá que decidir sobre belo monte. Lula terá que decidir sobre Belo Monte. 2023a. Jornalismo do Centro do Mundo. Disponível em: <https://sumauma.com/a-hora-e-agora-lula-tera-que-decidir-sobre-belo-monte/>. Acesso em: 05 ago. 2023.

SYCHOCKI, Gabriela Carla. **Fechamento das escolas do campo em Mariano Moro**: Rupturas, ruínas e memórias. Trabalho de conclusão de curso – Curso Interdisciplinar em Educação do Campo Ciências da Natureza, Universidade Federal da Fronteira Sul. Erechim, p.55, 2022.

TABELA DE ÁREAS DE CONHECIMENTO. **CAPES**, 2008. Disponível em: https://sapx.ufrb.edu.br/2019/documentos/areas_de_conhecimento_capes.pdf. Acesso em: 06 de abr de 2023.

TRANCOSO, Alcimar Enéas Rocha; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto. Aspectos do conceito de juventude nas Ciências Humanas e Sociais: análises de teses, dissertações e artigos produzidos de 2007 a 2011. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del Rei , v. 11, n. 2, p. 278-294, dez. 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000200002&lng=pt&nrm=iso . Acesso: 13 out. 2023.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 4, n. 19, p. 789-802, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/xQRmPSyw4yBzZtXcwnccm3K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 fev. 2024.

TURRA NETO, Nécio. Contextos geográficos e campos de possibilidades para diferentes gerações. In: OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel (org.). **Geografias das juventudes**. Porto Alegre: GEPJUVE, 2023. p. 61-76.

VAINER, Carlos B. ARAUJO, Frederico Guilherme B. **Grande projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VAINER, Carlos. Conceito de “atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. (org.). **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: Ed. UFV, 2008. p. 39-63.

VEIGA, L. & GONDIM, S.M.G. (2001). A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. [S. l.]: **Opinião Pública**, 2015. 2(1), 1-15.

VIANNA, Aurélio. **Etnia e território**: os poloneses de Carlos Gomes e a luta contra as barragens. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VIANA, Raquel. **Grandes barragens, impactos e reparações**: um estudo de caso sobre a barragem de Itá. 2003. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

VINUTO, J. **A amostragem de bola de neve em pesquisa qualitativa**: um debate aberto. *Temáticas*, Campinas, v. 22, n. 44, p. 201-218, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250>. Acesso em: 05 jun. 2023.

VIEIRA, Suzane de Alencar. Césio-137, um drama recontado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 77, p. 217-236, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/pWxC3bW79km3cRFB83DXX3B#>. Acesso em: 20 ago. 2023.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2006.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Curitiba. CRV, 2019.

WINCKLER, Silvana; RENK, Arlene. Hidronegócio e conflitos socioambientais no oeste de Santa Catarina. **Revista História**: Debates e Tendências, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 34-53, 31 ago. 2022. UPF Editora. <http://dx.doi.org/10.5335/hdtv.22n.3.13811>.

WORLD COMMISSION ON DAMS [WCD]. *Dams and Development: a new framework the report of the world commission on dams*. 2000. Disponível em:

https://archive.internationalrivers.org/sites/default/files/attached-files/world_commission_on_dams_final_report.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Roteiro do grupo focal

Materiais: canetas, impressões TCLE, impressão do roteiro, papel, fotografias, pedaços da música, computador para relato do observador.

Procedimento

- 1) Orientação prévia: boas-vindas e apresentação da proposta;
- 2) Preenchimento do TCLE e questionário sociodemográfico;
- 3) Dinâmica de apresentação/quebra-gelo;
- 4) Pactuação dos combinados;
- 5) Diálogo com base no temário;
- 6) Encerramento.

Temário

- 1) Escolha e escreva as três primeiras palavras que vêm à cabeça ao pensar na barragem. Depois de escritas, inserir as palavras em uma hierarquia de importância. Partilhar.
- 2) Quais são os pontos positivos vinculados a ela?
- 3) Quais são os pontos negativos na percepção de vocês?
- 4) Você poderia partilhar alguma história que se recorda, contada a você por familiares ou amigos ou conhecidos, sobre a barragem?
- 5) De onde vêm os seus conhecimentos sobre esse assunto?
- 6) Na sua visão, o que a barragem representava para os seus familiares mais velhos? Como isso se relaciona com o que a barragem representa para você?
- 7) Vocês acham que a barragem afeta a vida da população do município? E a sua? Como?
- 8) Você acha que a barragem afeta a natureza? De que maneira?
- 9) O que é uma pessoa atingida pela barragem para você? Você se considera atingido/a por Itá? Explique.
- 10) Após essa conversa, defina em uma palavra o que a barragem da Usina Hidrelétrica de Itá representa para você.

Cada participante deve olhar para os elementos, escolhendo uma imagem e uma frase que mais lhe chamam a atenção. Cada jovem mostra o que escolheu e explica o porquê.

APÊNDICE 2 – Questionário sociodemográfico

1. Data de aplicação do questionário: ____/____/____
2. Nome: _____
3. Idade: _____
4. Você se considera jovem? Sim () Não ()
5. Telefone: _____
6. Estado civil: _____
7. Sexo: _____
8. Escolaridade: _____
9. Profissão: _____
10. Tempo de atuação nessa profissão (em anos): _____
11. Atividades realizadas no seu trabalho: _____
12. Assinale o tipo de relação de trabalho que possui:
Contrato com carteira assinada ()
Contrato sem carteira assinada ()
Diarista ()
Proprietário ()
Empreendedor/a ()
13. Renda média mensal: _____
14. Cidade e comunidade de residência: _____
15. Você percebe alterações na comunidade (número de moradores, saúde da população, mudanças no clima ou nos animais da região etc.)?
Sim ()
Se sim, quais? _____
Não ()
Se não, por quê? _____
16. Tempo que reside na comunidade: _____
17. Você se sente pertencente ao lugar em que vive?
Sim ()
Explique _____
Não ()
Explique _____

18. Possui filhos? Sim () Quantos?_____ Não ()

19. Realiza atividades de lazer?

Sim () Se sim, quais?_____

Não () Se não, por quê? _____

20. Participa de grupos (associações, Igreja, clube, etc.)?

Sim () Se sim, quais?_____

Não () Se não, por quê? _____

Este espaço é destinado a você. Se quiser escrever um comentário ou incluir alguma informação adicional sobre as perguntas realizadas acima, fique à vontade.

APÊNDICE 3 - TCLE**Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFFS****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****DESERTOS DE ÁGUA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA BARRAGEM
PARA JOVENS GAÚCHOS ATINGIDOS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE ITÁ**

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “DESERTOS DE ÁGUA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA BARRAGEM PARA JOVENS GAÚCHOS ATINGIDOS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE ITÁ” que é desenvolvida por Rocheli Koralewski, discente do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim, sob orientação do Professor Dr. Luís Fernando Santos Corrêa da Silva.

Esta pesquisa possui o objetivo de investigar as representações sociais da barragem de jovens atingidos pela Usina Hidrelétrica de Itá, considerando os municípios de Aratiba, Mariano Moro, Marcelino Ramos e Severiano de Almeida, localizados em território gaúcho atingido. No Brasil, até o momento, não existem muitos estudos sobre jovens e barragens, sobretudo em uma lógica intergeracional, que é o propósito deste trabalho. Então, caso aceite participar, você contribuirá na construção de novos conhecimentos sobre a temática em questão. O convite a sua participação se deve ao fato de você ser uma pessoa que tem entre 18 e 29 anos e é residente nos municípios de Aratiba/RS, Marcelino Ramos/RS, Severiano de Almeida/RS ou Mariano Moro/RS. A sua participação é fundamental pois você contribuirá com a construção do conhecimento sobre a temática no território do Alto Uruguai Gaúcho.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados ao final deste Termo. Essa pesquisa é anônima e seus dados não vão constar no trabalho final, a não ser que você desejar ser identificado(a).

A sua participação consistirá em responder um questionário sociodemográfico composto por 20 questões que demandará cerca de 10 minutos e responder perguntas de um roteiro de grupo focal com duração de aproximadamente 50 minutos. O tempo total de sua

participação durará em torno de 1 hora (60 minutos). O local da entrevista será previamente agendado entre os participantes e a pesquisadora. O grupo focal será gravado para a transcrição das informações somente com a sua autorização. A gravação ficará disponível no banco de dados da pesquisadora responsável por 5 anos sendo posteriormente descartado.

Assinale a seguir conforme sua autorização:

☐ Autorizo gravação ☐ Não autorizo gravação
☐ Autorizo uso de imagem ☐ Não autorizo uso de imagem

As informações do grupo focal serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e seu orientador. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, físico ou digital, por um período de cinco anos. Os benefícios relacionados com a sua colaboração nesta pesquisa são: reflexão sobre a sua condição enquanto jovem de um município atingido(a), vinculando elementos da história com o próprio contexto; conhecimento da realidade local para desenvolvimento de ações frente a demandas que possam aparecer na investigação; contribuição com o campo científico e, sobretudo, com o direito das populações jovens de municípios atingidos por barragens.

Como toda pesquisa oferece algum risco em maior ou menor grau, aqui você poderá encontrar os seguintes: timidez, nervosismo e invasão de privacidade; constrangimento em relação ao alguma pergunta do questionário/grupo focal; ter que parar o seu trabalho em função do tempo dedicado a responder ao questionário/entrevista; encontrar questões sensíveis, vinculadas ao núcleo familiar e ao projeto de vida pessoal. Caso estes riscos venham a se concretizar, você deverá informar para que a pesquisadora adote algumas medidas, tais como: avançar para a próxima questão, sanar dúvidas, tranquilizá-lo(a) reafirmando o anonimato da pesquisa, encerrar a sua participação e/ou remarcar para outro momento.

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais. A devolutiva dos dados será realizada pela construção de uma cartilha com os resultados da pesquisa e será entregue a você com previsão para agosto de 2024 mediante contato da pesquisadora.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue à pesquisadora. Desde já agradecemos sua participação!

CAAE: 75715223.7.0000.5564

Número do Parecer de aprovação no CEP/UFS: 6.578.472

Data de Aprovação: 14 de dezembro de 2023

_____, ____ de fevereiro de 2024.

Contato profissional com a pesquisadora responsável:

Tel: (54) 9 9698-3570

e-mail: rochelii_k@hotmail.com

Endereço para correspondência: Rua Nelson Ehlers, 280, Erechim/RS – 99700-398

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS:

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745

E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil.

Rocheli Koralewski - Pesquisadora Responsável

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante (legível): _____

Assinatura do (a) participante: _____

ANEXO II – Aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: DESERTOS DE ÁGUA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA BARRAGEM PARA JOVENS GAÚCHOS ATINGIDOS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE ITÁ

Pesquisador: Rocheli Koralewski

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 75715223.7.0000.5564

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.578.472

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CHAPECO, 14 de Dezembro de 2023

Assinado por:
Renata dos Santos Rabello
(Coordenador(a))



DISSERTAÇÃO Nº 150/2024 - PPGICH - ER (10.44.05.33)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 22/10/2024 13:03)

SONIA VENTURIN

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

CAPPG-ER (10.44.05.09)

Matrícula: ###110#4

Visualize o documento original em <https://sipac.uffs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número:
150, ano: **2024**, tipo: **DISSERTAÇÃO**, data de emissão: **22/10/2024** e o código de verificação: **e2d522892a**